

TARDE, A

Jornal vespertino lançado em Salvador no dia 15 de outubro de 1912. Foi fundado por Ernesto Simões Filho e atualmente é propriedade de seus descendentes. É o maior e o mais importante jornal do estado da Bahia.

Os primeiros números de *A Tarde* foram impressos numa velha Marinoni manual, instalada num pardieiro à rua da Preguiça. O jornal começou a circular com apenas quatro páginas, mas, rompendo os padrões tradicionais do jornalismo, promoveu verdadeira revolução entre os diários do estado e entre o público leitor. A primeira bateria de linotipos foi instalada em agosto de 1920, quando *A Tarde* foi transferida para antiga sede do Banco do Brasil, na rua Santos Dumont. Cerca de dez anos depois, *A Tarde* inaugurou novas instalações, em sede própria, na praça Castro Alves. Em 1949, o jornalista Jorge Calmon assumiu a função de redator-chefe, submetendo o jornal a profundas transformações na linha editorial, caracterizando melhor as seções, especialmente o então chamado artigo de fundo.

REPÚBLICA VELHA

A Tarde surgiu numa tensa atmosfera política, gerada pela prática da “política das salvaçãoes”. A cidade de Salvador havia sido bombardeada (10/1/1912) e J. J. Seabra, ministro da Viação na presidência Hermes da Fonseca, fora guindado à chefia do Executivo baiano. Simões Filho havia iniciado sua carreira política e também seu aprendizado jornalístico sob os auspícios de Seabra. Mas, à medida que as facções oposicionistas locais rearticulavam-se sob o comando de Pinheiro Machado, cujos interesses políticos haviam sido seriamente atingidos pela política das salvaçãoes, Simões Filho afastou-se, gradativamente, de Seabra. Em janeiro de 1913, quando se efetivou o rompimento político entre Seabra e Luís Viana, representante do “pinheirismo” na Bahia, o fundador de *A Tarde* formalizou o seu desligamento do grupo seabrista. Seis anos mais tarde, fez parte integrante das Oposições Coligadas, que promoveram a “revolução sertaneja”, para pôr fim ao domínio de Seabra.

A linha de atuação de *A Tarde* foi definida no seu primeiro número. Vespertino

informativo, pretendia ser “imparcial, mas não indiferente; neutro, mas não se esquivaria das controvérsias partidárias”. Seria “mais sereno do que violento” mas, “se atacado, repeliria a ofensa à altura”. Principalmente na sua primeira e terceira fases (1912-1924 e 1930-1937) *A Tarde* assumiu postura combativa e mesmo fustigante em relação aos governos estabelecidos. Firmando esta diretriz estava a figura de Simões Filho, que, enquanto viveu (1886-1957), foi a força propulsora do jornal. Na maioria das vezes, a posição do jornal em face dos problemas locais e nacionais confundia-se com a do seu fundador, diretor e proprietário.

No que diz respeito à composição do jornal, *A Tarde* rompeu os padrões tradicionais do jornalismo, introduzindo, na Bahia, a imprensa moderna, segundo o modelo de *A Noite*, do Rio. A titulação destacada, a inserção do artigo de fundo fora da coluna de abertura, o abundante noticiário ilustrado foram algumas das inovações que *A Tarde* trouxe para a imprensa baiana. Simões Filho cercou-se de eficientes colaboradores e de profissionais conceituados, tais como Henrique Cândia, recrutado do *Diário da Bahia*, e Carlos Chiacchio que, durante 18 anos (1928-1946), assinou uma seção de crítica literária, “Homens e obras”, de grande repercussão no meio literário e artístico baiano. Na verdade, até recentemente, *A Tarde* constituiu-se num instrumento de incentivo à produção intelectual na Bahia.

No plano político, a atuação de *A Tarde* na República Velha pode ser dividida em duas fases. A primeira, de 1912 a 1924, correspondeu ao período de dominação política de J. J. Seabra na Bahia. *A Tarde* foi, nesse período, o principal órgão de expressão das forças oposicionistas. Ao longo dos seis anos seguintes e que antecederam a Revolução de 1930, *A Tarde* foi porta-voz da elite no poder. Em contraste com essa segunda fase, *A Tarde* desenvolveu, na primeira, uma série de campanhas de opinião, própria do jornalismo afirmativo. É fora de dúvida — afirma Jorge Calmon, um dos atuais diretores do jornal — que todas essas campanhas foram de iniciativa de Simões Filho, “homem de um tremendo poder de improvisação e dotado daquela versatilidade e disposição para a luta que o fizeram tão admirado pelos que com ele conviveram, quanto temido pelos adversários”.

A primeira dessas campanhas, que culminou em setembro de 1914, girou em torno do desvio de parte vultosa de empréstimo externo (1,5 milhão de libras esterlinas) contraído pela municipalidade de Salvador. O intendente (cargo correspondente ao atual prefeito)

Júlio V. Brandão e a firma Guinle & Cia., acusados de malversações dos dinheiros públicos, foram arrolados em processo judiciário. Ainda em 1914, o Supremo Tribunal Federal determinou o seqüestro de 3.700 contos de Guinle & Cia. e o intendente foi afastado, durante certo tempo, de qualquer função público-administrativa no país.

Igualmente acalorada foi a campanha contra a administração de outro intendente de Salvador, Pacheco Mendes. As críticas severas que *A Tarde* formulava contra os desmandos da administração municipal foram acompanhadas, a partir de junho de 1916, por quadras satíricas, que contribuíram para acelerar o desgaste político do intendente, ao tempo em que faziam crescer o prestígio de *A Tarde* junto à opinião pública. A campanha terminou com a deposição do intendente, o que deu lugar à última quadra: “Toda a cidade, da Graça/ ao Itapagipe, bramiu:/ Foi-se o azar, foi-se a desgraça,/ Pacheco Mendes saiu!”

A última grande campanha movida por *A Tarde* nessa primeira fase foi em torno da sucessão governamental de 1919-1920, e visava impedir o retorno de J. J. Seabra ao governo do estado. Liderada por Rui Barbosa, Simões Filho, Otávio Mangabeira e Pedro Lago, ela também contou com a participação ativa da Associação Comercial da Bahia, o mais eficiente instrumento de pressão das chamadas “classes conservadoras” na Primeira República.

Eventualmente unidas por aquele objetivo comum, as facções oposicionistas manipularam a seu favor os movimentos grevistas de junho e setembro de 1919, bem como as acirradas disputas, então travadas, entre os “coronéis” do interior. Fomentando a agitação social, a oposição procurava forçar a intervenção federal, que poderia impedir o reconhecimento de Seabra, já eleito, e dar lugar a novas eleições.

Vale observar que, quando as manifestações operárias ameaçaram ultrapassar o limite desejado pela elite em oposição, *A Tarde* assumiu atitude conciliatória e Simões Filho foi feito mediador entre operários e patrões. O acordo resultante não foi cumprido pelos empresários e o movimento grevista ressurgiu mais forte em setembro de 1919, quando os operários rejeitaram a intermediação de quaisquer indivíduos estranhos à sua classe. Em contraste, *A Tarde* estimulou, até a decretação da intervenção federal (20/2/1920), as lutas entre os “coronéis”, incitando-os a avançar em direção a Salvador. A agitação interiorana foi rotulada de “revolução sertaneja”, destinada a “libertar a capital do jugo dos opressores”. A intervenção federal, contudo, não favoreceu a oposição. Seabra rejeitou a

proposta do presidente Epitácio Pessoa para renunciar em benefício de um candidato de conciliação e governou a Bahia pela segunda vez (1920-1924).

A ascensão de Francisco Marques de Góis Calmon ao governo do estado (1924-1928) marca o início da segunda fase de *A Tarde* na República Velha. Simões Filho foi eleito deputado federal em abril de 1924; *A Tarde* abandonou a trincheira oposicionista e passou a servir de suporte à elite no poder. Radicado no Rio, Simões Filho não perdeu contato com o jornal, mas não o dirigia pessoalmente. Indicou o jornalista Ranulfo de Oliveira para o posto de redator-chefe.

A REVOLUÇÃO DE 1930 E A CAMPANHA AUTONOMISTA

Revelando o comprometimento político do seu fundador, *A Tarde* foi contra a Revolução de 1930. Líder da bancada baiana na Câmara Federal, Simões Filho havia sido o articulador da candidatura Vital Soares, governador da Bahia, à vice-presidência da República na chapa Júlio Prestes. A vitória eleitoral da chapa apoiada pelo Catete reforçou a postura legalista de *A Tarde* que, até o último momento, apoiou o governo Washington Luís. O jornal incentivou o entusiasmo dos “batalhões patrióticos” que se movimentavam em defesa do governo estabelecido, mas, a 25 de outubro, quando a revolução surgiu vitoriosa, passou a vibrar com as manifestações “memoráveis” da população, que, percorrendo as ruas de Salvador, aclamava os chefes revolucionários.

Durante as duas primeiras interventorias na Bahia — de Leopoldo Amaral (1/11/1930 a 18/2/1931) e Artur Neiva (18/2 a 15/7/1931) — *A Tarde* teve atuação anódina. Com a instalação, na Bahia, da Comissão Central de Sindicância, órgão da justiça revolucionária, *A Tarde* e o seu proprietário, bem como muitos outros membros da elite política deposta, foram arrolados em processo judiciário. Simões Filho partiu em exílio para a Europa, voltando ao Brasil em fevereiro de 1932. Os órgãos da justiça revolucionária desintegraram-se em dezembro desse mesmo ano, sem que a maior parte dos processos chegasse a termo. Em novembro de 1932, Simões Filho sofreu novo exílio, desta vez compulsório, para só regressar um ano depois, em dezembro de 1933. Diferente do primeiro, o segundo exílio foi motivado pela atuação implacável de *A Tarde* em relação ao governo do tenente Juraci Magalhães.

Sem dúvida, a mais ferrenha campanha política conduzida por *A Tarde* foi contra o

primeiro governo Juraci Magalhães (19/9/1931 a 10/11/1937). A maior parte da elite política baiana recebeu a nomeação do jovem tenente como uma afronta. Apresentaram razão tríplice: Juraci era cearense, militar, sem qualquer vínculo com a Bahia, e muito jovem (26 anos), sem qualquer experiência administrativa. Contra o seu governo opuseram-se as facções políticas comandadas por Otávio Mangabeira, J. J. Seabra, Simões Filho, Miguel Calmon e Pedro Lago. Com exceção do segundo, todos sofreram o exílio, após a vitória da revolução. Em consequência, as facções oposicionistas encontravam-se dispersas e desarticuladas. Foi a Revolução Constitucionalista de São Paulo que atuou como fator aglutinador daquelas facções. E, como em São Paulo, a oposição local defendeu um interventor “civil e baiano”, para o governo do Estado.

A partir de 11 de julho de 1932, *A Tarde* passou a dar cobertura ao movimento paulista, que, prometendo a restauração do regime legal, a realização de eleições e o atendimento aos princípios da autonomia federativa, traduzia os anseios dos membros da elite política no ostracismo. A forte repressão policial que sufocou o levante dos estudantes da Faculdade de Medicina da Bahia, a 22 de agosto daquele ano, forneceu, em nível local, elemento decisivo na arregimentação das forças oposicionistas. Mais ainda, a prisão de 514 estudantes e sete professores mobilizou a elite intelectual e setores intermediários da sociedade contra a interventoria Juraci Magalhães. Impotente para conter a crescente oposição ao seu governo, Juraci recorreu à violência policial, proibiu a circulação de jornais e consentiu no espancamento de jornalistas.

A identificação da causa dos baianos com a dos paulistas deu origem, a 5 de janeiro de 1933, à Liga de Ação Social e Política, cuja sigla, LASP, era freqüentemente traduzida por Liga dos Amigos de São Paulo. A volta de Simões Filho do segundo exílio (dezembro de 1933) reanimou o partido oposicionista e reabasteceu as baterias de *A Tarde*, voltadas contra a administração militar.

Em 1º de março de 1934, por ocasião das comemorações do aniversário de Rui Barbosa, *A Tarde* fez veemente apelo ao civismo do povo baiano. Logo a seguir, foi criada a Ação Autonomista Acadêmica que, na expressão de Jorge Calmon, era “o grupo de choque da campanha, adubado pelos ressentimentos de 22 de agosto”. Na primeira página da edição de 17 de março de 1934, *A Tarde* publicou os manifestos da LASP e da Ação Autonomista Acadêmica, lançando as bases da “campanha pela libertação da Bahia”. Dois meses mais

tarde, em consequência da cobertura dada a incidente ocorrido numa exposição universitária — dois estudantes rasgaram uma caricatura do capitão Juraci Magalhães, feita pelo artista Trinchão —, o interventor proibiu, por tempo indeterminado, a circulação do vespertino *A Tarde*, comunicando o fato ao ministro Antunes Maciel. Os estudantes foram deportados para o Pará. O presidente da assembléia geral da Associação Baiana de Imprensa e diretor-proprietário do *Diário de Notícias*, Altamirando Requião, intercedeu junto à interventoria em favor de *A Tarde*. Juraci Magalhães consentiu que a suspensão do vespertino fosse limitada a 30 dias, “salvo se circunstância posterior e agravante dos motivos da suspensão forçar a interventoria a tomar outra atitude”. Apesar desta ressalva, a campanha de *A Tarde* contra o governo Juraci Magalhães prosseguiu desenfreada.

O retorno de Otávio Mangabeira ao Brasil (agosto 1934), após quatro anos de exílio na Europa, mereceu ampla cobertura de *A Tarde*, em edições consecutivas. Transformando a LASP na Concentração Autonomista, Mangabeira deu maior coesão à oposição que, através de *A Tarde*, exigia a “retirada definitiva dos invasores da Bahia”. Seguidamente, o jornal publicou inflamantes discursos de J. J. Seabra, Aluísio de Carvalho Filho, Otávio e João Mangabeira, Pedro Lago e Luís Viana Filho. Ao mesmo tempo, levou a público uma série de artigos explorando o incidente havido entre o interventor Juraci Magalhães e um estudante, Joaquim Câmara, do qual resultara bárbaro espancamento do estudante. No início de janeiro de 1935, *A Tarde* anunciou: “Acumulam-se as provas contra os algozes.” Em seguida, publicou discurso de Seabra que, da tribuna da Câmara Federal, exibiu um dos chicotes utilizados pelos espancadores. No mesmo mês, o diretor-proprietário de *A Tarde* e o jornalista Venceslau Galo foram fortemente espancados numa via pública de Salvador. A autoria intelectual da agressão foi atribuída ao governo, que teria aliciado indivíduos armados de revólver, cassetete e punhal para o espancamento dos jornalistas. A violenta repressão reativou a oposição que prosseguiu desabrida, até o golpe de novembro de 1937.

ESTADO NOVO

Coerente com a sua posição de combate ao governo Getúlio Vargas, *A Tarde* manifestou-se contra o golpe de novembro de 1937. Como aconteceu com os demais órgãos de imprensa, durante o Estado Novo *A Tarde* foi submetida à censura do

Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP). Mas, segundo Cruz Rios, atual redator-secretário do jornal, a vigilância dos agentes do DIP foi, vez por outra, burlada. Tal aconteceu quando *A Tarde* dispôs-se a publicar discurso do presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Montenegro, contra o regime político e contra o governo local. A censura vetou a publicação. Simões Filho reagiu e ameaçou requerer um *habeas-corpus* ao Supremo Tribunal Federal, para que o discurso fosse publicado. Acabou por ser divulgado, na íntegra.

O uso de um cognome, “Peregrino audaz”, foi o recurso de que se utilizou *A Tarde* para levar a público notícias sobre Otávio Mangabeira, cujo nome havia sido proibido de sair nos jornais. Preso após o golpe, Mangabeira amargava o segundo exílio na Europa. Sob aquele pseudônimo, passou a ser facilmente identificado pelos leitores.

Em relação ao governo local, *A Tarde* recebeu com reservas a nomeação do interventor Landulfo Alves (1938-1942), mas sem grande hostilidade, visto que o seu arquiinimigo, Juraci Magalhães, havia sido apeado do poder pelo golpe. Landulfo Alves terminou por conquistar o apoio de *A Tarde*. Quanto à administração Pinto Aleixo (1942-1945), observa Cruz Rios, *A Tarde* foi imparcial, “apesar dos esforços do interventor para obter uma maior aproximação com o jornal”.

No plano internacional, *A Tarde* colocou-se a favor das nações aliadas, ao se iniciar a Segunda Guerra Mundial. O comentarista de assuntos internacionais, na época, Oscar Viana, era grande admirador da Inglaterra. Simões Filho, por outro lado, nutria profunda admiração pela França, país que o acolhera no exílio. Além disso, a posição ideológica do jornal opunha-se ao nazi-fascismo.

DA “REDEMOCRATIZAÇÃO” À DITADURA MILITAR DE 1964

Para as eleições presidenciais de 1945, *A Tarde* apoiou o brigadeiro Eduardo Gomes, candidato derrotado pelo general Eurico Gaspar Dutra. Mas acabou por se identificar com o governo Dutra, devido à “atenção que dispensou aos interesses da Bahia e à ajuda que deu ao governo Otávio Mangabeira” (1947-1951), como justifica Cruz Rios.

Apesar de nunca ter se omitido em relação aos problemas nacionais e internacionais, foi na política local que *A Tarde* se afirmou como jornal de combate e de opinião. A campanha para as eleições de 3 de outubro de 1950 foi das mais tenazes que moveu, após a

“redemocratização”. Para o governo do estado, apresentaram-se dois candidatos: Juraci Magalhães, pela União Democrática Nacional (UDN), e o engenheiro Lauro Faranide Freitas, lançado pela Coligação Democrática, que reunia os partidos Social Democrático (PSD), Trabalhista Brasileiro (PTB), de Representação Popular (PRP), Social Trabalhista (PST), a ala autonomista da UDN e a ala dissidente do Partido Republicano (PR). Otávio Mangabeira manteve-se neutro na campanha, uma vez que ambos os pretendentes haviam apoiado a sua candidatura ao governo do estado.

Contra a grande popularidade de que então gozava o “juracismo”, Simões Filho assestou todas as baterias de *A Tarde* e, revivendo a campanha autonomista da década de 1930, deu a palavra de comando: “A Bahia para os baianos.” Não vacilou em reconciliar-se com Getúlio Vargas, do qual chegou a ser ministro da Educação e Saúde.

A luta atingiu o clímax quando Lauro de Freitas morreu, num desastre de avião, durante a campanha eleitoral (11/9/1950). O desastre provocou profunda comoção entre os baianos. Liquidou não apenas o candidato da “coligação democrática”, mas também a candidatura do coronel Juraci Magalhães, a partir do momento em que *A Tarde* estampou, na primeira página da edição de 20 de setembro, uma pergunta intrigante: “Acidente ou crime?” Repetida em edições posteriores, essa manchete aventava a possibilidade de ter o desastre sido criminoso — provocado por juracistas — e não acidental. Despertando a dúvida e provocando repulsa geral ante a possibilidade de ser confirmada a versão de sabotagem, aquela pergunta teve efeito catastrófico para o candidato udenista.

Quase às vésperas das eleições, foi lançada, por influência de Simões Filho, a candidatura de Régis Pacheco, prefeito de Conquista durante o Estado Novo. Ao contrário de Juraci Magalhães, Régis era quase um desconhecido para a grande maioria dos baianos, mas foi eleito governador. Em que pese à força dos partidos coligados e o processo eleitoral da época, não é demais afirmar que a campanha desencadeada por *A Tarde* foi decisiva para a sua vitória.

Não menos renitente foi a oposição que *A Tarde* moveu contra o governador Antônio Balbino (1955-1959), principalmente na última fase da sua administração. A fim de impedir que Balbino fizesse o seu sucessor, Simões Filho admitiu que o seu jornal não se opusesse à candidatura Juraci Magalhães nas eleições de 1958. Em janeiro de 1957, declarou “não estar mais disposto a ser capanga dos ódios e malquerenças da política

baiana, nem servir de degrau para que, à custa de suas notórias incompatibilidades com o sr. Juraci Magalhães, políticos menos qualificados cheguem ao poder”. Considerava-se quitado com o ex-interventor. Formalmente, *A Tarde* apoiou a chapa Vieira de Melo-Hélio Machado. Mas cedeu uma de suas páginas para a propaganda de Juraci Magalhães, que terminou por governar a Bahia pela segunda vez (1959-1963).

Ernesto Simões Filho faleceu em novembro de 1957, mas os seus métodos de fazer jornal foram mantidos, até certo ponto, por toda uma escola por ele formada. Algo do seu estilo ficou na linguagem de *A Tarde*, declara Jorge Calmon, gerente administrativo do jornal. Os outros dois membros da atual diretoria são filhos de Simões: Regina Simões de Melo Leitão, presidente, e Renato Simões, superintendente.

Apesar das articulações políticas que serviram de respaldo aos pretendentes a cargos eletivos, o apoio dispensado por *A Tarde* a determinado candidato funcionou, na maioria dos casos, como indicador seguro da sua vitória. Antônio Lomanto Júnior não foi exceção. E para integrar o seu governo (1963-1967) convocou três elementos de destaque de *A Tarde*: Jorge Calmon ocupou a Secretaria do Interior e Justiça; Renato Simões, a presidência da Comissão de Planejamento Econômico, e Cruz Rios a chefia da Casa Civil.

A partir da crise institucional gerada pela renúncia do presidente Jânio Quadros, os pressupostos liberais apregoados por *A Tarde* desde a sua fundação revelaram-se inconsistentes e cederam lugar ao conservadorismo sem disfarce. *A Tarde* havia apoiado a candidatura Jânio Quadros e, com veemência, reprovou a sua renúncia. Também se opôs à posse de João Goulart. Manteve-se de sobreaviso em relação ao seu governo. O comício do dia 13 de março de 1964, na Guanabara, foi minuciosamente noticiado. O discurso de João Goulart anunciando a implantação das “reformas de base” foi publicado na íntegra, sem comentários. Somente no dia 24, *A Tarde* revelou sua posição em relação ao comício, qualificando-o de “famigerado”, ao tempo em que denunciava a “bolchevização” do Brasil. Mas desde o dia 17 de março, quando foram publicados o decreto da Superintendência da Reforma Agrária (Supra), que, desapropriando terras, dava início à reforma agrária, e o decreto de encampação das refinarias de petróleo de propriedade particular, *A Tarde* havia assestado suas baterias contra o governo Goulart. Acusou-o de “desmoralizar as instituições democráticas”, de estar de mãos dadas com os comunistas e de pretender “instalar um governo títere de Moscou, de tipo igual ao de Cuba”. E, indagando “para quem apelar

contra esses desmandos do caudilhismo”, apontava as forças armadas como depositárias das esperanças daqueles que almejavam a salvação das “tradições democráticas do Brasil”. Através de sucessivos editoriais — “Análise de um comportamento”, “Glorioso 1º de abril” e “Dentro da lei” — assinados por Renato Simões, *A Tarde* apoiou o golpe militar de 1964. No dia 11 de abril anunciou que o Congresso e o povo haviam recebido bem o Ato Institucional nº 1. Mas, segundo Cruz Rios: “*A Tarde* opôs-se, energicamente, aos processos usados contra os adversários políticos do movimento revolucionário e aos atos que suprimiam eleições, cassavam mandatos etc.” Com o endurecimento do regime, prossegue Cruz Rios, *A Tarde* suspendeu, num gesto de franca oposição, a publicação de seus editoriais e terminou por recusar-se a aceitar memorandos da censura, se por eles não se responsabilizasse, com a sua assinatura, a autoridade emitente. Satisfeita esta exigência, voltou a receber os memorandos. Mas os editoriais só foram restabelecidos quando o governo anunciou seus propósitos de restauração do regime democrático, o que não aconteceu até o final do governo Geisel.

No que diz respeito à política local, *A Tarde* apoiou, por razões variadas, todos os governos estabelecidos pelo movimento militar de 1964: Luís Viana Filho (1967-1971), Antônio Carlos Magalhães (1971-1975), Roberto Santos (1975-1979). Também o segundo governo de Antônio Carlos, iniciado em 1979, mereceu o apoio de *A Tarde*.

ABERTURA DEMOCRÁTICA

No difícil processo de transição da ditadura para a democracia, *A Tarde* manifestou-se fiel à sua tradição liberal. O editorial “Mais um passo”, de 13 de março de 1979, saudou o fim dos “tempos sombrios”, marcados pela censura aos jornais e demais órgãos de divulgação. Em edições seguidas, forneceu ampla cobertura dos movimentos grevistas que, estimulados pelo sucesso da greve dos metalúrgicos do ABC paulista, se alastraram pelo país, contra a compressão salarial da política econômica. Aplaudiu o modo como se processavam as negociações entre patrões e operários, condenando a “forte repressão policial contra operários”, ocorrida em São José dos Campos e em outros pontos do país. Noticiou a “gigantesca passeata com mais de cinco mil pessoas”, realizada em Salvador, em 15 de março, no Dia Nacional de Luto — assim declarado em protesto contra a posse do general Figueiredo, na presidência da República, e de Antônio Carlos Magalhães, no

governo do estado. Em consonância com a população, defendeu a “anistia ampla, geral e irrestrita”, para as milhares de vítimas do autoritarismo. Contudo, foi no campo social que *A Tarde* ganhou reconhecimento nacional. A campanha “Adote uma criança”, em 1976, com o *slogan* “Você não precisa esperar nove meses para ter um filho, adote um”, foi escolhida em 1981 por jornalistas do Rio de Janeiro e São Paulo como a melhor campanha comunitária da década.

No início dos anos 1980, *A Tarde* condenou os atos de terrorismo da extrema direita descontente com os avanços na abertura política. O editorial “Barra Pesada”, de 5 de maio de 1981, referente à bomba explodida no Riocentro dias antes, conquanto eximisse o Exército de qualquer envolvimento na tentativa de atentado, perguntava, em relação ao papel do sargento morto e do capitão ferido no local da explosão: “Vítimas ou autores?”. Referendou afirmação do ministro da Justiça, no sentido de que a bomba havia explodido dentro do governo. Contudo, a onda crescente de atentados em vários pontos do país levou o jornal a enfatizar a necessidade de apoiar-se o presidente Figueiredo, a fim de que o processo democrático chegasse a bom termo. A sua tradição, que tendia para a preservação do *status quo*, desde que a ordem social não fosse perturbada, não o permitiria ir além do previsível.

Nas eleições de 15 de novembro de 1982, o matutino baiano apoiou o candidato da oposição, Roberto Santos, para governador da Bahia, que concorreu com o deputado federal João Durval Carneiro, lançado pelo então governador Antônio Carlos Magalhães, para substituir Cleriston Andrade, que havia falecido num desastre de helicóptero. Às vésperas da eleição, publicou página inteira contra o governador, revelando como ele havia manipulado antigos correligionários e amigos (Roberto Santos, Juraci Magalhães, Joaci Góis, Lomanto Júnior) para a sua escalada política. Também contra o governador, que havia sido nomeado pelo regime militar, o editorial “Consequência das eleições” salientava o entusiasmo com que o eleitorado havia comparecido às urnas, ressaltando que “agora, os governantes serão autênticos representantes dos povos dos seus estados”. No entanto, a soma dos votos deu a vitória a João Durval, até então um nome sem maior expressão política. Eleito governador (1983-87), obteve o apoio de *A Tarde*.

Com o editorial “Brinde ao futuro”, em dezembro de 1984, saudou o fechamento do “ciclo

revolucionário”, ao tempo em que justificava o golpe militar de 1964, “no momento em que o país estava praticamente à deriva, sob um governo absolutamente inepto”.

NOVA REPÚBLICA

Embora a campanha das Diretas Já tenha sacudido o país, *A Tarde* não se integrou a ela. Defendia a candidatura do ministro do Interior, Mário Andreazza, e considerava que a eleição indireta, através de um colégio eleitoral, ainda era legal e terminaria por prevalecer. Mas com a vitória de Paulo Maluf sobre Andreazza, em janeiro de 1985, na convenção do PDS que escolheu o seu candidato à presidência, *A Tarde* tendeu para Tancredo Neves. Em torno de Tancredo se aglutinavam as esperanças do povo brasileiro de obter melhores condições de vida e de justiça social, conforme prometia o plano de emergência por ele apresentado.

Um conglomerado de partidos, a Aliança Democrática, elegeu Tancredo Neves e José Sarney por 480 votos, contra 180 conferidos ao candidato oficial. O editorial “Ponto final”, publicado após as eleições, proclamou o encerramento de um longo ciclo de governos discricionários, afirmando que “a sociedade começa a aprender a andar com suas próprias pernas, rejeitando o Estado paternalista autoritário”.

Esta afirmação não deve ser interpretada como uma mudança na postura conservadora do jornal. Pouco depois, o editorial “Repúdio ao socialismo” (13/5/1985) aplaudiu a “espetacular vitória dos partidos de centro-direita”, no primeiro turno da eleição cantonal francesa, contra o Partido Socialista de François Mitterrand. No dia seguinte, o editorial “Vai começar o concerto” elogiou a heterogeneidade do ministério Tancredo Neves, que reunia membros dos partidos de oposição e de governo. Três ministérios haviam sido confiados a baianos: o das Comunicações, a Antônio Carlos Magalhães; o da Saúde, a Carlos Santana; e o da Previdência Social, a Valdir Pires.

No decorrer da inesperada enfermidade que acometeu o presidente Tancredo Neves, elogiou o governo interino do vice Sarney, embora no editorial “Novos tempos, velhas fórmulas” criticasse a política salarial da Nova República, remetendo-a à prática política da República Velha. Com ênfase, refutou o argumento do governo, no sentido de que a recomposição do poder de compra dos salários acarretaria aumento da inflação.

No dia 22 de abril de 1985, com uma tarja preta e um grande retrato de Tancredo Neves,

encimado pela manchete *Morre Tancredo*, o jornal registrou a grande comoção que se abateu sobre o país, com a perda de “um símbolo que reativou a nacionalidade e reavivou a esperança do povo, que com ele vibrou em praça pública”.

O editorial “Agora o cruzado” apoiou o Plano Cruzado do governo Sarney, qualificando-o de “corajoso e inovador em relação aos instrumentos de combate à inflação”. Lembrou também outras medidas necessárias, “para as quais não são necessários decretos”, entre elas o “combate à corrupção, que reina institucionalizada no país”, à especulação, “à gritante evasão de dinheiro do país”, à sonegação de impostos etc.

Nas eleições de 15 de novembro de 1986, embora *A Tarde* tivesse apoiado para o governo da Bahia o candidato oficial, ex-senador Josafá Marinho, não hostilizou o candidato da oposição, ex-ministro Valdir Pires, no que deixava transparecer divergências políticas no seio da sua diretoria. Contudo, o matutino baiano deu mais destaque à campanha do primeiro, apoiado pela Aliança Democrática Progressista, que reunia partidos governistas e contava com o apoio declarado do ministro das Comunicações, Antônio Carlos Magalhães. Valdir Pires foi candidato da coligação “Para mudar a Bahia”, que aglomerava partidos de oposição e grupos conservadores como o de Luís Viana Filho, Jutai Magalhães e Prisco Viana, contrários a Antônio Carlos. Valdir venceu as eleições com 59,4% dos votos, contra 26,9% conferidos a Josafá; na capital, o candidato vencedor obteve 76% dos votos, contra 13% dados ao seu oponente.

Em relação ao governo Fernando Collor de Melo, *A Tarde* apoiou, a princípio, suas drásticas medidas econômico-financeiras e conclamou os governadores a apoiar o presidente, a fim de garantir-lhe condições de governabilidade. No editorial “De Jânio a Collor” (15/3/1990) analisou o período de 30 anos que separava os dois presidentes eleitos pelo povo e considerou que “com a posse de Collor, reata-se a linha de partida da Revolução de 1964”, isto é, a moralização do governo, retomando-se “suas metas principais: o combate à inflação, à miséria, à corrupção”. Aplaudiu o enxugamento da máquina administrativa, mas criticou a criação do Ministério da Reforma Agrária (8/1/1991).

Coerente, aplaudiu, no início do terceiro governo Antônio Carlos Magalhães (1991-1994), a extinção da Secretaria da Irrigação e Reforma Agrária, criada no governo Valdir Pires. Disse que essa secretaria “não conseguiu irrigar sequer uma horta e assentar o lavrador sem

terra” (8/1/1991). Não deixou contudo de, logo após, publicar artigo do ex-secretário da Reforma Agrária, Euclides Neto, denunciando a oposição das classes privilegiadas à existência de uma secretaria de reforma agrária, por “ameaçar os privilégios dos que avançaram sobre as terras que deveriam ser de todos os que as exploram efetivamente”.

No mesmo diapasão do governador, *A Tarde* condicionou o apoio ao governo Collor à ajuda que este prestasse ao governo da Bahia. Por ocasião de severa seca que mais uma vez devastou parte considerável do Nordeste brasileiro, comparou, através de vários editoriais (entre os quais “O socorro” e “A esmola de sempre”), as providências tomadas pelo governo federal àquelas do tempo de Pedro II, que se resumiam em “discursos e distribuição de pacotes de alimentos”. Criticou o presidente que “em fins de milênio, põe-se em mangas de camisa, com postura de cacique provinciano, a distribuir saquinhos de fubá e farinha para os flagelados”, procurando aplacar a seca com caminhões-pipa. Condenou a persistência secular da indústria da seca, dizendo ser preciso, do ponto de vista político, “enfrentar interesses consolidados”.

Criticou a reforma ministerial levada a efeito após a saída da ministra Zélia Cardoso de Melo (10/5/1991), considerando que a inclusão de respeitáveis figuras no novo ministério “não mudou a base moral do governo”. No entanto, continuou a apoiar o presidente que “sem vínculo de amizades, passa a governar com tranquilidade, com firmeza, com a cabeça e não com o coração, preocupando-se com a sorte de amigos”. Mas no editorial “As compensações e a República do Acarajé” (23/4/1991) comentou o descontentamento dos governadores do Nordeste com o fato do presidente haver dispensado ao governo do Rio de Janeiro um tratamento privilegiado (a transferência para a União da dívida de dois bilhões de dólares do metrô carioca), ao tempo em que condenava a “pregação de colonialismo interno por políticos do Centro-Sul” (repudiando crítica de um jornal paulista que, condenando a influência de Antônio Carlos Magalhães, havia apelidado o governo de “República do Acarajé”). Embora o apoio ao presidente Collor fosse se arrefecendo, à medida que cresciam as denúncias de corrupção e o descontentamento popular, *A Tarde*, em consonância com o governador, não fez coro com a população do Brasil que pedia o *impeachment* do presidente. Mas também não defendeu a sua permanência à frente do país. No editorial “A terceira renúncia” (Deodoro da Fonseca, Jânio Quadros e Collor), registrou a frustração que a renúncia do presidente Collor causou ao povo brasileiro e conferiu

destaque a pronúncia de Itamar Franco, que assumia a presidência, anunciando um “governo marcadamente social”.

Às vezes de modo contundente, *A Tarde* tem-se manifestado contra o processo de globalização da economia e contra a política neoliberal que vem sendo desenvolvida pelo governo do presidente Fernando Henrique Cardoso, condenando suas nefastas consequências para o bem-estar da população. Neste contexto, tem criticado a maneira como vem sendo conduzido o processo de privatização, “bancada por dinheiro público”; a crescente onda de desemprego e de violência, bem como a falta de ética com que vem sendo conduzida a reforma administrativa, “sacrificando os barnabés e privilegiando a classe política”. Condenou a relutância do governo em investir maiores esforços e recursos no sistema educacional, nos problemas de saúde e em uma “reforma agrária de maior alcance”. Fez coro com a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), quando esta acusou o governo e o Congresso de corrupção, na tramitação das reformas em curso, e condenou o seu pouco interesse em resolver a questão agrária. Com o editorial “A marcha dos sem terra” (17/4/1997) apoiou o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e a mobilização das demais categorias de trabalhadores que marcharam até Brasília. “Entre foices e enxadas”, disse o jornal, o MST estaria enfileirando as reivindicações do campo e da cidade. Com detalhes, *A Tarde* tem noticiado as invasões e saques realizados pelos sem terra, condenando a inoperância do governo nesta área e o uso da força policial para reprimir esses movimentos.

Outros editoriais, como “Estado negligente” (12/5/1997) e “Estado nulo” (30/7/1997), por exemplo, criticaram a incúria administrativa do governo, sugerindo-lhe que reveja o “neoliberalismo tupiniquim”, em curso. Em “Os males da prepotência” (30/5/1998), *A Tarde* criticou a intransigência do ministro da Educação, Paulo Renato Sousa, e a sua ação arbitrária de suspender o pagamento dos professores e funcionários das universidades federais, em greve há cerca de dois meses. O artigo “Ambição de poder” acusou o presidente Fernando Henrique Cardoso de perjúrio, por não realizar as cinco metas prometidas, e condenou a sua ambição, não duvidando que fosse reeleito; “por ser honesto”, ponderou, não gastaria dinheiro do erário na sua campanha, mas “basta fazer correr a cuia pelo empresariado, que ela se encherá em minutos”.

No que diz respeito à sucessão estadual, *A Tarde* apoiava o candidato oficial, que também

conquistara a oposição, deputado federal Luís Eduardo Magalhães. A sua morte inesperada causou grande comoção no país e, com a manchete “Sepultada uma esperança”, *A Tarde* dedicou ao jovem líder político as 20 páginas do primeiro caderno do dia 23 de abril de 1998.

Atualmente, o jornal tem uma tiragem de 70 mil exemplares por dia, chegando aos domingos a 130 mil. Nos dias úteis, incluindo-se os suplementos, *A Tarde* tem uma média de 62 páginas e, aos domingos, 120. Ainda hoje, muitos baianos são despertados pelo grito de meninos-jornaleiros que se espalham pela capital e, seguindo a tradição, comandam: “Leia *A Tarde*.” No dia 23 de abril de 1998 lançou, na sua sede, *A Tarde Online*, um possante provedor de acesso à Internet, que lhe assegura independência tecnológica e operacional como veículo de comunicação de massa.

Consuelo Novais Sampaio colaboração especial

FONTES: CALMON, J. *Campanhas*; ENTREV. RIOS, C.; SAMPAIO, C. *Crisis*; SAMPAIO, C. *Partidos*; *Tarde* (1912-1998).

TAVARES JÚNIOR, Pedro Augusto

*gov. MA 1889-1890.

Pedro Augusto Tavares Júnior bacharelou-se em direito e foi jornalista na cidade de Campos (RJ). Republicano, foi proprietário e redator chefe do jornal *A República*.

Apesar da lentidão com que se expandiu o movimento republicano na província do Rio de Janeiro, em 5 de abril de 1888, Francisco Portela, Nilo Peçanha e Pedro Augusto Tavares Júnior lançaram um manifesto à população de Campos conclamando-a a fundar no município o Clube Republicano, destinado a lançar as bases de um futuro partido. Em 13 de novembro, foi de fato fundado o Partido Republicano da Província do Rio de Janeiro.

Com a proclamação da República em 15 de novembro de 1889, Pedro Augusto Tavares Júnior foi nomeado primeiro governador do Maranhão sob o novo regime. Deixando o Rio de Janeiro, assumiu a chefia do Executivo maranhense no dia 17 de dezembro, em substituição à junta governativa que havia assumido o poder local em 18 de novembro, presidida pelo tenente-coronel João Luís Tavares e composta pelo capitão-tenente Cândido Floriano da Costa Barreto, tenente Augusto Frutuoso Monteiro da Silva, tenente-coronel Francisco Xavier de Carvalho, João Lourenço da Silva Milanez, José Francisco de Viveiros e Francisco de Paula Belfort Duarte.

Uma de suas primeiras medidas foi determinar a dissolução da Câmara Municipal de São Luís e a criação em seu lugar da Junta Municipal, para gerir os negócios e interesses do município. A Junta Municipal foi composta por Francisco de Paula Belfort Duarte (presidente), Augusto Olímpio Gomes de Castro, José da Silva Maia, Manuel Bernardino da Costa Rodrigues e Joaquim de Sousa Andrade. Além dessa, outras medidas foram tomadas, como a nomeação de Alexandre Colares Moreira Júnior para o cargo de inspetor do Tesouro Público do Estado e a declaração de nulidade dos atos estabelecidos pela junta que o antecederam. No campo religioso, declarou a liberdade de culto e demitiu religiosos de cargos públicos. Por essas duas determinações, sofreu forte oposição do jornal religioso *Civilização*, fundado pelo monsenhor e futuro deputado federal João Tolentino Guedelha Mourão. Os líderes ligados ao jornal criticaram tais medidas e notificaram o governo

provisório no Rio de Janeiro, que determinou que fossem revertidas. Por não concordar com a determinação, o governador pediu exoneração e em 3 de janeiro de 1890 foi substituído por Eleutério Frazão Muniz Varela.

Após a passagem pelo governo do Maranhão, Tavares Júnior voltou sua atenção para a política fluminense. Nomeado governador do estado do Rio de Janeiro, Francisco Portela tentava sem êxito compor alianças com lideranças conservadoras, liberais e republicanas, apoiando-se no governo federal chefiado pelo marechal Deodoro da Fonseca. Com a renúncia de Deodoro e a posse de Floriano Peixoto em 23 de novembro de 1891, republicanos e monarquistas formaram uma coalizão com o objetivo de forçar a renúncia de Portela. Nesse contexto, dissolveram o Legislativo estadual, revogaram a Constituição estadual de 1891, e convocaram para janeiro de 1892 eleições para uma nova Assembleia Constituinte estadual. Pedro Augusto Tavares Júnior foi um dos representantes eleitos. Participou dos trabalhos de elaboração da Constituição fluminense de 9 abril de 1892 e foi reeleito deputado estadual para a legislatura 1892-1894. Fez parte da Comissão de Verificação de Poderes e foi eleito para a Comissão de Guarda da Constituição e das Leis e dos Poderes.

Alan Carneiro/Raimundo Helio Lopes/ Samuel S. R. de Oliveira

FONTES: ASSEMB. LEGISL. RJ. *Anais* (14/11/1892-12/1/1893, 1/3-9/4/1892, 8/1892, 13-26/1/1893, 1/8/1893); FERREIRA, M. *República; Fluminense* (18/4/1899). LEMOS, R. *Implantação*; MARQUES, C. *Dicionário*; MEIRELES, M. *História*; PLANALTO. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/infger_07/governadores/GOV-MA.htm>. Acesso em: 5/3/2010.

TAVARES, Arnaldo

*dep. fed. RJ 1928-1930.

Arnaldo Tavares nasceu no Rio de Janeiro, então capital do Império, em 11 de julho de 1873.

Bacharelou-se em direito no início da década de 1890 e de julho de 1894 a abril de 1897 foi promotor público na sua cidade natal.

Sua vida política teve início com sua eleição para deputado estadual no estado do Rio de Janeiro pelo Partido Republicano Fluminense. Assumiu sua cadeira na Assembleia Legislativa em Niterói 1901 e, reeleito para as legislaturas seguintes, nela permaneceu até 1912. Durante esse período foi primeiro-secretário da Assembleia de 1904 a 1906 e primeiro vice-presidente da Mesa Diretora de 1907 a 1909. Concomitantemente, em 1904 foi eleito presidente da Câmara de São João da Barra (RJ), com mandato até 1910. No entanto, recusou o cargo, por já estar na Assembleia Estadual.

Em 1928, em eleição suplementar, foi eleito deputado federal por seu estado natal. Assumiu sua cadeira na Câmara dos Deputados em 9 de maio e exerceu o mandato até dezembro de 1929. Reeleito em março de 1930, teve o mandato interrompido em 23 de outubro de 1930, com a vitória da Revolução que levou Getúlio Vargas ao poder e extinguiu todos os órgãos legislativos do país. Em dezembro do mesmo ano foi indicado membro do Conselho Consultivo do estado do Rio de Janeiro.

Retornou à Assembleia Legislativa fluminense em 1935, em meio ao processo de reconstitucionalização iniciado com a promulgação da Constituição Federal em julho de 1934. Foi indicado presidente da Assembleia Legislativa e nela permaneceu até 1936.

Foi também foi secretário estadual de Interior e Justiça, vice-presidente do Instituto da Ordem dos Advogados no estado do Rio de Janeiro e ministro do Tribunal de Contas.

Faleceu em Niterói em 1950.

Ioneide Piffano Brion de Souza

FONTES: CÂM. DEP. *Deputados brasileiros*; Bio. Arnaldo Tavares. Disponível em:

<<http://carlosaadesa.wordpress.com/aspectos-culturais-sanjoanenses/parte-iv/>>. Acesso
em: 20/12/2010.

TAVARES, Francisco da Silva

* dep. geral RS 1886-1889; gov. RS 1890; rev. 1893.

Francisco da Silva Tavares nasceu na cidade de Bagé (RS) em 3 de março de 1844, filho de João da Silva Tavares, visconde de Cerro Alegre, e de Umbelina Nunes. Seu irmão, o general João Nunes da Silva Tavares, conhecido como Joca Tavares, o barão de Itaqui, lutou contra a Revolução Farroupilha (1835-1845), participou da Guerra contra Aguirre (1864) e da Guerra do Paraguai (1864-1870), e foi um dos líderes da Revolução Federalista (1893-1895).

Em 1868 bacharelou-se pela Faculdade de Direito de São Paulo. De volta ao Rio Grande do Sul, foi promotor público e filiou-se ao Partido Conservador. Foi deputado provincial no Rio Grande do Sul de 1871 a 1872, de 1877 a 1878 e de 1883 a 1889. Concomitantemente, foi deputado geral de 1886 a 1889. Também nesse período, em 1888, elegeu-se chefe do Partido Conservador em sua província. No mês de julho de 1889 lançou um manifesto declarando-se republicano e filiou-se ao Partido Republicano Rio-Grandense (PRR). Seu irmão, o general Joca Tavares, renunciou ao título nobiliárquico de barão de Itaqui e também se declarou republicano.

Proclamada a República em 15 de novembro de 1889, o chefe do governo provisório, marechal Deodoro da Fonseca, nomeou para o governo do Rio Grande do sul inicialmente o marechal José Antônio Corrêria da Câmara, visconde de Pelotas, e em seguida Júlio Anacleto Falcão da Frota, também militar. Quando este último renunciou, em 1º de maio de 1890, Francisco da Silva Tavares foi nomeado por Deodoro vice-governador do Rio Grande do Sul. Ao tomar posse em 6 de maio, assumiu também o governo do estado. Contudo, logo incompatibilizou-se com o grupo de Júlio de Castilhos, chefe do PRR, e em 13 de maio renunciou, passando o governo, também por poucos dias, a Carlos Machado Bittencourt.

Em março de 1892, junto com Gaspar da Silveira Martins e outros, fundou o Partido Federalista do Rio Grande do Sul. O partido defendia o federalismo, o sistema parlamentar de governo e a revisão da Constituição estadual de 1891, escrita por Júlio de Castilhos. A oposição entre os federalistas, também chamados “gasparistas” e os republicanos “castilhistas” se acirrou até desencadear a Revolução Federalista, em fevereiro de 1893.

Tavares atuou como importante líder civil no conflito, que se encerrou em agosto de 1895 com a vitória dos republicanos.

Faleceu em Bagé em 1901.

Casou-se com Maria dos Prazeres Amor ,com quem teve um filho.

Escreveu *Diário da Revolução Rio-Grandense*, sobre a Revolução de 1893.

Mirna Aragão

FONTES: COSTA, M. *Revolução*; FRANCO, S. *Júlio*; PORTO ALEGRE, A. *Homens*; TAVARES, F. *Diário*; TAVARES, J. *Diário*; TEIXEIRA, M. *Gaúchos* (p. 338-341).

TAVARES, João Luís

*militar; junta gov. MA 1889.

João Luís Tavares era tenente-coronel do Exército quando presidiu a junta governativa que assumiu o poder no Maranhão logo após a proclamação da República pelo marechal Manuel Deodoro da Fonseca em 15 de novembro de 1889. A junta governou o estado de 18 de novembro a 17 de dezembro seguinte. Era composta ainda pelo capitão-tenente Cândido Floriano da Costa Barreto, pelo tenente Augusto Frutuoso Monteiro da Silva, pelo capitão João Lourenço da Silva Milanez, pelo tenente-coronel Francisco Xavier de Carvalho, e pelos civis José Francisco de Viveiros e Francisco de Paula Belfort Duarte. Foi substituída pelo governador nomeado Pedro Augusto Tavares Júnior.

Alan Carneiro

FONTE: Culturatura. Disponível em:
<<http://www.culturatura.com.br/estados/ma/governos.htm>>. Acesso em: 3/10/2008.

TAVARES, João Maria Loureiro

*magistrado; pres. SE 1906.

João Maria Loureiro Tavares nasceu em Japaratuba (SE) no dia 9 de julho de 1844, filho de Francisco de Sá e de Catarina Angélica de Sá.

Bacharelou-se pela Faculdade de Direito do Recife em 1867 e, de volta ao seu estado natal, em janeiro de 1869 foi nomeado promotor público da cidade de Capela (SE). Exerceria essa função até julho de 1872, quando seria nomeado juiz municipal e de órfãos no município de Ilha do Ouro (SE). Ocuparia esse cargo até julho de 1888.

Antes, porém, ainda durante o Império, iniciou sua carreira política elegendo-se deputado provincial em Sergipe para o biênio 1870-1871. Foi reeleito em 1872 e durante essa legislatura, até 1873, foi presidente da Assembleia Legislativa Provincial. Voltou ao parlamento da província para mais um mandato, de 1876 a 1877, quando novamente foi escolhido por seus pares presidente da assembleia. Em maio de 1888 foi nomeado, por carta do governo Imperial, terceiro vice-presidente do estado, durante a administração de Olímpio Manuel dos Santos Vidal (1888).

Depois da proclamação da República (15/11/1889), foi nomeado juiz de direito na cidade de Propriá (SE) em 1892. De junho de 1895 a julho de 1898 foi impedido de exercer o cargo por determinação estadual, que o considerou legalmente inapto. Após resolver essa questão, permaneceu no cargo até agosto de 1899. Nesse mês, foi promovido a desembargador do Tribunal da Relação de Sergipe, posto que ocuparia por vários anos.

Em 1905, em chapa única, Guilherme de Sousa Campos foi eleito presidente de Sergipe, apoiado pelas forças situacionistas do estado, lideradas por seu irmão, monsenhor Olímpio de Sousa Campos, então senador pelo estado de Sergipe (1902-1906). Logo no início, esse governo passou a receber muitas críticas da imprensa local. Essa movimentação levou o então deputado Fausto Cardoso (1900-1902 e 1906) a deixar a cidade do Rio de Janeiro, então Distrito Federal, e voltar a Sergipe com o objetivo de conter a continuidade do olimpismo. Em agosto de 1906, os partidários de Fausto Cardoso levaram adiante uma

revolta armada que levou à renúncia de Guilherme de Sousa Campos em 10 de agosto.

Depois que todos os substitutos legais – o vice-presidente do estado, o presidente e o vice-presidente do Tribunal da Relação – declinaram do cargo, nessa data, assumiu o governo estadual João Maria Loureiro Tavares, terceiro na hierarquia judiciária sergipana. Ao assumir o governo, compôs o seu secretariado, iniciou a deposição dos aliados do monsenhor Olímpio de Sousa Campos e reorganizou a força policial estadual. Convocou eleições para o governo estadual no prazo de 40 dias, contudo, o então presidente da República, Francisco de Paula Rodrigues Alves (1902-1906), decretou intervenção federal no estado. Em 28 de agosto as tropas federais retomaram o poder em Sergipe e reconduziram Guilherme de Sousa Campos à chefia do Executivo estadual. Nesse mesmo dia, durante a ação militar, Fausto Cardoso foi morto. Em decorrência do incidente, no dia 6 de novembro do mesmo ano, o monsenhor Olímpio de Sousa Campos foi assassinado pelos filhos de Fausto Cardoso, no Largo do Paço, na Praça XV de Novembro no Rio de Janeiro.

Depois de seus 18 dias no poder, José Maria Loureiro Tavares retornou às suas funções no Tribunal da Relação, aposentando-se em 5 de dezembro de 1907.

No campo jornalístico, colaborou com os jornais *O Trabalho* e *Gazeta de Aracaju*, ambos de Sergipe.

Faleceu em Propriá no dia 14 de junho de 1910.

Publicou diversas peças jurídicas que tiveram grande repercussão na imprensa sergipana, entre as quais *Os terrenos do extinto morgado do Porto da Folha*, *o Sr. Coronel Gouveia Lima e o juiz comissário*, *Embargos e alegações oferecidas a carta precatória executória pelo ex-sócio Manuel Ezequiel Henriques* e *O município de Porto Folha – petição dirigida ao Conselho Municipal*.

Raimundo Helio Lopes

FONTES: BITENCOURT, L. *Homens*; DANTAS, J. *História*; GUARANÁ, M. *Dicionário*; SOUZA, T. *Impasses*.

TAVARES, Joca

* rev. 1893.

João Nunes da Silva Tavares, futuro *barão de Itaqui*, mais conhecido como *Joca Tavares*, nasceu em Erval (RS) no dia 24 de maio de 1818, filho de João da Silva Tavares e de Umbelinda Bernarda da Assunção.

Durante a Revolução Farroupilha (1835-1845), lutou ao lado do pai combatendo os revoltosos e defendendo o regime imperial e ao final do conflito foi promovido a major. Continuou ligado às forças militares imperiais e, com o início da Guerra do Paraguai (1864-1870), integrou as forças lideradas pelo visconde de Pelotas. Depois da guerra, chegou ao posto de brigadeiro honorário do Exército imperial e recebeu o título de barão de Itaqui por decreto de 18 de maio de 1870. Assumiu o comando da fronteira de Bajé (RS) de 1874 a 1878 e de 1886 a 1889. Em junho desse ano, declarou-se republicano e renunciou a seu comando militar e a seu título de nobreza, aliando-se aos republicanos gaúchos.

Depois da proclamação da República (15/11/1889), voltou a assumir o posto de comandante da fronteira de Bajé, onde permaneceu até janeiro de 1892. Nesse período, rompeu com o Partido Republicano Rio-Grandense (PRR), liderado por Júlio de Castilhos, e ligou-se ao Partido Federalista, liderado por Gaspar Silveira Martins. Exilado na Europa desde a queda da monarquia, e agora defensor de uma República parlamentarista, Silveira Martins regressou a Porto Alegre no início de 1892, e em 31 de março desse ano, no encontro que ficou conhecido como Convenção de Bajé, foi aclamado chefe do Partido Federalista ou Partido Republicano Federal, então criado para fazer frente ao PRR de Júlio de Castilhos. Nesse encontro Joca Tavares foi lançado futuro candidato do partido à presidência do Rio Grande do Sul.

Temeroso de que Silveira Martins e seus partidários conquistassem a presidência do estado, e certo de que o grupo defenderia o parlamentarismo, o presidente da República marechal Floriano Peixoto (1891-1894) passou a apoiar Júlio de Castilhos, embora este tivesse apoiado o ex-presidente marechal Deodoro da Fonseca (1889-1891) quando este

fechou o Congresso Nacional em 3 de novembro de 1891 – iniciativa que levou não só à renúncia do próprio Deodoro, mas à de todos os governantes estaduais, entre eles Castilhos, que com ele se solidarizaram. Com o apoio de Floriano, Castilhos se opôs a qualquer conciliação com o Partido Federalista e reafirmou seu propósito de assumir a presidência do estado, independentemente de eleições.

Diante das ameaças dos castilhistas, Silveira Martins e a junta governativa gaúcha no poder desde a renúncia de Castilhos em 12 de novembro de 1891 entregaram o governo, em 8 de junho de 1892, a José Antônio Correia da Câmara, o visconde de Pelotas. Devido à forte oposição da facção castilhista, em 17 de junho o visconde de Pelotas abandonou o poder e transmitiu o cargo a Joca Tavares. Concomitantemente à posse deste último, Júlio de Castilhos foi empossado por seus partidários como presidente do estado e no dia seguinte transmitiu o governo a seu vice, Vitorino Ribeiro Carneiro Monteiro, cumprindo exigência imposta por Floriano Peixoto. Instituiu-se, portanto, uma dualidade de governos, o que resultou na eclosão de conflitos armados promovidos por ambas as partes, empenhadas em se manter no poder.

Joca Tavares, diante da atitude de Castilhos, conseguiu reunir uma significativa tropa militar para contra-atacar. Segundo Joseph Love, “as forças do PRR e as tropas federais de Uruguaiana e Quaraí começaram a convergir sobre Bajé, e parecia iminente um conflito militar importante. Silveira Martins, de Porto Alegre, telegrafou a Joca Tavares pedindo-lhe que não permitisse uma guerra civil. Fosse em resposta ao líder federalista ou porque estivesse militarmente despreparado, Joca Tavares se rendeu a um contingente do Exército sob o comando do coronel Artur Oscar de Andrade Guimarães”.

Em 27 de setembro Vitorino Carneiro Monteiro transmitiu o governo a Fernando Abbott, que conduziu as eleições que levaram Júlio de Castilhos ao poder em 25 de janeiro de 1893. A reação dos federalistas a Júlio de Castilhos levou à deflagração, no mês seguinte, da Revolução Federalista, guerra civil entre os partidários de Gaspar Silveira Martins, os “maragatos”, e os republicanos partidários de Júlio de Castilhos, os “pica-paus”, que entre

fevereiro de 1893 e agosto de 1895 conflagrou o Rio Grande do Sul e se estendeu para os estados de Santa Catarina e Paraná.

Ao encontro de Joca Tavares, consagrado chefe militar dos revoltosos, vieram do Uruguai tropas lideradas por Gumercindo Saraiva, formadas por brasileiros e uruguaio. Em 23 de fevereiro de 1893, Joca Tavares e Gumercindo Saraiva, juntos, ocuparam Dom Pedrito e em seguida Alegrete, de onde desfecharam vários outros ataques. As tropas rebeldes eram compostas de civis, e a maioria dos comandantes eram coronéis latifundiários, isto é, chefes locais. O armamento utilizado era precário: os homens lutavam montados a cavalo, portando lanças e esporadicamente armas de fogo. A tática empregada eram as marchas rápidas e fulminantes, ataques de surpresa. Os federalistas tiveram o apoio da província de Corrientes, na Argentina, e também do Uruguai, durante todo o movimento. Receberam armas através da fronteira e se refugiaram nos países vizinhos em vários momentos, durante a perseguição das tropas legalistas.

Os revoltosos rumaram para o norte, e em novembro de 1893 atingiram Santa Catarina. Também nesse mês, o almirante Custódio de Melo, que chefiara no Rio de Janeiro a Revolta da Armada contra Floriano Peixoto, rumou para o Sul a fim de unir-se aos federalistas. Os revoltosos ocuparam Desterro, atual Florianópolis, e avançaram em direção ao Paraná. Em janeiro de 1894 foram detidos diante da cidade da Lapa, a 60 quilômetros a sudoeste de Curitiba, no episódio que ficou conhecido como Cerco da Lapa. A resistência da Lapa impediu o avanço dos revolucionários, que se retiraram para o Rio Grande do Sul, enquanto Floriano Peixoto enviava para Santa Catarina, com poderes discricionários, o tenente-coronel Antônio Moreira César, chamado de “Corta-cabeças”. O fim do conflito ocorreu durante a presidência de Prudente de Moraes (1894-1898), tendo atuado como representante dos revoltosos Joca Tavares e, pelo lado do Exército Nacional, o general Inocêncio Galvão de Queirós.

Após o conflito, Joca Tavares continuou na oposição ao PRR e assumiu a liderança do Partido Federalista, principalmente após a morte de Silveira Martins, em julho de 1901. Em novembro desse ano presidiu o congresso da agremiação realizado em Bajé, no qual foi

exigida a revisão das constituições federal e estaduais de modo a fortalecer a União, e a revogação da Constituição positivista gaúcha. Nesse congresso foi escolhido presidente do partido e, sob sua liderança, segundo Joseph Love, “os federalistas mantiveram-se firmes na sua dedicação pela organização parlamentarista em nível federal, reivindicando a eleição do presidente pelo Congresso e a participação dos ministros nas sessões do Legislativo”.

Joça Tavares faleceu em Bajé no dia 9 de janeiro de 1906.

Foi casado com Flora Vieira Nunes, com quem teve 12 filhos.

Raimundo Helio Lopes

Fontes: BARATA, C.; BUENO, A. *Dicionário*; LOVE, J. *Regionalismo*; Memorial do Rio Grande do Sul. Disponível em: <<http://www.memorial.rs.gov.br/cadernos/maragatos.pdf>>. Acesso em: 14/6/2011.

TAVARES, José Mendes

*dep. fed. DF 1918-1923; sen. DF 1924-1930.

José Mendes Tavares nasceu em Teresina (PI) no dia 8 de junho de 1873, filho de Antônio Tavares da Costa e de Felisbela Mendes Tavares.

Completo seus estudos secundários no Mosteiro de São Bento, no Rio de Janeiro, então capital do Império, e em seguida matriculou-se na Faculdade de Medicina, formando-se em 1895. Um pouco antes, em 1893, durante a Revolta da Armada, trabalhou como médico no Hospital da Brigada Policial. Em 1895 trabalhou no Hospital de Santa Bárbara, durante a epidemia de varíola que assolou o Rio de Janeiro.

De 1907 a 1918 foi intendente no Conselho Municipal do Distrito Federal. Ainda em 1918 foi eleito deputado federal pelo Distrito Federal e exerceu o mandato de maio daquele ano até dezembro de 1920. Reeleito, voltou a ocupar uma Cadeira na Câmara dos Deputados de maio de 1921 a dezembro de 1923. Foi então eleito senador pelo Distrito Federal e exerceu seu mandato de 24 de maio de 1924 a 11 de outubro de 1930. No Senado, foi membro da Comissão de Marinha e Guerra.

Foi também inspetor sanitário; médico em Petrópolis (RJ), onde combateu o impaludismo que assolava a localidade; médico no oeste paulista, durante a epidemia de febre amarela na região; presidente do Grêmio dos Internos dos Hospitais e diretor do Hospital dos Lázaros, um dos principais centros de tratamento da lepra no Brasil. Foi ainda redator-chefe da *Revista de Medicina*, publicação do Grêmio dos Internos dos Hospitais.

Izabel Pimentel da Silva

FONTES: ABRANCHES, J. *Governos* (v.1); ASSEMB. LEGISL. RJ. *Inventário analítico*. Disponível em:

<http://www.alerj.rj.gov.br/center_arq_cons_munic_link5.htm>; Biblioteca Virtual

em Saúde Adolpho Lutz. Disponível em: :

<<http://www.bvsalut.coc.fiocruz.br/php/index.php>>; CÂM. DEP. *Deputados brasileiros* (1826-1976); LEITE NETO, L. *Catálogo biográfico*; REIS, J. *Rio* (v.3); SENADO. *Dados biográficos dos senadores do Rio de Janeiro*; SENADO. Disponível em: <<http://www.senado.gov.br>>; *Senado Federal*.

TAVARES, Necésio José

*dep. fed. MG 1892-1893 e 1900-1901.

Necésio José Tavares nasceu na vila de São Bento do Tamanduá, atual Itapecerica (MG), no dia 22 de novembro de 1846, filho de José Antônio Tavares e de Ana da Silva Tavares.

Cursou humanidades no Colégio do Caraça, tradicional instituição de ensino de Minas Gerais entre o Império e a República. Transferindo-se para o Rio de Janeiro, então capital do Império, matriculou-se na Academia de Medicina, instituição pela qual se diplomou em 1877. Ingressou na política ainda no Império, quando foi eleito vereador no município mineiro de Juiz de Fora. Partidário dos ideais republicanos, em 1888 participou ativamente da criação do Partido Republicano Mineiro (PRM), do qual se tornou secretário quando da eleição da primeira comissão executiva.

Após a proclamação da República (15/11/1889) e a promulgação da Constituição de 24 de fevereiro de 1891, foi eleito para Câmara dos Deputados no Rio de Janeiro, então Distrito Federal, na vaga aberta em decorrência do falecimento do deputado mineiro Astolfo Pio da Silva Pinto. Assumiu uma cadeira em outubro de 1892 e exerceu o mandato até dezembro de 1893, quando se encerrou a legislatura.

Em 1895 foi eleito para o Senado estadual mineiro para duas legislaturas consecutivas. Renunciou a seu segundo mandato de senador estadual em 1900 por ter sido eleito deputado federal por Minas Gerais. Em maio desse mesmo ano retornou ao Rio de Janeiro e tomou posse de sua cadeira na Câmara dos Deputados, mas não concluiu o mandato. Faleceu no distrito de São Pedro do Pequeri, atual Pequeri (MG), no dia 10 de novembro de 1901.

Era casado com Jovita Campos de Assis.

Luciana Pinheiro

FONTES: CÂM. DEP. *Deputados brasileiros* (p. 196); MONTEIRO, N. *Dicionário* (v. 2, p. 683).

TÁVORA, JOAQUIM

*militar; rev. 1922; rev. 1924.

Joaquim do Nascimento Fernandes Távora nasceu na fazenda Embargo, no município de Jaguaribemirim, hoje Jaguaribe (CE), no dia 15 de julho de 1881, filho de Joaquim Antônio do Nascimento e de Clara Fernandes Távora do Nascimento. A pequena propriedade de seus pais era destinada à criação e à lavoura. Sua família tinha grande tradição na política interiorana do Ceará, tendo-se oposto à oligarquia dos Acióli, dominante na Primeira República. Seu tio Belisário Távora foi chefe de polícia do Distrito Federal no governo do marechal Hermes da Fonseca (1910-1914). Seu irmão Manuel do Nascimento Fernandes Távora foi interventor no Ceará de 1930 a 1931, constituinte de 1934 e de 1946, e senador pelo Ceará de 1947 a 1951 e de 1955 a 1963. Outro irmão, Juarez Távora, foi revolucionário de 1922 e 1924, participou da Coluna Prestes e teve atuação fundamental na Revolução de 1930, tornando-se a partir de então ministro da Viação (1930) e da Agricultura (1932-1934); foi ainda candidato à presidência da República (1955), deputado federal pela Guanabara (1963-1964) e novamente ministro da Viação (1964-1967).

Joaquim Távora passou a infância no interior do Ceará e seguiu depois para Fortaleza para fazer o curso secundário. Interrompeu o curso durante um ano para trabalhar com o pai na fazenda. Tendo concluído os estudos, seguiu para o Rio Grande do Sul, onde frequentou a Escola Militar de Porto Alegre e iniciou o curso de engenharia civil.

Em 1911, servia como segundo-tenente no 19º Batalhão de Caçadores, sediado em Salvador, e estava prestes a concluir o curso de engenharia. Por essa época, já era casado com Comba Távora. Proveniente de família numerosa e de poucas posses, desde essa época Joaquim ficou encarregado de auxiliar economicamente os estudos do irmão mais novo, Juarez. Em março de 1912, retornou a Porto Alegre para lecionar latim no Colégio Militar. Dois anos depois prestou concurso no Rio de Janeiro, então Distrito Federal, para a cadeira de topografia da Escola Nacional de Agronomia e Medicina Veterinária. Tendo obtido o segundo lugar no exame, resolveu deixar o Rio de Janeiro e foi servir no 17º Batalhão de Caçadores, sediado em Corumbá (MT).

NA REVOLTA DE 1922

Em meados de 1921, iniciaram-se as articulações para a sucessão presidencial de Epitácio Pessoa, que seria decidida nas eleições de 1º de março do ano seguinte. A disputa entre os candidatos Artur Bernardes, apoiado por Epitácio, e Nilo Peçanha, lançado pelos oposicionistas da Reação Republicana, provocou uma série de incidentes no seio do Exército. O ressentimento dos militares contra o presidente da República se transferiu para Artur Bernardes, cuja impopularidade se acentuou mais ainda com o episódio conhecido como das “cartas falsas”, forjadas para jogá-lo contra o Exército. Como resultado da eleição de Bernardes, eclodiu a Revolta de 5 de Julho de 1922, que acabou por se restringir ao Distrito Federal (Forte de Copacabana, Escola Militar do Realengo e Vila Militar) e a Mato Grosso.

Nesse estado, onde servia Joaquim Távora, a rebelião foi articulada pelo general Joaquim Inácio Batista Cardoso, comandante da 1ª Circunscrição Militar, sediada em Campo Grande, hoje capital do estado de Mato Grosso do Sul. Tendo desconfiado de sua movimentação, o governo federal transferiu Joaquim Inácio de posto e substituiu-o pelo general Clodoaldo da Fonseca, tio do marechal Hermes da Fonseca.

No dia 5 de julho de 1922, após assumir o comando, o general Clodoaldo reuniu os oficiais da guarnição e falou sobre o descontentamento de parte das forças armadas em relação ao governo. Em seguida, propôs que se mobilizassem imediatamente as unidades sob sua jurisdição e que se formasse uma divisão denominada Provisória Libertadora, cujo objetivo seria concentrar-se na fronteira de São Paulo e invadir esse estado. O capitão Joaquim Távora comandava o 17º Batalhão de Caçadores, principal força da divisão revolucionária. Em proclamação impressa e distribuída em todo o estado de Mato Grosso nessa oportunidade, dizia-se à população que a revolta visava a “impedir que assumisse a chefia da nação o homem que havia vilipendiado as forças armadas”. No dia 11 de julho de 1922, quando os rebeldes já se preparavam para invadir São Paulo, o general Clodoaldo recebeu um telegrama do general Alberto Cardoso de Aguiar, emissário do governo, convidando-o para uma conferência em Três Lagoas (MT). O encontro realizou-se no dia 13. Ao receber a notícia da rendição dos revoltosos no Rio de Janeiro, Clodoaldo firmou com o representante governamental um pacto de deposição de armas. Assumiu então o comando da 1ª Circunscrição Militar o general Cardoso de Aguiar, que ordenou o regresso das tropas à respectiva sede.

Joaquim Távora foi preso e conduzido para a fortaleza de Santa Cruz, em Niterói, capital do antigo estado do Rio de Janeiro. No cárcere, conheceu o líder tenentista João Alberto Lins de Barros e vários outros oficiais, tornando-se uma espécie de líder entre os presos. Logo após assumir o governo (15/11/1922), Artur Bernardes determinou que todos os envolvidos no levante de julho fossem reunidos em uma só prisão. Em consequência, Joaquim Távora foi um dos prisioneiros transferidos para a antiga Escola de Estado-Maior do Exército. Ali, voltou a encontrar-se com seu irmão Juarez, que havia participado da revolta na Escola Militar do Realengo. Desde essa época, Joaquim Távora procurou conscientizar seus companheiros da necessidade de lutar contra o governo.

Em fevereiro de 1923, o Supremo Tribunal Federal (STF) concedeu *habeas-corpus* a todos os implicados no levante de 1922. No entanto, a liberdade era condicionada ao comparecimento periódico ao Ministério da Guerra. No processo da Justiça Militar, Joaquim Távora foi defendido pelo advogado Evaristo de Moraes, que declarou ter ele obedecido a ordens superiores legítimas, inicialmente de Clodoaldo da Fonseca e, depois, de Cardoso de Aguiar.

Simultaneamente, já se esboçava no Sul do país, sob a liderança do general Isidoro Dias Lopes, uma sondagem entre os militares para a organização de um movimento contra o presidente Bernardes. Apesar de informado dessas articulações, Joaquim Távora só se comprometeu com a nova revolta em fins de 1923.

Por essa época, entre os indiciados no processo relativo ao levante do ano anterior, surgiu a suspeita de que a Justiça estava sendo pressionada pelo governo no sentido de agravar suas penas. A participação no levante deveria ser classificada como um atentado contra a Constituição e o regime vigente no país, e não mais como um crime de sedição contra a autoridade constituída.

Cientes disso, Joaquim e Juarez Távora viajaram para São Paulo em 23 de dezembro de 1923. No dia seguinte, foram para Boituva (SP). Aí aguardaram notícias sobre a decisão judicial, a qual foi divulgada no dia 26 de dezembro: eles haviam sido enquadrados no artigo 107 do Código Penal Militar, podendo ser condenados à perda da patente e à exclusão do Exército. Decidiram então desertar e aderir à conspiração já em andamento. No dia 27 de dezembro, viajaram para Ponta Grossa (PR), onde se refugiaram na casa de um

oficial, antigo colega de Joaquim.

NA REVOLTA DE 1924

No início de 1924, durante um mês, Joaquim Távora viajou pelo litoral de Santa Catarina, estabelecendo ligações com elementos das guarnições de Florianópolis e de outras cidades. Em fevereiro, visitou várias guarnições do interior do estado de São Paulo, em Rio Claro, Itu, Jundiaí, Caçapava, Pirassununga, Santos e Lorena. Depois seguiu para Minas Gerais, onde manteve entendimentos com as guarnições de Pouso Alegre, Três Corações, Itajubá, Ouro Preto e Juiz de Fora. De volta a São Paulo, entrou em contato com elementos da Polícia Militar do estado, por intermédio do major Miguel Costa, fiscal do Regimento de Cavalaria dessa milícia. Na capital paulista, foi morar na casa do tenente Custódio de Oliveira, onde se reuniam Newton Estillac Leal, Filinto Müller, Joaquim Nunes de Carvalho e outros que viriam a destacar-se no levante.

Devidamente iniciadas as articulações em São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul, o general Isidoro Dias Lopes foi escolhido chefe da rebelião. Para fazer um balanço das forças, em 24 de fevereiro de 1924 os organizadores do movimento reuniram-se em Jundiaí com o major Bertoldo Klinger, que servia no 4º Regimento de Artilharia Montada, em Itu. Na reunião, presidida pelo tenente-coronel Olinto de Mesquita Vasconcelos, comandante do 2º Grupo de Artilharia Montada, manifestaram-se opiniões divergentes. Enquanto Klinger e o grupo que o apoiava achavam que, nas condições do momento, era impossível promover um levante de grandes proporções, Joaquim Távora e o grupo sob sua liderança acreditavam na possibilidade de uma ação imediata. Apesar do desencontro de opiniões, organizou-se o estado-maior revolucionário, integrado por Mesquita Vasconcelos e pelo major Klinger. A eclosão do movimento foi marcada para o dia 28 de março. No entanto, o desligamento de Klinger do regimento de Itu, a dúvida quanto à adesão do 4º Regimento de Infantaria (4º RI) de Quitaúna, a morte de Nilo Peçanha e a renúncia do governador da Bahia, J. J. Seabra, ocasionaram a transferência de data.

No dia 13 de maio, em nova reunião na qual o general Isidoro se fez representar por Joaquim Távora, foi marcado o início da ação para o dia 28 seguinte. Fez-se uma nova tentativa de conquistar os oficiais do 4º Regimento de Artilharia de Itu, mas a persistência destes em não participar do levante causou novo adiamento, desta vez para 26 de junho.

Devido às várias divergências que haviam surgido, foi abandonado o plano original de iniciar o movimento simultaneamente nos estados de São Paulo, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná e no sul de Minas. A nova orientação recomendava a tomada militar da cidade de São Paulo, a qual deveria em seguida ser sustentada pelas restantes guarnições estaduais. Somente mais tarde, quando fossem enviadas para combater os rebeldes paulistas, as guarnições dos outros estados manifestariam seu apoio.

Depois de obter todos os dados para justificar esse plano, Joaquim Távora dirigiu-se ao Rio de Janeiro para reunir-se com o general Isidoro. O encontro, que se deu no início de junho, foi decisivo para a fixação da data em que finalmente eclodiria o movimento. Escolheu-se o dia 5 de julho, em homenagem aos rebeldes de 1922.

Na noite de 4 de julho, logo após a chegada do general Isidoro a São Paulo, todos os oficiais envolvidos no levante se reuniram para ultimar as providências relativas à execução do plano revolucionário, que se dividia em duas partes. A primeira consistia no assédio e assalto ao bloco de quartéis policiais da Luz: 1º e 2º batalhões de Infantaria, Corpo Escola, Cadeia Pública e Regimento de Cavalaria, este comprometido com a revolução. A segunda incluía o assalto aos demais bastiões de defesa governista: 3º e 5º batalhões de Infantaria, Corpo de Bombeiros, Secretaria de Justiça e palácio do Estado, quartel-general da Guarda Cívica e palácio dos Campos Elísios.

A primeira parte seria executada pela tropa do 4º Batalhão de Caçadores (4º BC) e pelo Regimento de Cavalaria da Força Pública, sob a chefia dos capitães Joaquim Távora e Newton Estillac Leal, auxiliados pelos tenentes Eduardo Gomes, Asdrúbal Gwyer de Azevedo e Luís Cordeiro de Castro Afilhado e pelo ex-aluno da Escola Militar Samuel Fernandes. A segunda, por patrulhas do 4º RI.

Na madrugada do dia 5, Joaquim Távora, em companhia do tenente Eduardo Gomes, dirigiu-se para o 4º BC, em Santana, e iniciou o levante, armando e municiando os elementos desse corpo de tropa. Depois, separaram-se as diversas patrulhas de assalto aos quartéis da Luz.

Informado dos acontecimentos, o general Abílio de Noronha, comandante da 2ª Região Militar, imediatamente os comunicou ao presidente do estado, Carlos de Campos, e ao ministro da Guerra. Em seguida, dirigiu-se ao quartel de Santana, desguarnecido em virtude da partida da oficialidade que se revoltara. Aí aguardou a chegada dos oficiais que não

residiam na caserna e com eles organizou a reação legalista. Tendo retomado o quartel, ordenou à guarda que prendesse os oficiais suspeitos que ainda viessem. Ao chegar ao Corpo Escola, entretanto, foi preso por Joaquim Távora, que havia sublevado essa unidade. Ignorando as ordens que Abílio de Noronha também dera ao 4º Batalhão da Força Pública na Luz, Joaquim e Juarez Távora, o capitão Índio do Brasil, o tenente Castro Afilhado e a aviadora Anésia Pinheiro Machado entraram no quartel e foram aprisionados, sendo postos em liberdade somente quando as tropas do governo abandonaram a praça momentaneamente, em 8 de julho.

Após a retirada das forças governistas, os chefes revolucionários trabalharam na organização de suas tropas, desbaratadas e dispersas pela luta dos dias anteriores. Na noite do dia 10 de julho, iniciaram-se as ações governistas contra as tropas revolucionárias para a retomada da cidade. Entre os dias 11 e 14, travaram-se combates parciais em diferentes setores da frente de defesa. No dia 15 de julho, Joaquim Távora incumbiu-se de atacar o quartel do 5º Batalhão de Polícia, na Liberdade. O quartel foi retomado após sangrento combate, em que ele ficou gravemente ferido. Conduzido ao Hospital da Força Pública, morreu quatro dias depois, em 19 de julho de 1924.

Verificando a inutilidade da resistência na capital paulista, os revolucionários se retiraram para o interior em 27 de julho e posteriormente se articularam com os rebeldes gaúchos para formar a Coluna Miguel Costa-Prestes.

Em homenagem a Joaquim Távora, a antiga cidade de Afonso Camargo, no Paraná, foi rebatizada com seu nome.

Regina Hipólito

FONTES: ARQ. GETÚLIO VARGAS; CARNEIRO, G. *História*; CORREIA, A. *Rebelião*; DULLES, J. *Getúlio*; GIRÃO, R.; MARTINS FILHO, A. *Ceará*; REIS JÚNIOR, P. *Presidentes*; SILVA, H. 1922; TÁVORA, J. *Vida*.

TÁVORA, JUAREZ

*militar; rev. 1922; rev. 1924; Col. Prestes; rev. 1930; min. Viação 1930; min. Agric. 1932-1934; comte. ESG 1952-1954; ch. Gab. Mil. Pres. Rep. 1954-1955; cand. pres. Rep. 1955; dep. fed. GB 1962-1964; min. Viação 1964-1967.

Juarez do Nascimento Fernandes Távora nasceu no município de Jaguaribemirim, atual Jaguaribe (CE), no dia 14 de janeiro de 1898, 15º filho de Joaquim Antônio do Nascimento e de Clara Fernandes Távora do Nascimento, proprietários da fazenda Embargo. A escolha do seu nome resultou de sugestão de seu irmão Manuel do Nascimento Fernandes Távora, que na época estudava medicina no Rio de Janeiro, então Distrito Federal, e era admirador do presidente e libertador do México, Benito Juárez. Sua família, segundo os biógrafos, estaria vinculada à nobreza de Portugal, sendo seu antepassado mais ilustre o marquês de Távora, que em 1759 veio para o sertão do Ceará para fugir à perseguição do marquês de Pombal. Ali os Távora viriam a criar tradição política como opositores da oligarquia dos Acióli, dominante durante a Primeira República. Seu tio Belisário Távora foi chefe de polícia do Distrito Federal no governo do marechal Hermes da Fonseca (1910-1914), e dois de seus irmãos tiveram atuação política: Manuel do Nascimento Fernandes Távora foi interventor no Ceará de 1930 a 1931, constituinte de 1934 e de 1946, e senador pelo Ceará de 1947 a 1951 e de 1955 a 1963, e Joaquim Távora participou do levante tenentista de Mato Grosso em 1922 e morreu em combate na Revolução de 1924, em São Paulo.

Fez os primeiros estudos com sua mãe e no colégio de sua irmã Isabel, em Estreito (CE), de onde se transferiu depois para a escola do professor Cosme Alves da Silva, seu primo, em Caranguejo Novo. Retornando a Embargo no início de 1908, viajou um ano depois com o irmão Fernando para Quixadá (CE), a fim de estudar no internato do Instituto Chaves. Em maio de 1911, seguiu com os irmãos Ademar e Fernando para o Rio de Janeiro, a fim de fazer os estudos secundários, que seriam custeados pelos irmãos mais velhos Ana Ajuricaba, Manuel e Joaquim. No Rio moraram numa pensão, enquanto frequentavam o externato do Colégio Pedro II, onde estudaram até o início de 1912. Nessa ocasião, Joaquim Távora, que era oficial do Exército, foi transferido para o Rio Grande do Sul a fim de lecionar latim no Colégio Militar de Porto Alegre. Antes, porém, de seguir para o Sul

levando Fernando e Juarez, internou-os, durante quatro meses, no Asilo do Patrocínio, em Juiz de Fora (MG), para prosseguirem os estudos secundários.

Em Porto Alegre, Fernando e Juarez frequentaram, de 1912 a 1914, o Ginásio Júlio de Castilhos, instituição de ensino do governo estadual. Em princípios de 1914, com a extinção da cadeira de latim no Colégio Militar daquela cidade, Joaquim retornou ao Rio de Janeiro com os dois irmãos. Em 1915, Juarez e Fernando ingressaram no curso de engenharia da Escola Politécnica do Rio de Janeiro, mas foram forçados a interrompê-lo no início do segundo ano, devido a dificuldades financeiras. Decidiram então transferir-se para a Escola Militar do Realengo, na mesma cidade. Como cursavam a Escola Politécnica, o ingresso naquela instituição militar se fez, de acordo com a lei então vigente, sem concurso de admissão. Assim, em maio de 1916, para obter o certificado de instrução militar necessário, os dois irmãos sentaram praça na 4ª Companhia de Estabelecimento, em Realengo. Em 1917 ambos entraram para a Escola Militar, saindo em dezembro de 1919 aspirantes a oficial da arma de engenharia. Promovidos a segundo-tenente em abril do ano seguinte, passaram a servir no 5º Batalhão de Engenharia, em Curitiba, após fazer um estágio no 1º Batalhão de Engenharia na Vila Militar.

Em maio de 1921 Juarez foi promovido a primeiro-tenente e no início de julho foi transferido para o 4º Batalhão de Engenharia em Itajubá (MG). Ali permaneceu até janeiro de 1922, quando foi designado auxiliar de instrutor da seção de engenharia da Escola Militar do Realengo, em substituição a Luís Carlos Prestes, que, promovido a capitão, passou a comandar a Companhia Ferroviária em Deodoro. Nesse período Juarez teve como companheiro de função o primeiro-tenente Edmundo de Macedo Soares e Silva e fez ainda amizade com Antônio de Siqueira Campos, Eduardo Gomes, João Alberto Lins de Barros, Osvaldo Cordeiro de Farias, Luís Carlos Prestes e Odílio Denis, que viriam a se tornar líderes do movimento tenentista.

O 5 DE JULHO DE 1922

Em represália à eleição de Artur Bernardes para a presidência da República em março de 1922 e a algumas medidas repressivas do governo de Epitácio Pessoa, principalmente a prisão do marechal Hermes da Fonseca e o fechamento do Clube Militar no início de julho de 1922, foi acelerada no Rio de Janeiro uma conspiração militar. Juarez,

contrário aos atos de Epitácio, participou do plano revolucionário, encabeçado na Escola Militar do Realengo pelo coronel João Maria Xavier de Brito Júnior, veterano da Guerra de Canudos (1897) e diretor da Fábrica de Cartuchos do Realengo. A revolta deveria contar com a ação conjunta das forças da Escola Militar do Realengo, da Vila Militar e do forte de Copacabana e seria desencadeada a uma hora da madrugada de 5 de julho. Nessa data Juarez estava escalado para ser o oficial de dia na Escola Militar.

Pouco antes da hora marcada, o comandante da Escola Militar, general Eduardo Monteiro de Barros, foi informado da revolta, mas não conseguiu impedi-la. Uma coluna revolucionária, composta de oficiais instrutores e de 588 alunos, sob o comando de Xavier de Brito, retirou munições da fábrica de cartuchos e marchou para a Vila Militar. De acordo com os planos, os revoltosos deveriam receber a adesão das tropas aquarteladas ali e em Deodoro e, passando ao comando do marechal Hermes da Fonseca, avançariam sobre o palácio do Catete, sede do governo. Entretanto, alertadas da sublevação, as tropas da Vila Militar, comandadas por oficiais legalistas, se opuseram aos rebeldes. O primeiro combate se travou em Monte Alegre, perto de Gericinó, e durou quatro horas, conseguindo a coluna rebelde repelir as forças governistas. Até então o comando dos sublevados acreditava que as forças da Vila Militar estivessem divididas, mas as dúvidas se dissiparam quando, por volta das dez horas da manhã, um novo contingente de infantaria da Vila Militar marchou contra as forças da Escola Militar. Vendo a inutilidade do combate, Xavier de Brito reuniu seus comandados e voltou para a Escola, tendo Juarez retornado ao seu posto de oficial de dia.

À tarde do mesmo dia, chegou à unidade escolar um batalhão de infantaria, comandado pelo tenente-coronel Álvaro Mariante, que recolheu Xavier de Brito, os instrutores e demais oficiais ao 1º Regimento de Infantaria e, posteriormente, os enviou para o centro da cidade. Os alunos foram confinados na escola por cerca de 20 dias, respondendo a inquéritos e aguardando novas ordens. Juarez foi finalmente conduzido à prisão do Corpo de Fuzileiros Navais, na ilha das Cobras, com outros companheiros, entre os quais Leônidas Hermes da Fonseca e Gustavo Cordeiro de Farias. Nesse movimento inicial do ciclo de revoltas tenentistas da década de 1920, os irmãos de Juarez, Fernando e Joaquim, também tiveram participação: o primeiro, conspirando no Paraná, onde a revolta não chegou a irromper, e o segundo, participando do levante da guarnição do estado de Mato Grosso.

Em outubro de 1922 Juarez foi transferido com os demais oficiais presos na ilha das Cobras para o navio-prisão *Cuiabá*, onde encontrou vários companheiros do corpo de instrutores da Escola Militar. Nessa prisão recebeu em novembro a notícia de sua promoção a capitão, um dos últimos atos de Epitácio Pessoa na presidência da República. Após a posse de Artur Bernardes, em 15 de novembro, os oficiais indiciados no levante de 5 de julho — inclusive os da guarnição de Mato Grosso — foram postos numa única prisão, na antiga Escola de Estado-Maior do Exército. Em fevereiro de 1923, porém, Juarez e os demais revoltosos presos obtiveram um *habeas-corpus* do Supremo Tribunal Federal (STF), que lhes permitiu aguardar o julgamento em liberdade condicional. Juarez passou então a morar num quarto de pensão que dividia com Artur da Costa e Silva, na época primeiro-tenente.

O SEGUNDO 5 DE JULHO

Em meados de 1923 começaram a ser feitas sondagens nos meios militares do Sul do país para tentar um novo levante contra o governo de Artur Bernardes. O oficial mais graduado envolvido nesse movimento era o general da reserva Isidoro Dias Lopes. Os oficiais sediciosos de 1922, na sua maioria, suspeitando de que a Justiça estivesse sendo pressionada pelo governo para agravar suas penas, decidiram aguardar fora do Rio de Janeiro a sentença, prevendo assim a possibilidade de se incorporarem à conspiração que se articulava caso o desfecho do julgamento fosse desfavorável.

Com esse intuito, em dezembro de 1923 Juarez seguiu, com o irmão Joaquim, para Boituva (SP). Chegando ali tomou conhecimento de que os dois estavam entre os 50 enquadrados pela Justiça no artigo 107 do Código Penal Militar, com a pena máxima de três anos de reclusão, perda da patente e exclusão automática do Exército. Em consequência, decidiram desertar e aderir à conspiração, juntamente com Eduardo Gomes e diversos outros oficiais. Embarcaram então, ainda em dezembro, para Ponta Grossa (PR), a fim de participar do aliciamento e coordenação de elementos para o movimento militar contra Artur Bernardes. Juarez fez vários contatos com membros da guarnição de Curitiba, enquanto Joaquim viajava pelo litoral catarinense fazendo o mesmo na guarnição de Florianópolis e no interior do estado. Em fins de janeiro de 1924, Juarez empreendeu uma primeira viagem às guarnições do Rio Grande do Sul, para entrar em contato com Luís Carlos Prestes e Paulo Kruger da Cunha Cruz, que serviam no Batalhão Ferroviário de Santo Ângelo (RS), com

Osvaldo Cordeiro de Farias, lotado numa unidade de artilharia em Santa Maria (RS), e com Honorato Pradel, em Alegrete (RS). Depois disso, fixou-se em Curitiba, movimentando-se entre esta capital e Porto Alegre, com incursões pelo interior do estado. Enquanto isso, Joaquim articulava o movimento em São Paulo, onde estava foragido.

Para fazer um balanço da situação, os organizadores do movimento reuniram-se em fevereiro de 1924 em Jundiaí (SP). Apesar do desencontro de opiniões quanto à natureza e às proporções que a revolta deveria assumir, foi ali organizado o estado-maior revolucionário, integrado pelo tenente-coronel Olinto de Mesquita Vasconcelos, comandante do 2º Grupo de Artilharia Montada, e Bertoldo Klinger, do 4º Regimento de Artilharia Montada, de Itu (SP). Nessa mesma reunião foi estabelecido o dia 28 de março daquele ano para a eclosão do movimento. No entanto, o desligamento de Bertoldo Klinger e de outros oficiais do 4º Regimento de Artilharia Montada, a dúvida quanto à adesão do 4º Regimento de Infantaria de Quitaúna (SP), a morte do ex-presidente da República Nilo Peçanha e a renúncia do governador da Bahia, José Joaquim Seabra, determinaram a transferência da data. Após um encontro realizado no início de junho entre Joaquim Távora e o general Isidoro Dias Lopes, escolhido chefe da rebelião, foi finalmente marcado o dia 5 de julho, em homenagem aos rebeldes de 1922.

A orientação adotada então era a tomada militar da cidade de São Paulo, situação que deveria em seguida ser sustentada pelas restantes guarnições do estado. Mais tarde as guarnições dos outros estados, ao serem mandadas para combater os rebeldes paulistas, adeririam ao movimento. O plano revolucionário dividia-se em duas partes: a primeira, chefiada pelos capitães Newton Estillac Leal e Joaquim Távora, consistia no assalto, no bairro da Luz, aos 1º e 2º batalhões de Infantaria, ao Corpo Escola, à Cadeia Pública e ao Regimento de Cavalaria, que estava comprometido com a revolução. A segunda, sob a orientação do tenente Custódio de Oliveira, ajudado por Juarez Távora e outros capitães, incluía o assalto ao 3º e 5º batalhões de Infantaria, ao Corpo de Bombeiros, à Secretaria da Justiça, ao quartel-general da Guarda Cívica e ao palácio dos Campos Elísios. Um atraso de 12 horas na chegada a São Paulo do general Isidoro prejudicou a execução do movimento, impossibilitando a segunda parte do levante. Entretanto, a primeira, considerada mais importante, foi iniciada por volta das cinco horas da manhã e praticamente concluída, sem incidentes, em pouco mais de 40 minutos.

Após relatar ao major Miguel Costa, então fiscal do Regimento de Cavalaria da Polícia Militar do estado e envolvido também na conspiração, o malogro de sua missão em face da ausência em Quitaúna do tenente Custódio, Juarez foi incumbido de ir ao palácio do governo ordenar ao oficial da guarda, tenente Vila-Nova, também comprometido com o levante, que se recolhesse com a sua tropa ao quartel do 1º Batalhão, a que pertencia. Este, porém, ao invés de juntar-se aos sediciosos, julgou mais prudente denunciá-los ao governo de São Paulo. Informado dos acontecimentos, o general Abílio de Noronha, comandante da 2ª Região Militar (2ª RM), imediatamente os comunicou ao presidente do estado, Carlos de Campos, e ao ministro da Guerra, general Fernando Setembrino de Carvalho. Dirigiu-se a seguir ao quartel do bairro de Santana, aguardou a chegada dos oficiais que, residindo fora da caserna, não haviam aderido à revolta, e com eles organizou a reação legalista. Chegando, porém, ao Corpo Escola, foi preso por Joaquim Távora que havia sublevado essa unidade.

Não sabendo das ordens que o general Abílio Noronha dera ao 4º Batalhão da Força Pública, Joaquim e Juarez Távora, o capitão Índio do Brasil, o tenente Luís Cordeiro de Castro Afilhado e a aviadora Anésia Pinheiro Machado entraram no quartel dessa unidade e foram aprisionados, só sendo postos em liberdade em 8 de julho, quando as tropas do governo abandonaram a cidade. Depois disso, os chefes revolucionários reorganizaram as suas tropas desbaratadas pela luta dos dias anteriores. Na noite de 10 de julho as forças governistas reiniciaram suas ações contra os rebeldes visando à retomada da cidade, e entre os dias 11 e 14 travaram-se combates parciais em diferentes setores da frente de defesa dos revoltosos. No dia 15, Joaquim Távora atacou o quartel do 5º Batalhão de Polícia, no bairro da Liberdade, enquanto Juarez tentava restabelecer a posição perdida no bairro de Belenzinho. O quartel do 5º Batalhão foi retomado após sangrento combate do qual resultou a morte de Joaquim Távora, mas o assalto à posição de Belenzinho foi rechaçado, tendo Juarez recebido ferimentos leves.

Diante do insucesso da resistência na capital paulista, o general Isidoro, após entendimentos com o major Miguel Costa, decidiu retirar suas tropas, com cerca de três mil homens, entre soldados do Exército, da Força Pública de São Paulo e voluntários civis, que se concentraram no dia 29 de julho em Bauru (SP). Juarez participou então da organização dos revolucionários, que foram reagrupados em três brigadas de infantaria, um regimento

de cavalaria, um regimento misto de artilharia e uma escolta do quartel-general divisionário. O conjunto dessas forças formou uma divisão, sob o comando do general Isidoro, tendo como chefe do estado-maior o coronel Mendes Teixeira. Coube a Juarez comandar o 3º Batalhão de Caçadores da 2ª Brigada, sob as ordens do general Olinto de Mesquita Vasconcelos. Após exame da situação, o comando revolucionário decidiu prosseguir a retirada para o sudoeste do estado, tendo como primeiro objetivo o Porto Tibiriçá (SP), sobre o rio Paraná. Ainda no dia 29, Juarez, no comando do 3º BC, marchou sobre Botucatu (SP), ocupando essa cidade no dia 1º de agosto, quando recebeu ordens de deixá-la e seguir para Rubião Júnior (SP), onde se encontrava o grosso da divisão. Comandada pelo capitão Asdrúbal Gwyer de Azevedo, a vanguarda revolucionária alcançou Porto Tibiriçá no dia 6 do mesmo mês, apesar de algumas destruições da ferrovia realizadas por funcionários governistas. Naquele porto fluvial os rebeldes conseguiram aprisionar cinco vapores.

Devido a um sucesso inicialmente obtido em Mato Grosso pela vanguarda do batalhão do major Luís França Albuquerque, o comando revolucionário resolveu enviar em 15 de agosto uma expedição a Três Lagoas (MT) e designou Juarez Távora para comandá-la. A tropa revolucionária, após acirrados combates, viu-se obrigada a retornar a Porto Tibiriçá três dias depois, deixando em Campo Javanês (MT), local da batalha decisiva, cerca de cem homens, entre mortos e prisioneiros, além de armamentos. No entanto, dessa forma foi atingido o objetivo fundamental de atrair para a zona noroeste do estado fortes contingentes governistas, permitindo que o estado-maior revolucionário planejasse e executasse a retirada por via fluvial, em escalões sucessivos, para o oeste do Paraná, onde tentaria resistir às investidas das tropas legalistas e pôr-se em contato com simpatizantes da revolução no Rio Grande do Sul. Nesse estado, desde a suspensão, em dezembro de 1923, pelo Pacto de Pedras Altas, dos combates travados durante todo o ano contra o governo do líder republicano Antônio Augusto Borges de Medeiros, os federalistas e republicanos dissidentes discutiam a possibilidade de um novo movimento armado. Para tanto, procuraram o apoio de militares favoráveis ao movimento tenentista de 1922, como Luís Carlos Prestes, que continuava servindo no 1º Batalhão Ferroviário em Santo Ângelo, e outros que estavam exilados, principalmente o tenente Antônio de Siqueira Campos. Com o objetivo de tomar Guaíra (PR), o escalão de vanguarda paulista sob o comando de

João Francisco Pereira de Sousa, composto dos batalhões de Juarez Távora e de Nélson de Melo e da brigada de Mesquita de Vasconcelos, e reforçado por uma seção de artilharia montada e um piquete de cavalaria, embarcou em Porto Quinze (PR) em 25 de agosto. Apesar das interceptações das tropas legalistas, os revolucionários, após ocuparem diversos portos ao longo do rio Paraná, tomaram Guaíra em 14 de setembro, bem como a ferrovia que ligava a cidade a Porto Mendes (PR). Enquanto a maioria das tropas permanecia na região de Guaíra-Porto Mendes, aguardando a chegada do general Isidoro, o batalhão comandado por Juarez ocupou a cidade de Foz do Iguaçu (PR).

O LEVANTE DE 1924 NO RIO GRANDE DO SUL

Em continuidade aos contatos com os gaúchos liderados pelo capitão Luís Carlos Prestes, realizou-se em 5 de outubro de 1924 em Foz do Iguaçu um encontro de representantes dos revoltosos paulistas, entre os quais Juarez Távora, com representantes dos líderes revolucionários civis e militares do Rio Grande do Sul: Siqueira Campos, Anacleto Firpo, que falava em nome de Joaquim Francisco de Assis Brasil e do caudilho gaúcho José Antônio Neto (conhecido como Zeca Neto), e ainda Alfredo Canabarro, emissário político de outro caudilho, o “general” Honório Lemes. Examinada a situação dos revoltosos paulistas no oeste paranaense, foram debatidas as possibilidades da ultimização do levante no Rio Grande do Sul.

No dia 8 do mesmo mês, Anacleto Firpo, Siqueira Campos, Canabarro e Juarez Távora partiram de Porto Aguirre, na Argentina, para a fronteira gaúcha, iniciando a preparação do movimento. Quatro dias depois, encontraram-se com Honório Lemes em Artigas, no Uruguai, onde ficou Canabarro, sendo dali enviada uma carta a Prestes para que este iniciasse contatos com os militares do estado. Anacleto, Siqueira e Juarez reuniram-se em seguida perto de Melo, ainda no Uruguai, com Assis Brasil e Zeca Neto, e acertaram o apoio dos líderes civis oposicionistas gaúchos ao levante militar.

Em 25 de outubro, em Paso de los Libres, na Argentina, Juarez e Siqueira Campos estabeleceram com os elementos militares de Uruguaiana (RS) a madrugada do dia 29 seguinte para início do movimento. Coube a Juarez levantar a guarnição de Uruguaiana, a Pedro Gay a de São Luís, a Prestes o Batalhão Ferroviário de Santo Ângelo, e a Siqueira Campos o batalhão de São Borja. Vitoriosa essa operação, no dia marcado os revoltosos

dominaram toda a fronteira gaúcha que ladeia o rio Uruguai, exceto Itaqui, onde as tropas legalistas supervisionadas pelo capitão Carneiro Pinto e por Osvaldo Aranha resistiram ao ataque. Ainda na manhã do dia 29, após ocupar Uruguaiana, Juarez decidiu enviar um esquadrão sob o comando do tenente Valério Lacerda para cercar a cidade de Alegrete. Com a chegada do general Honório Lemes a Uruguaiana no dia 30, Juarez passou-lhe o comando das tropas e seguiu com elas para Alegrete, cuja tomada era tida como decisiva para a revolução. Essa cidade havia, porém, recebido consideráveis reforços de Santa Maria e de Quaraí. Assim, depois de quatro horas de combate, o contingente revolucionário bateu em retirada. Juarez retornou então, no dia 2 de novembro, a Uruguaiana com a sua tropa, sendo ali informado de que Siqueira Campos e Aníbal Benévolo atacariam no dia 4 a cidade de Itaqui pelo norte e pelo leste e esperavam sua ajuda pelo sul. Organizou às pressas um destacamento e seguiu naquele dia para auxiliá-los. No entanto, Siqueira Campos, diante da superioridade do inimigo, suspendeu o ataque e retirou-se para a Argentina.

Seguindo orientação do general Honório Lemes, Juarez rumou com seu destacamento para Caverá, onde recebeu reforços e formou uma coluna de oitocentos homens que, sob o comando daquele general, atacaria Saicã, estação de remonta do Exército. Estabelecido o cerco no dia 16 de novembro, após duro combate contra o Corpo Provisório de Rosário, que veio em auxílio das forças legalistas, os revoltosos conseguiram seu intento. Em seguida, ainda em cumprimento à ordem de Honório Lemes, Juarez seguiu para Santana do Livramento a fim de entender-se com os oficiais do 7º Regimento de Cavalaria Independente. Comunicou-lhes que a cidade seria atacada na madrugada do dia 24 e que contava com o apoio deles, mas o aviso foi inútil, porque no dia 22, sabedor de que as tropas legalistas vinham no seu encalço, Honório Lemes resolveu armar-lhes uma emboscada no desfiladeiro da Conceição. Na manhã do dia 23, travou-se nesse local renhida luta, conseguindo as forças governistas resistir ao ataque. Desfalcado nos seus efetivos e já sem munição, Honório Lemes desistiu do ataque a Santana do Livramento e retirou-se para Rosário, que ocupou, rumando depois para Caçapava, atual Caçapava do Sul, onde esperava se juntar às forças sob o comando de Fernando Távora. Este, entretanto, atacado por tropas de corpos provisórios sob as ordens do coronel Júlio Boscino, em Barro Vermelho, teve que abandonar a luta, dispersando os poucos combatentes que lhe restavam

e internando-se no Uruguai.

Em face do ocorrido em relação ao 7º RCI, Juarez seguiu para Rivera, no Uruguai, à espera de uma oportunidade para reunir-se à coluna revolucionária em território gaúcho. Entretanto, no dia 25 de janeiro de 1925, Borges de Medeiros anunciou que o movimento revolucionário fora sufocado no Rio Grande do Sul. Esse fato levou Luís Carlos Prestes a comandar a marcha dos remanescentes sediciosos para o norte do estado a fim de se unirem aos paulistas que continuavam a combater no Paraná e em Santa Catarina.

Tomando conhecimento de que os generais Honório Lemes e Zeca Neto também haviam emigrado para o Uruguai, Juarez viajou para Buenos Aires, onde o esperava o general João Francisco. Demorou-se poucos dias nessa cidade, seguindo depois para o Paraguai a fim de entregar alguns documentos confidenciais ao deputado paraguaio Ayala, a pedido do general João Francisco. Em suas *Memórias*, Juarez esclareceu que esses papéis se referiam à entrega de armamentos e munições aos revolucionários brasileiros. Após cumprir essa missão, decidiu voltar ao sudoeste do Paraná para juntar-se aos rebeldes de São Paulo que ali combatiam. Fez duas tentativas para entrar em território brasileiro, mas foi impedido pela polícia paraguaia, que assim atendia a uma solicitação da embaixada do Brasil naquele país. Obrigado a permanecer em Assunção, e não conseguindo trabalho, Juarez passou por sérias dificuldades financeiras, mas, com a ajuda de um ex-colega da Escola Militar do Realengo e amigo de seu irmão Joaquim, o capitão Heitor Mendes Gonçalves, conseguiu, em fevereiro de 1925, entrar no país, seguindo para Salto, distrito de Uruguaiana, onde se apresentou ao general Miguel Costa, que o incluiu no seu efetivo.

A intenção de Prestes, quando iniciou a marcha para o oeste do Paraná indo em auxílio dos revoltosos paulistas que combatiam havia meses em Catanduvas (PR), era atacar pela retaguarda as forças legalistas que ali operavam. Recebeu, porém, ordens do general Isidoro para abandonar esse plano e seguir para a região de Benjamin Constant (PR) a fim de ali se reunir às forças paulistas e juntos empreenderem uma guerra de movimento em virtude do aumento da pressão que as tropas do governo exerciam sobre Catanduvas e da escassez de armamentos. Após a rendição de Catanduvas em 29 de março, Juarez recebeu ordens de Miguel Costa para cobrir, juntamente com o batalhão do major João Cabanas, a retirada das forças revolucionárias no eixo Catanduvas-Cascavel-Benjamin Constant-Foz do Iguaçu. Essa cobertura devia ser feita de modo a garantir a junção dessas forças com as tropas de

Prestes que se encaminhavam para Benjamin Constant. No exercício dessa missão, Juarez organizou resistências sucessivas, comandando a retaguarda até o dia 5 de abril, quando, nas proximidades de Cascavel (PR), passou o comando do batalhão a João Cabanas.

A COLUNA PRESTES

Finalmente, no dia 7 de abril de 1925, Prestes encontrou-se com Miguel Costa no cruzamento das estradas de Benjamin Constant com Santa Helena (PR). Foi combinado então que seria tentado o deslocamento das operações para o sul do estado de Mato Grosso, devendo as tropas de Prestes seguir pela estrada de Santa Helena até a barranca do Paraná. Coube a Juarez barrar a progressão inimiga no eixo Cascavel-Benjamin Constant, cobrindo a retirada dos rebeldes. Alcançado esse objetivo, a junção das tropas paulistas e gaúchas efetuou-se no dia 11 do mesmo mês. No dia seguinte, realizou-se uma reunião do estado-maior revolucionário, na qual houve divergência quanto à tática a ser adotada, defendendo a maioria, ao lado do general Isidoro, a ideia do exílio, enquanto Prestes e Miguel Costa se batiam pela mobilização da tropa revolucionária para Guaíra, de onde ela passaria para o estado de Mato Grosso, se necessário cruzando território paraguaio. O estado-maior revolucionário acabou por concordar com a invasão de Mato Grosso e decidiu que Isidoro e Assis Brasil não acompanhariam as tropas, passando a liderança suprema a ser exercida por eles do exílio.

Nesse encontro ficou decidida ainda a reorganização da coluna, na qual todos os oficiais receberam novas patentes. A 1ª Divisão Revolucionária passou então a ter como comandante geral o “general de brigada” Miguel Costa e a ser constituída de dois contingentes: a Brigada Rio Grande, com oitocentos homens, sob o comando do “coronel” Luís Carlos Prestes e integrada pelos 1º, 2º e 3º destacamentos, comandados respectivamente pelos “tenentes-coronéis” Osvaldo Cordeiro de Farias, João Alberto Lins de Barros e Antônio de Siqueira Campos, além do 1º Esquadrão de Cavalaria Independente, sob as ordens do capitão Ari Salgado Freire, e a Brigada São Paulo, com 1.300 homens, comandada pelo “tenente-coronel” Juarez Távora e formada pelos 2º e 3º batalhões de Caçadores, comandados respectivamente pelos majores Manuel Alves Lira e Virgílio dos Santos, o Batalhão de Artilharia Montada, sob o comando do capitão Henrique Ricardo Holl, e o 2º Esquadrão de Cavalaria Independente, comandado pelo capitão Jorge Danton.

Impossibilitadas de tomar Guaíra, fortemente defendida pelas forças legalistas, entre 26 e 29 de abril, as tropas revolucionárias cruzaram o território paraguaio com a permissão do comandante da guarnição de Puerto Adela e retornaram ao território brasileiro, reiniciando suas operações militares. Segundo determinação de Prestes e Miguel Costa, estas deveriam prosseguir através de todo o Brasil.

A vanguarda da invasão de Mato Grosso coube ao destacamento de João Alberto, que se juntou ao de Siqueira Campos para tomar a cidade de Ponta Porã (MT), que fora abandonada pela sua guarnição e invadida pelos paraguaios da cidade vizinha. As forças legalistas do coronel Péricles de Albuquerque, que se tinham retirado da cidade, foram engrossadas por tropas vindas de Campo Grande (MT) sob o comando do major Bertoldo Klinger. Siqueira Campos e João Alberto atacaram Klinger na cabeceira do rio Apa, obrigando-o a retirar-se para Campo Grande. Os destacamentos de Siqueira Campos e João Alberto encontraram-se com o resto da coluna perto do rio Pardo (E. F. Noroeste). Em 16 de maio, a coluna, novamente reunida, continuou através de Mato Grosso, sofrendo nova estruturação em 10 de junho, na localidade chamada Deserto de Camapuã. O comando geral continuou com Miguel Costa, mas Prestes passou a chefe do estado-maior e comandante de fato, enquanto Juarez tornou-se subchefe do estado-maior. Cordeiro de Farias, João Alberto e Siqueira Campos foram mantidos nos comandos dos 1º, 2º e 3º destacamentos, tendo sido criado então o 4º Destacamento, que foi posto sob o comando de Djalma Dutra. Foram organizados, além disso, grupos de patrulheiros e potreadores que avançariam para capturar inimigos e animais. A função principal de Juarez era obter informações sobre possíveis itinerários e marchas das tropas inimigas.

A penetração no território de Goiás ocorreu em 22 de junho, tendo a vanguarda da coluna ocupado, no dia 26, a cidade de Mineiros. Durante essa etapa da campanha, no dia 30 a Divisão Revolucionária foi derrotada pelas forças legalistas na Invernada Zeca Lopes, um dos mais sangrentos combates, do qual participaram Juarez e Siqueira Campos. Em meados de julho, tendo a coluna alcançado a vila de Anicuns, no sul de Goiás, Juarez escreveu um relatório sobre a marcha realizada que foi remetido ao deputado João Batista Luzardo, porta-voz dos revolucionários no Rio de Janeiro.

Entre 10 de agosto e 5 de setembro, a Divisão Revolucionária fez uma incursão pelo noroeste de Minas Gerais e sudoeste da Bahia, percorrendo cerca de 600km. No entanto,

devido à extrema pobreza da região, teve que suportar um dos piores períodos de subsistência, sendo obrigada a recuar rumo ao Maranhão através do norte de Goiás. Na orla de Posse (GO), Juarez voltou a fazer um relatório, a pedido de Miguel Costa, das atividades da coluna, igualmente remetido a Batista Luzardo.

No dia 13 de novembro, o destacamento de Cordeiro de Farias, acompanhado por Juarez Távora, penetrou em território maranhense, chegando dois dias depois à cidade de Carolina, de onde telegrafaram a Artur Bernardes comunicando-lhe a ocupação da cidade e concitando o presidente a abandonar a atitude de “ódio e vingança” que inspirava seus atos. Abandonando Carolina no dia 23, Cordeiro de Farias juntou-se ao grosso das tropas seis dias depois em São Raimundo das Mangabeiras (MA).

Em dezembro de 1925 Miguel Costa resolveu tentar um ataque simultâneo a Teresina e à cidade de Flores (MA), que lhe ficava fronteira, confiando a Prestes a coordenação do ataque à cidade maranhense e a Juarez a do ataque à capital piauiense. Feita, porém, uma exploração inicial para avaliar a organização defensiva dessas duas cidades, o comando revolucionário desistiu de executar a operação. No dia 31 ainda de dezembro, Juarez, ao tomar conhecimento de que uma lancha governista vinda do Piauí se apoderara de uma canoa dos rebeldes, decidiu armar-lhe uma emboscada. No entanto, tendo as tropas legalistas desfechado um ataque às forças revolucionárias postadas em Caieiras, Juarez ouviu o tiroteio à sua retaguarda e seguiu para aquela localidade. Preso antes de lá chegar, foi recolhido ao quartel do 25º Batalhão de Caçadores, em Teresina. Sem a sua participação, a coluna Miguel Costa-Prestes continuaria sua marcha pelo país, sempre combatendo as forças legalistas, até internar-se, em fevereiro de 1927, em território da Bolívia e do Paraguai.

Transferido de Teresina para São Luís, Juarez ficou inicialmente recolhido como preso comum na penitenciária estadual e, em seguida, no quartel do 24º BC. Poucos dias depois foi removido para o Rio de Janeiro, sendo levado, junto com Paulo Kruger, aprisionado em Grajaú (MA), para o 1º Regimento de Cavalaria Divisionária, comandado então pelo coronel Euclides Figueiredo. Ali se encontravam presos vários outros revoltosos, entre os quais Eduardo Gomes e Carlos Saldanha da Gama Chevalier, com os quais Juarez fez uma tentativa de fuga. Em consequência, foi enviado, em segredo, para a ilha de Trindade (ES) juntamente com outros oficiais do Exército e da Marinha. Nesse período começou a

redação das notas que publicaria mais tarde com o título de *À guisa de depoimento sobre a revolução brasileira de 1924*.

Com a posse de Washington Luís na presidência da República em novembro de 1926 e a cessação do estado de sítio à cuja sombra Artur Bernardes tinha governado o país, Juarez e os demais presos políticos foram transferidos para o quartel dos Fuzileiros Navais, na ilha das Cobras. Com a saúde abalada por distúrbios digestivos consequentes do espreu, doença tropical que contraiu durante sua peregrinação pelo interior do Brasil, Juarez foi internado no hospital na ilha das Cobras e ali passou a arquitetar novo plano de fuga. Nessa época, em virtude da suspensão do estado de sítio, alguns capítulos do seu depoimento foram publicados em jornais do Rio de Janeiro e de São Paulo. Finalmente, em janeiro de 1927, auxiliado por ex-companheiros de prisão já em liberdade, conseguiu evadir-se, procurando a partir de então refúgios sucessivos em casa de amigos e parentes.

ARTICULAÇÃO DA REVOLUÇÃO DE 1930

Em julho de 1927 Juarez foi a Montevideu para entender-se com Isidoro Dias Lopes sobre a preparação e deflagração de um movimento armado no Nordeste, que seria encabeçado pela guarnição militar do Recife. Do encontro resultou a conclusão de que a sublevação era inviável. Em vista disso, Juarez escreveu a Carlos de Lima Cavalcanti, líder civil da revolta em Pernambuco, dissuadindo-o desse intento. Nessa ocasião, Isidoro forneceu a Juarez uma carta na qual o comissionava general de brigada para chefiar oportunamente aquele levante. Com essa credencial, Juarez viria a chefiar naquela região, três anos mais tarde, a Revolução de 1930.

Regressando ao Brasil, Juarez foi morar numa república com Siqueira Campos e João Alberto, igualmente clandestinos, e assegurou seu sustento com a renda da obra já citada, lançada em dois volumes, um em São Paulo e outro no Rio de Janeiro. Nessa época passou a usar o nome falso de Otávio Fernandes.

Em fevereiro de 1928, juntamente com outros revoltosos, foi condenado a um ano e quatro meses de reclusão por sentença do juiz Olímpio de Sá e Albuquerque, em virtude de sua participação no levante de 1922. Ainda em 1928, mantendo-se na clandestinidade, obteve um empréstimo de Caio de Lima Cavalcanti e associou-se a dois portugueses na reabertura de uma olaria em Sarapuí, a alguns quilômetros de Meriti, hoje Duque de Caxias (RJ), onde

trabalhou por vários meses. Entretanto, como a polícia intensificasse a caça aos foragidos políticos da revolta de 1924 — principalmente os integrantes da coluna Miguel Costa-Prestes —, a exemplo de outros companheiros Juarez decidiu exilar-se, e em fevereiro de 1929 foi para Buenos Aires residir num porão da Calle Galle com Siqueira Campos, Orlando Leite Ribeiro, João Alberto e Djalma Dutra. Para sobreviver exerceram funções humildes e suportaram sérias privações. Não deixaram, porém, de conspirar contra o governo de Washington Luís. De vez em quando um emissário era mandado ao Brasil para entrar em contato com Paulo Nogueira Filho em São Paulo, Carlos e Caio de Lima Cavalcanti em Pernambuco e Osvaldo Aranha no Rio Grande do Sul. Nesse período, Juarez realizou viagens a Corrientes, na Argentina, onde se encontrou com Miguel Costa, a Santa Fé, onde residia Prestes, e a Assunção, no Paraguai, para visitar seu irmão Fernando.

Em meados de 1929, os governos de Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Paraíba romperam politicamente com o presidente da República, Washington Luís, em virtude da escolha de Júlio Prestes, presidente de São Paulo, como candidato à sucessão presidencial nas eleições de março de 1930. Essa atitude do governo foi considerada uma interrupção da alternância São Paulo-Minas Gerais na política sucessória adotada até então, conhecida como a “política do café com leite”. Diante disso, os rebeldes exilados e os políticos que divergiam do governo federal aproveitaram a oportunidade para iniciar entendimentos visando a apoiar as candidaturas de Getúlio Vargas, presidente do Rio Grande do Sul, e de João Pessoa, presidente da Paraíba, lançadas pela Aliança Liberal.

Dos entendimentos mantidos a partir de então pelos exilados através de Luís Carlos Prestes, resultou a ida a Porto Alegre de Siqueira Campos e João Alberto, que foram postos em contato com Getúlio Vargas. Juarez, com a aquiescência de Prestes e Miguel Costa, resolveu juntar-se àqueles companheiros no Rio Grande do Sul e participar das articulações com os políticos daquele estado, de Minas Gerais e da Paraíba. Chegando à capital gaúcha, encontrou-se com Osvaldo Aranha, secretário do Interior do estado e principal articulador da conspiração no Sul, que lhe providenciou um passaporte com o nome falso de Humberto Gomes do Nascimento.

De acordo com o plano estabelecido por seus companheiros, Juarez deveria seguir para o Nordeste a fim de preparar ali o movimento. Antes, porém, de deixar Porto Alegre, recebeu a missão de, junto com Siqueira Campos, entender-se, em nome do governo gaúcho, com o

presidente de Minas Gerais, Antônio Carlos, a respeito da contribuição que caberia a esse estado na aquisição de armamentos no estrangeiro. Após o cumprimento dessa missão, seguiu para o Rio de Janeiro, onde, em janeiro de 1930, na antevéspera de sua partida para o Nordeste, foi preso e conduzido à presença de Coriolano de Góis, chefe de polícia do Distrito Federal. Submetido a longo interrogatório, foi enviado no dia seguinte para a fortaleza de Santa Cruz. Ali já se achavam presos vários companheiros seus, entre os quais Eduardo Gomes, Newton Estillac Leal e Djalma Dutra.

Foi nessa prisão que Juarez recebeu a visita do tenente Juraci Magalhães. Servindo no 1º Regimento de Infantaria da Vila Militar, Juraci era simpático ao movimento revolucionário e lhe contou que tinha sido convidado pelo comandante da sua unidade, juntamente com os tenentes Jurandir Mamede e Agildo Ribeiro, também adeptos das mesmas ideias, para servir ao 22º BC, sediado na capital paraibana. Confidenciou-lhe em seguida que lá procuraria organizar, com os companheiros, um núcleo de apoio ao movimento no Nordeste. Juarez achou oportuna a ida dos três e informou Juraci de que estava tramando sua fuga da prisão para seguir para aquela região do país. Em fevereiro ainda de 1930, com a ajuda de amigos, entre eles Ari Parreiras, Juarez conseguiu escapar da prisão com Estillac Leal e Alcides T. de Araújo.

Em março realizaram-se as eleições presidenciais, saindo vitoriosa a chapa Júlio Prestes-Vital Soares, apoiada por Washington Luís. Os setores aliancistas, que já esperavam por aquele resultado, intensificaram as articulações para a deflagração do movimento armado. Em meados do mês, Juarez iniciou exaustiva e tumultuada viagem para o Nordeste, com a identidade falsa de Olavo Silva. Chegando a Recife em abril, entrou imediatamente em contato com Caio e Carlos de Lima Cavalcanti, informando-se da situação em Pernambuco e na Paraíba. Seguiu depois para a Paraíba e refugiou-se na residência de Juraci e Mamede na praia de Tambaú, onde iniciou as ligações com os tenentes revolucionários que serviam no 22º BC. De Tambaú viajou até Fortaleza para estabelecer contatos com oficiais do 23º BC e do Colégio Militar, regressando em seguida à Paraíba. Juarez era partidário de que, iniciado o levante, se constituísse um governo geral do Norte, com João Pessoa na chefia, pois entendia que a luta seria longa e a resistência do estado da Bahia acabaria por separar os revoltosos do Norte e Nordeste das forças do Sul.

No início de maio de 1930, Prestes convocou Juarez, Siqueira Campos e João Alberto para

uma reunião em Buenos Aires a que o primeiro ficou impossibilitado de comparecer. No encontro, em que também esteve presente Miguel Costa, Prestes comunicou-lhes que retirara o apoio à Aliança Liberal por divergir ideologicamente da orientação que ela dava ao movimento revolucionário. Disse que, tendo aderido às ideias comunistas, convencerase do caráter pernicioso daquela revolução, cujo cunho acentuadamente burguês representaria simplesmente uma luta entre as oligarquias dominantes. Preocupado com a cumplicidade das forças armadas no movimento, propôs aos militares que assumissem a sua posição, que seria divulgada a toda a nação através de manifesto que estava preparando. Siqueira Campos e João Alberto conseguiram, no entanto, que Prestes se comprometesse a retardar por um mês a publicação do manifesto, prazo no qual os aliancistas tentariam deflagrar a revolução. Na viagem de regresso ao Brasil, o avião em que viajavam João Alberto e Siqueira Campos caiu, no dia 10 de maio, no rio da Prata, morrendo no acidente o último. Prestes rompeu então seu compromisso e antecipou a publicação do manifesto, enviando no dia 25 do mesmo mês uma cópia a Juarez. No documento, Prestes não só atacava os propósitos da Aliança Liberal, cujo programa considerava anódino, como tornava explícito o caráter que achava necessário imprimir à revolução. Para ele os golpes deveriam ser desfechados prioritariamente contra a propriedade territorial e contra o imperialismo anglo-americano, o que só poderia ser feito “pela verdadeira insurreição de todos os trabalhadores”.

Juarez escreveu a Prestes dois dias depois, divergindo quanto ao estabelecimento de um governo exclusivamente proletário, porque, para ele, a chefia do país deveria ser integrada por “gente esclarecida e honesta, estabelecida em nome de todas as classes e capaz de regular imparcialmente os interesses de cada uma delas”. Divergia igualmente da forma radical como Prestes pretendia solucionar questões relativas à dívida externa, à encampação das empresas estrangeiras estabelecidas no país, e à redistribuição da propriedade territorial. Para Juarez a prioridade do movimento deveria ser a extinção das tradicionais lideranças anárquicas dominantes no cenário político brasileiro. Preocupado com a repercussão negativa do manifesto no movimento que estava sendo articulado, declarava ainda a sua decisão de não publicá-lo nos jornais do Nordeste.

O manifesto de Prestes foi, no entanto, divulgado no dia 29 de maio pelo *Diário da Noite*, órgão dos Diários Associados, no Rio de Janeiro, e nos dois dias seguintes, pelos outros

jornais do Rio e de São Paulo. A partir de então estabeleceu-se entre Prestes e Juarez acirrada polêmica através de cartas, que culminou com a divulgação pela imprensa, na segunda quinzena de junho, de um manifesto de Juarez contestando as ideias preconizadas por Prestes. Por outro lado, com o afastamento de Prestes, João Alberto e Juarez tiveram seus nomes cogitados para o comando militar do movimento. Nesse momento, entretanto, Antônio Carlos e Getúlio Vargas recuaram em relação à luta armada, o que determinou a paralisação dos preparativos. Mais tarde a escolha para a chefia militar recairia no tenente-coronel Pedro Aurélio de Góis Monteiro.

Nesse período, havia recrudescido a pressão do governo federal sobre a Paraíba, inclusive através do apoio velado à Revolta de Princesa, hoje Princesa Isabel (PB), liderada por José Pereira, opositor de João Pessoa. O assassinato de João Pessoa no dia 26 de julho desencadeou grave crise política nacional. Embora cometido por um adversário político por motivos familiares, o crime provocou intensa reação nos círculos revolucionários, levando Antônio Carlos e Vargas a decidir dar novo apoio à conspiração. Por outro lado, alegando a situação de guerra civil existente na Paraíba e a incapacidade do governo estadual para reprimir os excessos da multidão exaltada pelo assassinato de João Pessoa, o governo federal determinou verdadeira ocupação do estado por tropas do Exército. Após a ocupação de Princesa Isabel por um destacamento do Exército, o governo estadual foi compelido a retirar das proximidades da cidade as forças policiais que combatiam a rebelião, deslocando-as para o interior do estado.

Diante das proporções que a pressão militar do governo central tinha assumido, Juarez enviou em fins de agosto um telegrama a Osvaldo Aranha, pedindo-lhe que apressasse o movimento para evitar um levante isolado e sem possibilidades de êxito, deflagrado por elementos revoltados da Paraíba. No dia 20 de setembro Osvaldo Aranha comunicou a Juarez a conclusão dos preparativos do movimento no Sul e no Centro do país, e pediu-lhe que indicasse imediatamente duas ou três datas que julgasse mais convenientes para desencadeá-lo no Norte. Na capital paraibana, além do quartel-general revolucionário do Norte, estava sediado também o comando da 7ª RM, para lá transferido após o assassinato de João Pessoa. Era preciso, pois, não só levar o fator surpresa, como também ter como oficial de dia no 22º BC um dos oficiais comprometidos com o movimento. Após transmitir três datas, Juarez recebeu comunicado de Osvaldo Aranha fixando, de comum acordo com

Antônio Carlos, o início do movimento para as 5:30h da tarde de 3 de outubro. Embora fosse essa a data preferida por Juarez, em virtude de estar escalado como oficial de dia do 22º BC o tenente Agildo Barata, um dos cabeças da conspiração nessa unidade, a hora fixada era inaceitável por não garantir a indispensável surpresa na execução do levante. Como fora estabelecido desde o início que o movimento deveria começar simultaneamente nos três pontos do país, Juarez enviou a Osvaldo Aranha um telegrama cifrado pedindo-lhe para iniciar o movimento na madrugada do dia 4. Entretanto, sua extrema cautela na redação do telegrama tornou-o ambíguo, provocando um mal-entendido. Tendo Juarez substituído a palavra levante por marcha, Osvaldo Aranha acedeu à solicitação, entendendo que Juarez se referia ao início da movimentação das tropas para o sul após o levante e não ao começo do levante. O líder do movimento no Nordeste estava convencido de que a sua mensagem fora corretamente interpretada.

A REVOLUÇÃO DE 1930 NO NORDESTE

A eclosão do movimento estava programada para ocorrer simultaneamente no 21º BC, em Recife, no 22º BC e na Polícia Militar destacada na Paraíba, no 23º BC, em Fortaleza, no 29º BC em Natal, no 25º BC em Teresina, no 24º BC em São Luís e no 26º BC em Belém, além de companhias de Fuzileiros na Paraíba e de contingentes de praças do Colégio Militar de Fortaleza. O levante incluía ainda a cooperação de civis e, onde fosse possível, a ajuda de elementos da política local. Para assegurar o fator surpresa, Juarez retardou até a antevéspera a comunicação da data fixada às chefias de cada guarnição. Contrariando a opinião de alguns companheiros que insistiam em sua permanência na Paraíba no início do movimento, Juarez decidiu seguir para Recife, uma vez que a mobilização das forças rebeldes no 21º BC mostrava-se precária. Assim, às primeiras horas da noite do dia 3 partiu para a capital pernambucana com o tenente Sebastião Mendes de Holanda, a quem caberia o comando do levante do 21º BC, e com o tenente Afonso Augusto de Albuquerque Lima. Chegando a Recife, soube, através de Carlos e Caio de Lima Cavalcanti, que o movimento revolucionário fora iniciado no Sul às 5:30h da tarde daquele mesmo dia e que as autoridades estaduais e federais já se tinham inteirado do fato. Juarez, seus companheiros de viagem e Carlos de Lima Cavalcanti rumaram então para o quartel do 21º BC, certificando-se ao se aproximar de que as forças governistas haviam

sido postas de prontidão. Considerando inteiramente frustrado o plano de ocupação rápida de Recife, Juarez voltou imediatamente para a Paraíba. Antes de embarcar, porém, objetivando a criação no Recife de pelo menos um foco de atividade revolucionária, determinou que um grupo de civis comandados por Rui e Caio de Lima Cavalcanti danificasse os equipamentos de ligação da central telefônica e ocupou o quartel da Soledade, depósito de material bélico da 7ª RM, o que permitiria armar e municiar todos os voluntários civis e militares que ali se apresentassem. Ao chegar à capital paraibana, tomou conhecimento do êxito ali alcançado pelos sediciosos do 22º BC, comandados pelos tenentes Juraci Magalhães, Jurandir Mamede, Agildo Barata e Paulo Cordeiro, e pela Polícia Militar da Paraíba, sob o comando do coronel Elísio Sobreira. Esse sucesso fora devido em grande parte à iniciativa de Agildo Barata de reter em seu poder a correspondência telegráfica enviada ao general Alberto Lavenère Wanderley, comandante da 7ª RM, que foi morto em combate nessa ocasião, sobre o levante das guarnições do Centro e do Sul.

Acompanhando ou imediatamente aderindo à rebelião do 22º BC e da Polícia Militar, rebelaram-se as companhias do 28º BC, 25º BC e 24º BC, destacadas na capital paraibana, o 23º BC, acantonado em Sousa, o 29º BC, em Santa Rita do Sabrigi, e a Companhia de Fuzileiros do 21º BC, acantonada em Campina Grande. No Piauí o 25º BC também se revoltara na madrugada do dia 4, depondo o presidente do estado Pires Leal e pondo em seu lugar o vice-presidente, comandante Areia Leão. Juarez organizou então na Paraíba um destacamento com elementos do 22º BC para apoiar os focos revolucionários que se tivessem estabelecido em Recife. Essa unidade militar, comandada por Juraci Magalhães, ao penetrar na capital pernambucana, no dia 5, encontrou apenas resistências esparsas. O presidente do estado, Estácio Coimbra, se retirara para Alagoas, o contingente do 21º BC tinha embarcado para Natal, e grande parte dos elementos da Polícia Militar propôs se render aos revolucionários. Ainda no dia 5, ocorreu também o levante do 26º BC em Belém do Pará. Não conseguindo se apoderar do quartel-general da 8ª RM, os insurretos se retiraram da capital.

No dia 6, com o avanço do 29º BC sobre Natal, o presidente do Rio Grande do Norte, Juvenal Lamartine, abandonou o governo. Nesse mesmo dia, com José Américo de Almeida, Juarez viajou para Recife, onde Carlos de Lima Cavalcanti tomava posse, para

estabelecer ali o quartel-general revolucionário do Norte. Dois dias depois, o presidente do Ceará, José Carlos de Matos Peixoto, abandonou o governo, sendo substituído por Manuel do Nascimento Fernandes Távora, irmão de Juarez. Ainda nesse dia, o 24º BC sediado em São Luís revoltou-se, depondo o presidente do Maranhão, José Pires Sexto, e empossando no governo o major José Luso Torres. No dia 9, com os governos revolucionários já constituídos nos estados de Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte, Ceará, Piauí e Maranhão, Juarez, como chefe militar da revolução no Norte, decidiu atribuir a José Américo de Almeida, que desde o governo de João Pessoa exercia o cargo de secretário de Segurança do estado da Paraíba, as funções de governador federal daquela região. O reagrupamento das forças revolucionárias do Norte foi efetuado mediante a organização de três unidades: a Brigada Leste, sob o comando de Juraci Magalhães, que deveria ocupar Maceió e Aracaju e invadir o nordeste da Bahia; a Brigada Nordeste, comandada por Jurandir Mamede, que ocuparia Petrolina (PE) e Juazeiro (BA), e a Brigada Norte, que se deslocaria pelo eixo Fortaleza-Teresina-São Luís e depois ingressaria em território paraense para ocupar Belém.

No dia 10 o presidente Álvaro Pais abandonou o governo de Alagoas, e o 20º BC, sediado em Maceió, aderiu à revolução sem resistências. Para substituí-lo, José Américo empossou, no dia 14, Hermilo de Freitas Melro. No dia 11 José Américo empossou também, no Rio Grande do Norte, Irineu Joffily, em substituição ao presidente deposto, Juvenal Lamartine. No dia 16, o 28º BC, sediado em Aracaju, aderiu à revolução, tendo o presidente do estado, Manuel Dantas, abandonado o governo. Para substituí-lo, José Américo nomeou dias depois o general José Calasans. No dia 24, uma junta militar composta pelos generais Augusto Tasso Fragoso e João de Deus Mena Barreto e pelo almirante José Isaías de Noronha substituiu o presidente da República, Washington Luís, deposto pela alta hierarquia do Exército. Diante disso, o governador da Bahia, coronel Frederico Costa, renunciou ao governo do estado, sendo nomeado para substituí-lo o civil Leopoldo Amaral.

“VICE-REI DO NORTE”

Avisado pelos tenentes Artur da Costa e Silva e Napoleão Alencastro Guimarães de que estava havendo tentativas de divisão das forças revolucionárias no Rio de Janeiro, onde era necessária a sua presença, Juarez para lá seguiu no dia 27 de outubro, juntamente com

Agildo Barata e Mirocem Navarro, sendo recebido com grandes manifestações de efusão pelo povo carioca. Convidado por Getúlio Vargas, quando este assumiu o poder em 3 de novembro de 1930, a ocupar o cargo de ministro de Viação e Obras Públicas, não aceitou, alegando o compromisso dos chefes militares de não ocupar postos na administração civil, já que cabia às forças armadas garantir ao governo a necessária segurança para que este realizasse a obra de renovação revolucionária. Todavia, atendendo a solicitação de Osvaldo Aranha, ocupou a pasta de 4 a 24 de novembro, quando, por indicação sua, foi nomeado para o cargo José Américo de Almeida. Em 14 de novembro o governo provisório extinguiu as juntas governativas dos estados do Norte e Nordeste, e os governadores que a revolução empossou foram designados interventores federais.

Devido à precariedade do programa da Aliança Liberal e à necessidade de definir os rumos do governo provisório, um grupo de civis e militares identificados como os “verdadeiros revolucionários” passou, em novembro, a se reunir às noites no palácio Guanabara para discutir aquelas questões. Esse grupo, que a imprensa denominou “Gabinete Negro”, era integrado por José Fernandes Leite de Castro, Osvaldo Aranha, Ari Parreiras, José Américo de Almeida, Juarez Távora, Pedro Ernesto Batista e João Alberto, que, embora interventor em São Paulo, vinha ao Rio constantemente. Como decorrência desses encontros, presididos por Vargas, e diante da dificuldade de encontrar um denominador comum entre os diferentes grupos de apoio à revolução, foi organizado um instrumento de aglutinação revolucionária, a Legião de Outubro, com a tarefa de consolidar e defender os princípios do movimento. Tratava-se de um órgão associativo de base, capaz de congregar, em cada município, todos os elementos atuantes ou simpatizantes da revolução sob a chefia dos interventores federais em cada estado.

Considerando a importância dessa organização, também como preventivo contra o aliciamento comunista, Juarez recomendou a sua implementação pelos elementos revolucionários do Norte e Nordeste. Entretanto, como a obra revolucionária continuava a se processar sem rumos definidos, Juarez, Osvaldo Aranha, Góis Monteiro e João Alberto decidiram se reunir, em dezembro de 1930, em Poços de Caldas (MG) para discutir e definir as linhas mestras de um programa de ação. *O Jornal*, do Rio de Janeiro, publicou no dia 12 desse mesmo mês um apanhado das decisões tomadas por aqueles líderes, batizando o encontro de Pacto de Poços de Caldas. Segundo o depoimento do próprio Juarez em suas

Memórias, embora o objetivo básico da reunião não tenha sido alcançado, ele retornou ao Rio de Janeiro decidido a participar das responsabilidades do governo provisório, e assim aceitou o cargo de delegado militar junto às interventorias do Norte e Nordeste, desde o território do Acre até o estado da Bahia. Nomeado em 12 de dezembro, assumiu essas funções nos primeiros dias de janeiro do ano seguinte, passando a ser chamado pela imprensa de “vice-rei do Norte”. Para secretário dessa delegação foi nomeado Agildo Barata.

Nessa época, em 14 de janeiro de 1931, ao completar 33 anos, Juarez casou-se com sua prima Nair, filha de Belisário Távora. Teria com ela quatro filhos. Ainda nesse mês vários núcleos populares do Norte e Nordeste se mobilizaram para pedir ao governo provisório sua promoção a general por serviços prestados à revolução. Embora Vargas desejasse conceder-lhe essa patente, Juarez se recusou a aceitá-la por não ter cumprido os indispensáveis requisitos militares, e enviou telegrama nesse sentido aos interventores do Norte e Nordeste, bem como ao presidente da República. Em fevereiro Juarez foi ao Nordeste para tratar da substituição dos interventores na Bahia, Sergipe e Rio Grande do Norte. Embora sempre tivesse defendido a não participação de militares nos cargos da administração pública, as discórdias entre civis e militares o levaram a ir substituindo, gradativamente, os primeiros pelos segundos em todas as interventorias do Norte e Nordeste, com exceção do território do Acre, Paraíba e Pernambuco.

Em 11 de março, estando em Recife, Juarez foi convocado a vir com urgência ao Rio de Janeiro por telegramas de Góis Monteiro e Alcides Etchegoyen, para discutir a situação criada em São Paulo com o rompimento entre os integrantes do Partido Democrático (PD) e o interventor João Alberto e as divergências entre este e Miguel Costa e de ambos com o general Isidoro Dias Lopes em torno da organização e comando da Legião de Outubro naquele estado. Apesar de ter retornado imediatamente à capital do país, Juarez teve que se afastar do cenário político por motivo de doença até agosto de 1931. No mês de abril, foi promovido a major.

Em setembro de 1931, juntamente com Osvaldo Aranha e Ari Parreiras, Juarez foi nomeado membro da Comissão de Correição Administrativa, criada nessa época com a finalidade de proceder à correição dos atos da administração pública e sugerir às autoridades competentes as medidas e sanções a serem aplicadas. Essa comissão sucedeu à

Junta de Sanções que, por seu turno, tinha substituído o Tribunal Especial criado com a instituição do governo provisório, com a finalidade de processar e julgar crimes políticos e administrativos ocorridos no governo de Washington Luís. Em outubro do mesmo ano, ao ser baixado o decreto que instituiu os conselhos consultivos destinados a assessorar os interventores e prefeitos, Juarez julgou desnecessária a existência da Delegacia do Norte. Em vista disso, solicitou a Vargas a extinção desse cargo e a sua consequente demissão, assim como das funções de membro da Comissão de Correição Administrativa, no que foi atendido ainda em dezembro.

Integrante do Clube 3 de Outubro, entidade fundada em maio de 1931 para ser, ao lado da Legião de Outubro, um núcleo de debates, condensação e defesa dos ideais revolucionários, à margem dos partidos políticos, Juarez desligou-se dele em janeiro de 1932, por discordar dos termos do manifesto à nação lançado em dezembro do ano anterior por seus integrantes, combatendo a ideia da convocação urgente de uma assembleia constituinte. Do mesmo modo, quando em abril de 1932, pressionado principalmente pela oligarquia paulista, Vargas decidiu marcar as eleições para a Constituinte para 3 de maio de 1933, foi contrário a tal decisão.

Em maio de 1932, a convite de Osvaldo Aranha, então ministro da Fazenda, Juarez passou a integrar a Comissão de Estudos Econômicos e Financeiros dos Estados e Municípios, organizada naquele ministério com o fim de tentar solucionar a questão dos empréstimos externos contraídos pelos estados em anos anteriores. Ao assumir o cargo, sugeriu que o governo federal auxiliasse esses estados dirigindo-se diretamente aos banqueiros credores, sem interferência de intermediários, sugestão aceita pela comissão.

Reingressando no Clube 3 de Outubro, Juarez colaborou na elaboração dos trabalhos apresentados pelo núcleo do Rio de Janeiro na primeira convenção nacional da entidade, em julho de 1932, e foi eleito membro da comissão executiva provisória do núcleo nacional. Coube a essa comissão preparar as teses que, aprovadas pela convenção, se basearam no ideário da revolução e deveriam ser apresentadas no I Congresso Nacional Revolucionário.

A REVOLUÇÃO CONSTITUCIONALISTA DE SÃO PAULO

Em julho de 1932 eclodiu em São Paulo a Revolução Constitucionalista, em consequência da intensificação dos conflitos entre as lideranças paulistas tradicionais e o governo federal representado naquele estado por elementos tenentistas. Em apoio ao governo, Juarez seguiu para Minas Gerais, onde algumas unidades estavam em posição vulnerável. Ao chegar a Juiz de Fora, sede da 4ª RM, procedeu à imediata prisão do general Firmino Borba, que, tendo assumido poucos dias antes o comando da região, estava comprometido com os revolucionários paulistas. Substituiu-o pelo coronel Jorge Pinheiro, que reorganizou seu estado-maior, nomeando Gustavo Cordeiro de Farias para a sua chefia. Coube a Juarez a subchefia do estado-maior da 4ª Divisão de Infantaria, que devia operar no eixo Itajubá-Pouso Alegre-Ouro Fino-Mojimirim. O plano de operações adotado visava essencialmente conter as tentativas de invasão do território mineiro, agir ofensivamente sobre a região nordeste de São Paulo e, infletindo depois para sudoeste, ocupar Campinas, ameaçando daí a capital paulista em poder dos rebeldes. Posto em execução, o plano não chegou a se completar devido à suspensão das hostilidades pelo armistício solicitado em 2 de outubro pelos paulistas ao ministro da Guerra, general Góis Monteiro. De acordo com seu depoimento, Juarez combateu os revoltosos paulistas porque se opunha à ideia de um retorno imediato ao regime constitucional, acreditando que o governo provisório ainda não havia realizado os objetivos pelos quais se tinham batido os revolucionários de 1930.

Regressando ao Rio, Juarez voltou a participar, em novembro seguinte, dos trabalhos da Comissão de Estudos Econômicos e Financeiros do Ministério da Fazenda. No dia 15 desse mês realizou-se no Rio de Janeiro o I Congresso Nacional Revolucionário, ao qual estiveram presentes representantes do Clube 3 de Outubro e delegações da Legião 5 de Julho, da Legislação Paranaense, da Ação Integralista Brasileira, do Partido Liberal Socialista e do Partido Popular Progressista, os dois últimos de São Paulo. Eleito primeiro vice-presidente do conclave, Juarez teve que arcar constantemente com a presidência, já que Pedro Ernesto Batista, que era o titular, quase nunca podia comparecer às sessões devido a seus encargos como interventor no Distrito Federal. Desse modo, coube a Juarez ultimar as providências decorrentes das decisões do congresso, inclusive aquelas ligadas à fundação do Partido Socialista Brasileiro. Embora divergindo da orientação ideológica desse partido, Juarez foi durante mais de dois meses um dos seus organizadores em virtude de o Congresso ter votado e aprovado uma moção no sentido de adotá-lo como catalisador

da ideologia revolucionária. O Clube 3 de Outubro, no entanto, mantendo a sua posição de órgão não partidário, passou a ter como preocupação maior a difusão, junto aos novos partidos em formação nos estados, das ideias de renovação política, econômica e social para facilitar sua defesa perante a Assembleia Nacional Constituinte.

NO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA

Em dezembro de 1932, Juarez foi convidado por Getúlio Vargas para a pasta da Agricultura, em substituição a Joaquim Francisco de Assis Brasil, que, ocupando um posto diplomático em Buenos Aires, estava sendo substituído interinamente havia quase um ano por Mário Barbosa Carneiro. Dois motivos levaram Juarez a aceitar o ministério: primeiro, poder colaborar com os governos do Nordeste em relação aos problemas das secas, e segundo, poder influir, na qualidade de ministro, nos trabalhos da Assembleia Constituinte, cuja eleição já fora fixada para maio de 1933. Nomeado no dia 22 de dezembro, Juarez assumiu dois dias depois e logo após a posse tratou de organizar comissões de técnicos encarregados de elaborar a reforma estrutural e funcional do ministério. Em janeiro de 1933 criou a Diretoria de Expediente e Contabilidade e as diretorias gerais de Agricultura, Indústria Animal e Pesquisas Científicas, além de regular o exercício da profissão de agrônomo.

Entre os vários órgãos criados na sua gestão para aumentar a eficiência funcional do ministério incluem-se ainda o Instituto de Tecnologia (maio de 1933), o Instituto do Açúcar e do Alcool (junho de 1933), a Diretoria de Estatística e Publicidade (julho de 1933), o Departamento Nacional de Produção Mineral (julho de 1933) e o Instituto de Biologia Animal (agosto de 1933). Em setembro de 1933 foi regulamentada a profissão de veterinário. Em outubro do mesmo ano foi criado o Conselho de Fiscalização das Expedições Artísticas e Científicas no Brasil e, em novembro, o Entreposto de Pesca do Distrito Federal.

Naquela época, o café — principal produto de exportação — enfrentava grave crise. As safras anuais, que vinham excedendo às demandas do mercado internacional, tinham forçado o governo brasileiro a financiar e manter armazenados enormes estoques à espera de oportunidade para exportá-los. Para aliviar a pressão das taxas de armazenagem e de baixa de preço por excesso do produto, o governo iniciara a queima de milhares de sacas.

Como o Ministério da Agricultura não possuía um setor relacionado com esse produto, Juarez conseguiu, após entendimentos com Osvaldo Aranha, que uma pequena seção do Instituto do Café fosse transferida do Ministério da Fazenda para o seu ministério, onde se integrou no Departamento Nacional de Produção Vegetal com o título de Serviço Técnico do Café. Sustentando a tese de que o café, por sua significação na economia brasileira, deveria ter o seu problema equacionado e resolvido sob a égide do governo federal, Juarez sugeriu a Osvaldo Aranha que os grandes estoques de café armazenados fossem submetidos a severo processo de beneficiamento que os livrasse de todas as impurezas, devendo o Ministério da Fazenda se encarregar dessa providência mediante a cobrança de determinada taxa por saca. Essa proposta não encontrou, porém, ressonância naquele ministério nem no Instituto do Café.

Enquanto ministro de Estado, Juarez participou, como membro nato, dos trabalhos desenvolvidos pela Assembléia Constituinte instalada em 15 de novembro de 1933, tendo sugerido 15 teses na mesma linha das que havia defendido no I Congresso Nacional Revolucionário. Dentre elas destacaram-se as seguintes: a) a adoção do sufrágio universal direto apenas na esfera dos municípios, procedendo-se às eleições estaduais e federais por sufrágio indireto (este ponto só foi adotado nas disposições transitórias para as eleições seguintes); b) respeito à autonomia dos estados; c) criação de conselhos técnicos dentro de cada ministério; d) garantia plena de manifestação do pensamento através de órgãos de comunicação; e) criação de um conselho federal, órgão superior de supervisão que teria uma ação moderadora na coordenação dos três poderes (esse órgão não chegaria a ser implantado, pois esta função passou a ser exercida pelo Senado); f) abolição do chamado “direito de cessão”, incorporando-se as riquezas do subsolo e as fontes de energia hidráulica ao patrimônio da União, com caráter de imprescritibilidade e inalienabilidade e atribuindo-se à União a competência exclusiva para outorgar a particulares o direito de pesquisa e de lavra das jazidas minerais, bem como de exploração de energia hidráulica em águas consideradas de domínio público. Com base nesses princípios adotados pela nova Constituição, seriam sancionados, em 10 de julho de 1934, os Códigos de Minas e de Águas.

Em janeiro de 1934, Juarez aprovou os códigos de Caça e Pesca e o Florestal, instituindo o Dia da Árvore, a ser comemorado no dia 21 de setembro de cada ano. No mês seguinte

criou a Escola Nacional de Agronomia e a Escola Nacional de Veterinária. Ainda em fevereiro de 1934, participou de reunião de ministros para discutir a escolha do primeiro presidente constitucional, que resultou na indicação da candidatura de Getúlio Vargas. Em abril, ao lado de Osvaldo Aranha, José Américo de Almeida, Protógenes Guimarães, Pedro Ernesto e Góis Monteiro, manifestou-se publicamente a favor do nome do chefe da nação.

Encarando com reservas a questão da revisão do contrato da Itabira Iron Ore Co., Juarez manifestou ao chefe do governo, em ofício de março de 1934, completo acordo com o parecer do Departamento Nacional de Produção Mineral. Era de opinião que contrariamente ao proposto pela comissão constituída pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, a revisão abrangesse apenas a parte referente ao transporte, devendo a concessão para a exploração e a exportação de minério de ferro ser regulada em novo contrato. Esse assunto, amplamente debatido nos meios políticos, só seria resolvido anos mais tarde ao serem firmados os acordos de Washington, em junho de 1942, quando o governo inglês se propôs a transferir ao Brasil, sem qualquer ônus, a Companhia Itabira de Mineração.

Como ministro da Agricultura, Juarez colaborou ainda com os trabalhos de criação do Instituto Brasileiro de Estatística, que vinham sendo desenvolvidos por Mário Augusto Teixeira de Freitas, diretor de Estatística do Ministério de Educação e Saúde Pública. Esse instituto, criado em julho de 1934 com o objetivo de programar e coordenar todo o processo de levantamentos estatísticos do país, só se organizaria concretamente em 1935, já incluindo na sua competência os levantamentos geográficos e passando a se chamar Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Também em julho de 1934, foi criado o Banco Nacional de Crédito Rural que, no entanto, não chegou a operar. Ao serem finalizados os trabalhos da Constituinte (16/7/1934), juntamente com Ronald de Carvalho e Mário Câmara, Juarez propôs aos líderes do governo a formação do Partido Nacional, centrado nos princípios básicos da Constituição, partido esse que, no entanto, não chegou a ser organizado. Em 17 de julho, um dia após a promulgação da nova Carta, Getúlio Vargas foi eleito indiretamente pela Assembléia Constituinte presidente constitucional para um período de quatro anos.

Exonerado a seu pedido da pasta da Agricultura no dia 24 de julho, Juarez foi substituído por Odilon Braga e, embora convidado por Vargas para assumir a primeira presidência do Banco Nacional de Crédito Rural, preferiu dedicar-se à campanha eleitoral de outubro de

1934 para a reconstitucionalização dos estados, objetivando orientar os interventores federais do Norte e Nordeste na tarefa de aglutinar os elementos revolucionários. A pedido do seu irmão Fernando Távora, já afastado da interventoria do Ceará, seguiu para lá em agosto de 1934 para auxiliá-lo na luta eleitoral contra a máquina oficial que parecia voltar-se contra ele e os seus correligionários políticos na eleição da Constituinte estadual. Indicado por Fernandes Távora e seus amigos políticos candidato a governador do Ceará nas eleições indiretas a serem realizadas em 1935 pela Constituinte estadual, elaborou uma plataforma de governo inspirada no ideário do Partido Social Democrático (PSD) do Ceará, que levantara a sua candidatura. Afirmava, porém, nos seus discursos não estar comprometido com nenhuma facção e que o seu programa transcendia os compromissos firmados com aquele partido. Realizadas as eleições de outubro, entretanto, a oposição reunida em torno da Liga Eleitoral Católica (LEC) fez a maioria na Constituinte, que elegeu governador Francisco Meneses Pimentel.

DE VOLTA À CARREIRA MILITAR

Regressando ao Rio de Janeiro, Juarez retomou a carreira militar, indo servir em novembro de 1934 no 5º Batalhão de Engenharia, em Curitiba, como fiscal administrativo e primeiro engenheiro da Comissão de Estradas de Rodagem do Paraná e Santa Catarina. Deixando essa função em fevereiro do ano seguinte, voltou à capital do país, matriculando-se no curso de aperfeiçoamento da arma de engenharia, onde se encontrava ao ocorrer o levante comunista de 1935. Concluindo o curso em fins desse ano, prestou exame, no começo de 1936, para a Escola de Estado-Maior do Exército. Em setembro recebeu a patente de tenente-coronel.

Ainda em 1936, ao se iniciarem os debates sobre a sucessão presidencial, Juarez passou a apoiar, com outros líderes políticos do Nordeste, entre os quais Carlos de Lima Cavalcanti, a candidatura de Armando de Sales Oliveira, governador de São Paulo, opondo-se desse modo à permanência de Vargas no poder. Nesse sentido, em janeiro de 1937, escreveu ao governador da Bahia, Juraci Magalhães, sugerindo-lhe entendimentos conjuntos e imediatos com São Paulo e Rio Grande do Sul, visando à formação de um Partido Nacional Revolucionário, com programa firmemente definido, capaz de conduzir um candidato à presidência da República acima das conveniências pessoais ou regionais e propondo o

nome de Armando Sales, indicado pelo situacionismo paulista. Em fevereiro, entretanto, soube que os líderes políticos do Nordeste cogitavam lançar um candidato da preferência de Agamenon Magalhães. Procurando uma solução para o impasse, Juarez escreveu novamente a Juraci no dia 25 daquele mês, pondo-o a par da fórmula discutida em São Paulo — conforme proposta feita pela Bahia e apoiada pelo Rio Grande do Sul — no sentido de ser encontrado um candidato único, reunindo simpatias do Norte e do Sul, como seria o caso de José Américo de Almeida. No caso de uma candidatura não se firmar, o Norte e o Sul apoiariam a candidatura de Armando Sales. Essas negociações, no entanto, malograram e, em convenção coordenada pelo governo de Minas Gerais, da qual participaram também os governadores de Pernambuco e Bahia, realizada em maio, foi lançada a candidatura de José Américo de Almeida em oposição à de Armando Sales, indicado pelo Partido Constitucionalista de São Paulo.

Avesso a essa divisão das forças políticas, Juarez preferiu manter-se alheio à campanha eleitoral do candidato nordestino. A questão sucessória foi encerrada, porém, com a instauração do Estado Novo, em 10 de novembro de 1937, que permitiu a Vargas permanecer na presidência, investindo-se de poderes ditatoriais.

Depois de concluir o curso de estado-maior em fins de 1938, Juarez iniciou em fevereiro do ano seguinte estágio na 1ª Seção do Estado-Maior do Exército (EME). Em abril de 1939 foi classificado para o comando do 1º Batalhão Rodoviário e para a chefia da Comissão de Estradas de Rodagem no Paraná e Santa Catarina. Ainda em abril foi nomeado presidente da comissão de inquérito administrativo instaurada no Ministério da Viação e Obras Públicas para apurar irregularidades denunciadas na Rede de Viação Paraná-Santa Catarina. Os trabalhos dessa comissão estenderam-se por três meses e, apesar das inúmeras irregularidades constatadas, não chegaram a ser divulgados devido ao envolvimento de pessoas em posição hierárquica superior à dos membros da comissão, entre os quais o ministro da Viação, João de Mendonça Lima e seu antecessor, João Marques dos Reis, então presidente do Banco do Brasil. Constituída outra comissão composta de membros mais graduados, no final dos trabalhos aqueles dois foram considerados isentos de culpa.

Em julho de 1940, liberado das funções que exercia, Juarez iniciou estágio no estado-maior da 5ª RM, em Curitiba, para completar o estágio interrompido um ano antes no EME e habilitar-se a ingressar no quadro do Estado-Maior do Exército. Terminado o estágio em

março de 1941, já classificado ao quadro do Estado-Maior, foi designado para servir na 3ª Seção do EME, no Rio de Janeiro. Deixando a 3ª Seção em junho, passou a estagiar na 2ª Seção por haver sido nomeado adido militar junto à embaixada do Brasil no Chile, para onde seguiu em agosto seguinte. No dia 25 desse mesmo mês chegou ao posto de coronel. Em novembro de 1943 regressou ao Brasil, voltando a estagiar na 2ª Seção do EME.

Interessado em participar da organização da Força Expedicionária Brasileira (FEB), criada em consequência da declaração de guerra do Brasil às forças do Eixo (31/8/1942), na Segunda Guerra Mundial, Juarez foi classificado, em abril de 1944, para o comando do Batalhão Vilagran Cabrita, sediado na Vila Militar. Essa unidade estava incluída entre as forças expedicionárias e já preparara, durante o comando anterior de Fernandes Távora, uma companhia de transmissões para integrar a 1ª Divisão Expedicionária. Assumindo o comando desse batalhão no mês seguinte, Juarez organizou outra companhia de Transmissões para a 2ª Divisão Expedicionária. Ainda no mês de abril tinha assumido a presidência do departamento militar da Liga da Defesa Nacional, órgão então criado para apoiar a campanha em prol dos expedicionários brasileiros. Em agosto do mesmo ano viria a ser eleito membro do diretório central dessa entidade.

Durante o ano de 1945, com a desagregação do Estado Novo, Juarez empenhou-se em polarizar a maioria das forças armadas em torno do nome do ministro da Guerra, general Eurico Gaspar Dutra, a quem considerava caber orientar o processo de redemocratização do país. Informado em março de que Dutra seria lançado como candidato oficial em contraposição ao brigadeiro Eduardo Gomes, proclamado anteriormente candidato das correntes liberais, Juarez procurou inutilmente convencer o ministro da Guerra a retirar sua candidatura, que considerava fator de divisão e desarticulação das forças armadas. Em vista disso, durante a campanha eleitoral filiou-se à União Democrática Nacional (UDN), apoiando Eduardo Gomes.

Embora o conflito mundial tenha terminado em maio de 1945, Juarez permaneceu no comando do batalhão Vilagran Cabrita até setembro desse ano, quando assumiu a chefia da Diretoria de Engenharia do Exército. Contrário à promulgação do decreto-lei de 10 de setembro de 1945 que, alterando o Ato Adicional nº 9 (28/2/1945), previa eleições federais e estaduais conjuntas para 2 de dezembro daquele ano, considerou essa medida uma manobra para garantir a eleição de governadores da confiança de Vargas e, com o auxílio

deles, a maioria do Parlamento, que se incumbiria, por seu turno, de apoiar a permanência do presidente no poder. Ainda em outubro, como os jornais do Rio de Janeiro tivessem divulgado a inclusão do seu nome na chapa udenista de deputados pelo Distrito Federal, Juarez escreveu a Otávio Mangabeira, presidente da comissão executiva da UDN, declinando da indicação por desejar manter-se afastado das lides político-partidárias.

Quando os chefes militares depuseram Vargas em 29 de outubro de 1945, Juarez encontrava-se de férias. No pleito de 2 de dezembro, elegeu-se presidente da República o general Dutra, lançado pelo Partido Social Democrático (PSD) com o apoio do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), derrotando o brigadeiro Eduardo Gomes, lançado pela UDN. Em abril de 1946, Juarez foi nomeado membro da comissão regulamentadora da nova lei de organização do Ministério da Guerra. Em junho desse ano foi promovido a general-de-brigada, sendo nomeado, em outubro, para a segunda subchefia do EME, função que assumiu no mês seguinte.

A POLÍTICA DO PETRÓLEO

Em 1947, durante reuniões realizadas no Clube Militar, Juarez travou uma polêmica com o general Júlio Caetano Horta Barbosa a respeito da orientação a ser dada à política do petróleo. Juarez, que até então não se manifestara sobre o assunto, expôs o seu ponto de vista em três conferências que fez em 21 de abril, 19 de junho e 16 de setembro nos clubes Militar e Naval. De modo geral insistia na necessidade de o problema do petróleo ser encarado sob um prisma de “colaboração internacional”, devendo o Brasil entregar a exploração do produto às empresas estrangeiras. Segundo ele a sua posição se fundamentava não só em motivos econômicos em face da inexistência de recursos nacionais disponíveis para a exploração do petróleo, mas principalmente em termos de estratégia militar, como forma de garantir a segurança do continente contra a ameaça comunista. Esta posição, considerada “entreguista” pelos setores nacionalistas, não era adotada pela diretoria do Clube Militar, que decidiu convidar o general Horta Barbosa para opinar sobre o assunto. Ex-presidente do Conselho Nacional do Petróleo (CNP), este refutou os argumentos de Juarez, afirmando ser impossível qualquer conciliação entre os interesses nacionais e os estrangeiros no controle do petróleo. Defendendo a exploração do petróleo em regime de monopólio estatal, Horta Barbosa tornou-se um dos principais

opositores de Juarez nessa questão.

Durante quase todo o ano de 1947, Juarez acompanhou a elaboração do anteprojeto do Estatuto do Petróleo, sob a direção do ministro da Agricultura, Odilon Braga. Este anteprojeto favorável à participação do capital privado nacional e estrangeiro na exploração do petróleo, ao ser encaminhado ao Congresso em janeiro de 1948, desencadeou intensa oposição de políticos e militares identificados com a corrente nacionalista e ainda de estudantes da União Nacional dos Estudantes (UNE), que passaram a fazer campanha pelo monopólio estatal das jazidas e exploração do petróleo, criando o Centro de Estudos e Defesa do Petróleo e da Economia Nacional (CEDPEN). O anteprojeto de Estatuto do Petróleo acabou sendo abandonado no Congresso.

Ainda em 1947, Juarez participou por designação do ministro da Guerra, general Canrobert Pereira da Costa, da Comissão de Investimentos, destinada ao exame de investimentos para a pesquisa, exploração, refino, transporte e comercialização do petróleo.

Em 1948, além de conferências que fez sobre a revisão do contrato da Itabira Iron Ore Co., Juarez participou de trabalhos da comissão organizada pela Sociedade dos Amigos de Alberto Torres para estudar formas de associar a exportação do minério de ferro à indústria siderúrgica no país. Uma das sugestões da referida comissão ao presidente da República, general Eurico Dutra, foi o aparelhamento da Estrada de Ferro Central do Brasil (EFCB) e do porto do Rio de Janeiro, diante das dificuldades criadas pelo contrato da Itabira para a exportação do minério pelo vale do rio Doce. Esses problemas haviam sido resolvidos separadamente com a criação em 1941 da Companhia Siderúrgica Nacional, no vale do Paraíba, e entrega da exportação de minério à Companhia Vale do Rio Doce, criada em 1942, ambas com caráter de autarquias federais.

Outra questão em que Juarez se envolveu nessa mesma época relacionava-se com o aval do Tesouro Nacional ao empréstimo externo pedido pela Light and Power Company de 90 milhões de dólares destinados a ampliar as suas instalações. Contrário à avaliação, Juarez criticou o fato de o governo brasileiro beneficiar dessa forma uma empresa estrangeira poderosa, que vinha resistindo desde 1934 ao cumprimento de dispositivos do Código de Águas. O assunto tornou-se objeto de uma comissão parlamentar de inquérito para apurar os fatos denunciados. A Light, no entanto, conseguiu o aval pretendido, embora a CPI instaurada na Câmara dos Deputados tenha confirmado a procedência das acusações que

lhes foram feitas.

Em março de 1949, Juarez foi nomeado comandante da 6ª RM, sediada em Salvador, permanecendo nessa função até se tornar delegado do Brasil na Junta Interamericana de Ajuda e Defesa em Washington, Estados Unidos, para onde viajou em março do ano seguinte. Em virtude da precariedade do seu estado de saúde, submeteu-se naquele país a tratamento intensivo por ter sido então diagnosticado que continuava portador de espru.

Em maio de 1950 tomou conhecimento do provável lançamento da candidatura de Getúlio Vargas à sucessão presidencial nas eleições de outubro daquele ano. Escreveu então aos seus correligionários políticos e aos amigos militares, concitando-os a cerrarem fileiras em torno da candidatura de Eduardo Gomes, mais uma vez lançado pela UDN. Realizado o pleito, Vargas foi, no entanto, eleito.

Como membro da Junta Interamericana de Ajuda e Defesa, Juarez dedicou-se à elaboração de um esquema de defesa comum do continente americano. Tendo, porém, o Estado-Maior das Forças Armadas (EMFA) discordado de um dos pontos deste esquema referente à constituição de “zonas de defesa”, pediu exoneração do cargo. Regressando ao Brasil em fevereiro de 1951, matriculou-se em abril no curso da Escola Superior de Guerra (ESG), que concluiu em dezembro ainda desse ano. Durante as discussões sobre a remessa de lucros para o exterior realizada pelo governo, afirmou, em fins deste mesmo ano, que o maior perigo para o país não era a exploração do capital estrangeiro, mas o comunismo.

Nomeado em março de 1952 diretor de Engenharia do Exército, permaneceu neste cargo alguns meses. Promovido a general-de-divisão em setembro ainda de 1952, foi nomeado comandante da ESG. Durante a sua gestão nessa entidade, entre as principais medidas que tomou, destacaram-se a instalação do curso de estado-maior e comando das forças armadas, que vinha sendo objeto de estudo desde 1951, e a ampliação do acesso de civis aos cursos da ESG.

A CRISE DE 1954

Em fevereiro de 1954, quando se iniciaram os debates sobre o problema sucessório nos estados e na presidência da República, João Cleofas, ministro da Agricultura, escreveu ao governador de Pernambuco, Etelvino Lins, condicionando o seu apoio ao candidato a ser lançado pelo PSD ao governo do estado à aceitação por esse partido da chapa Juarez

Távora-Juscelino Kubitschek nas eleições presidenciais de outubro de 1955, promovendo assim a união nacional que o próprio governador pernambucano propunha. Desse modo, a candidatura à presidência deixaria de ser partidária, facilitando as composições em nível estadual. Em entrevista de 15 de março do mesmo ano, Juarez manifestou-se favorável ao esquema Etelvino Lins quanto a uma candidatura capaz de promover a união nacional, embora defendendo que essa candidatura devesse ser civil. Considerando que só esta seria capaz de aglutinar maior apoio da opinião pública, recusava-se a ser candidato.

Em maio de 1954, quando entraram em discussão as questões relacionadas com o aumento do abono de guarnição para os militares da ativa, Juarez sugeriu que o reajustamento salarial fosse calculado de acordo com o do salário mínimo para o conjunto das forças armadas e do funcionalismo civil. Esta sugestão não foi, no entanto, aceita e suscitou inúmeras críticas da oficialidade a Juarez. Em junho, manifestou-se também contra o projeto de lei apresentado ao Congresso por solicitação dos funcionários públicos civis de nível universitário que equiparava os seus vencimentos aos do padrão “O”, o mais elevado, sem considerar a natureza das funções efetivamente exercidas. Segundo Juarez, o atendimento dessa reivindicação poderia afetar o Exército, subvertendo a sua estrutura hierárquica, caso fosse endossada pelos oficiais. Ainda em junho, foi eleito para a primeira vice-presidência do Clube Militar na chapa encabeçada pelo general Canrobert Pereira da Costa, por sugestão de oficiais de alta patente.

Durante o primeiro semestre de 1954, acentuou-se a crise no cenário político em consequência da adoção do monopólio estatal do petróleo e do aumento de 100% do salário mínimo. O principal líder da oposição era o jornalista e deputado udenista Carlos Lacerda, que, através do seu jornal Tribuna da Imprensa, fazia duras críticas ao governo federal. Em 5 de agosto, esse jornalista sofreu um atentado, do qual resultou a morte do major-aviador Rubens Vaz, que o acompanhava de regresso —, uma reunião política. O episódio, que teve ampla divulgação na imprensa, agravou ainda mais o clima de tensão existente.

Como comandante da ESG e vice-presidente do Clube Militar, Juarez muito se empenhou na resolução da crise então deflagrada. Em consequência do atentado da Toneleros, que passou a ser considerado de natureza militar, foi instaurado na base aérea do Galeão um inquérito policial-militar sob controle do ministro da Aeronáutica para apurar as responsabilidades do crime, com amplos poderes para convocar autoridades e pessoas

suspeitas de envolvimento no mesmo. A revelação de ligações dos autores do atentado com a guarda pessoal do presidente da República representou elemento importante no acirramento da campanha contra Vargas. Juarez participou em 10 e 11 de agosto de reuniões secretas com oficiais do alto comando das forças armadas para discutir o agravamento da crise político-militar, ficando assentado que era dever das forças armadas empenhar-se em conjunto na elucidação do atentado e manter-se, em quaisquer eventualidades, dentro das prescrições constitucionais. Em encontro realizado ainda no dia 12 entre civis e militares, opôs-se à sugestão do deputado Augusto Amaral Peixoto no sentido da constituição pelo presidente Vargas, de um ministério interpartidário de conciliação de que participaria a oposição, principalmente a UDN, por considerar que a crise era mais de natureza militar do que política. Sendo informado de que, em caso de renúncia, Vargas transmitiria o poder ao ministro da Guerra, general Zenóbio da Costa, Juarez manifestou-se também contrário, porque tal ato desrespeitava os preceitos constitucionais.

No dia 14 ainda de agosto, cerca de 1.500 oficiais do Exército realizaram uma assembléia na qual aprovaram uma moção que exigia a renúncia do presidente da República. Juarez então interferiu, afirmando que os generais dos altos comandos militares tinham se comprometido a não acatar essa medida. Conseguiu desse modo anular a votação que pleiteava a renúncia de Vargas, fazendo aprovar, na mesma reunião, outra moção conciliatória pela qual seria mantida a unidade das três armas. Estas pressionaram conjuntamente o presidente no sentido da apuração imediata do crime e da punição dos culpados. Caso Vargas não atendesse, os militares voltariam a se reunir para discutir as medidas a serem tomadas.

No dia 16, a comissão de inquérito instalada no Galeão sob a presidência do coronel Adil de Oliveira noticiou estar quase totalmente esclarecida a responsabilidade pela execução do atentado. Inúmeros dados incriminando Gregório Fortunato, chefe da guarda pessoal de Vargas, foram revelados. Isso agravou ainda mais a crise. A Marinha e a Aeronáutica passaram então a considerar necessária a renúncia do presidente da República.

No dia 21, ao tomar ciência de que o vice-presidente João Café Filho tinha proposto a Vargas que ambos renunciassem, deixando que o Congresso Nacional escolhesse o novo governante, e que esta proposta fora aceita pela Marinha e pela Aeronáutica, mas não pelo

grosso do Exército, Juarez resolveu discutir a questão com Vargas. O presidente da República, no entanto, recusou-se no dia seguinte a aceitar a proposta. Desejando manter a unidade das forças armadas, Juarez redigiu com outros generais um manifesto à nação, assinado por 30 generais, juntando-se às outras armas na exigência do afastamento de Vargas do poder.

No dia 24 foi divulgada a notícia do suicídio de Vargas. Juarez, diante do desfecho da crise, jurou “nunca mais me envolver em tentativas de corrigir pela força os erros ou omissões dos nossos governantes”.

NA CHEFIA DO GABINETE MILITAR DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

Com a ascensão no mesmo dia de Café Filho ao poder, Juarez foi nomeado chefe do Gabinete Militar da Presidência da República. Por indicação sua foi nomeado para o Ministério da Guerra, em substituição a Zenóbio da Costa, o general Henrique Teixeira Lott, e para o Ministério da Marinha, o almirante Edmundo Jordão Amorim do Vale, que substituiu o almirante Renato Guillobel.

Logo após a constituição do novo governo, líderes udenistas procuraram Juarez para sondá-lo sobre a conveniência e viabilidade do adiamento das eleições presidenciais marcadas para outubro de 1955. Alegaram, de um lado, o trauma do povo, com o suicídio do presidente e, de outro, a necessidade de um rigoroso expurgo no alistamento eleitoral ex officio vigente desde as eleições de 1945. Juarez mostrou-se desfavorável a essa medida, temendo um agravamento da crise política nacional.

Como chefe do Gabinete Militar, foi delegada a Juarez a tarefa de coordenar e controlar as atividades de diversas autarquias ligadas diretamente à Presidência da República, entre as quais a Petrobras, o Conselho Nacional do Petróleo, a Companhia Vale do Rio Doce, a Companhia Siderúrgica Nacional, o IBGE, o Conselho Nacional de Águas e Energia, a Comissão Federal de Abastecimento e Preços (Cofap), a Comissão de Valorização do Vale São Francisco e a Comissão de Valorização da Amazônia. Tempos depois, preocupado com a alta imoderada dos preços dos gêneros alimentícios, o governo criou o Conselho Coordenador do Abastecimento Nacional, atribuindo a Juarez as funções de secretário-geral do mesmo.

Ao iniciar as suas atividades, Juarez foi acusado, juntamente com o ministro da Fazenda,

Eugênio Gudin, de estar inflacionando o governo no sentido de sabotar as atividades da Petrobras em favor dos trustes internacionais. Em declarações à imprensa na época, Juarez esclareceu que, embora tivesse participado da elaboração do Estatuto do Petróleo, passara depois a apoiar a solução monopolística adotada pelo governo ao criar a Petrobras, sendo inclusive contrário a qualquer alteração da lei vigente sobre o aumento.

Na sua gestão, Juarez determinou à secretaria executiva do Conselho de Segurança Nacional que delineasse um programa para o desenvolvimento da política nuclear, aproveitando as facilidades concedidas pelo governo norte-americano através da sua nova Política de Átomos para a Paz (1954). Essa nova orientação da política norte-americana permitia a liberação de muitas informações tecnológicas até então mantidas em rigoroso sigilo e facilitava a colaboração técnica para a pesquisa de minerais atômicos e o fornecimento condicional de reatores de pesquisa. O programa de desenvolvimento de energia nuclear no Brasil, organizado então, propiciaria, já depois da saída de Juarez da chefia do Gabinete Militar em abril de 1955, a assinatura de um acordo de cooperação entre o Brasil e os Estados Unidos nessa área.

AS ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS DE 1955

Em fins de 1954, sondado por elementos do Partido Democrata Cristão (PDC), liderados por monsenhor Arruda Câmara no Nordeste e por Antônio de Queirós Filho em São Paulo, sobre a conveniência do lançamento da sua candidatura à presidência da República, Juarez negou-se a aceitar essa indicação por estar empenhado, com outros militares, na articulação de uma candidatura civil de pacificação nacional.

Em face da resistência do governador de Minas Gerais, Juscelino Kubitschek, em acatar a sugestão de Café Filho de retirar a sua candidatura à presidência, patrocinada pelo PSD, a fim de possibilitar entendimentos políticos interpartidários, houve uma cisão naquele partido, cujas seções no Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Pernambuco aceitavam a fórmula de uma candidatura de união nacional e retiraram assim seu apoio a Juscelino. Em março Juarez foi avisado de que fora concluído um acordo entre o PSD e o PTB, liderado por João Goulart, que comporta como candidato à vice-presidência uma chapa com Juscelino. Juarez procurou sem sucesso demover Goulart do acordo e induzi-lo a aceitar a fórmula de conciliação nacional.

Em 1º de abril de 1955 Jânio Quadros desincompatibilizou-se do governo de São Paulo para concorrer à sucessão presidencial, abdicando assim de apoiar uma candidatura de união nacional. Nesse mesmo dia, sondado por Afonso Arinos de Melo Franco sobre a possibilidade de aceitar o lançamento da sua candidatura pela UDN, Juarez respondeu que, para evitar problemas relacionados com a sucessão, dispunha-se a candidatar-se com o simples apoio do PDC e que, com mais razão, tomaria essa atitude se pudesse contar com o apoio da UDN. Ainda nesse dia, foi procurado por emissários de Jânio que lhe afirmaram estar o governador paulista inclinado a abrir mão da sua própria candidatura em favor da de Juarez, em troca da indicação à vice-presidência e de uma participação maior de São Paulo no governo federal. Juarez esclareceu então que, antes de assumir esse compromisso, precisava ouvir os chefes militares e o presidente Café Filho. Interessado na proposta, o presidente da República estabeleceu com Jânio as bases do acordo proposto, comprometendo-se a conceder a São Paulo as pastas da Viação e Obras Públicas e da Fazenda, embora firmasse posição relativamente ao candidato à vice-presidência, indicando o seu amigo pessoal, Bento Munhoz da Rocha, então governador do Paraná.

No dia 2 de abril, reuniram-se os três ministros militares e oficiais superiores das três armas e decidiram que, dada a impossibilidade de uma solução de união nacional, estavam desobrigados dos compromissos anteriores, dando apoio à candidatura de Juarez. Ainda nesse dia Jânio desistiu da sua candidatura e lançou a chapa Juarez Távora-Munhoz da Rocha, que, se acreditava, poderia contar com o apoio, entre outros partidos, da UDN, do PSD, do PTB, do Partido Republicano (PR) e do Partido Social Progressista (PSP). Entretanto, o conhecimento das bases do acordo entre Café Filho e Jânio, principalmente o fato de o presidente da República haver indicado o candidato à vice-presidência sem consulta prévia aos partidos políticos, levou Juarez a desistir da sua candidatura, conforme assinala nas suas Memórias. Apesar de no dia 5 de abril ter reconsiderado essa atitude, comprometendo-se com representantes da UDN, do PDC e dissidentes do PSD a tornar a se candidatar, Juarez recuou novamente horas depois. No dia seguinte, líderes da UDN e do PSD dissidente decidiram-se pelo lançamento da candidatura de Etelvino Lins, ex-governador de Pernambuco, após exaustivos debates em torno de uma lista tríplice da qual faziam parte também Nereu Ramos e Carlos Luz.

Em 14 de abril Juarez exonerou-se da chefia do Gabinete Militar da Presidência da

República, sendo substituído pelo general José Bina Machado. De acordo com o que declarou nas suas Memórias, interessado em não prejudicar a candidatura de Etelvino Lins, recusou novas propostas para o lançamento do seu nome feitas por líderes do PDC, do Partido Socialista Brasileiro (PSB) e elementos udenistas que não acreditavam na viabilidade eleitoral do político pernambucano. Todavia, depois de uma viagem feita ao Paraná em fins de abril em que alguns políticos, entre os quais o presidente do PSB e reitor da Universidade de São Paulo, Alírio Correia Neto, voltaram a insistir na conveniência de ele disputar as eleições de outubro de 1955, Juarez, receoso de que a vitória da chapa Juscelino Kubitschek-João Goulart pudesse vir a desencadear nova crise político-militar, decidiu combatê-la nas urnas. Assim, em 11 de maio, o PDC lançou a sua candidatura às eleições presidenciais. Entretanto, em virtude de suas desistências anteriores, Juarez havia alienado o apoio dos elementos do PSP ligados a Café Filho e a Jânio Quadros e apreciável parcela do PR a que pertencia Munhoz da Rocha. Candidatando-se agora contra Etelvino Lins, passava também a ser hostilizado pelos dissidentes pernambucanos, catarinenses e gaúchos do PSD.

Por ocasião do início da sua campanha eleitoral, foi organizado um movimento interpartidário denominado Frente de Renovação Nacional, destinado a coordenar as ações de apoio partidário e extrapartidário à sua candidatura. Em maio, Raul Pilla promoveu um encontro entre Etelvino Lins e Juarez, propondo que ambos desistissem das suas candidaturas para permitir o lançamento de um candidato de conciliação. Ambos porém rejeitaram a proposição. Durante a convenção nacional do PSB, realizada ainda nesse mês, a candidatura de Juarez foi homologada, o mesmo acontecendo na convenção nacional do PDC em junho. Nessa oportunidade, líderes sindicais enviaram um documento ao diretório nacional do PSB, recusando-se a apoiar o nome de Juarez. Ainda em junho foi inaugurado no Rio de Janeiro o Comitê Nacional Pró-Candidatura de Juarez Távora. Poucos dias depois, Juarez iniciou a sua campanha. Considerando ser inadiável a reforma eleitoral quanto à adoção da cédula oficial (impressa e distribuída pelos tribunais eleitorais, já com o nome dos candidatos) e à conveniência de os candidatos só se elegerem por maioria absoluta, passou a defender essas idéias em todos os seus pronunciamentos. A reforma eleitoral foi amplamente debatida aquele ano no Congresso, que refutou as duas teses e, em contrapartida, aprovou a adoção da “cédula única”, pouco diferente da oficial, mas que

abria mão da exclusividade da sua impressão pelo Estado. O Congresso aprovou também, na mesma ocasião, a folha individual de votação em substituição ao título de eleitor.

Ainda em junho de 1955, em face da decisão de Etelvino Lins de retirar sua candidatura, Juarez, entrevistado por O Globo, pediu, no dia 27, o apoio da UDN e dos diretórios dissidentes do PSD à sua campanha, no que seria atendido pouco depois, exceto pelos dissidentes de Santa Catarina. Em julho seguinte o Partido Libertador (PL) decidiu dar oficialmente apoio a Juarez. Em fins de julho a convenção nacional da UDN igualmente homologou a chapa Juarez Távora-Milton Campos. Para Juarez, alguns fatos vieram fortalecer, naquela época, a sua candidatura. Entre eles, se incluíam a licença de Jânio Quadros do governo de São Paulo, para participar da sua campanha, a chefia da direção executiva desta pelo senador baiano da UDN Juraci Magalhães e a garantia do apoio do vice-presidente da seção paulista do PSD, Antônio Sílvio Cunha Bueno, e do ex-chefe integralista Belmiro Valverde.

Quando em agosto de 1955 se realizaram os acordos atômicos entre o Brasil e os Estados Unidos, Juarez, por ter sido um dos responsáveis pela assinatura dos mesmos, foi atacado pelas facções opostas à sua candidatura, principalmente os comunistas e petebistas, que o acusaram de submisso aos interesses imperialistas.

Realizado o pleito de 3 de outubro de 1955, elegeu-se a chapa Juscelino Kubitschek-João Goulart. Dos 9.066.698 votos depositados nas urnas, Juscelino obteve 33,8% (3.077.411 votos), Juarez, 28,7% (2.601.166), Ademar de Barros, 24,5% e Plínio Salgado, 80%. Passou então a dominar o cenário político nacional o debate em torno da legitimidade da vitória de Juscelino, centralizado nas teses da maioria absoluta e da ilegalidade dos votos que recebera dos comunistas, idéias essas sustentadas não só pela oposição parlamentar como pela Cruzada Brasileira Anticomunista, liderada pelo almirante Carlos Pena Boto. Em fins ainda de outubro, em encontro com o brigadeiro Eduardo Gomes, Juarez mostrou-se disposto a desencadear a batalha judicial das impugnações, visando expurgar dos votos apurados aqueles eivados de fraude. Ainda naquela oportunidade recusou-se a pugnar pela maioria absoluta, em virtude de já haver sido rejeitada pelo Congresso. Assim, no início de novembro, divulgou pela imprensa um comunicado, assinado também por Milton Campos, onde defendia a necessidade daquela providência como forma de corrigir pacificamente os vícios eleitorais.

No entanto, no início de novembro de 1955, em discurso pronunciado pelo coronel Jurandir de Bizarria Mamede, no sepultamento do general Canrobert Pereira da Costa, em nome do Clube Militar, incitando os chefes militares a impedir a posse dos eleitos, desencadeou séria crise político-militar. O ministro da Guerra, general Henrique Teixeira Lott, alegando que o coronel havia infringido os regulamentos militares, que proibiam qualquer manifestação política dos oficiais, decidiu aplicar-lhe a punição cabível. Entretanto, pertencendo aquele oficial, na ocasião, aos quadros da ESG, ligada ao EMFA, estava subordinado diretamente ao presidente da República. Tornava-se, portanto, necessário o seu retorno às fileiras para que o ato disciplinar fosse cumprido.

No dia 3 de novembro o presidente Café Filho foi repentinamente acometido de um distúrbio cardiovascular e teve que ser internado. Diante dessa situação imprevista, Lott enviou no dia 5 um ofício ao brigadeiro Gervásio Duncan, chefe interino do EMFA, pedindo o retorno de Mamede ao Exército sob o argumento de que já se esgotara o prazo limite de três anos para um oficial servir na ESG. Baseado em informações do comandante dessa instituição, almirante Ernesto Araújo, Duncan respondeu que Mamede ainda era necessário à escola. Nesse mesmo dia, Carlos Luz, presidente da Câmara dos Deputados, visitou o Ministério da Guerra para se inteirar da situação do Exército. Nessa ocasião, Lott mostrou-lhe algumas soluções tecnicamente possíveis para punir Mamede e acrescentou que, se nenhuma delas fosse adotada pela Presidência da República, pediria demissão do cargo. O presidente Café Filho, informado no dia 8 de que deveria ficar inativo por mais alguns dias, comunicou aos ministros a sua decisão de transmitir imediatamente o governo a Carlos Luz, seu sucessor legal. No dia 9, Luz foi empossado na presidência da República, sendo substituído na presidência da Câmara pelo deputado José Antônio Flores da Cunha, da UDN gaúcha. Nesse mesmo dia, após a reunião com os ministros de Café Filho, o novo presidente comunicou-lhes sua intenção de mantê-los nos cargos. Em audiência particular com Carlos Luz, Lott pediu uma solução rápida para o caso Mamede. Ouvido o consultor-geral da República, Temístocles Cavalcanti, o chefe do governo comunicou a Lott, no dia 10, o parecer contrário à punição do oficial, acrescentando que este permaneceria lotado no EMFA. O ministro da Guerra imediatamente pediu exoneração do cargo, que foi aceita por Carlos Luz, que logo o substituiu pelo general da reserva Álvaro Fiúza de Castro, com a transmissão marcada para o dia 11. Entretanto, na madrugada desse dia, com o decisivo

apoio do general Odílio Denis, comandante do I Exército e de outros comandos militares, Lott liderou um movimento para afastar Carlos Luz do governo, sob a alegação de que este mantinha ligações com a corrente “golpista”, liderada por Carlos Lacerda, que planejava impedir a posse de Juscelino e Goulart. Diante dessa iniciativa do ministro da Guerra demissionário, Carlos Luz abandonou o governo, sendo substituído, ainda no dia 11, por Nereu Ramos, vice-presidente do Senado, que reintegrou Lott nas funções de ministro da Guerra.

Juarez Távora não se envolveu nestes acontecimentos, por manter-se contrário à interferência de processos extralegais na solução do problema sucessório. Dois dias depois do golpe, em encontro com o general Lott, denunciou a ação deste como ilegal e só remediável com a volta ao poder do presidente Café Filho, tão logo o seu estado de saúde permitisse. Era este também o pensamento dos ex-ministros da Aeronáutica, brigadeiro Eduardo Gomes, e da Marinha, Amorim do Vale. Diante da resistência dos chefes militares que apoiaram o golpe em admitir o retorno de Café Filho à chefia do governo, Juarez declarou a sua decisão de, no dia 22, caso o presidente recebesse alta médica, acompanhá-lo na sua ida para o Catete, quaisquer que fossem as conseqüências. Na madrugada do dia 23, porém, foi preso em sua residência por ordem de Lott, sendo liberado horas depois sob a alegação de que a sua prisão teria sido um equívoco. Ainda no dia 23, o Congresso votou a favor do impedimento de Café Filho, obstado assim de reassumir a presidência da República, exercida por Nereu Ramos até 31 de janeiro de 1956, quando Juscelino Kubitschek e João Goulart tomaram posse.

Mesmo depois de consumado o movimento de 11 de novembro, Juarez continuou a pleitear junto aos partidos que o haviam apoiado o prosseguimento da batalha pela impugnação dos resultados da votação, para ele fraudulentos. Apenas em fins de dezembro de 1955 é que considerou inútil insistir no assunto. Prosseguiu, entretanto, sua campanha em favor da reforma eleitoral que fora rejeitada pelo Congresso.

Certificando-se de que o ministro da Guerra não fazia nenhum esforço para remediar o desentendimento provocado nas forças armadas pelo golpe de novembro, Juarez passou a confabular com outros chefes militares sobre os caminhos que deveriam seguir para chegarem a um entendimento ou para evitarem o pior, ou seja, um terceiro golpe militar que, segundo afirma em suas Memórias, “supostamente estaria sendo preparado por Lott,

com o apoio de comunistas infiltrados em comandos de unidades do Exército”. Embora a notícia desse golpe fosse falaciosa, Juarez continuou seu trabalho na esfera civil, junto a alguns governadores amigos, com o intuito de reduzir as tensões políticas e evitar o apelo a outro golpe militar.

DE 1956 A 1964

Em fins de julho e início de agosto de 1956, o deputado Renato Archer, do PSD, denunciou o fato de que Juarez, quando chefe do Gabinete Militar do governo de Café Filho, havia influenciado as diretrizes da política brasileira de energia nuclear para atender às exigências da embaixada dos Estados Unidos no Brasil no tocante ao princípio das “compensações específicas”, que, pelo acordo firmado entre os dois países, não teria sido explicitado com o propósito de favorecer o governo norte-americano. Dando base a essas denúncias, Renato Archer apresentou na Câmara documentos sigilosos enviados por Juarez à secretaria executiva do Conselho de Segurança Nacional (CSN). Em consequência da denúncia foi constituída na Câmara uma comissão parlamentar de inquérito (CPI) para apurar os fatos com ela relacionados. Nessa ocasião, além de afirmar que a atitude do deputado pessedista decorria do fato de o mesmo ser representante no Brasil da empresa canadense Prospec, que, pelo tratado mencionado, perdera a concessão para levantamentos aeromitilométricos, Juarez solicitou ao presidente da CPI, deputado Gabriel Passos, que este o chamasse para depor. Esse depoimento e a história das imputações feitas a Juarez constam do livro que publicou intitulado Átomos para o Brasil.

Ainda de acordo com as suas Memórias, embora tenha demonstrado perante a Câmara dos Deputados e a imprensa o caráter falacioso das acusações, Juarez, decepcionado com a conduta de alguns oficiais do Exército e com os membros da CPI, solidários a Renato Archer, ao terminar o seu depoimento requereu, em agosto de 1956, a sua transferência para a reserva no posto de general-de-exército, a qual foi concedida por decreto de setembro do mesmo ano. Em consequência desses fatos, o Conselho de Segurança Nacional determinou a dissolução da Comissão Técnica Mista Brasileira-Americana, constituída no ano anterior. Em outubro de 1956 foi criada então a Comissão Nacional de Energia Nuclear, diretamente subordinada à Presidência da República e encarregada de propor as medidas julgadas necessárias à orientação da política geral de energia atômica.

Em 11 de novembro de 1956, por ocasião do primeiro aniversário do movimento de novembro, Juarez entregou à imprensa longo depoimento sobre a sua posição em relação àquele acontecimento e sobre a sua tentativa frustrada de harmonizar as forças armadas, complementando-o com uma entrevista concedida à TV Tupi. Devido a esses pronunciamentos, o ministro da Guerra, general Henrique Lott, ordenou punição disciplinar de 48 horas de detenção domiciliar a Juarez por referência desrespeitosa ao presidente da República. Após cumprir a pena, Juarez solicitou a Lott que reconsiderasse o seu ato, alegando, entre outras razões, jamais haver sido punido disciplinarmente em mais de 40 anos de serviço no Exército. Como o ministro da Guerra não considerou o seu pedido, recorreu à Justiça, conseguindo que o Tribunal Federal de Recursos (TFR) lhe concedesse um mandado de segurança para anular a punição que lhe fora aplicada, a qual foi finalmente retirada da sua fé-de-ofício.

Em meados de 1957 Juarez seguiu para a Europa a fim de submeter-se a tratamento de saúde por ter sido acometido de novas crises de espru, viagem que repetiria anualmente com o mesmo objetivo até o fim da sua vida. Em 1958 transferiu residência para São Pedro d'Aldeia (RJ).

Ainda em 1958 filiou-se ao PDC, integrando, de início, o diretório regional do Distrito Federal e, posteriormente, o seu diretório nacional. Embora com a saúde abalada, participou, em 1960, de vários comícios nos estados do Nordeste, no estado do Rio de Janeiro e da Guanabara, em prol da candidatura de Jânio Quadros às eleições presidenciais de outubro daquele ano. Ainda em 1960, participou, em Caux (França), do Congresso Internacional de Rearmamento Moral, movimento fundado em 1938 que tinha como objetivo preparar ideologicamente os países no combate ao comunismo. Aderindo a este movimento, tomou parte no encontro realizado em Petrópolis (RJ) em 1962 e de novo congresso em Genebra no ano seguinte.

Em 1961, diante da renúncia do presidente Jânio Quadros, no mês de agosto, os ministros militares vetaram a posse do seu substituto legal, o vice-presidente João Goulart. Nessa ocasião, Juarez mostrou-se favorável à iniciativa do Congresso, que, em 2 de setembro, aprovou a Emenda Constitucional nº 4, instituindo o regime parlamentarista no país, como fórmula conciliatória capaz de permitir a posse de João Goulart na presidência da República, ocorrida no dia 7 ainda do mesmo mês.

Em abril de 1963, Juarez voltou a residir no Rio de Janeiro a fim de conduzir a sua campanha à Câmara Federal pela Guanabara, tendo a sua candidatura lançada pelo PDC. A partir desse ano iniciou-se no país intensa campanha pelo retorno ao presidencialismo, sendo amplamente debatida a possibilidade de antecipação do plebiscito, que, segundo a emenda, estava marcado para abril de 1965. Defensor do regime parlamentarista, Juarez opôs-se a essa campanha. No entanto, em setembro de 1962 o Congresso acabou aprovando a antecipação do plebiscito. Realizada em janeiro do ano seguinte, a consulta iria determinar por expressiva margem de votos o restabelecimento do presidencialismo.

Nas eleições de outubro de 1962, Juarez elegeu-se deputado federal, assumindo o mandato em fevereiro do ano seguinte. Durante o seu período legislativo representou, em julho de 1963, a Câmara dos Deputados nas solenidades de coroação do papa Paulo VI em Roma. Em setembro ainda de 1963, tornou-se vice-líder do bloco parlamentar dos pequenos partidos e líder do PDC. Nesse período, a oposição ao governo de João Goulart, liderada pelos governadores Ademar de Barros, de São Paulo, e Carlos Lacerda, da Guanabara, com o apoio do alto comando militar, passou a planejar um golpe de Estado, alarmada com a crescente aproximação de Goulart das forças de esquerda, o avanço do movimento em favor das reformas de base e a extensão das greves em todos os setores de atividade. Num momento de particular agravamento da crise, Goulart enviou, em outubro, mensagem ao Congresso pedindo a decretação do estado de sítio, alegando que ele era imprescindível para que o governo mantivesse a ordem pública. Contrário à medida, Juarez conseguiu convencer os seus colegas pedecistas na Câmara a votar pelo não atendimento do pedido. Sentindo que a maioria do Congresso adotava a mesma posição, Goulart dois dias depois solicitou a retirada da sua mensagem.

Em janeiro de 1964, Juarez representou a Câmara dos Deputados na Conferência Interparlamentar Pan-Americana, realizada em Washington. Ao regressar ao Brasil encontrou o país em grave crise institucional. A crescente polarização das forças político-sociais em processo acabou resultando num movimento político-militar que, em 31 de março, depôs o presidente João Goulart. Fiel ao juramento que fizera em 1956, por ocasião do suicídio de Getúlio Vargas, Juarez não participou do movimento, mas, após a vitória deste, proferiu um discurso na Câmara louvando a iniciativa conjunta das forças armadas de restaurar a paz social sem derramamento de sangue para garantir a sobrevivência dos

princípios democráticos e cristãos.

NO MINISTÉRIO DA VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

A junta militar que assumiu o governo com a deposição de Goulart, após longos entendimentos entre chefes civis e militares, dos quais Juarez participou, editou o Ato Institucional nº 1 (9/4/1964), que, entre outras medidas, determinou a eleição indireta do presidente e vice-presidente da República, com mandato até 31 de janeiro de 1966. Assim, o Congresso Nacional elegeu, em 11 de abril, o general Humberto de Alencar Castelo Branco com 361 votos, contra três dados a Juarez Távora e dois dados ao marechal Eurico Gaspar Dutra. No dia seguinte, Castelo Branco convidou Juarez a assumir um dos ministérios: Minas e Energia ou Viação e Obras Públicas. Optando pelo segundo, Juarez deixou sua cadeira na Câmara em 15 de abril e assumiu o cargo no dia seguinte, um dia após a posse do presidente da República. Para a chefia do seu gabinete, Juarez convidou o coronel Rodrigo Otávio Jordão Ramos.

Durante o governo de Castelo Branco, foram aprovadas diversas leis que permitiram o andamento da máquina administrativa do Ministério da Viação e Obras Públicas, entre as quais a que aprovou o Plano Nacional de Viação e a que criou o Conselho Nacional de Transportes como órgão de orientação e de controle executivo do referido plano. Com o objetivo de melhorar a eficiência dos serviços de seu ministério, Juarez desenvolveu, em colaboração com os ministérios do Planejamento, da Fazenda e da Marinha, um trabalho de recuperação econômica da Marinha Mercante, dos portos nacionais e da Rede Ferroviária Federal. Em relação à navegação fluvial, fez construir, em 1966, os primeiros comboios destinados à navegação dos rios São Francisco e Paraguai. Duas grandes obras ferroviárias foram inauguradas em março de 1967, a primeira ligando Bento Gonçalves a Vacaria, no Rio Grande do Sul, e a segunda, a parte central da ligação Pires do Rio-Brasília. Por este último trecho, Brasília ligou-se à Rede Ferroviária Centro-Oeste e integrou-se ao litoral.

Ainda em 1967 foi praticamente concluída a etapa inicial dos estudos para orientar a ampliação dos vários sistemas de transportes existentes no Brasil. Esses estudos foram realizados pela primeira vez no Brasil através do Grupo Executivo da Integração da Política dos Transportes (Geipot), criado por iniciativa dos ministérios do Planejamento e da Fazenda, com a assistência financeira e técnica do Banco Internacional de Reconstrução e

Desenvolvimento (BIRD). Em face dos resultados obtidos nessa primeira fase, foi assinado novo contrato com o BIRD para a execução de uma segunda etapa de estudos pelo Geipot. A celebração desse contrato de estudos com técnicos estrangeiros motivou críticas no Clube de Engenharia e no Congresso Nacional, sob a alegação de ser lesivo à engenharia nacional.

Ao iniciar-se em março de 1967 o governo de Artur da Costa e Silva, o Ministério da Viação e Obras Públicas foi extinto e foi criado o Ministério dos Transportes, passando à jurisdição deste os subsetores de transporte. Desse modo, no dia 15 de março, Juarez transmitiu o seu cargo ao titular da nova pasta, coronel Mário Davi Andreazza.

Logo após deixar o cargo, Juarez foi convidado pelo deputado Lopo Coelho, presidente do diretório regional da Guanabara da Aliança Renovadora Nacional (Arena) — partido governista criado após a extinção dos partidos pelo Ato Institucional nº 2 (27/10/1965) — para integrar o diretório, como vice-presidente. Juarez recusou o convite, alegando motivos de saúde. Abandonando então a vida pública, passou a dedicar-se a escrever as suas memórias.

Faleceu no Rio de Janeiro no dia 18 de julho de 1975.

Além de inúmeros artigos, conferências, discursos e pareceres, publicou: À guisa de depoimento — sobre a revolução brasileira de 1924 (1927), O ministro da Agricultura perante a Assembléia Nacional Constituinte (1934), Petróleo para o Brasil (1955), Produção para o Brasil (1956-1957), Átomos para o Brasil (1958), Organização para o Brasil (1959), Uma política de desenvolvimento para o Brasil (1962), Uma vida e muitas lutas, memórias (3v., 1973-1976).

A seu respeito foram publicadas as obras Osvaldo Aranha e Juarez Távora (os generais da Revolução) (1930), de Vítor Alves, e Prisão humorística do capitão Juarez Távora (1931), de Moisés Castelo Branco Filho, além do artigo “Távora: o homem, o militar e o estadista” (Revista do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil, 1976), de Edmundo de Macedo Soares e Silva.

O arquivo de Juarez Távora encontra-se depositado no Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (Cpdoc) da Fundação Getúlio Vargas.

Sílvia Pantoja

FONTES: ALBUQUERQUE, J. *Cearenses no Rio e em SP*; ARQ. CLUBE 3 DE OUTUBRO; ARQ. GETÚLIO VARGAS; ARQ. MIN. EXÉRC.; BARROS, J. *Memórias*; BELEZA, N. *Evolução*; BENEVIDES, M. *Governo Kubitschek*; CACHAPUZ, P. *Cronologia*; CAFÉ FILHO, J. *Do sindicato*; CÂM. DEP. *Deputados*; CARNEIRO, G. *História*; CARONE, E. *Segunda*; CARVALHO, E. *Petróleo*; CASCUDO, L. *História*; COHN, G. *Petróleo*; CORRESP. ESC. SUP. GUERRA; CORRESP. GAB. MIL. PRES. REP.; COSTA, M. *Cronologia*; COUTINHO, A. *Brasil*; COUTINHO, L. *General; Cronologia da Assembléia*; D'ARAÚJO, M. *Cronologia*; DULLES, J. *Anarquistas*; DULLES, J. *Getúlio*; *Encic. Mirador*; ENTREV. ANDRADE, H.; *Estado de S. Paulo* (19/7/1975); FIGUEIREDO, E. *Contribuição*; FLYNN, P. *Legião*; *Folha de S. Paulo* (28/8/1977); FONTOURA, J. *Memórias*; *Globo* (19/7/1975); *Grande encic. Delta*; GUERRA FILHO, R. *Ministério*; HEILBORN, M. *Oligarquia*; HIRSCHOWICZ, E. *Contemporâneos*; JARDIM, R. *Aventura*; *Jornal do Brasil* (19/7/75); KUBITSCHKEK, J. *Meu* (3); LEVINE, R. *Vargas*; LIMA, H. *Travessia*; LIMA, L. *Coluna*; MACHADO, F. *Últimos*; MIN. GUERRA. *Almanaque*; MIN. GUERRA. *Subsídios*; MORAIS, A. *Minas*; MOREIRA, J. *Dicionário*; NABUCO, C. *Vida*; NÉRI, S. 16; NOGUEIRA FILHO, P. *Ideais*; *Panfleto* (9/54-35); PEIXOTO, A. *Getúlio*; REIS JÚNIOR, P. *Presidentes*; SALES, D. *Razões*; SKIDMORE, T. *Brasil*; PEREIRA, J. *Petróleo*; SODRÉ, N. *História militar*; TÁVORA, J. *Política*; TÁVORA, J. *Vida*; VIANA FILHO, L. *Governo*; VÍTOR, M. *Cinco*.

TEATRO AMAZONAS

Teatro construído e inaugurado em Manaus em 1896. Tornou-se um ícone da capital amazonense e uma das expressões arquitetônicas responsáveis pela fama da cidade de “Paris dos trópicos”.

Foi em uma cidade com menos de cem mil habitantes que surgiu a ideia de construir um teatro que não fosse uma simples casa de espetáculos, e sim um majestoso edifício que aproximasse Manaus de uma capital europeia como Paris. O projeto de construção do Teatro Amazonas foi feito pelo deputado provincial Antônio José Fernandes Júnior e foi apresentado à Assembleia Provincial em 21 de maio de 1881. Venceu a licitação da obra o Gabinete Português de Engenharia de Lisboa, representado pelo comerciante Antônio de Oliveira Braga.

A construção do teatro foi iniciada em 1882. Contudo, as obras caminharam lentamente, e em 11 de agosto de 1885 foram suspensas pelo governo provincial para tentar uma negociação com os executores do projeto, que queriam a alteração do plano original. Não havendo acordo, o contrato foi rescindido em 12 de janeiro de 1886. Desse modo, as obras ficaram paralisadas durante vários anos, só sendo retomadas durante o governo de Eduardo Ribeiro (1890-1891 e 1892-1896). O edifício foi inaugurado em 31 de dezembro de 1896, no auge do ciclo econômico da borracha, durante a administração do governador Fileto Pires Ferreira (1896-1898). Para a estréia foi contratada a Companhia Lírica Italiana, empresariada pelo maranhense Joaquim de Carvalho Franco. A primeira ópera a estrear no Amazonas, no dia 7 de janeiro de 1897, foi *Gioconda*, de Amilcar Ponchielli.

O trabalho de decoração do teatro se estendeu por alguns anos após a inauguração oficial. O edifício foi construído com predomínio de elementos neoclássicos, mas a presença de outros estilos o caracteriza como uma construção eclética. Para a realização da obra foram contratados artistas renomados nos cenários brasileiro e europeu. O pernambucano Crispim do Amaral foi o responsável pela decoração do salão interno. O italiano Domenico de Angelis – que também trabalhou na decoração da sala de espetáculos do Teatro da Paz em Belém – foi contratado por Crispim do Amaral para fazer a ornamentação do salão nobre. No *plafond* do salão destacam-se a pintura *A glorificação das belas artes* na Amazônia, projetada por De Angelis, além de 32 lustres de vidro de Murano, bustos de personalidades

ilustres, colunas com base de mármore de Carrara e espelhos trazidos da Itália e França. O piso com desenho geométrico, também projetado pelo italiano, é formado por 12 mil peças de madeira encaixadas. A cúpula é composta de 36 mil escamas de cerâmica esmaltada e telhas vitrificadas, vindas da Alsácia. Foi adquirida na Casa Koch Frères, em Paris, e sua pintura ornamental foi feita por Lourenço Machado.

O Teatro do Amazonas é o principal monumento cultural arquitetônico do estado e foi tombado como patrimônio histórico em 28 de novembro de 1966. O edifício, que tem capacidade para 701 pessoas, foi restaurado em 1990 pelo governo de Amazonino Mendes. Atualmente, o Teatro Amazonas abriga o Festival de Ópera, um dos maiores e mais conceituados eventos no contexto da música erudita brasileira.

Maria Eugenia Bertarelli

FONTES: Biblioteca Virtual do Amazonas. Disponível em: <<http://www.bv.am.gov.br/portal/conteudo>>. Acesso em: 28/1/2010; Centro Cultural Largo de São Sebastião Disponível em: <<http://www.amazonasfestivalopera.com/>>. Acesso em: 29/1/2010; MESQUITA, O. *Manaus*.

TEFÉ, Nair de

*caricaturista.

Nair de Tefé von Hoonholtz nasceu em Petrópolis (RJ) no dia 10 de junho de 1886, filha de Antônio Luís von Hoonholtz, barão de Tefé, e de Maria Luísa Dodsworth. Seu pai foi oficial da Marinha brasileira e teve participação ativa no governo de dom Pedro II, atuando na Guerra do Paraguai e na formação da Repartição Hidrográfica da Marinha, da qual foi diretor; foi também ministro plenipotenciário em diversos países europeus. Seu avô, o conde Frederico Guilherme von Hoonholtz, foi oficial do Exército brasileiro no Primeiro Reinado.

Nair de Tefé nasceu em berço de ouro e parecia destinada a viver uma vida fútil de dama da sociedade carioca. Entretanto, sua vida foi exatamente o inverso disso. Em 1887, com um ano de idade, foi morar em Paris com a família, voltando ao Brasil em 1893. No mesmo ano seu pai foi enviado a Roma e para lá se dirigiu com a família. No ano seguinte Nair iniciou seus estudos em Nice, na França, no convento da Assomption, das madres ursulinas. Nessa época experimentou pela primeira vez usar o lápis para desenhar caricaturas. Tomou gosto pelo desenho e transformou esse gosto em forma de extravasar sentimentos, desenhando figuras masculinas e femininas porque gostava ou não delas. Em 1897 ingressou no melhor colégio da região, o Cours Vivaudy. Em 1901 seu pai mudou-se para Paris, e aí continuou a frequentar as melhores escolas, inclusive de pintura, como o curso de Madame Lavrut. Em 1903 a família retornou ao Brasil para logo voltar a Paris. Ingressou no célebre Cours Julien para, novamente, em dezembro de 1905, voltar ao Brasil. Essa vida movimentada só fez com que aprimorasse o seu traço caricatural.

No Brasil, a família estabeleceu-se em Petrópolis. A cidade, nessa época, era o lugar preferido da sociedade carioca para veraneio, principalmente entre dezembro e março, quando se tornava a capital social do país. A euforia das férias e das festas fizeram da cidade o melhor lugar para as experiências de Nair, principalmente porque a tradição da família fazia com que fossem constantemente convidados para festas e outras atividades. Empolgada com os registros positivos de seu trabalho, Nair manteve a atividade da caricatura e resolveu utilizar como assinatura o anagrama *Rian* – Nair ao contrário.

A fama de caricaturista expandiu-se, e o que no início era só para satisfazer os pedidos das

amigas virou atividade cotidiana. Para isso, no entanto, teve que superar as objeções do pai, que não via com bons olhos o trabalho da filha. Rian expunha os seus trabalhos semanalmente em vitrines de duas casas famosas do comércio do Rio de Janeiro, a Casa Davi e a Chapelaria Watson. Sua primeira caricatura publicada na imprensa foi a da artista francesa Réjane, na *Fon-Fon* de 31 de julho de 1909. A partir de então passou a colaborar em várias revistas e jornais nacionais, entre eles *Binóculo*, *Careta*, *O Malho*, *Ken*, *Fon-Fon*, *Revista da Semana*, *Gazeta de Notícias*, e ainda nas revistas francesas *Le Rire*, *Excelsior*, *Fémina* e *Fantasio*. Suas caricaturas criavam, no entanto, situações conflitantes. Por ser mulher e jovem, recebia vários elogios, já que desenhar caricaturas era, na época, uma atividade unicamente masculina. Mas a ironia expressa por seus traços também fazia com que recebesse advertências.

Sua presença em Petrópolis nos meses de verão fizeram dela uma referência. Admirada por todos por seu jeito altivo e moleque, irradiava alegria, principalmente quando, pela manhã, passeava com seu cavalo junto com o pai. O barão de Tefé tinha como companhia, além da filha, o presidente da República Hermes da Fonseca (1910-1914), desde 1912 viúvo de dona Orsina da Fonseca. A graça de Nair tocou o marechal, e ela entendeu o interesse, não o levando a sério. No entanto, num desses passeios o presidente a pediu em casamento. Nair se casou no dia 8 dezembro de 1913, num clima de escândalo pela diferença de idade e pelo pouco tempo de viuvez do noivo. Até novembro de 1914 ocuparia o lugar de primeira-dama do Brasil.

A partir do casamento, Nair dedicou-se integralmente ao marido, apoiando a construção de vilas populares em bairro suburbano do Rio de Janeiro que seria batizado com o nome de Marechal Hermes. O fato mais expressivo de sua vida com o marechal aconteceu no dia 26 de outubro de 1914, quando promoveu no palácio do Catete uma última festa para a despedida da presidência, durante a qual, acompanhada por Catulo da Paixão Cearense, tocou o maxixe *Corta Jaca* de Chiquinha Gonzaga. A comemoração gerou protestos do próprio Rui Barbosa, que reclamou no parlamento da falta de decoro no palácio presidencial.

Mais tarde, na sucessão presidencial de 1922, mais uma vez Nair se manteve ao lado do marido, que se opôs ao candidato oficial Artur Bernardes e apoiou o candidato da Reação Republicana, Nilo Peçanha. Com a eleição de Bernardes e a eclosão da revolta tenentista de

5 de julho de 1922, Hermes da Fonseca foi preso. Doente, foi libertado em janeiro de 1923 e faleceu em setembro seguinte na casa dos sogros, em Petrópolis.

A morte do marechal Hermes deixou Nair melancólica. Mas logo reagiu, dedicando-se a atividades culturais e teatrais em Petrópolis, atuando como atriz, autora e diretora. O escritor Coelho Neto escreveu, para ela, a peça *Miss Love*. O sucesso dessas atividades fez com que o dramaturgo Leopoldo Fróes tentasse incorporá-la à sua companhia. Também criou a Troupe Rian, grupo de teatro cuja renda era dedicada a obras sociais.

Nair de Tefé voltou para o Rio de Janeiro em 1932 e foi morar em Copacabana. Utilizando a herança do pai, morto em 1931, adquiriu um terreno e nele construiu um cinema, chamado Rian, em homenagem ao pai e como incentivo à atividade cinematográfica. Problemas com a exibição de filmes acabaram, contudo, por levá-la a se desfazer do cinema e a mudar-se para a cidade de Niterói, onde passou a levar uma vida de reclusão. Segundo alguns, a mudança se deveu à perda do cinema e da ilha Francisca, em Angra dos Reis, presente do marechal Hermes, em dívidas de jogo.

Nair de Tefé morreu em 10 de junho de 1981, no exato dia em que completou 95 anos de idade. Foi a primeira mulher caricaturista brasileira e, mais que isso, representou no Rio de Janeiro, junto com a jornalista Eugênia Moreira (1898-1948) e a “diva dos salões” Laurinda Santos Lobo (1878-1946), a expressão do modernismo e da atuação feminista da época.

Antonio Edmilson Martins Rodrigues

FONTES: AMARAL, S. *Nair*; LIMA, H. *História*; SANTOS, P. *Nair*; TEFFÉ, N. *Verdade*.

TEFÉ, OSCAR DE

*diplomata; emb. Bras. Itália 1923-1925 e 1926-1931.

Oscar de Tefé nasceu no Rio de Janeiro, então capital do Império, no dia 15 de outubro de 1870.

Bacharel pela Faculdade de Direito de Paris, iniciou a carreira diplomática sendo nomeado segundo-secretário da embaixada brasileira em Caracas, Venezuela, em dezembro de 1894. Assumiu o posto em fevereiro de 1895 e em setembro do ano seguinte foi removido para Berna, na Suíça. Ali serviu até abril de 1897, quando foi removido para São Petersburgo, então capital do Império Russo. Assumiu o novo posto em maio, e nele permaneceu até fevereiro do ano seguinte. Serviu em seguida em La Paz, na Bolívia, de maio de 1898 a fevereiro de 1899, e em Viena, na Áustria, de março de 1899 até 1903. Nesse ínterim, em novembro de 1902, foi promovido a primeiro-secretário.

Em janeiro de 1903 foi removido para Washington, mas permaneceu no Rio de Janeiro em gozo de licença, assumindo o novo posto só em dezembro de 1904. Em fevereiro de 1905 obteve nova licença, que se estendeu até maio daquele ano. Iniciou então nova temporada no exterior: esteve em Buenos Aires de maio de 1905 a agosto de 1908, e em Lisboa de setembro de 1908 a julho de 1910. Em maio de 1911 foi nomeado ministro residente em Constantinopla, atual Istambul, na Turquia, mas não chegou a ocupar o posto, reassumindo seu lugar em Lisboa. Em junho seguinte foi designado ministro residente em Atenas, e, em outubro, foi nomeado em comissão na mesma cidade, mas permaneceu em Lisboa até dezembro de 1911. A partir dessa data esteve em comissão no Rio de Janeiro até junho de 1913, embora em abril de 1912 tivesse sido nomeado enviado extraordinário e ministro plenipotenciário em La Paz.

De julho de 1913 a janeiro de 1914 esteve em Lisboa, em seguida foi removido para Berlim, e em agosto de 1916 retornou ao Rio de Janeiro. Aí permaneceu em comissão até maio de 1917, quando lhe foi concedida licença regulamentar que se estendeu até outubro seguinte. De março a novembro de 1918 foi censor-chefe da Secretaria de Estado, e no período seguinte gozou de licença sem vencimentos e foi posto em disponibilidade ativa. Em junho de 1920 foi designado enviado extraordinário e ministro plenipotenciário em Viena. Esteve no posto de setembro a novembro daquele ano e de abril de 1921 até janeiro

de 1923.

Designado embaixador do Brasil em Roma em novembro de 1922, assumiu o posto em janeiro de 1923, substituindo Pedro Leão Veloso. Esteve em férias extraordinárias entre outubro de 1925 e junho de 1926, e deixou Roma em abril de 1931, quando foi substituído por Alcebíades Peçanha.

FONTES: CONSULT. MAGALHÃES, B.; MIN. REL. EXT. *Almanaque*.

TEIXEIRA, Batista

*militar; rev. 1922; dir.-ger. DFSP 1956-1957.

Felisberto Batista Teixeira nasceu em São Borja (RS) no dia 4 de dezembro de 1903, filho de Manuel Teixeira dos Santos e Emília Batista Teixeira. Seu pai, um dos grandes estancieiros da região, dedicava-se também ao comércio. Sua mãe era irmã de Álvaro Batista, deputado no Congresso Constituinte estadual (1891) e na Assembléia dos Representantes do Rio Grande do Sul (1891-1896 e 1913-1915) e também deputado federal por esse estado (1915-1923 e 1927-1929), e de Homero Batista, representante eleito do Rio Grande do Sul no primeiro Congresso Constituinte da República (1890-1891), deputado federal pelo Rio Grande do Sul (1891-1893, 1894-1895, 1906-1911 e 1912-1914), presidente do Banco do Brasil (1914) e ministro da Fazenda do governo Epitácio Pessoa (1919-1922). Seu irmão Amaro foi casado com América Goulart Teixeira, prima-irmã de João Goulart, presidente da República entre 1961 e 1964.

Batista Teixeira fez os primeiros estudos em sua cidade natal, transferindo-se mais tarde para a capital gaúcha. Optando pela carreira militar, matriculou-se no Colégio Militar de Porto Alegre e, mais tarde, em 1921, ingressou na Escola Militar do Realengo, no Rio de Janeiro, então Distrito Federal. Tomou parte na Revolta de 5 de julho de 1922, movimento que iniciou o ciclo de revoltas tenentistas da década de 1920 e que irrompeu no Rio e em Mato Grosso em protesto contra a eleição de Artur Bernardes à presidência da República e contra as punições impostas pelo governo Epitácio Pessoa aos militares, como o fechamento do Clube Militar e a prisão do marechal Hermes da Fonseca. A revolta foi debelada no mesmo dia, tendo envolvido, no Rio, o forte de Copacabana, a Escola Militar e efetivos da Vila Militar. Por sua participação no movimento, Batista Teixeira foi expulso da Escola Militar.

Durante o período em que esteve afastado da vida militar, colaborou com Irineu Marinho na fundação do jornal *O Globo*, no Rio de Janeiro, e bacharelou-se em direito pela Faculdade de Direito de Niterói em 1927. Deste ano até 1930 exerceu a magistratura no Rio Grande do Sul, tendo lecionado, neste último ano, na Escola Normal de Cachoeira. Por ocasião do movimento revolucionário de 1930, tomou parte na revolução, tendo servido no 3º Batalhão Provisório, organizado naquela cidade gaúcha.

Anistiado após a vitória da Revolução de 1930, que levou Getúlio Vargas ao poder,

retornou à vida militar, ingressando na Escola Militar Provisória, localizada no Rio de Janeiro, onde completou o curso de oficial. Foi comissionado primeiro-tenente em novembro desse mesmo ano, sendo efetivado nesse posto em abril de 1932. Ainda nesse ano, durante a Revolução Constitucionalista, alinhou-se ao governo federal na luta contra os paulistas. Após a derrota dos revoltosos, foi designado interventor na Companhia Paulista de Estradas de Ferro. Promovido a capitão em junho de 1934, no mês seguinte ingressou na polícia do Distrito Federal, como assistente militar do chefe de polícia, permanecendo nessa função até novembro de 1937. Nesse período, participou da repressão à Revolta Comunista, que eclodiu em novembro de 1935.

Empossado, em novembro de 1937, na chefia do Serviço de Censura, da Divisão de Comunicações, Estatística e Relações Culturais com as Polícias Estrangeiras, participou do combate ao levante integralista, ocorrido em maio do ano seguinte. Deixou o cargo em setembro de 1938, para tornar-se titular da Delegacia Especial de Segurança Política e Social (DESPS). Em 1939, organizou o Serviço Secreto de Informações, tendo como pano de fundo a Segunda Guerra Mundial, iniciada em setembro daquele ano. No primeiro semestre de 1942, em articulação com o Federal Bureau of Investigation (FBI) norte-americano, desmantelou o serviço de espionagem alemão no Brasil, apreendendo oito estações transmissoras e 14 receptoras clandestinas e efetuando a prisão de 67 agentes. Em julho desse ano, deixou a chefia da DESPS e assumiu interinamente a chefia de Polícia do Distrito Federal. Promovido a major em junho de 1943, no mês seguinte foi nomeado oficial-de-gabinete do ministro da Guerra, general Eurico Gaspar Dutra, e, em março de 1944, interventor na firma alemã Knoll.

Com a desagregação do regime ditatorial do Estado Novo e a reconstitucionalização do país, filiou-se ao Partido Social Democrático (PSD). Foi um dos fundadores da Ala Moça Social Democrática, organização ligada ao PSD que promoveu a candidatura vitoriosa do general Dutra a presidente do país, e seu principal dirigente no Distrito Federal. Em maio de 1947 deixou a direção da Knoll e em maio do ano seguinte foi designado adido junto à Secretaria Geral do Conselho de Segurança Nacional. Em junho, alcançou a patente de tenente-coronel. No pleito de outubro de 1950, disputou uma vaga na Câmara dos Deputados pelo Partido Democrata Cristão (PDC), mas não conseguiu se eleger. Em setembro de 1952, foi promovido a coronel e, em março de 1954, desligou-se do Conselho

de Segurança Nacional.

Nos acontecimentos político-militares que culminaram no movimento de 11 de novembro de 1955, coordenou os coronéis contrários a qualquer tentativa de impedimento da posse de Juscelino Kubitschek e João Goulart, eleitos, respectivamente, presidente e vice-presidente da República, em 3 de outubro daquele ano. Teve também destacada atuação na tomada da chefatura de polícia do Departamento Federal de Segurança Pública, missão que lhe fora confiada na madrugada do dia 11 e realizada sem o auxílio de qualquer força militar.

Em março de 1956, foi nomeado ajudante-geral do quartel-general do I Exército. Em maio, no início do governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961), participou, juntamente com os generais Odílio Denis, comandante do I Exército, e Henrique Teixeira Lott, ministro da Guerra, de reunião convocada, a pedido do chefe do governo, pelo general Néelson de Melo, chefe do Gabinete Militar da Presidência da República, a fim de que fosse encontrada uma forma de sustar o movimento estudantil, apoiado por populares, irrompido em reação à elevação dos preços das passagens de bonde no Rio de Janeiro.

Entre agosto e setembro de 1956, tornaram-se cada vez mais violentos os ataques da oposição ao governo de Juscelino Kubitschek, dirigidos especialmente ao ministro da Guerra, general Lott, considerado o principal elemento de sustentação do governo. Diante dessa situação, o general Augusto Magessi, que, enquanto diretor do Departamento Federal de Segurança Pública, cargo correspondente ao de chefe de polícia, era responsável pela censura à imprensa, resolveu na noite de 8 para 9 de setembro daquele ano invadir a redação da revista Maquis, órgão de oposição ao governo federal. Nessa ocasião apreendeu a edição e prendeu todos os que se encontravam no local.

Esse episódio levaria a um dos raros incidentes ocorridos entre o Executivo e seu dispositivo militar: Juscelino, preocupado em manter a imagem democrática de seu governo, ordenou que os presos fossem libertados. Em decorrência dessa atitude do presidente, o general Augusto Magessi renunciou a seu cargo. Designado para substituí-lo, Batista Teixeira assumiu a chefia de polícia do Distrito Federal, procedendo à imediata devolução dos exemplares da revista, em obediência à determinação judicial. Permaneceu no cargo — uma das bases do denominado “tripé de segurança” do governo Kubitschek, formado pelo ministro da Guerra, pelo comandante do I Exército e pelo chefe de polícia do

Distrito Federal — até maio de 1957, quando se afastou, a pedido, por motivo de doença, sendo substituído pelo general Amauri Kruel. Ainda nesse governo, em junho de 1959, foi nomeado membro e presidente do conselho fiscal do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Bancários, tendo recusado os cargos de representante permanente do Brasil junto à Organização Internacional do Trabalho (OIT), órgão da Organização das Nações Unidas (ONU), sediado em Genebra, Suíça, e de membro do conselho fiscal da Companhia Siderúrgica Nacional.

Em 1960, disputou uma vaga na Assembléia Estadual Constituinte do recém-criado estado da Guanabara, na legenda do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), mas não logrou êxito. O último cargo público que exerceu foi o de diretor da Fábrica Nacional de Motores, nos anos de 1962 e 1963, no governo João Goulart.

Passando para a reserva, recebeu a patente de general-de-divisão. Durante sua carreira militar fez os cursos de infantaria e da Escola de Armas.

Faleceu no Rio de Janeiro em 6 de fevereiro de 1969.

Era casado com Leda Xavier de Brito Batista Teixeira, filha do marechal João Maria Xavier de Brito Júnior, revolucionário de 1922, com quem teve três filhos.

FONTES: AITA, C.; AXT, G. *Parlamentares*; BENEVIDES, M. *Governo*; *Correio da Manhã* (17/11/1955); *Jornal* (29/9/1956); KUBITSCHKE, J. *Meu*; MIN. GUERRA. *Almanaque* (1957); *República* (8/8/1945); SILVA, H. 1922; SODRÉ, N. *Memórias*; *Vamos Ler!* (12/8/1943).

TEIXEIRA, João Quintino

*dep. fed. MG 1906-1908.

João Quintino Teixeira nasceu em Uberaba (MG) em 2 de dezembro de 1874, filho de João Quintino Teixeira e de Carolina Eulália de Oliveira. Além do controle econômico da região, sua família também detinha o controle político. Seu pai foi um dos chefes políticos do Partido Conservador em Uberaba de maior prestígio durante o Império; foi juiz municipal suplente, delegado de polícia e presidente da Câmara de Vereadores da cidade, deputado provincial e coronel comandante do 32º Batalhão de Guardas Nacionais, além de ter sido agraciado pelo imperador dom Pedro II com a comenda de cavaleiro da Ordem de Cristo.

Ingressou na política ao ser eleito deputado estadual em 1903. Durante sua estada no Legislativo mineiro apoiou o projeto de prolongamento da Estrada de Ferro Oeste de Minas, de Bambuí até Uberaba, passando por Ibiá e Araxá. O projeto foi aprovado e converteu-se em lei, sendo executado alguns anos mais tarde.

Permaneceu no Legislativo mineiro até 1906, quando foi eleito deputado federal por seu estado natal. Assumiu sua cadeira na Câmara dos Deputados, no Rio de Janeiro, então Distrito Federal, em 3 de maio do mesmo ano e nela permaneceu até 31 de dezembro de 1908, quando se encerrou seu mandato.

Faleceu em Uberaba.

Era casado com Maria Junqueira Teixeira.

Ioneide Piffano Brion de Souza

FONTES: ARRUDA, M. *Mitologia*; BARBOSA, W. *História*; CÂM. DEP. *Deputados brasileiros*; Genealogia Brasileira. Disponível em: <http://www.genealogiabrasileira.com/titulosperdidos/cantagalo_ptbetim.htm>.

Acesso em: 13/6/2010; HORTA, C. *Famílias* (v. 5, 8/1986, p.111-142); *Jornal Lavoura e Comércio* (Uberaba,18/05/1999. Eliane Mendonça Marquez de; Jb Cultura. *Bio. João Quintino Teixeira*. Disponível em: <http://www.jbcultura.com.br/Gen_Min/gm3_a8c.htm>. Acesso em: 13/9/2010; NOGUEIRA, G. *Genealogias Mineiras*; PONTES, H. *História*; *Senadores e*

deputados de Minas Gerais. Disponível em: < <http://www.arquivohistorico-mg.com.br/deputadosesenadores.html> >. Acesso em 7/8/2010; Uberaba. *História da praça comendador Quintino*. Disponível em: <http://www.uberaba.com.br/portal.cgi?flagweb=pgn_hf_fotolocal&localiza=12&codigo=257>. Acesso em: 13/9/2010; VASCONCELOS, D. *História*; VEIGA, J. *Revista*.

TEIXEIRA, Joaquim

*jornalista; dep. fed. BA 1912-1917 e 1921-1923.

Joaquim Pereira Teixeira nasceu em Cachoeira (BA) em 18 de setembro de 1860, filho de Henrique Pereira Teixeira e de Elisa Laranjeira Dantas.

Matriculou-se aos 14 anos de idade na Faculdade de Direito do Recife, onde foi discípulo de J. J. Seabra, do qual se tornou amigo e grande admirador. Após diplomar-se em ciências jurídicas e sociais seguiu para o Rio de Janeiro e aí se dedicou à advocacia e ao jornalismo. Em decorrência da agitação política no governo do marechal Floriano Peixoto (1891-1894), esteve preso por sete meses. Já no governo de Prudente de Moraes (1894-1898), foi delegado de polícia no Distrito Federal. Foi secretário do jornal *Imprensa*, quando este se encontrava sob a direção de Rui Barbosa. Em 1900, foi nomeado diretor da Instrução Pública no Amazonas. Dois anos depois, retornando ao Rio de Janeiro, dirigiu o jornal *A Nação*. Voltou a Manaus em 1903 e dedicou-se à advocacia. De 1906 a 1907 viajou pela Europa. Ao retornar, fixou residência no Rio de Janeiro e se tornou diretor e proprietário da *Folha do Dia*.

Muito amigo de Rui Barbosa, ofereceu-lhe um Daimler Benz de oito cilindros, fabricado na Alemanha em 1903, que adquirira de um amigo em dificuldades financeiras. Como Rui devolvesse o presente, ofereceu-o à esposa deste, Maria Augusta. O carro foi um dos poucos automóveis de alto luxo a percorrer as ruas do Rio de Janeiro no princípio do século. Exposto na garagem da Fundação Casa de Rui Barbosa, em companhia de duas carruagens, é uma das peças de maior valor da instituição.

Foi eleito deputado federal pela Bahia em duas legislaturas consecutivas, de 1912 a 1914 e de 1915 a 1917 e, novamente, de 1921 a 1923. Quando terminou o mandato em 1923, voltou a se dedicar à advocacia. Foi também presidente da Companhia de Tecidos Botafogo.

Faleceu na cidade do Rio de Janeiro em 10 de janeiro de 1930.

Casado com Ester Dias Pereira, teve três filhos.

Liliane de Brito Freitas

FONTES: CÂM. DEP. *Deputados brasileiros; Diário da Bahia*. (12/1/1930, p. 6).
Dr. Joaquim Pereira Teixeira; Projeto Memória. *Os carros de Rui Barbosa*
Disponível em: <<http://www.projetomemoria.art.br/RuiBarbosa/variedades/carros>>.
Acesso em: 5/3/2009; *Revista do Histórico e Geográfico Brasileiro* (n.263 p.74,
1964).

TELES, José Correia

*militar; junta gov. AL 1891.

José Correia Teles era militar e ocupava o posto de tenente-coronel quando presidiu a junta governativa que assumiu o governo de Alagoas em 23 de novembro de 1891, em substituição ao governador Manuel de Araújo Góis. A junta era composta ainda pelos civis Manuel Ribeiro Barreto de Meneses e Jacinto de Assunção Pais de Mendonça Castelo Branco, e pelo capitão Carlos Jorge Calheiros de Lima. Permaneceu na chefia do Executivo alagoano até o dia 28 seguinte, quando tomou posse o novo governador Manuel Gomes Ribeiro.

Reynaldo de Barros

FONTE: BARROS, F. *A B C das Alagoas*.

TENENTISMO

Movimento político-militar que se desenvolveu durante o período de 1920 a 1935, aproximadamente, sob a liderança dos “tenentes”, nome com que ficaram conhecidos os oficiais revolucionários da época, nem todos verdadeiros tenentes, mas em sua grande maioria oficiais de baixa patente. Constituiu um dos principais agentes históricos responsáveis pelo colapso da Primeira República, ou seja, está inserido no processo de crise da sociedade agroexportadora e do Estado oligárquico no Brasil que culminou com a Revolução de 1930.

Participando do movimento revolucionário aliado às oligarquias não vinculadas ao café e às classes médias, e contando com o apoio difuso das classes populares urbanas, o tenentismo contribuiu para destruir a hegemonia dos cafeicultores, mas não teve condições de permanência na nova estrutura de poder. Sem contar com bases sociais de sustentação, tendo uma visão golpista e militarista do processo revolucionário, e pretendendo implantar reformas econômico-sociais incompatíveis com os interesses agrários dominantes, os tenentes foram alijados do poder pelas oligarquias vitoriosas. Contribuiu para o insucesso do movimento sua escassa coesão interna e a retomada da hierarquia no Exército, imposta pelos oficiais superiores.

Alguns dos principais integrantes do movimento tenentista foram Luís Carlos Prestes, Juarez Távora, Eduardo Gomes, João Alberto Lins de Barros, Osvaldo Cordeiro de Farias, Miguel Costa, Antônio Siqueira Campos, Juraci Magalhães, Newton Estillac Leal, Djalma Dutra, João Cabanas, Herculino Cascardo, Isidoro Dias Lopes, Nélon de Melo, Agildo Barata, Lourenço Moreira Lima, Alcides Etchegoyen, Ari Parreiras, Plínio Casado, Augusto Maynard Gomes, Jurandir de Bizzaria Mamede, João de Mendonça Lima, Roberto Carneiro de Mendonça, Landri Sales, Cristiano Buys, Ricardo Holl, Ciro do Espírito Santo Cardoso, Mário Fagundes Portela, Cleto Campelo, Mário Carpenter, Ernesto Geisel, Artur da Costa e Silva, Newton Prado e Joaquim Távora.

Entre os chamados “tenentes civis”, os que mais se destacaram foram Osvaldo Aranha, Virgílio de Melo Franco, Carlos de Lima Cavalcanti, Pedro Ernesto Batista e José Américo de Almeida.

A CRISE DA DÉCADA DE 1920 E AS ORIGENS DO TENENTISMO

A sociedade brasileira na década de 1920 se caracterizava basicamente pela vigência de uma economia agroexportadora, fornecedora de produtos primários para os países capitalistas centrais. No conjunto desintegrado de regiões exportadoras que compunham a economia brasileira, o setor cafeeiro constituía-se, a partir de meados do século XIX, como setor hegemônico e principal responsável pelo desenvolvimento nacional. No bojo da economia cafeeira desenvolveu-se também uma industrialização incipiente, setores econômicos que conseguiram crescer juntos e complementarmente, e sem que os dividissem contradições antagônicas, como ocorreu no desenvolvimento capitalista europeu.

A estrutura política dessa etapa histórica do desenvolvimento brasileiro foi marcada pela dominação de oligarquias agrárias, aliadas sob a hegemonia dos cafeicultores. A União representava diretamente os interesses desse setor e legitimava as oligarquias regionais dos setores exportadores de menor produtividade. Essa aliança no poder não pressupunha a ausência total de oposição entre os diferentes setores oligárquicos, e muitas vezes as dissidências interoligárquicas é que possibilitavam espaços políticos para as camadas médias urbanas.

Foi numa conjuntura política como esta que surgiram as primeiras manifestações tenentistas, consideradas por muitos autores como representativas das reivindicações político-econômicas dessas mesmas camadas médias.

No início da década de 1920, a campanha sucessória do presidente Epitácio Pessoa, antecipada pelas oligarquias dos “grandes estados” (São Paulo e Minas Gerais), desencadeou um conflito entre as forças armadas e o grupo dirigente, que culminou no levante do forte de Copacabana, da Escola Militar do Realengo e de algumas guarnições da Vila Militar, de Niterói e de Mato Grosso, isto é, nos primeiros movimentos armados dos tenentes.

Essa mesma campanha eleitoral significou um momento de aguçamento das divergências internas das oligarquias: contra a candidatura de Artur Bernardes, proposta pelos estados dominantes, uniram-se na Reação Republicana as oligarquias do Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, Bahia e Pernambuco, apresentando a candidatura de Nilo Peçanha para a presidência da República.

A rebeldia oligárquica e a rebeldia militar que se associaram para combater o regime

vigente se originavam de reivindicações e conflitos distintos. De um lado, havia a dignidade e a honra das forças armadas ofendidas pelo grupo dirigente através do civilismo de Epitácio Pessoa (que nomeou civis para as pastas militares e recusou o aumento dos soldos), mas principalmente através das “cartas falsas”, insultuosas ao Exército e atribuídas ao candidato situacionista Artur Bernardes; de outro lado, havia a ambição de maior participação nas decisões dos setores oligárquicos não vinculados ao café, que em sua luta pelo poder utilizaram a insatisfação militar de caráter corporativo.

Além da crise política, a conjuntura do início da década de 1920 foi marcada por uma crise cíclica do capitalismo internacional, que produziu no Brasil uma retração no volume das exportações e uma queda nos preços. Os tradicionais mecanismos defensivos da economia cafeeira foram postos em prática, o que acarretou uma socialização das perdas e, conseqüentemente, uma intensificação das tensões interoligárquicas, assim como um recrudescimento da insatisfação político-econômica das populações urbanas.

Após a derrota eleitoral da Reação Republicana, a conspiração militar permaneceu, para tentar impedir a posse de Artur Bernardes. A insurreição se iniciou na Vila Militar, na noite de 4 para 5 de julho de 1922, mas os rebeldes foram facilmente dominados, pois a maioria dos militares manteve-se fiel à ordem constituída. Concomitantemente ocorreu o levante na Escola Militar do Realengo e no forte de Copacabana, cuja ocupação terminou, a 5 de julho de 1922, na legendária marcha dos 18 do Forte, da qual participaram os tenentes Eduardo Gomes e Siqueira Campos, e na qual morreram os tenentes Newton Prado e Mário Carpenter.

Os tenentes, que lideraram a rebelião, não tinham ainda um projeto de transformações políticas, mas agiram como membros de uma corporação que consideravam responsável pelas instituições republicanas. Os tenentes agiram isoladamente: a ausência de pronunciamentos é fato marcante do primeiro 5 de julho. Não houve tentativas de mobilizar o apoio popular e nem de se aliar às oligarquias dissidentes.

AS REVOLUÇÕES DE 1924 E A COLUNA PRESTES

As revoluções de 1924, que representavam a continuidade e o amadurecimento do levante de 1922, formaram um complexo de movimentos armados, insurreições e tentativas de golpe, frouxamente articulados em termos organizacionais, mas unificados

ideologicamente e liderados pelos tenentes.

A revolução líder deste complexo iniciou-se em São Paulo em 5 de julho de 1924, e funcionou como foco inspirador dos outros movimentos: levante de Mato Grosso (12/7/1924), levante de Sergipe (13/7/1924), levante do Amazonas (23/7/1924), levante do Pará (26/7/1924) e revolução do Rio Grande do Sul (29/10/1924).

O elo unificador dessas revoluções, o movimento tenentista, tinha como objetivo tático a derrubada de Artur Bernardes, em nome de uma “republicanização da República”, ou seja, a efetivação na prática política dos princípios liberais contidos na Constituição de 1891. Nessa fase os tenentes ainda não contestavam as matrizes ideológicas das elites agrárias brasileiras.

Agora, os tenentes não falavam mais em nome do Exército, como em 1922. Supunham representar os “interesses nacionais” e propunham o seguinte programa político: voto secreto, combate à corrupção administrativa e à fraude eleitoral, verdadeira representação política, liberdade de imprensa e pensamento, limitação das atribuições do Poder Executivo e restabelecimento do equilíbrio entre os três poderes, ampliação da autonomia do Poder Judiciário, moralização do Poder Legislativo, centralização do Estado e correção dos excessos da descentralização federativa.

Esse programa conquistou ampla simpatia da opinião pública urbana, mas não houve mobilização popular e nem mesmo engajamento de dissidências oligárquicas à revolução (com exceção do Rio Grande do Sul), daí o seu isolamento e o seu fracasso.

Em fins de julho de 1924 os revolucionários de São Paulo abandonaram a cidade que ocupavam desde o dia 5, por estarem encurralados pelas forças legais. Mantendo-se organizados como tropas revolucionárias, retiraram-se pelo interior de São Paulo, dirigindo-se para o sudoeste paranaense, onde permaneceriam concentrados durante seis meses. No início de outubro, chegaram a Foz do Iguaçu, sede do estado-maior revolucionário, enviados dos rebeldes gaúchos para coordenar as duas revoluções.

Após a derrota de todas as guarnições envolvidas na revolução do Rio Grande, apenas permaneceram lutando as tropas comandadas pelo capitão Luís Carlos Prestes, que em meados de novembro avistou-se com um mensageiro dos paulistas. Nesse encontro ficou estabelecido o plano de junção das duas forças revolucionárias: Prestes deveria partir do Sul e marchar até Foz do Iguaçu para se unir à Divisão São Paulo.

Esse objetivo se concretizou em abril de 1925, data em que finalmente as duas forças tenentistas conseguiram fundir-se, formando a Coluna Miguel Costa-Prestes, mais conhecida como, simplesmente, Coluna Prestes. A coluna tinha como objetivo político fundamental fazer a propaganda armada da revolução. Com sua marcha pelo Brasil afora, os tenentes pretendiam propagar seu ideário político e incentivar a eclosão de novos movimentos revolucionários que solapassem gradativamente o regime oligárquico vigente. De início não tencionavam atacar diretamente o poder central, mas criar condições para expandir e nacionalizar a revolução.

A vitória, para a coluna, não significava a derrota das forças governistas, mas a sua própria persistência na luta (até a generalização do movimento revolucionário), e por isso ela utilizava uma tática militar de tipo guerrilheiro: grande mobilidade e rapidez de movimentos, renovação constante de quadros, obtenção de armamento e munição do próprio inimigo, fuga aos combates tradicionais e ataque através de pequenas investidas envolvendo apenas parcelas diminutas dos contingentes revolucionários, ampla utilização da retirada estratégica, descentralização relativa do comando, decisões rápidas e distanciamento das grandes concentrações urbanas.

A coluna marchou aproximadamente 24 mil quilômetros, atravessando 11 estados brasileiros (Paraná, Mato Grosso, Goiás, Minas Gerais, Bahia, Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba e Pernambuco), mas as esperadas revoluções de apoio fracassaram todas. Sendo assim, após a dura campanha da Bahia, onde a coluna foi perseguida por destacamentos de jagunços recrutados pelos coronéis do sertão, o comando revolucionário resolveu emigrar, mesmo porque estava no fim o quadriênio de Artur Bernardes, cuja derrubada tinha sido o objetivo imediato dos tenentes. A marcha para o exílio foi ainda muito longa e só terminou em fevereiro de 1927, quando os remanescentes da coluna entraram na Bolívia.

A 15 de novembro de 1926, quando tomou posse o presidente Washington Luís, a coluna ainda marchava pelo Brasil, e exatamente nesses dias eclodiu no Rio Grande do Sul o último levante tenentista, estimulado pela propaganda revolucionária da Coluna Prestes. Temos assim o início do último mandato presidencial da Primeira República marcado pela continuidade do ciclo revolucionário iniciado em 1922 e que culminaria com a Revolução

de 1930.

ANTECEDENTES DA REVOLUÇÃO DE 1930: AS ARTICULAÇÕES ENTRE O TENENTISMO E AS OLIGARQUIAS DISSIDENTES

A fragmentação do domínio oligárquico e a superação do pacto de dominação típico da Primeira República manifestaram-se na segunda metade da década de 1920 também por uma diversificação do sistema político-partidário. O surgimento de novos partidos abriu novas possibilidades de alianças e acomodações entre as várias forças político-sociais que contestavam o regime vigente.

Esses partidos tentaram aglutinar a oposição de setores oligárquicos não vinculados ao café, ou então a oposição de cafeicultores descontentes com a política econômico-financeira dos dois últimos presidentes da Primeira República. No primeiro caso estava o Partido Libertador (PL), junção de grupos oligárquicos gaúchos que se opunham tanto ao governo central quanto ao tradicional predomínio do Partido Republicano (PRR) no Rio Grande do Sul. No segundo caso estava o Partido Democrático (PD) de São Paulo, criado em 1926 por um grupo de dissidentes do Partido Republicano Paulista (PRP), e que iria liderar a formação de vários partidos oligárquicos opositores: Partido Democrático do Distrito Federal (maio de 1927), Partido Democrático do estado do Rio de Janeiro (junho de 1927), Partido Democrático de Santa Catarina (agosto de 1927), Partido Democrático do Maranhão, Partido Democrático do Ceará, Partido Democrático de Pernambuco e, finalmente, a junção de todos eles no Partido Democrático Nacional, que não teve propriamente um caráter “nacional”, mas sim de uma frente de oposições regionais.

Apesar do caráter oligárquico-conservador desses partidos e de sua provisoriedade, eles serviram também como canais para a expressão da insatisfação das populações urbanas. O PD e o PL constituíram as principais forças políticas que estabeleceram contatos com o tenentismo, após a emigração da Coluna Prestes, com o objetivo de organizar um novo movimento revolucionário.

Enquanto a rebeldia oligárquica se organizava em partidos políticos, quais eram as perspectivas tenentistas após o término da marcha da coluna? Os tenentes pensavam pouco no programa revolucionário e preocupavam-se principalmente com a organização da revolução. E faziam isso tentando reproduzir os procedimentos conspiratórios que

conduziram ao movimento de 1924. Ou seja, buscavam estabelecer focos insurrecionais espalhados pelo Brasil, contando com os tenentes remanescentes de 1922, 1924 e 1926. Agora as condições eram mais difíceis, já que grande parte deles estava no exílio, nas prisões ou na clandestinidade e, portanto, perseguidos pela polícia. Os que se mantinham no exílio estavam dispersos entre Argentina, Uruguai, Paraguai e Bolívia, enfrentando incriveis dificuldades de sobrevivência. Além desses elementos antigos, os tenentes contavam com partidários novos, nas sucessivas turmas que se formavam na Escola Militar do Realengo e que se distribuía entre as mais variadas guarnições militares espalhadas pelo Brasil.

Os tenentes mantinham uma visão elitista e militarista da política e não pretenderam em nenhum momento canalizar seu prestígio popular organizando um movimento partidário. Às passeatas organizadas nas cidades para angariar fundos para os exilados, ao carisma de Prestes, que era o maior líder nacional nesse momento, os tenentes respondiam com uma conspiração golpista e silenciosa.

Com essas perspectivas é que os tenentes buscavam uma aproximação com as oposições oligárquicas, com o objetivo principal de obter fundos para financiar a revolução. As divergências surgiram logo de início, tanto do ponto de vista programático como do ponto de vista organizacional. Os tenentes continuavam organizando uma revolução de quartéis, e as oligarquias pretendiam tomar o poder através de eleições. Na verdade, eram duas revoluções diferentes que tentavam, sem sucesso, caminhar lado a lado.

Tanto o PD como o PL afrouxaram suas ligações com o tenentismo. O PL se distanciou da revolução e envolveu-se numa política de aproximação com o PRR e com o presidente do estado, Getúlio Vargas, renunciando a formação da frente única de apoio à sua candidatura para a presidência da República. A atitude liberal de Vargas para com a oposição favoreceu esse movimento de aproximação.

Começou também a se evidenciar mais um foco de resistência oligárquica ao presidente Washington Luís no Partido Republicano Mineiro (PRM), liderado pelo presidente do estado, Antônio Carlos de Andrada, que tinha pretensões à sucessão presidencial.

Reforçaram-se os laços das oligarquias dissidentes entre elas mesmas, e surgiram novos parceiros. O distanciamento dos tenentes aprofundou-se cada vez mais, até que em setembro de 1928 veio o rompimento explícito, através de uma carta de Prestes a Paulo

Nogueira Filho, um dos líderes do PD.

Nesse mesmo período, simultaneamente às divergências entre a oposição oligárquica e a oposição militar, começou a se desenvolver um desencontro no interior do tenentismo, devido às transformações ideológicas de Prestes. Procurado em dezembro de 1927 por Astrojildo Pereira, secretário-geral do Partido Comunista Brasileiro, então chamado Partido Comunista do Brasil (PCB), que pretendia estabelecer uma aliança entre o tenentismo e o PCB, Prestes começou a tomar contato com a literatura marxista. As concepções políticas de Prestes começaram a se encaminhar em direção ao socialismo, até que em maio de 1930 ele confessou a seus companheiros de luta sua adesão ao marxismo e rompeu com o movimento tenentista. Mas, apesar da oposição de Prestes, a cooperação entre os tenentes e as oligarquias dissidentes iria ser retomada novamente, no contexto da campanha eleitoral da Aliança Liberal.

TENENTES E OLIGARQUIAS NA ALIANÇA LIBERAL E NA REVOLUÇÃO DE 1930

Dentro do tradicional esquema de revezamento entre São Paulo e Minas no governo federal, chegara a vez de Minas, na pessoa de seu presidente Antônio Carlos de Andrada. Mas Washington Luís tinha um candidato paulista, Júlio Prestes, que daria continuidade à sua reforma financeira e à sua administração. Frente a essa tentativa de marginalização da política mineira, a oligarquia desse estado aliou-se aos gaúchos, formando a Aliança Liberal, que apresentou as candidaturas de Getúlio Vargas e João Pessoa para disputar o pleito presidencial de 1930. Esse acordo eleitoral, que se concretizou em junho de 1929, significou uma grave ruptura interna da elite dirigente e não se vinculou apenas à disputa pelo poder entre um paulista e um mineiro.

Washington Luís realizara uma reforma financeira com o objetivo de estabilizar a moeda, mas que implicara uma redução da rentabilidade dos cafeicultores. Até a eclosão da crise internacional de 1929, essa redução fora suportável, pois os preços do café se achavam num bom nível no mercado internacional. Com a queda brusca dos preços a partir da crise, a política de Washington Luís (e de seu sucessor potencial) tornou-se incompatível com os interesses cafeeiros. Daí a ruptura entre facções de cafeicultores e seu próprio representante no aparelho de Estado. Os cafeicultores descontentes acabaram se aliando aos outros

setores oligárquicos oposicionistas e aos tenentes em torno da Aliança Liberal, e essa união acabaria desembocando na Revolução de 1930.

Apesar do caráter conservador-oligárquico da Aliança Liberal, ela promoveu um movimento popular intenso e empolgou as populações urbanas numa mobilização política talvez sem precedentes no Brasil da Primeira República, em torno do seguinte programa: defesa do voto secreto para garantir a representatividade política popular; designação de juízes para presidir às mesas eleitorais, com o objetivo de dificultar a fraude; medidas econômicas protecionistas para outros produtos de exportação além do café; anistia aos revolucionários de 1922, 1924 e 1926; e exigência de um Código do Trabalho.

Foi a ala jovem da Aliança Liberal, mais identificada com o tenentismo, que a conduziu para o caminho da revolução, estimulando os velhos oligarcas e aparando suas resistências. E para seguir o caminho armado, os jovens aliancistas (Osvaldo Aranha, João Neves da Fontoura, Virgílio de Melo Franco e muitos outros) foram buscar a colaboração dos tenentes.

Os contatos se restabeleceram no segundo semestre de 1929, mas se desenvolveram com grande lentidão e dificuldade, já que não só os velhos oligarcas reprovavam essa colaboração, mas também o líder do tenentismo se recusava a se aliar aos inimigos da véspera. Como a campanha eleitoral prosseguisse e Prestes não modificasse sua posição, outros chefes tenentistas foram aderindo à idéia da colaboração com a Aliança Liberal. As hesitações se deveram ao fato de que o programa aliancista não satisfazia mais as aspirações tenentistas, como se verá a seguir.

Por todas essas razões, a conspiração revolucionária praticamente não avançou até março de 1930, quando foram realizadas as eleições e frustradas as esperanças eleitorais da Aliança Liberal. A derrota nas urnas e logo em seguida a “degola” de todos os candidatos paraibanos e alguns mineiros da oposição liberal no Congresso mudaram as perspectivas dos caciques aliancistas, aproximando-os da idéia da luta armada.

Se a defecção definitiva de Prestes e a morte de Siqueira Campos (maio de 1930) determinaram a interrupção provisória da conspiração revolucionária, o assassinato de João Pessoa, em julho de 1930, veio reacender o movimento. O crime, embora ligado a questões internas da oligarquia paraibana, assumiu imediatamente repercussão política nacional. A Aliança Liberal, aproveitando o repúdio violento da opinião pública ao ocorrido, passou a

responsabilizar o governo federal pelo assassinato de João Pessoa. Ocorreram manifestações populares em todo o Brasil para protestar contra um crime que se transformou na válvula de escape de toda a insatisfação política acumulada das populações urbanas e, em especial, das camadas médias.

Imediatamente foram reatadas as negociações revolucionárias, vencidas todas as resistências oligárquicas, e a conspiração marchou até a eclosão do movimento, no dia 3 de outubro de 1930.

O PROGRAMA REVOLUCIONÁRIO DO TENENTISMO NA DÉCADA DE 1930

Logo após a vitória da revolução, vencido o inimigo comum, reapareceram de forma mais radical as divergências entre o programa revolucionário dos tenentes e o das oligarquias dissidentes. Após uma década de lutas, prisões, exílio e contato direto com a realidade política nacional, os tenentes amadureceram um projeto para a sociedade brasileira que se distanciava muito de suas aspirações liberais do início da década de 1920. Influenciados pelo clima ideológico autoritário e antiliberal que se tornou dominante na década de 1930 (inspiravam-se principalmente na obra de Alberto Torres e Oliveira Viana), os tenentes explicitaram um programa cujos traços essenciais eram o estatismo, o autoritarismo e o elitismo. Consideravam o Estado como o princípio articulador da sociedade, como o polo aglutinador capaz de integrar e unificar a nação e também como entidade distanciada dos interesses particulares das classes, portanto como única capaz de promover o progresso de forma igualitária. Daí sua aprovação a todas as medidas tendentes à centralização político-administrativa do Estado e sua desaprovação à autonomia estadual. Recusavam os tenentes qualquer racionalidade e eficácia aos regimes políticos baseados na competição entre as diferentes forças sociais, como é o caso da democracia liberal. O repúdio à democracia liberal era também justificado pela idéia de que esse modelo político fora criado a partir de realidades nacionais “alienígenas” e não podia ser transplantado mecanicamente para o Brasil. A verdadeira representação política do cidadão deveria fazer-se através das associações profissionais, das corporações, que deveriam ser a base da organização do Estado, que por sua vez deveria intervir em todos os níveis da sociedade e da economia.

Uma sociedade organizada em corporações, e totalmente penetrada por um Estado forte e com amplo poder de coerção, poderia praticamente eliminar a competição entre as classes. A adoção de um modelo político tecnicamente perfeito contribuiria em grande medida para essa harmonia social. Era a idéia da racionalidade técnica aplicada à administração pública. Era também a noção de que o Estado, através de seus dirigentes, podia ter uma noção objetiva e “verdadeira” das necessidades nacionais.

Para orientar a revolução e organizar o poder depois dela, era necessário persuadir as elites a empregar a força até criar condições objetivas para o esclarecimento e a educação das massas populares. Pois estas, pela carência de instrução e de civismo, pela passividade que as caracterizava, não tinham condições de participar significativamente da revolução e nem de escolher seus representantes. Por isso os tenentes defendiam a restrição do sufrágio universal e formas variadas de limitação da intervenção das classes populares na escolha dos governantes: sufrágio universal direto apenas na esfera municipal, e eleições estaduais e federais por sufrágio indireto. Também propunham a eleição do presidente da República pelos legislativos federal, estaduais e municipais. Quanto ao censo alto, como critério para participar do corpo eleitoral, os tenentes o propunham como forma de evitar a eleição dos velhos oligarcas e coronéis do sertão, pois as populações pobres do campo continuariam a elegê-los.

O autoritarismo dos tenentes se manifestava concretamente na luta pela prorrogação da ditadura revolucionária e, conseqüentemente, pelo adiamento das eleições para a Assembleia Nacional Constituinte, até que se efetivassem as reformas econômico-sociais propostas pelos “revolucionários sinceros”, e a população inculta amadurecesse para exercer seus direitos políticos.

Foi decorrência política concreta do elitismo e autoritarismo da ideologia tenentista o fato de que eles não formaram partidos políticos para mobilizar e canalizar o apoio das populações urbanas, que, em geral, lhes eram favoráveis. Atuaram como grupo de pressão junto ao poder central e suas extensões nos estados, as interventorias. Ou seja, agiram sempre a partir da cúpula, sem tentar incluir as massas no processo revolucionário. As formas de organização política que tentaram fundar, as legiões revolucionárias, inspiradas em modelos fascistas, não tiveram sucesso, assim como o Clube 3 de Outubro, que será analisado na seção seguinte.

As teses econômico-sociais do tenentismo na década de 1930 configuravam um programa típico de classe média, cujos princípios básicos eram os seguintes: 1) nacionalismo, defesa da unidade nacional e combate à descentralização federativa própria da Primeira República; 2) estabelecimento de direitos e garantias às classes trabalhadoras (jornada de oito horas, salário mínimo, regulamentação do trabalho feminino e dos menores, leis eficientes de acidentes no trabalho, caixa de aposentadoria e pensões, lei de férias e repouso semanal remunerado); 3) industrialização, intervenção econômica estatal e planejamento. Coerentes com a estratégia política de fortalecimento do Estado, propunham maior capacidade regulamentadora sobre o sistema econômico. Não tinham uma perspectiva industrializante. Não rejeitavam a necessidade da industrialização, mas consideravam o desenvolvimento e a diversificação agrícolas como meta prioritária.

Defendiam a instalação da indústria siderúrgica e a exploração estatal do petróleo. No entanto, tais propostas estavam mais ligadas aos problemas da segurança nacional do que a um projeto industrializante. Defendiam a nacionalização das “minas, forças hidráulicas e demais valores naturais”, e pretendiam a estatização dos núcleos fundamentais da infraestrutura econômica. Recusavam a ampliação da concentração capitalista, condenando os trustes, monopólios e organizações do gênero. Essas idéias anticapitalistas são encontradas originariamente na obra de Alberto Torres, que visualizou uma sociedade de pequenos produtores, fechada ao estrangeiro e protegida contra a expansão das grandes potências capitalistas. Ele e os tenentes opunham-se ao “capitalismo predatório” e imaginavam uma sociedade harmônica de pequenos produtores que facilitaria a expansão de um poder estatal uniforme sobre o conjunto do país.

Quanto à ideia de planejamento econômico, ela não era explícita nos documentos tenentistas, mas aparecia de forma difusa. Boa parte das noções relativas a uma nova administração, objetiva, racional, orgânica, técnica e “despolitizada” confluía para a ideia de planejamento.

Finalmente, os tenentes defendiam o cooperativismo e a pequena propriedade e combatiam os privilégios econômicos dos cafeicultores.

Esse projeto revolucionário nada tinha a ver com as intenções das oligarquias dissidentes, expressas no programa da Aliança Liberal. E o enfrentamento entre a revolução dos tenentes e a revolução das oligarquias iria constituir o cerne da luta política até a

consolidação de um novo sistema político no Brasil em 1934.

A DERROTA DO TENENTISMO E A RECOMPOSIÇÃO DO DOMÍNIO OLIGÁRQUICO

Getúlio Vargas, o líder civil da revolução, tomou posse na presidência da República a 3 de novembro de 1930, e desde então iniciou-se a luta pelo poder entre tenentes e oligarquias para preencher os principais ministérios e posições politicamente estratégicas no Governo Provisório.

Além de alguns cargos no ministério, o espaço político ocupado de imediato pelos tenentes foram as interventorias estaduais. Ou seja, todos os presidentes de estado foram depostos, e tenentes foram nomeados para substituí-los, com exceção de Minas Gerais, onde continuou governando Olegário Maciel, um dos líderes da Aliança Liberal. Do Espírito Santo para cima, os interventores foram nomeados por Juarez Távora, então chamado “vice-rei do Norte” graças à sua liderança na organização da Revolução no Norte-Nordeste do país.

Os interventores tinham nas mãos os poderes Executivo e Legislativo estaduais, sendo responsáveis apenas perante o governo federal. Essa imensa concentração de poderes nas mãos dos jovens militares revolucionários abalou profundamente as velhas oligarquias estaduais. Nos estados mais pobres, cujas elites agrárias eram mais dependentes da União, foi mais fácil a implantação dos novos grupos dirigentes.

Porém, as antigas oligarquias dominantes não aceitaram os interventores tenentes, e as tentativas de compromisso e conciliação acabaram falhando. O caso mais radical de choque entre o tenentismo e as oligarquias se deu no estado de São Paulo. Nos primeiros dias da revolução, o PD, como um dos integrantes da Aliança Liberal, julgava-se prestes a ascender ao poder. Getúlio Vargas, contudo, sob pressão tenentista, nomeou para interventor em São Paulo João Alberto Lins de Barros, que deveria governar com um secretariado do PD.

Logo de início surgiram divergências relativas ao movimento operário e ao Partido Comunista. O atendimento de algumas reivindicações operárias e a autorização para um comício comunista, medidas tomadas pelo interventor, atemorizaram os democráticos e lhes deram ensejo para exigir maior participação no poder.

Os tenentes buscaram, sem sucesso, aumentar sua base política organizando a Legião Revolucionária de São Paulo. Além disso, tentaram manter o controle da máquina

repressiva, nomeando Miguel Costa chefe da Secretaria de Segurança Pública, então criada. Como último recurso, João Alberto aproximou-se do PRP para conter o avanço democrático. Em abril de 1931 o PD rompeu oficialmente relações com João Alberto e participou de um levante da Força Pública para derrubá-lo. A situação política se agravou mais ainda diante de divergências entre Miguel Costa e João Alberto, que acabou pedindo demissão em 13 de julho de 1931.

Em Minas e no Rio Grande do Sul, estados vitoriosos na revolução, foi possível durante algum tempo uma conciliação entre os tenentes e as oligarquias. Porém, à medida que a campanha pela reconstitucionalização do país se implantava como a principal estratégia oligárquica para a reconquista total do poder, a ruptura foi inevitável. Tornou-se claro para as oligarquias que, na vigência de um regime constitucional, com um sistema eleitoral em pleno funcionamento, os tenentes seriam aliados das posições de mando, graças à manutenção das máquinas eleitorais dos antigos partidos republicanos estaduais. Ou seja, o fenômeno do coronelismo, da subordinação político-econômica das massas rurais às elites agrárias, garantia a persistência do domínio oligárquico.

Durante o ano de 1931 formaram-se as frentes únicas em São Paulo, Minas e Rio Grande do Sul, isto é, houve uma reunificação das facções oligárquicas cindidas na conjuntura pré-revolucionária. O PD aliou-se ao PRP, o PL uniu-se ao PRR, e a oligarquia mineira aparou suas arestas. Das frentes únicas estaduais passou-se a uma atuação conjunta no plano federal, exigindo um novo código eleitoral, a convocação da Constituinte e um interventor “civil e paulista” para governar São Paulo.

Getúlio Vargas gostaria de poder ceder à pressão tenentista, prolongando a ditadura. Mas a amplitude que atingiu o movimento constitucionalista foi tão grande, e a insatisfação das oligarquias tão incontrolável, que o chefe do governo não teve mais condições de se antepor à maré constitucionalizante: decretou um novo código eleitoral (24/2/1932) e marcou a data das eleições para a Assembleia Constituinte.

Frente a esse avanço oligárquico, o tenentismo revidou com o empastelamento do jornal (antitenentista radical) *Diário Carioca*, em 25 de fevereiro de 1932. Foi um ato político radical e violento que provocou nova ofensiva oligárquica, a demissão dos ministros gaúchos do Governo Provisório, além do repúdio da opinião pública em geral.

Nesse momento, facções mais radicais das frentes únicas já estavam articulando uma

conspiração revolucionária (em conjunto com militares contrários ao tenentismo) para derrubar o Governo Provisório. Enquanto os paulistas estavam mais coesos em torno da revolução, alguns grupos mineiros e gaúchos ainda buscavam uma solução política para o impasse e hesitavam em aderir à luta armada.

A revolução eclodiu em São Paulo a 9 de julho de 1932, e a esperada adesão de Minas e Rio Grande não se concretizou, pois Olegário Maciel e Flores da Cunha deram prioridade aos vínculos com o governo federal. Afinal esses estados tinham feito juntos a revolução para destruir a hegemonia paulista. E essa dimensão ainda presente da competição interoligárquica suplantou o temor do tenentismo. Ainda assim setores minoritários da oligarquia mineira e gaúcha promoveram levantes em apoio a São Paulo, mas foram facilmente derrotados.

A vitória sobre São Paulo marcou o apogeu do poderio tenentista e simultaneamente o início de seu declínio. Apesar da derrota militar dos paulistas, a campanha constitucionalizante prosseguiu e intensificou-se, pois, além de uma bandeira de luta oligárquica, tornou-se um verdadeiro movimento social. Enquanto as oligarquias estaduais tendiam à reaglutinação, o tenentismo enfrentava sérias divergências internas, o que obviamente contribuía para seu declínio.

O Clube 3 de Outubro, fundado logo após a revolução como organismo de cúpula das lideranças revolucionárias, já enfrentara várias crises internas, que se agravaram após 1932. Isso aconteceu porque participavam dele, além dos autênticos tenentes, autoridades do Governo Provisório tendentes a fazer concessões às oligarquias, até mesmo como tática de sobrevivência política. A revolução de São Paulo levou-os a aceitar a tese da constitucionalização e, portanto, a abandonar o Clube, que assim perdeu força política. Além desse fator de desintegração os próprios tenentes tinham grandes divergências internas de caráter ideológico. Alguns tendiam a se aproximar mais do fascismo, outros do socialismo, outros dos movimentos católicos da época (reações espiritualistas) e outros ainda do PCB.

A divisão interna, a ausência de base social de sustentação, mas fundamentalmente a estrutura coronelística que a revolução não tocara, deram uma vitória eleitoral esmagadora às oligarquias agrárias, que constituíram a força majoritária na Constituinte eleita em 3 de maio de 1933.

Além dessa derrota, os tenentes foram definitivamente aliados de qualquer influência sobre o governo dos estados de São Paulo e Minas Gerais com a nomeação, pelo chefe do governo, dos interventores Armando de Sales Oliveira e Benedito Valadares, em fins de 1933. Esses dois interventores conseguiram relativa harmonização das forças oligárquicas dos estados dominantes e passaram a constituir, ao lado do interventor gaúcho Flores da Cunha, um tripé de sustentação para o governo central, que passou, portanto, a depender menos dos tenentes como grupo de apoio.

A Constituinte instalou-se a 15 de novembro de 1933, e a representação minoritária dos tenentes contou com a colaboração dos “deputados classistas”. A representação classista ou profissional, antiga bandeira de luta do tenentismo, foi uma de suas vitórias: ao lado dos deputados eleitos pelo sufrágio universal, representando a população como um todo, os sindicatos (de empregados e empregadores) elegeram 40 representantes para a Constituinte. Além do apoio dos representantes classistas, algumas bancadas nortistas apoiaram certas reivindicações dos tenentes, tendentes à centralização do Estado e ao fortalecimento do governo federal, única forma de as oligarquias “pobres” do Norte enfrentarem o predomínio das oligarquias “ricas” do Sul.

A Constituição promulgada a 14 de julho de 1934 foi um produto híbrido que conciliava as perspectivas tenentistas e oligárquicas, e teve um período de vigência muito curto graças à implantação do Estado Novo. Os tenentes conseguiram aprovar um projeto estendendo as funções legislativas da Constituinte até a instalação do novo Congresso em 1935. Essa mesma Constituinte, em julho de 1934, elegeu Getúlio Vargas presidente da República para o primeiro quadriênio do novo regime político.

As eleições para as constituintes estaduais (outubro de 1934), que em seguida elegeriam os governadores, consolidaram as novas lideranças oligárquicas nos estados e o alijamento dos tenentes, com exceção dos que foram absorvidos pelas oligarquias estaduais (deixando de ser tenentes), como foi o caso de Juraci Magalhães na Bahia e Punaro Bley no Espírito Santo. A eleição para os governos estaduais, em abril de 1935, coincidiu com o fechamento do Clube 3 de Outubro, símbolo do fracasso da revolução tenentista.

A derrota dos tenentes no plano político foi acompanhada pela derrota no plano estritamente militar. A oposição entre os oficiais superiores e subalternos existiu durante toda a Primeira República, período em que os tenentes perfaziam aproximadamente 62%

dos quadros da oficialidade do Exército. Constituíam a esmagadora maioria do corpo de oficiais e viviam em péssimas condições materiais de existência nos corpos de tropa. Enquanto isso, a ínfima minoria de marechais e generais (aproximadamente 1%) usufruía de gratificações as mais diversas por parte das elites dirigentes. Mais do que isso, participava de um sistema de cooptação que a tornava sustentáculo do domínio oligárquico. O tenentismo significou exatamente o apogeu dessa oposição, e após a vitória da Revolução de 1930 chegou-se a uma verdadeira dualidade de comando: parte das forças armadas submeteu-se aos tenentes revolucionários, e parte permaneceu vinculada às lideranças hierárquicas da instituição castrense. Isso quer dizer que a hierarquia e a disciplina foram totalmente subvertidas, atingindo-se um limite extremo de intervenção dos militares, e não de seus porta-vozes oficiais, no processo político.

O processo de declínio político do tenentismo imbricou-se no processo de regeneração da hierarquia e disciplina, e gradualmente os oficiais superiores foram retomando a liderança da instituição militar e afastando-a do cenário político. Esse processo de reunificação das forças armadas foi favorecido pelos seguintes fatos: a guerra civil de 1932 implicou a reorganização dos comandos, o que levou à retomada da hierarquia; os sucessivos insucessos políticos dos tenentes diminuíram seu prestígio nos meios militares; a grande maioria dos tenentes abandonou os postos políticos e retornou às fileiras do Exército, submetendo-se portanto à hierarquia (caso de Juarez Távora, que chegara a ser ministro), e mais do que tudo isso, o general Pedro Aurélio de Góis Monteiro, chefe militar da Revolução de 1930, se impôs como liderança máxima das forças armadas e promoveu uma política de fortalecimento do Exército enquanto organização, buscando porém autonomizá-lo do processo político.

Derrotado pelas oligarquias no âmbito do poder de Estado, e submetido à chefia dos generais no âmbito da instituição militar, o tenentismo se desintegrou como movimento político organizado, e seus remanescentes se espalharam entre as novas forças político-sociais que se enfrentavam no cenário político — o integralismo, a Aliança Nacional Libertadora, o Partido Comunista, os vários partidos socialistas e os movimentos católicos da “reação espiritualista”.

DIVERGÊNCIAS INTERPRETATIVAS SOBRE O SIGNIFICADO POLÍTICO-SOCIAL DO TENENTISMO

No processo de crise da sociedade agroexportadora e do Estado oligárquico no Brasil, qual seria o papel do tenentismo? Que forças sociais ele representaria no cenário político? Tais questões dividem historiadores e cientistas sociais em duas correntes interpretativas. A primeira delas, cuja matriz é a obra de Virgínio Santa Rosa, *O sentido do tenentismo*, escrita em 1933, engloba vários pesquisadores, entre os quais Nélson Werneck Sodré, Hélio Jaguaribe, Guerreiro Ramos e Edgar Carone. Apesar de algumas particularidades, todos esses autores consideram que desde o século XIX desenvolveu-se lentamente no Brasil uma economia industrial capitalista, que se foi consolidando em oposição à economia agrário-exportadora. As elites agrárias que monopolizavam o poder de Estado entravavam assim o prosseguimento e aceleração do desenvolvimento industrial.

Nesse quadro, as massas rurais, subordinadas econômica e politicamente às oligarquias dominantes, constituíam a base de sustentação dessa estrutura de poder. Os grupos industriais aliados às classes médias representariam os agentes da transformação sociopolítica tendente à implantação plena de um sistema capitalista industrial no Brasil. Portanto, uma das pressuposições básicas dessa análise é a existência de contradições antagônicas entre as oligarquias agrárias e os grupos industriais nascentes. Nesse conflito fundamental as classes médias seriam força aliada dos industriais (alguns autores pensam que o papel mais ativo na resistência antioligárquica coube à classe média, e não aos industriais) e seriam representadas na luta política pelo Exército. Este, por seu recrutamento nas camadas médias da população, seria tradicionalmente o seu porta-voz.

A segunda corrente interpretativa é mais recente e surge como uma crítica à visão anterior, que vê no movimento de 1930 uma revolução democrático-burguesa. As novas concepções relativas ao tenentismo não são isoladas, mas se inserem em todo um esforço de reelaboração dos estudos sobre a sociedade agrária no Brasil e sua superação por uma sociedade urbano-industrial. É o caso da obra de Bóris Fausto, que tenta redimensionar a análise do comportamento político das classes médias na crise da Primeira República e a suposta representatividade política desse setor social pelo tenentismo.

Segundo ele (e outros, como por exemplo Décio Azevedo Marques de Saes, Maria do Carmo Campelo de Sousa, José Murilo de Carvalho, Perry Anderson), o comportamento

político dos tenentes deve ser referido não somente a uma determinação de classe social, mas à sua função no aparelho de Estado, enquanto membros das forças armadas, instituição que os ressocializa e que tem uma autonomia relativa frente à sociedade civil. Em outros termos, os militares estão inseridos na sociedade, mas estão também inseridos no aparelho burocrático estatal, e daí deriva a explicação de sua atuação política.

O privilegiamento da dimensão institucional/organizacional na análise do comportamento político dos militares e a minimização da inserção na estrutura de classes é uma perspectiva teórica que vem sendo adotada crescentemente na sociologia brasileira.

Após o movimento político-militar de março de 1964, surgiu um novo debate relativo ao tenentismo, em parte originado de declarações constantes dos líderes revolucionários (quase todos ex-participantes do movimento tenentista) considerando a atual revolução como o amadurecimento e até mesmo a concretização da revolução dos tenentes. Historiadores e cientistas sociais mais uma vez se dividem, pois uns aceitam e outros negam possíveis vinculações históricas, ideológicas ou políticas entre esses dois movimentos militares. A polêmica é importante porque se relaciona a um problema central e atual para o conhecimento da sociedade brasileira, a saber, o sentido da presença militar na nossa história republicana, passada e presente.

Maria Cecília Spina Forjaz
colaboração especial

FONTES: BARROS, J. *Memórias*; CARONE, E. *Tenentismo*; CARVALHO, J. *Forças*; COELHO, E. *Em busca*; CORREIA, A. *Rebelião*; DANTAS, I. *Tenentismo*; FAUSTO, B. *Revolução*; FORJAZ, M. *Tenentismo e aliança*; FORJAZ, M. *Tenentismo e política*; MALTA, O. *Tenentes*; ROSA, V. *Sentido*; SAES, D. *Civilismo*; SILVA, H. 1922; SILVA, H. 1926; SILVA, H. 1930; SILVA, H. 1931; SILVA, H. 1932; SILVA, H. 1933; SOUSA, M. *Estado*; TÁVORA, J. *Vida*.

TERRA LIVRE, A

Jornal anarquista fundado na cidade de São Paulo em 30 novembro de 1905 pelo português Neno Vasco, com a colaboração do brasileiro Edgard Leuenroth e do espanhol Manuel Moscoso, com o objetivo de organizar os operários brasileiros. Foi extinto em 1910.

Em seu número de lançamento, o jornal afirmava ser um órgão de “anarquistas e socialistas”, evidenciando em seus exemplares posteriores uma tendência pró-sindicalista. No entanto, *A Terra Livre* não dedicou espaço somente às questões sindicais ou à organização dos trabalhadores, disseminando, por exemplo, campanhas de solidariedade internacional. Uma dessas campanhas aconteceu no ano de 1906 e visou a ajudar financeiramente anarquistas e socialistas perseguidos pelo regime czarista russo. Nessa ocasião, Neno Vasco recebeu (e publicou) uma carta que o anarquista Pedro Kropotkin lhe enviou em agradecimento à ajuda.

O jornal foi publicado em São Paulo com periodicidade quinzenal até 8 de junho 1907, quando a redação foi transferida para o Rio de Janeiro. Em sua fase carioca, continuou sob a direção de Neno Vasco, mas sob a administração do anarquista José Romero, até junho de 1908. Desde então, passou a ser novamente editado em São Paulo, e assim permaneceu até maio de 1910. Nesse ano, após a implantação do regime republicano em Portugal, Neno Vasco regressou a seu país de origem, e *A Terra Livre* deixou de circular.

Carolina Vianna Dantas

FONTES: RODRIGUES, E. *Pequena*; SAMIS, A. *Uma Fracção*.

TIBIRIÇÁ, Jorge

*gov. SP 1890-1891; pres. SP 1904-1908.

Jorge Tibiriçá Piratininga nasceu em Paris, França, em 15 de novembro de 1855, filho de João de Almeida Prado Tibiriçá Piratininga e de Pauline Eberlé. Seu pai, rico fazendeiro e notável paulista pertencente a tradicional família ituana, presidiu a famosa Convenção de Itu, que em abril de 1873 lançou as bases da organização do Partido Republicano Paulista (PRP).

Em 1848, ainda jovem, João Tibiriçá foi mandando estudar na França. Durante sua permanência na Europa acabou não fazendo nenhum curso universitário, mas aprimorou seus conhecimentos sobre inovações na área agrícola, principalmente no tocante a equipamentos para a cultura açucareira. Sua longa permanência em solo francês o fez conhecer uma jovem de família originária da Alsácia, e em 1854 casaram-se. No ano seguinte nasceu Jorge, único filho do casal. Após ser comunicado por carta do falecimento de seu pai, João Tibiriçá resolveu regressar ao Brasil com a esposa e o filho. Antes de partir concluiu negócios que estavam em andamento e adquiriu moderno equipamento destinado às usinas de açúcar que havia herdado. Chegando ao Brasil em 1859, foi residir com a família na fazenda de Itaici, às margens do rio Jundiá, entre Itu e Indaiatuba, com mais de 1.500 alqueires de terras, onde eram cultivados a cana-de-açúcar e, às vezes, quando o preço estimulava a exportação para a Inglaterra, o algodão.

Jorge Tibiriçá iniciou seus estudos em casa, com a mãe, e em 1867, aos 11 anos de idade, foi matriculado como aluno interno no Colégio Barth, alemão, localizado no bairro do Brás, na capital paulista. Em 1870 João Tibiriçá resolveu que o filho deveria concluir seus estudos na Europa, e Pauline o acompanhou na viagem. Ao chegarem à França, a situação política internacional estava inquietante, devido ao litígio entre o imperador francês Napoleão III e o chanceler Otto von Bismarck, chefe do governo da Prússia. Jorge Tibiriçá obteve da mãe autorização para ir de trem até a Alsácia, de onde deveria seguir para a Suíça a fim de providenciar sua matrícula em um colégio em Zurique. Com o agravamento da

situação política, foi obrigado a permanecer confinado, como toda a população, na cidade francesa de Strasbourg, próxima da fronteira alemã. Em pouco tempo a cidade foi sitiada pelas tropas germânicas e bombardeada. Com apenas 14 anos de idade, Jorge foi testemunha dos horrores da guerra.

Com a capitulação de Sstrasbourg, Jorge Tibiriçá, como brasileiro, conseguiu obter um passaporte para entrar na Suíça. No dia 19 de setembro de 1870, as tropas alemãs cercaram Paris, que capitulou em 19 de janeiro de 1871. Com o armistício, foi concedida autorização para que o jovem retornasse à capital francesa, mas uma verdadeira guerra civil ocorreu entre o governo e o operariado, resultando na Comuna de Paris, governo proletário que foi encorajado por Karl Marx em pessoa. Jorge pôde afinal entrar em Paris e, com apenas 15 anos de idade, viveria o maior drama de sua vida: ao procurar pela mãe, constatou que esta fora levada para um hospital e lá havia falecido, vítima da falta de alimentos e do frio. Apesar de tais notícias, João Tibiriçá decidiu que o filho deveria continuar seus estudos na Europa. Obediente às determinações paternas, Jorge matriculou-se no Colégio Riffel, em Staffa, às margens do lago de Zurique, na Suíça. Na escola, que fornecia formação essencialmente humanística, estavam matriculados alunos de famílias abastadas, inclusive alguns brasileiros. Como conhecedor das línguas francesa e alemã, que havia estudado no colégio em São Paulo, pôde acompanhar o curso satisfatoriamente.

Após concluir o secundário, de acordo com as instruções do pai, Jorge Tibiriçá transferiu-se para a Alemanha com o objetivo de procurar as mais reputadas escolas de agricultura. Ingressou na escola agrônoma de Hohenheim, cidade próxima de Stuttgart, considerada uma das melhores no gênero, e aí se formou agrônomo e recebeu a distinção de doutor. Mais uma vez seguindo a orientação paterna para que prolongasse a estada no Velho Mundo, em 1877 matriculou-se na Faculdade de Filosofia da Universidade de Zurique. Aperfeiçoando-se em química inorgânica e orgânica, alcançou em 1879 o título de doutor em filosofia, com distinção, com a tese “Produção do ácido fórmico por meio de material inorgânico”, que escreveu em alemão.

Afinal, depois de quase uma década ausente, Jorge Tibiriçá regressou ao Brasil. No ano

seguinte casou-se com uma prima, Ana de Queirós Teles, descendente de família tradicional, e passou a se dedicar aos trabalhos agrícolas na fazenda Ressaca, situada no tronco-mestre da linha da Estrada de Ferro Mogiana, a meio caminho entre Campinas e Moji-Mirim. Nessa fazenda, onde residiu vários anos e onde alguns de seus filhos nasceram e foram criados, seria grande produtor de café de qualidade, e aplicaria os conhecimentos agronômicos adquiridos na Europa.

Seu tio e sogro, Antônio de Queirós Teles, conde de Parnaíba, fora o principal idealizador e incorporador da Estrada de Ferro Mogiana, e a dirigiu por muitos anos antes de assumir a presidência da província de São Paulo, entre julho de 1886 e novembro de 1887. Jorge Tibiriçá também foi diretor da Mogiana, de 1888 a 1890. Em dezembro de 1888, recebeu um telegrama da França comunicando o falecimento de seu pai, então em viagem àquele país. João Tibiriçá Piratininga deixou para seu único filho uma imensa fortuna, calculada na época em mais de 500 contos de réis, além de propriedades agrícolas nas quais plantara cana-de-açúcar, algodão, cereais, e finalmente café.

Embora nunca tivesse dispensado o recurso ao braço escravo, Jorge Tibiriçá sempre fora dos mais entusiastas em preconizar as vantagens da imigração, a fim de substituir gradativamente a escravidão pelo serviço de homens livres. Era a favor de que se eliminasse o flagelo da escravatura, mas considerava necessário que os cativos tivessem condições de educação para que pudessem se transformar em trabalhadores livres, não marginalizados pela sociedade, sem causar sobressalto à economia do país. Como administrador de um grande patrimônio agrícola, e um dos maiores fazendeiros de café da província de São Paulo, cuidou de fixar na terra os trabalhadores locais e apoiou, como já fizera seu pai, a vinda de imigrantes para trabalhar nas plantações cafeeiras. Transformou-os em pequenos proprietários rurais, mas manteve-os trabalhando nas grandes fazendas, e assim pôde manter a produção e não ter grandes prejuízos após a promulgação da Lei Áurea em 13 de maio de 1888.

Em 1889, como republicano – como também fora seu pai, antigo presidente do Clube Republicano da cidade de Itu – e defensor dos ideais democráticos, assistiu com

contentamento à proclamação da República em 15 de novembro. Com o novo regime, assumiu o governo de São Paulo uma junta composta por Prudente de Moraes, Rangel Pestana e o tenente-coronel Joaquim de Sousa Mursa. A junta governou São Paulo de 16 de novembro até 14 de dezembro de 1889, quando o chefe do governo provisório da República, marechal Deodoro da Fonseca, resolveu nomear Prudente de Moraes governador do estado. Em setembro de 1890, Prudente foi eleito senador ao Congresso Constituinte. Devendo deixar o governo paulista antes de tomar posse em 15 de novembro seguinte, e contando com a influência do líder republicano Francisco Glicério junto ao marechal Deodoro da Fonseca, indicou como sucessor Jorge Tibiriçá. O ministro da Fazenda Manuel Ferraz de Campos Sales também defendeu o nome de Tibiriçá, que foi assim nomeado governador de São Paulo.

GOVERNADOR DE SÃO PAULO

Após receber o governo de Prudente de Moraes em 18 de outubro de 1890, Jorge Tibiriçá teve duas preocupações imediatas: a reforma da Estação Agronômica de Campinas, de grande importância econômica e política para São Paulo, e a preparação das eleições para a Assembleia Constituinte paulista. Depois de alguns meses, em que enfrentou objeções das forças católicas, conseguiu a velha igreja do Pátio do Colégio a fim de adaptá-la para a instalação da sede do Congresso Legislativo do estado. Em carta a Campos Sales, que então exercia o mandato de senador por São Paulo, o ministro da Fazenda Tristão de Alencar Araripe informou que o governo federal havia determinado que a antiga igreja do Colégio dos Jesuítas fosse entregue ao governador de São Paulo para a realização das obras necessárias. Campos Sales, por sua vez, em carta datada de 12 de fevereiro de 1891, participou a Tibiriçá a resolução do governo federal, pondo fim ao problema.

Em 25 de fevereiro de 1891, um dia após a promulgação da Constituição federal, Deodoro da Fonseca foi eleito indiretamente presidente da República, derrotando Prudente de Moraes, também candidato. Ainda em fins de fevereiro, com o apoio do governador Jorge Tibiriçá, o PRP lançou uma lista de candidatos às eleições estaduais e municipais marcadas

para 20 de março. Em 4 de março, porém, São Paulo foi surpreendido com a notícia da exoneração de Jorge Tibiriçá por decreto de Deodoro da Fonseca. A inesperada medida era a culminância das desavenças entre o marechal e a bancada paulista no Congresso, evidenciadas na disputa com Prudente de Moraes. A inesperada mudança no governo de São Paulo se deveria também ao fato de Tibiriçá não ter apoiado explicitamente a eleição de Deodoro e não ter demonstrado contentamento diante de sua escolha para o cargo de chefe da nação.

O gesto de Deodoro provocou descontentamento nas fileiras republicanas, além de comentários e críticas na imprensa. O jornal *Diário de Notícias*, do Rio de Janeiro, afirmou: “São Paulo foi talvez o único estado que não deu mínimo incômodo ao governo provisório devido à boa e sábia administração”, salientando que “seria muito estranhável uma conduta do governo central baseada em despeito ou simples espírito de represália”. O jornal advertia ainda o ministério de Deodoro com estas palavras: “Refreie o ministério a sua vaidade. Não estamos no tempo da monarquia em que se escolhiam os energúmenos para presidir eleições e dominar as províncias.” Prudente de Moraes passou um telegrama para Tibiriçá nos seguintes termos: “Parabéns pela vossa demissão. Caiu convosco o Partido Republicano Paulista. Acompanham-vos os aplausos de toda a população desinteressada”.

Após passar o cargo de governador em 7 de março de 1891 ao sucessor Américo Brasiliense, também nomeado por Deodoro, Jorge Tibiriçá, acompanhado de um grande número de amigos e correligionários, dirigiu-se ao Clube Republicano, onde foi alvo de manifestação de desagravo. Na ocasião discursaram os deputados federais Bernardino de Campos e Carlos Garcia, que elogiaram o governador demitido e condenaram a maneira como havia sido exonerado pelo presidente da República. Américo Brasiliense continuou no governo, passando, após a promulgação da Constituição estadual de 1891, a ser designado não mais governador, mas presidente do estado. Assim também o seriam seus sucessores.

Quando, em 3 de novembro seguinte, após longos desentendimentos, Deodoro dissolveu o Congresso Nacional, os próceres do PRP solidarizaram-se com a conspiração tramada no

Rio de Janeiro para derrubar o marechal e restabelecer o Congresso dissolvido. Esse restabelecimento acabou ocorrendo em 23 de novembro, com a renúncia de Deodoro. Tomou posse então na presidência o vice-presidente da República, marechal Floriano Peixoto, que convidou Jorge Tibiriçá para ocupar um lugar no novo ministério. Tibiriçá, porém, recusou o convite.

Em São Paulo, sob a direção de uma junta revolucionária composta por Campos Sales, Bernardino de Campos e Júlio Mesquita, ocorreu um verdadeiro levante nas cidades do interior para forçar também a mudança no governo do estado. A resistência na capital provocou vários choques entre os insurgentes republicanos e a força policial que apoiava Américo Brasiliense. Incidentes vários, tumultos, correrias, tiroteios e ataques aos jornais da oposição marcaram a luta entre as duas correntes, até que, em 15 de dezembro, Brasiliense viu-se obrigado a entregar o governo ao major Sérgio Castelo Branco, inspetor das tropas policiais. Poucas horas depois, o militar passou o poder ao substituto legal, o vice-presidente José Alves de Cerqueira César.

Durante sua administração de apenas nove meses, Cerqueira César sofreu uma ameaça de golpe e resolveu dissolver o Congresso Legislativo paulista, cujos integrantes em sua maioria apoiavam o antigo governo. Novas eleições foram marcadas, e Jorge Tibiriçá acabou aceitando a indicação do PRP para concorrer a uma cadeira de senador estadual. Foi eleito em 7 de março de 1892, e no dia seguinte foi escolhido vice-presidente do Senado paulista. Logo após ter sido empossado, em 7 de abril, foi designado membro da Comissão de Fazenda e Contas do Senado Estadual.

SECRETÁRIO DE AGRICULTURA

Em 23 de agosto de 1892 tomou posse o novo presidente eleito do estado de São Paulo, Bernardino de Campos. Convidado por Bernardino para a Secretaria de Agricultura, Comércio e Obras Públicas, Jorge Tibiriçá assumiu o cargo em 12 de dezembro de 1892, tendo antes renunciado ao mandato de senador estadual. Sua aceitação deveu-se à amizade com Bernardino, mas o convite foi feito principalmente por sua competência técnica como

agrônomo e por ser conhecido como dedicado fazendeiro, sendo sua fazenda Ressaca considerada por todos como modelo. Nela sempre experimentava todos os meios para aumentar os rendimentos e a qualidade das culturas e criar um padrão de propriedade agrícola em condições de enfrentar as crises que ocorriam com frequência na agricultura.

Vários órgãos foram criados na secretaria chefiada por Tibiriçá, como a Superintendência de Obras Públicas, a Inspetoria de Terras, Colonização e Imigração, a Comissão Geográfica e Geológica e a Comissão de Saneamento, composta de engenheiros encarregados de serviços sanitários. O governo despendeu nessa área uma grande parte de seu orçamento, sendo obrigado a aumentar a dívida externa com um vultoso empréstimo em libras para poder executar a encampação da companhia Cantareira de Águas e Esgotos de São Paulo. O próprio presidente do estado Bernardino de Campos mencionou em seu relatório apresentado ao Congresso Legislativo estadual a presteza com que foram efetuadas as obras, custosas e fundamentais para o abastecimento de água da capital paulista. Com elas, o fornecimento de água elevou-se de 3,5 milhões de litros diários para 31,2 milhões.

Outra preocupação da secretaria foi o saneamento da cidade de Santos, porta de entrada dos milhares de imigrantes. Foi executado o plano elaborado pelo engenheiro sanitaria americano Estevan Antonio Fuertes, nascido em Porto Rico, que teve a colaboração de cientistas e engenheiros brasileiros através da Comissão de Saneamento, dirigida por João Pereira Ferraz e integrada por Teodoro Sampaio e Vital Brasil. Fuertes foi auxiliado pelo Departamento de Higiene, graças à organização dos Institutos Bacteriológico e Vacinogênico, do Hospital de Isolamento, do Desinfetório Central e outros órgãos incumbidos de classificar e combater as enfermidades e as invasões mórbidas.

Como engenheiro agrônomo, Tibiriçá, procurou estimular a formação de técnicos aptos a orientar o desenvolvimento agroindustrial. Os cursos de agronomia da Escola Politécnica, da Escola Prática de Piracicaba e do Instituto Agrônomo de Campinas iriam se tornar grandes centros de observações e experiências necessárias ao aperfeiçoamento agrícola.

Sua secretaria foi responsável também pela construção na capital dos denominados palácios da Polícia e da Agricultura, localizados no Pátio do Colégio. A tarefa foi encabeçada pelo

engenheiro Ramos de Azevedo, formado na Bélgica, grande amigo de Tibiriçá.

A Comissão Geográfica e Geológica, subordinada à sua pasta, procedeu com minúcia no levantamento da carta do estado e reuniu informações sobre a constituição física do território paulista e também sobre sua flora. Um participante dessa comissão foi o cientista americano Orville Derby, que desde o Império era um dos mais devotados e competentes estudiosos da geologia brasileira.

Durante a Revolução Federalista e a Revolta da Armada, em 1893, Tibiriçá prestou inteiro apoio à ação de Bernardino de Campos, que apoiava o marechal Floriano. Permaneceu na Secretaria de Agricultura até 27 de março de 1895 – já com Prudente de Moraes na presidência da República (1894-1898) –, quando foi substituído por Teodoro de Carvalho. Três dias depois foi novamente conduzido ao Senado Estadual, na vaga de Paulo de Sousa Queirós, que havia sido eleito deputado federal. Tomou posse em 8 de abril de 1895 e tornou-se membro das comissões de Fazenda e Contas, de 1896 a 1900, e de Terras Públicas e Minas, em 1900. Em 31 de dezembro de 1900 foi reeleito para o Senado paulista, passando a integrar as comissões de Indústria, Comércio, Obras Públicas e Estatística, entre 1901 e 1904, e de Imigração, Colonização, Terras Públicas e Minas, entre 1902 e 1904. Ao longo desse período, encerrou-se o mandato de Bernardino de Campos, e governaram o estado de São Paulo Campos Sales (1896-1897), Peixoto Gomide (1897-1898), Fernando Prestes (1898-1900) e Rodrigues Alves (1900-1902).

Desde 1896 o preço do café entrara em queda, em decorrência do excesso de produção proveniente de novos cafezais. Em 1901, com as restrições de crédito e a implacável política econômica do presidente da república Campos Sales (1898-1902) e de seu ministro da Fazenda Joaquim Murinho, a crise se abateu sobre os fazendeiros, principalmente os paulistas, e atingiu a posição de Tibiriçá. O então senador recorreu aos bancos e comissários e hipotecou sua fazenda Ressaca, uma vez que a venda do produto não dava para cobrir as despesas da propriedade, consideravelmente aumentadas pelas majorações de salário dos colonos, que faziam constantes exigências e facilmente mudavam de local de trabalho. Como proprietário de uma grande fazenda, Tibiriçá pôde ceder aos seus colonos

terras disponíveis para suas próprias subsistências, e assim fixá-los com suas famílias. Resolvida a grave questão social, restava resolver o problema do grande débito monetário que tinha que saldar. A resposta veio de Ana Tibiriçá, que mostrou ao marido que poderiam lançar mão do gado existente na fazenda para vender leite e fabricar requeijões, queijos e manteiga, artigos de grande consumo na região, que os próprios colonos se apressariam a adquirir. O plano foi posto em prática em poucos dias. Enquanto Jorge Tibiriçá cuidava da manutenção dos cafezais e tratava de precaver-se contra os riscos da próxima safra, Ana improvisava uma pequena indústria de laticínios, pondo pessoalmente mãos à obra, ajudada na tarefa por uma antiga escrava, Guilhermina, africana já idosa e alforriada alguns anos antes pela família.

PRESIDENTE DE SÃO PAULO: O CONVÊNIO DE TAUBATÉ

Em 1902, Bernardino de Campos foi eleito pela segunda vez presidente de São Paulo, completando o mandato de Rodrigues Alves, que renunciou no início do ano para candidatar-se à presidência da República (1902-1906). As circunstâncias criadas pela crise do café, na área econômica, e as divergências políticas consequentes à cisão do PRP em 1901 não permitiram que se instalasse a mesma atmosfera de realizações e eficiência administrativa de sua gestão anterior. Aproximando-se a sucessão estadual, os líderes mais destacados do PRP, a começar pelo próprio Bernardino, penderam para o nome de Jorge Tibiriçá. Sua competente gestão à frente da Secretaria de Agricultura, Comércio e Obras Públicas, o credenciava para ser indicado candidato a presidente do estado de São Paulo. Jorge Tibiriçá foi eleito em 15 de fevereiro de 1904 para o quadriênio de 1904 a 1908, tendo como companheiro de chapa João Batista de Melo e Oliveira. Após renunciar à cadeira no Senado Estadual em 27 de abril, assumiu o governo em 1º de maio seguinte. Nomeou como secretários José Cardoso de Almeida, para o Interior, posteriormente substituído por Gustavo de Oliveira Godoy; Bento Pereira Bueno, para Justiça e Segurança Pública, posteriormente substituído por Washington Luís Pereira de Sousa; Carlos José Botelho, para Agricultura, Comércio e Obras Públicas; e Manuel Joaquim de Albuquerque

Lins, para a Fazenda, substituído depois por Olavo Egydio de Sousa Aranha.

Desde os primeiros dias do seu governo, Jorge Tibiriçá viu-se envolvido nos problemas decorrentes da crise do café, que ainda agitava os fazendeiros, e em consequência a vida financeira do país. Na sua mensagem de 1905, dirigida ao Congresso Legislativo estadual, explanou que sua vontade era atender às grandes reformas, que sabia serem extremamente dispendiosas, e assinalou que continuava “infelizmente ainda em estado precário a lavoura de café, a qual em grande parte se tem mantido graças à admirável tenacidade da classe agrícola”.

A oposição entre os programas e doutrinas econômicas de Tibiriçá e do presidente Rodrigues Alves logo afastou os dois governantes. Rodrigues Alves seguia o mesmo plano financeiro de seu antecessor Campos Sales, mostrando-se francamente a favor da valorização do meio circulante. Considerou assim abusiva e pouco amistosa para a autoridade presidencial a aliança dos três maiores estados cafeicultores – São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro – promovida por Tibiriçá com o objetivo de reclamar uma reforma do padrão monetário, contrariando a política de câmbio alto do ministro da Fazenda, Leopoldo Bulhões. Para atenuar o mal resultante do excesso de produção cafeeira, o governo federal até então reduzira os direitos de exportação de 2%, isentara a lavoura dos impostos criados sobre as propriedades, e excluía de novos ônus os capitais empregados pelos bancos e pelos comissários nas transações com os lavradores de café. Continuava em vigor a lei que estabelecera os impostos sobre as novas plantações, e o presidente recomendava o crédito agrícola à base de *warrants*.

Tibiriçá resolveu agir, e comandou decisivamente os maiores estados produtores de café na defesa do produto. Contou para isso com a colaboração do senador Francisco Glicério e do deputado federal Cândido Rodrigues, representantes paulistas, que mantiveram contato com delegados mineiros e fluminenses, e conferenciaram com o presidente Rodrigues Alves. Os entendimentos com os representantes de Minas se fizeram através de Carlos Peixoto, e com os representantes do Estado do Rio, através de Barros Franco Júnior e de Carlos Resende. A correspondência trocada pelos líderes, de caráter mais reservado, expressava as

imensas dificuldades encontradas para unir os estados cafeeiros e salvar a lavoura do naufrágio. Durante as conversações, Tibiriçá escreveu: “A batalha vai ser terrível, quem não for por nós é contra nós”.

A forte queda nos preços internacionais do café em 1905 resultou em uma verdadeira rebelião. Assim, em 26 de fevereiro 1906, com o apoio de seu secretário da Fazenda, Jorge Tibiriçá encabeçou uma reunião na cidade paulista de Taubaté com os presidentes Francisco Sales, de Minas Gerais, e Nilo Peçanha, do Rio de Janeiro, firmando um acordo de proteção ao café que ficou conhecido como Convênio de Taubaté. O convênio, firmado no último ano do governo Rodrigues Alves, acabou sendo deixado como herança para o próximo presidente, Afonso Pena, que seria eleito em novembro de 1906.

Além da questão do café, Jorge Tibiriçá teve outras preocupações no governo de São Paulo. Reconhecendo a necessidade de uma reforma na Constituição estadual, era a favor de uma mudança do sistema eleitoral para que fosse respeitado o sufrágio popular. Em relação à polícia de carreira, “indispensável para a boa garantia da liberdade eleitoral”, a seu ver impunha-se igualmente uma modificação, “porquanto jamais poderia dar resultado satisfatório o desempenho dos cargos policiais por autoridades locais sempre com interesses políticos”. O projeto longamente acalentado de contratar oficiais estrangeiros para imprimir à Força Pública de São Paulo características de tropa solidamente estruturada e moldada em princípios de rígida disciplina pôde enfim ser realizado, com a vinda de uma missão francesa, composta de oficiais graduados, que durante muitos anos foi responsável pela formação do contingente da milícia paulista. Ainda com o objetivo de prestigiar a “nobilíssima carreira da magistratura”, recomendou que fossem instituídos os termos judiciários e que as comarcas fossem classificadas por entrâncias, para que fossem estimulados aqueles interessados em ingressar na vida judiciária. Seria, ao seu entender, uma forma de tornar a atividade mais atraente, de selecionar valores e vocações e de elevar o Poder Judiciário, “cuja missão tanto se engrandece nas democracias”.

Durante sua gestão no governo paulista, eclodiram numerosas greves entre os operários do parque fabril e os empregados do comércio e de pequenas oficinas. Empresas de

transportes, como a importante Companhia Paulista de Estradas de Ferro, chegaram a interromper o tráfego em alguns ramais devido ao abandono do serviço por parte do pessoal técnico e da quase totalidade dos obreiros e funcionários. Complicou-se a agitação em face da atitude agressiva de certos núcleos de paredistas, inclinados a promover desordens e atos de sabotagem. No terminal da linha, em Bauru, reuniram-se grupos armados contra os quais o governo se viu compelido a enviar tropas, para proteger as estações e o material ferroviário. Auxiliado pelo chefe de polícia Meireles Reis, Jorge Tibiriçá procurou interceder no sentido de facilitar um acordo entre as partes e tornou claro o objetivo, antes harmonizador do que repressor, que ditava a conduta do governo no caso. Agastado com as renitências de alguns dirigentes da companhia, que se recusavam a atender justos pedidos dos empregados, declarou não saber onde se encontravam os maiores grevistas, se entre os operários ou entre os diretores de uma empresa próspera e distribuidora de fartos dividendos.

Quando se iniciaram os entendimentos preliminares sobre a sucessão estadual, amigos e políticos insistiram para que Tibiriçá aceitasse ser reeleito. A pedido de vários chefes do PRP e parlamentares, o deputado Herculano de Freitas chegou a apresentar um projeto de reforma da Constituição estadual, mas Tibiriçá mandou cessar a iniciativa e recusou discutir o assunto. Diante disso, o secretário da Fazenda Manuel Joaquim de Albuquerque Lins passou a ser cogitado como candidato oficial à sucessão, por seu conhecimento dos aspectos financeiros da valorização do café. No entanto, o senador Campos Sales, adversário declarado do plano de valorização, apresentou também sua candidatura. Na convenção do PRP realizada em setembro de 1907, Albuquerque Lins derrotou Campo Sales e saiu candidato. Em seguida foi eleito presidente estadual para o período 1908-1912.

PRESIDENTE DO SENADO ESTADUAL E DO TRIBUNAL DE CONTAS

Após transmitir o governo em 1º de maio de 1908, Jorge Tibiriçá foi novamente eleito senador estadual em 7 de agosto, na vaga de Fernando Prestes de Albuquerque, que havia deixado o mandato para assumir o cargo de vice-presidente do estado. Empossado em

17 de setembro, passou a integrar a Comissão de Indústria, Comércio, Obras Públicas e Estatística, e concomitantemente tornou-se vice-presidente da comissão diretora do PRP.

Em 1912, Rodrigues Alves foi eleito presidente de São Paulo para o período 1912-1916. Nos preparativos para sua sucessão, com o falecimento do candidato João Álvares Rubião Júnior, por indicação do próprio Rodrigues Alves, e de acordo com os dirigentes do PRP, foram apresentados três nomes: José Cardoso de Almeida, Altino Arantes e Antônio Lacerda Franco. O líder da bancada paulista na Câmara dos Deputados, Cincinato Braga, foi chamado a opinar e, após algumas evasivas, acabou impugnando os três nomes. Como a indecisão política se prolongasse, Jorge Tibiriçá dirimiu a questão de maneira inesperada. Interpelado por um vespertino, declarou que não existiam mais hesitações na deliberação tomada pelo PRP, e apoiou o nome de Altino Arantes. A escolha de Altino dividiu o PRP, provocando uma crise política. Em 10 de novembro de 1915 José Alves Guimarães Júnior, presidente do Senado Estadual, renunciou ao cargo por discordar da decisão do partido, e Tibiriçá foi escolhido para ocupar o seu lugar.

No pleito de 2 de fevereiro de 1916, Tibiriçá foi novamente eleito senador estadual. Voltou à presidência do Senado e assumiu também a presidência do PRP, devido à morte de Francisco Glicério, mantendo-se nos dois postos até 1924. Renunciou então o mandato de senador para assumir, por nomeação do presidente de São Paulo Carlos de Campos, o cargo de ministro do Tribunal de Contas do Estado (TCE) de São Paulo, instituído pela reforma da Constituição estadual de 1921. Na sessão inaugural de instalação da corte, realizada no mesmo dia, 6 de maio, em que tomaram posse os ministros, foi escolhido por aclamação presidente do TCE. Durante a sua presidência, protestou contra uma reforma, derivada de lei aprovada em 1926, pela qual o Poder Executivo podia determinar a aceitação das despesas impugnadas, método cômodo para anular as decisões do tribunal.

Faleceu em São Paulo em 29 de setembro de 1928, no exercício do cargo de presidente do TCE.

De seu casamento com Ana de Queirós Teles Tibiriçá, teve dez filhos.

Antônio Sérgio Ribeiro

FONTES: AMARAL, A. *Dicionário*; CALIMAN, A. *Legislativo*; *Correio Paulistano* (30/9/1928); DEBES, C. *Tribunal*; DIAS, C. *Galeria*; DUARTE, P. *Júlio Mesquita*; EGAS, E. *Galeria*; *Folha da Manhã* SP (30/9/1928). FONSECA, A.; IGNÁCIO, A.; BRISOLLA, C. *São Paulo*; RIBEIRO, A. *Governantes*; RIBEIRO, A. *Governos*; RIBEIRO, A. *Poder*; RIBEIRO, J. *Chronologia*; SOARES JUNIOR, R. *Jorge Tibiriçá*; SENADO. *Dados biográficos dos senadores de São Paulo*.

TINOCO, César

*jornalista; rev. 1922; rev. 1930; const. 1934; dep. fed. RJ 1935-1937.

César Nascentes Tinoco nasceu em Campos (RJ) no dia 2 de dezembro de 1884, filho de Benedito César Tinoco e de Maria Nascentes Tinoco.

Fez os estudos preparatórios no Liceu de Humanidades de Campos, onde passou a exercitar sua vocação de jornalista a partir de 1903, fundando naquele estabelecimento de ensino a revista *O Ideal*. Ainda em Campos foi redator da *Gazeta do Povo*, órgão do Partido Republicano Fluminense (PRF), liderado por Nilo Peçanha, e de *O Tempo*. Matriculou-se na Faculdade de Ciências Jurídicas do Rio de Janeiro, tendo trabalhado nesse período como telegrafista e também como jornalista na *Folha do Dia*, na *Gazeta da Tarde* e no *Correio da Noite*.

Vinculado a Nilo Peçanha, tomou parte de todas as suas campanhas políticas, tanto em nível estadual quanto federal. Participou também da Campanha Civilista, movimento que promoveu em 1909 e 1910 a candidatura de Rui Barbosa à presidência da República, em oposição à do marechal Hermes da Fonseca, afinal eleito em março de 1910.

Após formar-se em 1912 retornou a Campos, onde fundou os jornais *A Noite* e *Rio de Janeiro*, este último de grande penetração na cidade, destacando-se entre os órgãos de imprensa locais.

Foi vereador e presidente da Câmara Municipal de Campos e mais tarde deputado estadual no Rio de Janeiro durante o governo de Raul Veiga (1918-1922). Nessa condição ocupou a vice-presidência da Assembléia fluminense e do estado do Rio de Janeiro, tendo integrado em 1919 a Comissão de Revisão da Constituição estadual. Afastou-se da Assembléia logo após a votação do novo texto constitucional, em 1920.

Prefeito de Campos entre 1921 e 1922, participou da Reação Republicana, movimento que promoveu a candidatura de Nilo Peçanha à presidência da República, derrotado em março de 1922 por Artur Bernardes. Ainda nesse ano foi preso e processado sob a acusação de ter participado da Revolta do 5 de Julho de 1922, irrompida no Rio e em Mato Grosso em protesto contra a eleição de Artur Bernardes e contra as punições impostas pelo governo Epitácio Pessoa (1919-1922) aos membros do Clube Militar e a prisão do marechal Hermes da Fonseca. Esse movimento iniciou o ciclo de revoltas tenentistas da

década de 1920. Durante o governo de Artur Bernardes (1922-1926), César Tinoco fundou em Campos o jornal O Dia, publicado em pleno estado de sítio, tornando-se seu diretor.

Revolucionário em 1930, foi secretário do Interior e Justiça do estado do Rio de Janeiro na interventoria de Plínio Casado (1930-1931), exonerando-se do cargo em 1931, quando o comandante Ari Parreiras assumiu o governo. Em seguida tornou-se funcionário do Ministério Público da Justiça do Distrito Federal e membro do Clube 3 de Outubro, organização criada em maio de 1931, congregando as correntes tenentistas partidárias da manutenção e do aprofundamento das reformas instituídas pelo movimento revolucionário de outubro de 1930. Combateu a Revolução Constitucionalista de 1932, deflagrada em São Paulo, em julho, contra o Governo Provisório de Getúlio Vargas e derrotada em outubro seguinte pelas forças legalistas.

Ao lado de Vicente Ferreira de Moraes, José Alípio Costallat, Eugênio de Macedo Torres, Altivo Linhares, Carlos Alberto Nóbrega da Cunha, do general Cristóvão Barcelos e do capitão Asdrúbal Gwyer de Azevedo, foi um dos principais organizadores do Partido Socialista Fluminense (PSF), fundado em dezembro de 1932 e filiado ao Partido Socialista Brasileiro (PSB). Em maio de 1933 foi eleito deputado pelo estado do Rio de Janeiro à Assembléia Nacional Constituinte na legenda da Frente Única, coligação do PSF, com o Partido Proletário do Estado do Rio de Janeiro. Participou dos trabalhos constituintes, iniciados em novembro do mesmo ano, e, após a promulgação da nova Carta (16/7/1934) e a eleição do presidente da República no dia seguinte, teve o mandato prorrogado até maio de 1935.

Em outubro de 1934 foi eleito deputado federal pelo estado do Rio na legenda do PSF. Foram realizadas ainda eleições para as constituintes estaduais, que elegeriam o governador e dois senadores. Para o governo do estado do Rio de Janeiro, César Tinoco e o PSF apoiaram inicialmente o nome de Pedro Luís Correia e Castro. As inúmeras articulações partidárias para a escolha de um candidato de consenso acabaram por provocar cisões dentro dos principais partidos. Em junho de 1935 César Tinoco retirou seu apoio a Pedro Luís Correia e Castro, passando a apoiar Alfredo Backer, o que levou a uma cisão na comissão executiva do partido. Por outro lado, os deputados suplentes do PSF passaram a apoiar um terceiro candidato, Vicente de Moraes. Depois de vários acordos, a Coligação Radical-Socialista, constituída pelo PSF e pelo Partido Popular Radical (PPR), acabou

ficando com a maioria de 23 deputados na Assembléia Legislativa contra 22 da União Progressista Fluminense (UPF). O clima de tensão era tal que, no dia da eleição, 25 de setembro de 1935, o deputado Capitulino dos Santos Júnior, do PSF, e o general Cristóvão Barcelos da UPF, foram alvejados em tiroteio. O vencedor do pleito acabou sendo o almirante Protógenes Guimarães, da Coligação Radical-Socialista, que teve seu nome ratificado em novembro do mesmo ano.

No sentido de congregar as forças de apoio ao governo de Protógenes Guimarães (1935-1937), foi tentada a organização de um novo partido. César Tinoco e Pedro Luís Correia e Castro representaram o PSF nessas articulações. Em 1937, na campanha pela sucessão presidencial, todos os membros da Coligação Radical-Socialista que apoiavam o governador ligaram-se à candidatura de Armando Sales. Entretanto, César Tinoco, liderando um grupo do PSF, deu apoio à candidatura de José Américo de Almeida e, unido ao Partido Proletário do estado do Rio de Janeiro, fundou a Coligação Democrática Fluminense. Permaneceu na Câmara dos Deputados até o dia 10 de novembro de 1937, quando, com o advento do Estado Novo, os órgãos legislativos do país foram suprimidos.

Fundou o Liceu Nilo Peçanha e idealizou e executou a remodelação do ensino normal no Brasil.

Faleceu em Niterói no dia 13 de junho de 1960.

Era casado com Vilma Cunha Tinoco.

FONTES: ARQ. CLUBE 3 DE OUTUBRO; ARQ. GETÚLIO VARGAS; *Boletim Min. Trab.*; CÂM. DEP. *Deputados*; *Câm. Dep. seus componentes*; CONSULT. MAGALHÃES, B.; *Cronologia da Assembléia*; *Diário do Congresso Nacional*; GODINHO, V. *Constituintes*; SILVA, H. 1935.

TINOCO, Tasso

*militar; rev. 1922; rev. 1930; interv. AL 1931-1932.

Tasso de Oliveira Tinoco nasceu no Rio de Janeiro, então Distrito Federal, no dia 8 de janeiro de 1897, filho do militar Jorge Gustavo Tinoco da Silva e de Clarinda Oliveira Tinoco da Silva.

Sentou praça em abril de 1915 ao ingressar na Escola Militar do Realengo, no Rio de Janeiro, sendo declarado aspirante-a-oficial em abril de 1918. Promovido a segundo-tenente em dezembro desse ano, em janeiro de 1920 chegou a primeiro-tenente.

Em julho de 1922, participou no Rio de Janeiro da revolta tenentista irrompida em protesto contra a eleição de Artur Bernardes à presidência da República (1922-1926) e as punições impostas pelo governo de Epitácio Pessoa (1918-1922) aos militares, com o fechamento do Clube Militar e a prisão do marechal Hermes da Fonseca. A revolta, debelada no mesmo dia, envolveu, no Rio de Janeiro, o forte de Copacabana, a Escola Militar e efetivos da Vila Militar e, em Mato Grosso, o contingente do Exército local. Por sua participação no episódio, Tasso Tinoco foi preso e afastado do serviço militar sem comissão. Somente em 1928 foi absolvido por sentença do juiz Olímpio de Sá e Albuquerque, que considerou improcedente e não comprovada sua participação no levante.

Tomou parte ativa na Revolução de 1930 e, logo após a vitória do movimento, foi promovido em novembro a capitão. Em outubro do ano seguinte foi nomeado interventor federal em Alagoas em substituição ao tenente-coronel Luís de França Albuquerque, tendo permanecido no cargo até outubro de 1932, quando seu antecessor voltou a ocupar essa interventoria.

No ano seguinte cursou a Escola de Artilharia, sendo promovido a major em dezembro de 1933. Em 1934 foi subcomandante do 5º Grupo de Artilharia de Dorso, em Curitiba, e, de 1935 a 1936, cursou a Escola de Estado-Maior do Exército, sendo promovido a tenente-coronel em maio do ano seguinte. Até 1940 comandou o 6º Grupo de Artilharia de Dorso, em Quitaúna (SP), sendo transferido no final desse ano para o Estado-Maior do Exército (EME), no Rio de Janeiro, onde chefiou a 1ª Subseção.

Entre 1941 e 1943 exerceu a função de adido militar à embaixada do Brasil em Buenos Aires. Em abril deste último ano foi promovido a coronel, tendo exercido o

comando da guarnição de Santos (SP) e a chefia do estado-maior da 2ª Região Militar (2ª RM), com sede em São Paulo, até 1944. Voltou em seguida ao EME, onde chefiou a 4ª Seção até 1948, tendo sido promovido a general-de-brigada em março desse ano. Removido para o Rio Grande do Sul, respondeu pelo comando da Artilharia Divisionária da 3ª RM, sediada em Cruz Alta, até 1949. De volta ao Rio de Janeiro, cursou a Escola Superior de Guerra (ESG), aí exercendo a chefia do departamento de estudos de junho a dezembro de 1951. Promovido a general-de-divisão em junho de 1953, permaneceu na ESG até o final desse ano como assistente do comandante, general Juarez Távara.

Em 1954 foi transferido para Mato Grosso, onde comandou a 9ª RM, com sede em Cuiabá, retornando no ano seguinte a São Paulo para assumir o comando da 2ª Divisão de Infantaria (2ª DI). Nesse posto, combateu o Movimento do 11 de Novembro de 1955, encabeçado pelo general Henrique Teixeira Lott, ministro da Guerra demissionário e Odílio Denis, comandante da Zona Militar Leste, com sede no Rio de Janeiro. O movimento depôs o presidente da República em exercício, Carlos Luz, acusado de manter ligações com a “corrente golpista” que planejava impedir a posse de Juscelino Kubitschek e João Goulart, eleitos respectivamente para a presidência e a vice-presidência da República no pleito de outubro de 1955. Após as primeiras movimentações militares de suas forças, Lott, por intermédio de terceiros, pediu a algumas autoridades eclesiásticas que transmitissem o pensamento dos chefes militares a Jânio Quadros, então governador de São Paulo.

Carlos Luz e alguns de seus ministros e correligionários embarcaram no cruzador Tamandaré e dirigiram-se para Santos, onde pretendiam, com o apoio de Tasso Tinoco, estabelecer um governo de resistência. Contrariando as instruções do ministro da Guerra, bem como as do general Olímpio Falconière, partidário do movimento e comandante da Zona Militar Centro, sediada em São Paulo, Tasso Tinoco e o major-brigadeiro Ivo Borges, comandante da IV Zona Aérea (IV ZA), deixaram o Rio de Janeiro e rumaram para São Paulo. Além disso, os dois militares divulgaram nota à imprensa na qual afirmavam que continuariam a “receber ordens do presidente Carlos Luz e de seus ministros militares”. Intitulando-se comandante da guarnição de Santos, Tasso Tinoco expediu, na manhã do dia 11 de novembro, sucessivas ordens à “grande unidade”, colocando-a inicialmente de prontidão e, em seguida, orientando o deslocamento de algumas tropas para a base aérea de Cumbica e de outras para a zona de seu quartel-general.

O plano de reação ao movimento desencadeado por Lott contou com uma série de estratégias. Um demorado contato telefônico do brigadeiro Eduardo Gomes, na sede da 2ª DI, em Caçapava (SP), com o general Falconière, visava retardar o seu regresso a São Paulo de modo a possibilitar a Tasso Tinoco, que também se encontrava no Rio de Janeiro às primeiras horas do dia 11, chegar primeiro à capital paulista. Ainda dentro desse plano, a Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS) de São Paulo ficou encarregada de divulgar notícias falsas, como as da prisão de Falconière e da emissão de um comunicado do governo do estado ao povo paulista.

Com o comparecimento de Jânio Quadros ao quartel-general da 2ª DI na manhã do dia 11 para se entender com Tasso Tinoco e Ivo Borges, a tensão política aumentou em São Paulo, mas, nesse mesmo dia, as manifestações de resistência foram ali sufocadas pela pronta ação de Falconière, que marchou sobre a capital à frente das tropas acantonadas em Caçapava e Lorena (SP). Reconhecendo a inutilidade da manobra, Carlos Luz determinou que o Tamandaré retornasse ao Rio de Janeiro, onde aportou no dia 13. Nereu Ramos, vice-presidente do Senado, que fora empossado no lugar de Carlos Luz, permaneceu à frente do governo até 31 de janeiro de 1956, quando Kubitschek e Goulart tomaram posse.

A partir desses acontecimentos até 1958, Tasso Tinoco ficou sem comando na condição de adido à Secretaria Geral do Ministério da Guerra. Em abril do ano seguinte foi promovido a general-de-exército, passando para a reserva no posto de marechal.

Faleceu no dia 21 de abril de 1970.

Foi casado com Benedita Jorge Correia Tinoco, com quem teve um filho.

FONTES: ARQ. MIN. EXÉRC; CAFÉ FILHO, J. *Do sindicato*; CORTÉS, C. *Homens*; COSTA, M. *Cronologia*; FRAGOSO, A. *Escola*; *Globo* (22/4/1975); GUIMARÃES, H. *Deputados*; KLEIN, L. *Cronologia*; *Rev. Arq. Públ. AL.*; SILVA, H. 1922; SILVA, H. 1945; TÁVORA, J. *Vida*; *Visão* (8/12/1975).

TOLEDO, Aníbal de

*dep. fed. MT 1912-1929; pres. MT 1930.

Aníbal Benício de Toledo nasceu em Miranda, na província de Mato Grosso, no dia 21 de junho de 1881, filho de Daniel Benício de Toledo e de Maria José de Oliveira Toledo.

Iniciou seus estudos no Ateneu Cuiabano e deu prosseguimento no liceu da capital mato-grossense, bacharelando-se pela Faculdade Livre de Direito do Rio de Janeiro em 1906. Exerceu cargos na magistratura em Mato Grosso e foi chefe de polícia durante o primeiro governo de Pedro Celestino Correia da Costa (1908- 1911).

Eleito deputado federal pela primeira vez em 1912, seria o único parlamentar de Mato Grosso eleito para seis legislaturas consecutivas. Na Câmara dos Deputados, contou com apoio do senador Antônio Azeredo, foi seu secretário geral e membro da Comissão de Constituição e Justiça. O lançamento de seu nome para suceder a Mário Correia da Costa no governo do estado em 1930, naquela que seria a última eleição da Primeira República em Mato Grosso, foi atípico, pois sua apresentação como candidato único evitou as disputas acirradas que marcaram os pleitos realizados anteriormente. Exerceu o mandato de governador de 22 de janeiro de 1930 a 30 de outubro de 1930, quando foi deposto pela Revolução de 1930.

Foi também redator do periódico *O Debate*, do Partido Republicano Conservador (PRC), que passou a ser impresso em Cuiabá a partir de setembro de 1911. Após sua experiência parlamentar e de governador, voltou a exercer a advocacia, trabalhando para a empresa Mate Laranjeira.

Faleceu no Rio de Janeiro em 13 de julho de 1962.

João Edson Fanaia

FONTES: FANAIA, J. *Elites*; MENDONÇA, R. *História do jornalismo*. PÓVOAS, N. *Galeria*.

TOLEDO, PEDRO DE

*min. Agric. 1910-1913; emb. Bras. Itália 1914-1917; emb. Bras. Argentina 1919-1926; interv. SP 1932; rev. 1932.

Pedro Manuel de Toledo nasceu na cidade de São Paulo em 29 de junho de 1860, filho do capitão Manuel Joaquim de Toledo e de Ana Barbosa Toledo. Seu avô, o coronel Joaquim Floriano de Toledo, foi secretário particular de dom Pedro I, deputado geral entre 1830 e 1842, e vice-presidente da província de São Paulo em seis períodos entre 1848 e 1868. Seu tio, Afonso Celso de Assis Figueiredo, visconde de Ouro Preto, foi deputado geral de 1864 a 1868 e de 1878 a 1879, ministro da Marinha em 1866 (data do início das operações navais contra o Paraguai), senador em 1879, ministro da Fazenda em 1879 e 1889, conselheiro de Estado em 1882 e presidente do último Conselho de Ministros do Império em 1889.

Pedro de Toledo fez os primeiros estudos e iniciou o curso superior de direito em sua cidade natal, mas diplomou-se pela Faculdade de Direito do Recife, em 1884. Republicano e maçom, participou nesse ano da redação do jornal *A República*, editado em São Paulo por Xisto Barbosa e Joaquim Ribeiro com a colaboração de Alberto Torres, Antônio Augusto Borges de Medeiros, Venceslau de Queirós, Alberto Faria, Antônio de Pádua Sales, José Negreiros, Rivadávia Correia, Vicente de Carvalho e outros.

Depois de formado, fixou residência em São José do Além Paraíba, atual Além Paraíba (MG), onde fundou a seção local do Partido Republicano junto com Demóstenes Lobo, Francisco Januário da Gama Cerqueira e outros. Apesar de suas convicções, foi designado procurador fiscal da Tesouraria Provincial de São Paulo por recomendação de seu tio, o visconde de Ouro Preto, e retornou então à capital paulista. Com o advento da República em 1889, assumiu interinamente o cargo de delegado e chefe de polícia.

NA PRIMEIRA REPÚBLICA

Durante o mandato presidencial de Floriano Peixoto (1891-1894), ocorreram quase simultaneamente dois importantes conflitos armados, a Revolta da Armada, que envolveu a esquadra fundeada no Rio de Janeiro, então Distrito Federal, entre setembro de 1893 e março de 1894, e a Revolução Federalista, que conflagrou o Rio Grande do Sul, Santa

Catarina e Paraná de fevereiro de 1893 a agosto de 1895. Na ocasião, o presidente de São Paulo, Bernardino de Campos, e o Partido Republicano Paulista (PRP) apoiaram ativamente o governo federal. Pedro de Toledo, que exercia interinamente o comando da Guarda Nacional, desempenhou missões de confiança do presidente estadual e em seguida foi deslocado para Faxina, atual Itapeva (SP), convertida em praça de guerra. Nesse posto, colaborou com as forças legalistas que atuavam no litoral paulista e na fronteira com o Paraná, e recebeu a patente de coronel da Guarda Nacional. Ainda em 1893, participou do movimento realizado com êxito pela maçonaria paulista para tornar-se independente do centro maçônico do Rio de Janeiro.

Eleito deputado estadual em 1895 pelo Partido Republicano, incorporou-se à ala liderada por Francisco Glicério, tornando-se fundador no ano seguinte do jornal *A Nação*, de oposição ao governo de Prudente de Moraes (1894-1898), líder de outra facção republicana. A cisão entre as duas correntes consumou-se em 1897, com reflexos significativos na política interna de cada estado. No exercício do mandato, defendeu a política de valorização do café e manifestou-se especialmente sobre a organização dos municípios e a exploração das estradas de ferro. Após deixar a Assembleia estadual, retomou o exercício da advocacia. Retornou, entretanto, à vida política em 1905, a convite do presidente paulista Jorge Tibiriçá, sendo eleito novamente deputado estadual. Renovou o mandato em 1907 e, no ano seguinte, passou a acumular sua atuação política com o cargo de grão-mestre do Oriente Maçônico de São Paulo, que ocuparia até 1913.

A sucessão presidencial de 1909 deu origem a uma aguda disputa entre os adeptos da candidatura do marechal Hermes da Fonseca e os seguidores de Rui Barbosa, organizados em torno da Campanha Civilista. A liderança do PRP indicou Manuel Joaquim de Albuquerque Lins para vice-presidente na chapa de Rui, mas Pedro de Toledo, Rodolfo Miranda e outros discordaram da posição oficial do partido e apoiaram a candidatura de Hermes da Fonseca. Em janeiro de 1910, antes das eleições, o grupo de Pedro de Toledo voltou a contrariar a opinião da maioria de seus correligionários ao aprovar o envio de mais tropas federais para São Paulo, o que foi considerado uma forma de pressão sobre os ativistas da Campanha Civilista.

Hermes da Fonseca venceu o pleito presidencial de março de 1910 e Pedro de Toledo foi reeleito deputado estadual. As articulações no período pré-eleitoral entre José Gomes

Pinheiro Machado, Quintino Bocaiúva e outros chefes políticos estaduais conduziram à formação, em outubro, do Partido Republicano Conservador (PRC), voltado para apoiar o presidente eleito e organizado em torno da defesa da Constituição de 1891, da autonomia estadual, da estabilidade cambial e outros aspectos da política tradicionalmente dominante. Adepto do PRC, Pedro de Toledo não chegou a assumir o novo mandato parlamentar porque foi convidado por Hermes da Fonseca para ocupar o Ministério da Agricultura do seu governo, que seria empossado em 15 de novembro de 1910. Durante sua gestão, criou o Serviço de Consultas e a Diretoria Geral de Contabilidade, elaborou o regulamento das estações sericícolas e reformulou o regulamento do ministério e de órgãos subordinados a ele, como o Serviço Geológico e Mineralógico, o Serviço de Inspeção e Defesa Agrícolas e o Jardim Botânico. Entre 26 de janeiro e 26 de fevereiro de 1912, assumiu interinamente o Ministério da Viação e Obras Públicas em substituição a José Joaquim Seabra, e em maio seguinte, como ministro da Agricultura, viajou para o Rio Grande do Sul a fim de incentivar a agropecuária local e buscar novos rumos para o beneficiamento da uva e do trigo.

Após deixar o Ministério da Agricultura em 18 de novembro de 1913, foi nomeado em maio de 1914 embaixador extraordinário e ministro plenipotenciário do Brasil na Itália. Nesse posto, conseguiu a revogação da lei que impedia a imigração italiana para o Brasil. Em outubro de 1917 foi transferido para a Espanha e ali permaneceu até abril de 1919. Exerceu as mesmas funções na Argentina durante três anos a partir de novembro de 1919, e em seguida foi nomeado embaixador efetivo nesse país. Estudando a organização política local, passou a ser ativo propagandista do voto secreto, cuja adoção no Brasil defendeu em um livro que viria a ser publicado mais tarde pelo Partido Democrático (PD) de São Paulo com o título *O voto secreto*. Seu tratamento cordial aos exilados da Revolução de 1924 desagradou ao presidente da República Artur Bernardes (1922-1926), que lhe moveu perseguições e determinou seu retorno ao Brasil em abril de 1926. Com 66 anos de idade, voltou então a exercer a advocacia em seu estado natal.

NA INTERVENTORIA EM SÃO PAULO

Com a vitória da Revolução de 1930 e a formação do governo provisório chefiado por Getúlio Vargas, o PRP, sustentáculo da velha ordem, foi completamente aliado de

qualquer participação no poder. Ao mesmo tempo, o novo governo não atendeu às expectativas do PD, que havia participado da revolução, nomeando o “tenente” João Alberto Lins de Barros delegado militar e, em seguida, interventor federal em São Paulo. No período seguinte, o PD se afastou progressivamente de Vargas e de João Alberto, acusados de marginalizar “ilustres figuras paulistas” e de estimular as atividades da Legião Revolucionária, organização liderada pelo “tenente” Miguel Costa, hostil às forças políticas tradicionais do estado.

O agravamento da crise em São Paulo levou João Alberto a se demitir em 24 de julho de 1931, quando foi substituído por Laudo Ferreira de Camargo, que mantinha ligações com o PD. Mesmo assim, o partido não se considerou contemplado, especialmente porque Miguel Costa continuou no comando da Força Pública, promovendo grande mobilização da Legião Revolucionária. Em 13 de novembro de 1931, o novo interventor se demitiu em consequência das limitações impostas por Vargas a seu governo, que enfrentava forte oposição dos integrantes do movimento tenentista. Assumiu então a interventoria o coronel Manuel Rabelo, profundamente ligado aos “tenentes”, o que levou à ruptura, em 13 de janeiro de 1932, entre o PD e o governo federal.

Em 19 de fevereiro de 1932, o PD e o PRP formaram a Frente Única Paulista (FUP) para lutar pela imediata reconstitucionalização do país e a devolução da autonomia estadual. Com o crescimento do apoio popular à FUP e o progresso das articulações paulistas junto a forças políticas de outros estados com o objetivo de ampliar a luta contra o governo federal, Vargas anunciou em 24 de fevereiro a edição do novo Código Eleitoral como primeiro passo para a reconstitucionalização do país. Entretanto, essa medida não foi capaz de resolver a crise, e em 7 de março de 1932 Vargas nomeou Pedro de Toledo para substituir Manuel Rabelo na interventoria em São Paulo. Civil e paulista, o novo interventor preenchia os dois requisitos fundamentais exigidos pela FUP.

Embora o nome de Pedro de Toledo não figurasse entre os signatários do manifesto de fundação da FUP, os “tenentes” pressionaram contra a sua indicação, forçando a formação de um secretariado onde predominavam elementos da União Revolucionária. Miguel Costa permaneceu à frente da Força Pública, e as secretarias de governo foram ocupadas por José da Silva Gordo (Fazenda), Manuel Carlos de Figueiredo Ferraz (Justiça e Segurança Pública), Teodoreto de Camargo (Agricultura), João de Mendonça Lima (Viação e Obras

Públicas) e Francisco de Sales Gomes (Educação e Saúde Pública). Osvaldo Cordeiro de Farias assumiu a chefia de polícia do estado, e Henrique Levi Cardoso tornou-se diretor do Departamento de Administração Municipal.

Desde o início de seu governo, Pedro de Toledo manteve contatos com a FUP. Em 5 de maio, encontrou-se com Paulo de Moraes Barros, José Adriano Marrey Júnior e Francisco Morato, do PD, e com Antônio de Pádua Sales, Ataliba Leonel e Altino Arantes, do PRP, e comunicou-lhes que viajara pouco antes ao Rio de Janeiro a fim de pedir a Vargas a nomeação de um interventor da confiança da FUP para ocupar seu lugar. Não fora atendido, mas recebera a orientação de tentar incorporar a FUP ao governo estadual.

Em 22 de maio, o ministro da Fazenda, Osvaldo Aranha, viajou a São Paulo para auxiliar na organização de um novo secretariado. A FUP conclamou os paulistas a demonstrarem repúdio ao governo provisório, o que resultou em uma grande manifestação popular hostil à presença do ministro. Osvaldo Aranha telegrafou em seguida a Vargas afirmando: “Situação grave. Resto país há articulação. Comércio, academias, colégios aderiram movimento exaltação popular, violento e hostil a mim e ao governo federal. Força Pública dividida, em maioria com o povo. Sou parecer Toledo organize governo com nomes escolhidos partidos, uma vez frente única compromete-se a cooperar governo. Morato, Ataliba, Altino, Moraes Barros afirmaram-me darão integral apoio ao governo. É tudo. Substituição Toledo agora impossível, bem como qualquer outra solução. Espero sua palavra máxima urgência para liquidar caso imediatamente.”

No dia seguinte, Toledo organizou um novo secretariado, desvinculado do governo federal e composto de elementos ligados à FUP, a saber: Valdemar Ferreira (Justiça), José Rodrigues Alves Sobrinho (Educação e Saúde Pública), Paulo de Moraes Barros (Fazenda), Francisco da Cunha Junqueira (Agricultura, Indústria e Comércio) e Francisco Egídio da Fonseca Teles (Viação e Obras Públicas). Joaquim Sampaio Vidal assumiu a direção do Departamento de Administração Municipal, Tirso Martins a chefia de polícia, Gofredo Teixeira da Silva Teles a prefeitura da capital, e o coronel Júlio Marcondes Salgado o comando da Força Pública. Para comemorar esse triunfo, a FUP convocou uma grande manifestação, que resultou em conflito com os partidários da Legião Revolucionária. Morreram nesse episódio quatro estudantes — Martins, Miragaia, Dráusio e Camargo —, cujas iniciais vieram a formar a sigla da organização constitucionalista MMDC, que teria

grande atuação nos acontecimentos posteriores.

A FUP conseguiu também em 24 de maio o afastamento do general Pedro Aurélio de Góis Monteiro do comando da 2ª Região Militar (2ª RM), mas essa vitória foi parcialmente anulada com a nomeação do coronel Manuel Rabelo para o posto. Tendo recebido instruções de assegurar o pleno controle militar de São Paulo, o novo comandante chegou a determinar no dia 29 de maio a unificação dos comandos da Força Pública e do Exército, mas teve que revogar essa ordem três dias depois em virtude da forte reação das forças estaduais.

Fortalecida no plano político e com grande penetração no meio militar em São Paulo, a FUP acelerou os preparativos para a luta armada contra o governo federal e intensificou os entendimentos com a Frente Única Gaúcha (FUG) e as forças dominantes em Minas Gerais. As articulações entre os militares eram lideradas pelo coronel Euclides Figueiredo, responsável também pelo plano do levante que seria chefiado pelo general Bertoldo Klinger, comandante da Circunscrição Militar de Mato Grosso.

Diante da inviabilidade de qualquer solução política para a questão paulista, a situação tornou-se explosiva. A deflagração do movimento foi inicialmente marcada para 14 de julho, mas a exoneração do general Bertoldo Klinger seis dias antes provocou a antecipação dessa data para 9 de julho. O comando revolucionário esperava a adesão de Minas Gerais e do Rio Grande do Sul e previa que a luta armada seria de curta duração. As primeiras operações militares foram a ocupação da Companhia Telefônica, do prédio dos Correios e Telégrafos, e das rádios Educadora e Record. Na noite do dia 9, a sede da 2ª RM foi cercada e, horas depois, seus defensores se renderam. Ao lado dessas ações, crescia também a mobilização civil, promovida principalmente pelo MMDC, com a apresentação de milhares de voluntários oriundos de diversas camadas sociais. Todo o contingente da Força Pública e quase todas as guarnições do Exército sediadas no estado aderiram à revolta, cujo quartel-general foi instalado na chácara do Carvalho, nos arredores da capital.

GOVERNADOR REVOLUCIONÁRIO DE SÃO PAULO

Pedro de Toledo desaconselhara a deflagração da luta armada e, no dia 10, manifestou o desejo de renunciar. Contudo, a insistência dos líderes revolucionários levou-o a aceitar o cargo de governador do estado e chefe civil do movimento, o que o fez ser

aclamado em seguida diante de grande concentração popular, descrita por Menotti del Picchia: “A multidão tomou-se de delírios pânicos que tornaram suas aclamações o reboar de um furacão desencadeado. As mãos acenavam; flabelavam-se os lenços; agitavam-se os chapéus. Comparecendo a uma das janelas do palácio cercado pelo general Isidoro Dias Lopes, coronel Salgado, dr. Francisco Morato, Pádua Sales e outros chefes militares e civis da revolução, foi o dr. Pedro de Toledo proclamado governador de São Paulo.” Pouco depois, Toledo enviou telegrama a Vargas, afirmando: “Esgotados todos os meios que a meu alcance estiveram para evitar o movimento que acaba de se verificar na guarnição dessa região, ao qual aderiu o povo paulista, não me foi possível caminhar ao revés dos sentimentos do meu estado.”

No dia 12, o general Bertoldo Klinger foi recebido entusiasticamente em São Paulo e assumiu o comando militar do movimento. Pouco depois, a junta revolucionária formada por Pedro de Toledo, Francisco Morato, Antônio de Pádua Sales e os generais Isidoro Dias Lopes e Bertoldo Klinger divulgou nota sobre a finalidade do movimento, afirmando que “o povo, a guarnição federal e a Força Pública de São Paulo, fraternizados com os civis e militares de Mato Grosso e em estreita cooperação com as correntes políticas e milícias do Rio Grande do Sul, Minas Gerais e outros estados..., anunciam que o movimento há de generalizar-se e prosseguir vitorioso, com o duplo intento de entregar o governo federal e uma junta que... leve o país ao regime constitucional e pôr em vigor a Constituição de 24 de fevereiro de 1891... A junta governativa compor-se-á de cinco membros — um do Rio Grande do Sul, um de São Paulo, um de Minas Gerais, um do Distrito Federal e um do Norte — e elegerá dentre eles um para seu presidente”.

Entretanto, faltaram as adesões esperadas e São Paulo passou a arcar com uma luta que se revelaria longa e árdua. O interventor no Rio Grande do Sul, José Antônio Flores da Cunha, lançou um manifesto afirmando sua fidelidade aos deveres de delegado do governo provisório, enquanto os líderes políticos gaúchos favoráveis aos constitucionalistas propunham, sem êxito, a aceitação de um armistício por parte dos paulistas. Em Minas, o interventor Olegário Maciel também não aderiu à revolução e confirmou seu compromisso com o governo federal depois que tropas paulistas ultrapassaram a fronteira entre os dois estados.

A reação legalista não tardou. O governo provisório caracterizou a Revolução

Constitucionalista como uma tentativa de restauração da velha ordem e permitiu a divulgação de versões segundo as quais estrangeiros pretendiam separar São Paulo do resto do país. Começou então uma mobilização geral que garantiu em pouco tempo uma nítida superioridade legalista em homens e meios nas principais frentes de batalha.

Os paulistas tentaram compensar seu isolamento através de uma mobilização que envolveu toda a sociedade local. As metalurgias, oficinas mecânicas e fundições passaram para a direção de técnicos e engenheiros da Escola Politécnica com o objetivo de começar a produzir munição, granadas de mão, capacetes, lança-chamas e outros artefatos militares. O governo revolucionário participou ativamente do esforço de guerra. Em 15 de julho, determinou a centralização dos serviços de recebimento e distribuição de gêneros; no dia 18, requisitou os meios de transporte disponíveis, criou o Grupo Misto de Aviação da Força Pública e incorporou à administração estadual todos os serviços, departamentos, agências, delegacias e repartições públicas federais; no dia 21, criou o Departamento de Assistência à População Civil; no dia 29, autorizou o pagamento integral dos vencimentos de todos os funcionários públicos que se haviam alistado nos “batalhões patrióticos” e, no dia 30, extinguiu os antigos conselhos consultivos municipais.

Apesar desse esforço, os paulistas não conseguiram avançar para além das fronteiras de seu estado, assumindo uma posição fundamentalmente defensiva durante o conflito. Em 31 de julho, chegou a São Paulo o ex-ministro da Justiça, Maurício Cardoso, credenciado pelo governo federal para negociar a paz em torno de três condições: desarmamento da Força Pública estadual, reconhecimento do governo provisório chefiado por Vargas e aceitação do calendário eleitoral que previa a convocação de uma assembleia nacional constituinte no ano seguinte. Os entendimentos fracassaram completamente porque nas duas reuniões realizadas no palácio dos Campos Elísios os líderes constitucionalistas mantiveram suas exigências fundamentais: substituição de Vargas por uma junta governativa e reconhecimento da legitimidade do governo revolucionário paulista.

No final de julho e início de agosto os constitucionalistas sofreram na frente sul suas primeiras derrotas significativas, quando as tropas legalistas comandadas pelo general Valdomiro Lima ocuparam Itararé, Faxina (atual Itapeva), Buri, Ribeira e Apiaí. Mas o esforço de guerra prosseguiu. Em 10 de agosto, o governo revolucionário paulista reconheceu oficialmente o MMDC como organização de utilidade pública; no dia 20,

começou a Campanha do Ouro para a Vitória, que obteve grande êxito sob a coordenação da Associação Comercial de São Paulo; no dia 29, foram fixadas normas para a produção de álcool motor e, com o propósito de realçar o caráter nacional da luta e dirimir qualquer ideia de separatismo, foi adotada a divisa *Pro Brasília fiant eximia* (Pelo Brasil façam-se grandes coisas).

Em fins de agosto, grupos armados simpáticos à causa constitucionalista iniciaram um levante no Rio Grande do Sul sob a liderança de Antônio Augusto Borges de Medeiros, João Batista Luzardo, Lindolfo Collor, Marcial Terra, Raul Pilla, Glicério Alves e Turíblio Gomes, pretendendo impedir o deslocamento maciço de tropas legalistas gaúchas para São Paulo. Sem obter adesão de nenhum contingente militar significativo, o movimento sofreu sucessivas derrotas e ficou reduzido, a partir do início de setembro, a cerca de duzentos homens comandados por Borges de Medeiros e Batista Luzardo, terminando assim a esperança de um apoio gaúcho a São Paulo. Em 11 de setembro, o governo revolucionário paulista criou o Departamento de Mineração Metalúrgica para tentar suprir as necessidades de produção de artefatos bélicos. Mas a derrota militar dos constitucionalistas já se configurava. Nessa época, tropas mineiras ocuparam Itapira, Mojmirim e Amparo. Campinas sofreu um bombardeio aéreo e forças federais desembarcadas em Parati (RJ) penetraram em São Paulo através da serra do Mar.

Nesse contexto, Bertoldo Klinger enviou uma carta a Vargas no dia 14 de setembro, propondo a discussão de um armistício. O intermediário desse contato entre o comandante geral das forças constitucionalistas e o chefe do governo provisório foi o ministro da Marinha, almirante Protógenes Guimarães, portador também da resposta em que Vargas reafirmava as bases de sua proposta de paz: deposição das armas pelos revolucionários, reorganização do governo estadual com a nomeação de um interventor federal civil e paulista, afastamento dos líderes constitucionalistas e anistia para os efeitos criminais, sem prejuízo das sanções administrativas que o governo aplicaria aos responsáveis pela revolta. No dia 27 de setembro, o comandante da Força Pública paulista, coronel Herculano de Carvalho e Silva, promoveu uma reunião da alta oficialidade da corporação, com a presença também do major Alexandrino Gaia, representante de vários comandos militares. Esses oficiais consideraram inevitável a derrota militar de São Paulo e delegaram poderes ao coronel Herculano para desenvolver os entendimentos necessários à cessação dos

combates. No dia 28, Klinger comunicou aos comandantes das tropas paulistas a iminência de um pedido de armistício. Inconformado, Euclides Figueiredo, comandante das forças constitucionalistas que operavam no vale do Paraíba, solicitou a Klinger que sustasse a divulgação de sua proposta de paz e impedisse Herculano de enviar emissários para negociar com o inimigo. Klinger atendeu ao primeiro apelo, mas o comandante da Força Pública respondeu que não havia possibilidade de suspender os entendimentos com as forças governistas.

Euclides procurou então Pedro de Toledo e, juntos, convocaram para o mesmo dia uma reunião no palácio do governo com outros comandantes militares e membros civis do governo paulista. Klinger recusou-se a participar e avisou que aguardaria até uma hora da madrugada seguinte para pedir o armistício. No encontro o coronel Herculano foi exonerado de suas funções e substituído pelo major Romão Gomes, promovido nesse momento a tenente-coronel.

Entretanto, o governo paulista já havia perdido o controle da situação militar. No dia 29 de setembro, conforme avisara, Klinger solicitou o armistício, mesmo sem a concordância do governador Pedro de Toledo. Depois de algumas negociações preliminares, foram enviados dois emissários de Klinger e dois de Herculano para conferenciar com o general Pedro Aurélio de Góis Monteiro, comandante das forças legalistas no vale do Paraíba, que preferiu negociar em separado. Góis Monteiro reuniu-se primeiro com os dois oficiais da Força Pública e exigiu que essa corporação passasse a reconhecer unicamente a autoridade do governo provisório, e fizesse recuar todos os seus efetivos para a capital paulista a fim de manter a ordem. Em contrapartida, o governo garantia aos oficiais da Força Pública a manutenção de todas as vantagens e regalias correspondentes aos postos que ocupavam antes do início dos combates, prometendo ainda libertar todos os prisioneiros. Aceitas as condições, o armistício foi assinado em 2 de outubro.

Na manhã desse dia, a capital já conhecia os detalhes da rendição paulista. Pedro de Toledo reuniu-se com Paulo de Moraes Barros, José Rodrigues Alves Sobrinho, Francisco Egídio da Fonseca Teles, Joaquim Sampaio Vidal, Francisco Morato, Antônio de Pádua Sales, Rodolfo Miranda, Manuel Vilaboim, José Joaquim Cardoso de Melo Neto, Carlos de Moraes Barros, Antônio Prudente, Cesário Coimbra, Lino Moreira, Carlos Nazaré, Arci da Rocha Nóbrega, Moacir Barbosa e o coronel Basílio Taborda para debater pela última vez a

possibilidade de prosseguir a resistência, posição defendida por Euclides Figueiredo. Os presentes concluíram pela impossibilidade de continuar lutando, e o tenente-coronel Romão Gomes apresentou seu pedido de demissão do comando da Força Pública. As forças constitucionalistas cessaram então, incondicionalmente, a resistência armada.

Com a vitória consolidada, o general Góis Monteiro ordenou a deposição de Pedro de Toledo e nomeou o coronel Herculano governador interino do estado. Pedro de Toledo encarregou então Valdemar Ferreira de preparar um manifesto ao povo paulista que seria assinado por todo o secretariado revolucionário. O documento lembrava o levante do dia 9 de julho, apresentava um resumo da evolução da guerra civil e ressaltava a falta de recursos para prosseguir-la. Relatava ainda as condições em que o armistício fora negociado e o esforço do governo revolucionário em ouvir a opinião dos comandos militares, representantes de associações comerciais, industriais, liberais e outras entidades antes de aceitar a suspensão da resistência. Comunicava o fim “do governo constitucionalista aclamado pelo povo paulista, pelo Exército nacional e pela Força Pública e hoje por esta deposto” e concluía afirmando: “Fica encerrada nesta faixa do território brasileiro a campanha militar pela restauração do regime legal. Mas o anseio não se sopitará. Comprimida, a campanha há de expandir-se certamente, por não ser possível que um povo como o nosso persista em viver num regime de arbítrio.”

No dia 6 de outubro, o general Valdomiro Lima foi nomeado interventor federal em São Paulo. Pedro de Toledo foi preso e levado para a ilha do Rijo, na baía de Guanabara, onde esteve com Artur Bernardes, Antônio Augusto Borges de Medeiros e outros líderes políticos constitucionalistas de vários estados. Foi enviado em seguida para o exílio em Lisboa, onde permaneceu até a promulgação da nova Constituição, em julho de 1934.

Pedro de Toledo pertencia à Academia Paulista de Letras. Faleceu no Rio de Janeiro em 29 de julho de 1935.

Era casado com Francisca Gama Cerqueira, filha do conselheiro Francisco Januário da Gama Cerqueira.

Jorge Miguel Mayer

FONTES: ARAÚJO, A. *Chefes*; BELEZA, N. *Evolução*; CÂM. DEP. *Deputados*

brasileiros. Repertório; CARNEIRO, G. História; CARONE, E. República velha; DULLES, J. Anarquistas; Efemérides Paulistas; Encic. Mirador; FIGUEIREDO, E. Contribuição; Grande encic. Delta; GUIMARÃES, A. Dicionário; JARDIM, R. Aventura; LEITE, A. História; LUZ, N. Luta; Novo dic. de história; PEIXOTO, A. Getúlio; POPPINO, R. Federal; RAMOS, P. Partidos; REIS JÚNIOR, P. Presidentes; SILVA, H. 1932; Súmulas.

TOLENTINO, Nicolau

*dep. fed. BA 1894-1905.

Nicolau Tolentino dos Santos nasceu na cidade de Conde (BA) no dia 6 de dezembro de 1866, filho de José Maria dos Santos e de Delmira dos Santos.

Diplomou-se em ciências jurídicas pela Faculdade de Direito do Recife em 1888. Casou-se com Alice Spínola Teixeira, irmã do educador Anísio Teixeira, ambos filhos de Deocleciano Pires Teixeira, líder político de Caetité (BA) e senador estadual de 1893 a 1904.

Foi eleito deputado federal pela Bahia para a legislatura 1894-1896. Três vezes reeleito, ocupou uma cadeira na Câmara dos Deputados até dezembro de 1905. No âmbito federal representava os interesses de Caetité, especialmente os do coronel Deocleciano Teixeira, cujos negócios estavam ligados à exploração diamantífera.

Faleceu na cidade de Juazeiro (BA) em 22 de junho de 1915.

Jaime Oliveira do Nascimento

FONTES: BEVILAQUA, C. *História*; BULÇÃO SOBRINHO, A. *Representantes* (n. 263, p.55-86, 1964); NEVES, E. *Sucessão*; *Tarde* (12/10/1944). Centenário de um baiano ilustre. Dr. Deocleciano Teixeira.

TORELLI, APARÍCIO

*jornalista; membro ANL.

Aparício Torelli, também conhecido pelo pseudônimo de *Barão de Itararé*, nasceu em São Leopoldo (RS) em 1895. Sua mãe era uruguaia. Seu pai, brasileiro, combateu a Revolução Federalista, ao lado dos republicanos castilhistas. O conflito, que envolveu o Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná de fevereiro de 1893 a agosto de 1895, terminou com a vitória dos partidários do presidente gaúcho Júlio de Castilhos, que contavam com o apoio do governo federal.

Torelli viveu no Uruguai em uma fazenda de suas tias até 1902, quando voltou a São Leopoldo para estudar no Colégio Nossa Senhora da Conceição. Nessa escola, dirigida por padres jesuítas, produziu o seu primeiro jornal, *O Capim Seco*, clandestino e escrito inteiramente à mão, no qual satirizava seus professores. Posteriormente estudou medicina em Porto Alegre e durante o curso, em 1916, publicou seu primeiro livro de poemas, *Pontas de cigarro, de versos diversos*. Já no quarto ano, em 1919, abandonou a faculdade e passou o período seguinte percorrendo as cidades do interior do Rio Grande do Sul, fazendo conferências de improviso em teatros e cinemas. Usando os pseudônimos Aporelli e AxL, colaborou na época com sonetos para jornais e revistas, como *Kodak*, revista modernista, *A Máscara* e *O Maneco*. Ainda no Rio Grande do Sul, fundou o jornal humorístico *O Chico*.

Em 1925 mudou-se para o Rio de Janeiro, então Distrito Federal, e trabalhou como jornalista em *O Globo* e depois em *A Manhã*, de Mário Rodrigues. Em maio de 1926 fundou *A Manha*, jornal humorístico que procurava imitar *A Manhã* na diagramação da primeira página e que tinha por subtítulo “órgão de ataques... de riso”. Sem periodicidade fixa, *A Manha* era quase que inteiramente escrita por Torelli, e seu alvo principal eram os políticos da Primeira República, o que o levou a fazer frases como: “O mistério de hoje pode ser o ministério de amanhã”. Durante a campanha da Aliança Liberal em 1929 e 1930, *A Manha* tornou-se um suplemento do *Diário da Noite* em apoio ao movimento.

Com a vitória da Revolução de 1930, da qual participou, Torelli adotou o pseudônimo de *Barão de Itararé*, em homenagem à batalha de Itararé entre as forças legalistas e os revoltosos, que não chegou a ocorrer, e transformou *A Manha* em órgão independente, “que

não se vende, apenas se troca por quinhentos réis”. O jornal era composto, então, por profecias de fim de ano, página literária, noticiário policial e seção de esportes, sempre tendo os políticos como principais personagens.

Em 1933, à frente da equipe do *Jornal do Povo*, em que também trabalhava, Torelli anunciou uma série de reportagens sobre a vida de João Cândido, que liderara a Revolta da Chibata, rebelião de marinheiros ocorrida em navios da Armada em novembro de 1910 em protesto contra os castigos corporais e em favor da melhoria de vencimentos, que terminou reprimida com severidade. Saíram duas das reportagens previstas, mas, quando da terceira, Torelli foi sequestrado por oficiais integralistas da Marinha e conduzido para a Barra da Tijuca, onde foi espancado e depois abandonado com a cabeça raspada e em trajes sumários. Suas roupas foram em seguida entregues à redação de *O Globo* e exibidas. Em consequência desse episódio, mandou fixar uma tabuleta na porta da redação do *Jornal do Povo*: “Entre sem bater.”

Em outubro de 1934 foi criado um grupo no Distrito Federal que começou a estudar a formação de uma frente que defendesse um programa nacionalista e antifascista. Esse grupo, do qual Torelli fazia parte, era formado ainda por Roberto Sisson, Francisco Mangabeira, Carlos Lacerda, Manuel Venâncio Campos da Paz e Benjamim Soares Cabello. Mais tarde Herculino Cascardo, Carlos Amoreti Osório, Moésia Rolim, Trifino Correia e outros também aderiram. As reuniões se realizavam no apartamento de Amoreti Osório, no escritório de Rolim ou na redação de *A Manhã*. Em março de 1935 a Aliança Nacional Libertadora (ANL) foi lançada publicamente, com a participação de membros do então Partido Comunista do Brasil (PCB), do Partido Socialista Brasileiro (PSB) e dos diversos partidos social democráticos estaduais, além de sindicatos de trabalhadores. Ainda em 1935, Torelli foi membro fundador da Liga de Defesa da Cultura Popular, ligada à ANL. Em julho, a ANL foi fechada pelo governo.

No mês de novembro de 1935, uma parte da ANL, sob a liderança do PCB, iniciou em Natal, em Recife e no Rio de Janeiro uma insurreição armada, que acabou sufocada em pouco tempo pelas forças governamentais. Seguiu-se ao levante uma onda de repressão aos aliancistas, e em 1936, com a prisão de Torelli, acusado de participação na rebelião, *A Manhã* deixou de circular. Após a instauração do Estado Novo em novembro de 1937, Torelli foi companheiro de cela no presídio da rua Frei Caneca do escritor Graciliano

Ramos, que o citou em seu livro *Memórias do cárcere*. Na ocasião Torelli declarou a Graciliano que havia adotado inicialmente o título de duque de Itararé, passando depois a barão “como prova de modéstia”.

Depois de libertado, Torelli foi delegado do Distrito Federal ao I Congresso Brasileiro de Escritores, promovido pela Associação Brasileira de Escritores em São Paulo de 22 a 27 de janeiro de 1945. O congresso, que reuniu expressivo número de intelectuais de variadas tendências políticas e emitiu uma declaração em favor da democracia e das liberdades públicas, constituiu uma contundente tomada de posição contra o Estado Novo. Quando do decreto de anistia de 18 de abril de 1945, pelo qual foi beneficiado, Aparício Torelli declarou: “A anistia é um ato pelo qual os governos resolvem perdoar generosamente as injustiças e os crimes que eles mesmos cometeram.”

Em agosto de 1945, integrou a comissão provisória da Esquerda Democrática (ED), organização formada por dissidentes da União Democrática Nacional (UDN), partido que surgira agregando diversas tendências políticas de oposição ao Estado Novo, mas que começara a adotar posições mais conservadoras. Da ED faziam parte, entre outros, Hermes Lima, Herculino Cascardo, Juraci Magalhães, João Mangabeira, Domingos Velasco e José Lins do Rego.

Ainda em 1945 Torelli foi sócio de Arnon de Melo num projeto para relançar *A Manhã*, mas rompeu a sociedade por divergir do apoio de Arnon à candidatura de Eduardo Gomes (UDN) nas eleições presidenciais daquele ano. Recriou *A Manhã* em 1946, e nessa nova fase o jornal contou entre seus colaboradores com Rubem Braga, José Lins do Rego, Aurélio Buarque de Holanda, Carlos Lacerda, Raul Lima e Pompeu de Sousa.

Torelli elegeu-se vereador pelo Distrito Federal, na legenda do PCB, nas eleições de janeiro de 1947. Com o cancelamento do registro do partido em maio de 1947 e a posterior cassação dos parlamentares comunistas em janeiro de 1948, perdeu o mandato. Nessa época colaborou no jornal *Para Todos*, quinzenário de cultura brasileira dirigido por Jorge Amado, e lançou também o *Almanaque*. *A Manhã* perdurou até 1957, quando Torelli deixou o jornalismo para se dedicar a viagens durante as quais fazia palestras. Em 1963 visitou a República Popular da China como conferencista. Poucos anos depois, doente, passou a viver em seu apartamento no Rio de Janeiro, de onde raramente saía.

Faleceu nessa mesma cidade em 27 de novembro de 1971.

FONTES: CARVALHO, A. *Estadistas*; CONG. BRAS. ESCRITORES. I; *Encic. Mirador*; LEITE, A. *História.*; MACEDO, R. *Efemérides*; MELO, L. *Subsídios*; NABUCO, C. *Vida*; NÉRI, S. 16; *Realidade* (1/1969); SILVA, H. 1935; SODRÉ, N. *História da imprensa*; TAVARES, J. *Radicalização*; *Veja* (8/12/1971).

TORRES, Alberto

*dep. fed. RJ 1893-1896; min. Just. 1896-1897; pres. RJ 1897-1900; min. STF 1901-1909.

Alberto de Seixas Martins Torres nasceu em Porto das Caixas, atual [HYPERLINK "http://pt.wikipedia.org/wiki/Itabora%C3%AD"](http://pt.wikipedia.org/wiki/Itabora%C3%AD) \o "Itaboraí" Itaboraí (RJ), em [HYPERLINK "http://pt.wikipedia.org/wiki/26_de_novembro"](http://pt.wikipedia.org/wiki/26_de_novembro) \o "26 de novembro" 26 de novembro de [HYPERLINK "http://pt.wikipedia.org/wiki/1865"](http://pt.wikipedia.org/wiki/1865) \o "1865" 1865, filho de Manuel Martins Torres e de Carlota de Seixas Torres. Seu pai, magistrado e político com base em Niterói e ligado, no Império, ao Partido Liberal, foi, na República, vice-presidente estadual na administração de [HYPERLINK "http://pt.wikipedia.org/wiki/Jos%C3%A9_Tom%C3%A1s_da_Porci%C3%B3ncula"](http://pt.wikipedia.org/wiki/Jos%C3%A9_Tom%C3%A1s_da_Porci%C3%B3ncula) \o "José Tomás da Porciúncula" José Tomás da Porciúncula (1892-1894) e senador pelo estado do Rio de Janeiro (1901-1905).

Fez os estudos secundários no Rio de Janeiro, época em que publicou seus primeiros escritos jornalísticos. Matriculou-se na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro em 10 de agosto de 1880, graças a autorização imperial concedida por meio de um decreto, porque tinha menos de 15 anos de idade, mas não avançou nos estudos, ingressando em 1882 na Faculdade de Direito de São Paulo. Ali fundou com colegas o Centro Abolicionista de São Paulo. Também na capital paulista participou da criação dos jornais republicanos *Ça Ira* e *A Tarde*. Na época, escreveu poemas e textos de conteúdo abolicionista e republicano, colaborando com o jornal *A República*, órgão do Clube Republicano Acadêmico. Em 1883, criou com colegas o jornal *A Ideia*, onde publicou artigos de crítica literária e de acompanhamento da expansão dos clubes republicanos no país, defendendo a descentralização política como a única forma de governo admissível. Reprovado em 1884, assim como vários colegas, transferiu-se com eles no ano seguinte para a Faculdade de Direito do Recife, onde obteve o diploma de bacharel.

De volta ao Rio de Janeiro, abriu banca de advocacia e atuou também como jornalista na *Revista Moderna*, *Semana*, *Gazeta da Tarde* e *Correio do Povo*, em cujas páginas continuou a defender ideias abolicionistas e republicanas. A lei que determinou a extinção do escravismo no Brasil, baixada em 13 de maio de 1888, provocou no campo monarquista fluminense grande descontentamento com a Coroa. Os republicanos, que ainda não haviam conseguido organizar-se em partido, capitalizaram essa insatisfação, e entre junho e novembro surgiram clubes republicanos em mais de 20 municípios fluminenses, em geral por iniciativa de tradicionais chefes monarquistas. Em novembro de 1888, realizou-se o Congresso Republicano Fluminense, quando foi criado o Partido Republicano da Província do Rio de Janeiro. Embora não estivessem representados na direção do partido, entregue a

republicanos históricos, os monarquistas dissidentes tiveram participação fundamental para viabilizar a nova agremiação, e neles o republicanismo fluminense encontrou uma base social. Alberto Torres teve participação ativa no congresso, tornando-se secretário da comissão executiva do partido.

Em maio de 1889, participou, em São Paulo, do Congresso Republicano Federal, quando Quintino Bocaiúva – defensor de uma estratégia de avanço gradual em relação ao poder – foi eleito dirigente máximo do Partido Republicano brasileiro, sobrepujando a liderança de Antônio da Silva Jardim – positivista de formação e, admirador do jacobinismo francês, adepto de métodos de tomada do poder que incluíam a participação revolucionária das massas populares. Tanto Quintino, jornalista e político carioca, quanto Silva Jardim, advogado e jornalista fluminense, mantinham ligações com o campo republicano na província do Rio de Janeiro. Alberto Torres, embora também tivesse sofrido influxos positivistas em sua formação intelectual, alinhou-se com as propostas evolucionistas do primeiro. Fundou em Niterói, com Carr Ribeiro, o periódico *O Povo*, que começou a circular em julho de 1889, e no mês seguinte apresentou-se como candidato republicano a deputado geral pelo 4º distrito da província do Rio de Janeiro, mas não logrou eleger-se.

Deflagrado o golpe republicano em 15 de novembro de 1889, foi um dos poucos civis que acompanharam de perto as operações militares em frente ao Ministério da Guerra, no Rio de Janeiro, onde foram presos os ministros monarquistas. Com a formação do governo provisório republicano, sob a chefia do marechal Deodoro da Fonseca, foi nomeado para um cargo diplomático em Bruxelas (Bélgica), mas não o aceitou. Advogado auxiliar da Intendência Municipal do Distrito Federal a partir de 17 de dezembro de 1889, tornou-se, em fins desse mês, membro do diretório republicano de Niterói.

NA OPOSIÇÃO A FRANCISCO PORTELA

Sob o comando de Francisco Portela, nomeado por Deodoro da Fonseca governador do agora estado do Rio de Janeiro e um dos mais tradicionais republicanos da antiga província fluminense, iniciaram-se as articulações políticas para a escolha dos representantes estaduais na Assembleia Nacional Constituinte, a instalar-se em 15 de novembro de 1890. Por considerar que o Partido Republicano fluminense estava sendo alijado por Portela da direção política do estado, Alberto Torres, assim como outros líderes partidários, se recusou a participar da chapa oficial. Concorreu a deputado na lista do Partido Republicano, da qual faziam parte Silva Jardim, José Tomás da Porciúncula e outros veteranos propagandistas republicanos. Realizado o pleito em 15 de setembro de 1890, foi o quarto mais votado em Niterói, mas não se elegeu, porque a chapa governista preencheu todas as vagas.

Candidatou-se em seguida, ainda na oposição a Portela, a uma cadeira de deputado na Assembleia Constituinte estadual, que deveria reunir-se em julho de 1891. A chapa do Partido Republicano incluía ex-monarquistas de recente conversão à República, então aglutinados no Partido Republicano Moderado, como Belisário Augusto Soares de Sousa, Paulino José Soares de Sousa Júnior e Pedro Luís Soares de Sousa, todos parentes diretos do conselheiro Paulino José Soares de Sousa, líder máximo dos ultraconservadores fluminenses e último bastião da resistência à abolição da escravidão. Realizado o pleito em 20 de março de 1891, a vitória do governo foi, novamente, total. Em maio, a Constituinte elegeu Portela presidente do estado.

A nova derrota levou a oposição a buscar a consolidação partidária, unificando os republicanos oposicionistas e os ex-monarquistas. Convocados formalmente em 13 de abril de 1891 por José Tomás da Porciúncula, dois dias depois reuniram-se em congresso delegados de todos os municípios. Na ocasião, Alberto Torres apresentou, juntamente com Antônio dos Santos Werneck, uma indicação no sentido de que os chamados republicanos históricos dissolvessem sua organização partidária. Entendiam eles que os fluminenses, em sua maior parte, inclusive os que haviam pertencido aos antigos partidos monárquicos, se achavam “perfeitamente identificados” com as ideias republicanas, deixando, portanto, de fazer sentido a denominação de “partido republicano histórico”. Não havendo no país, ainda, “partidos definitivamente organizados à luz de programas políticos”, sugeriam que a continuidade da ação política em defesa da “emancipação do município dentro do estado e do estado dentro da União” se fizesse sob o nome de Partido Autonomista Fluminense. Aprovada a indicação pelo plenário, Alberto Torres foi eleito para a comissão diretora do novo partido como representante dos republicanos históricos, com mandato até 3 de dezembro de 1891.

Em 28 de setembro de 1891, casou-se com Maria José Xavier da Silveira, irmã de Joaquim Xavier da Silveira Júnior, seu colega na Faculdade de Direito de São Paulo e que viria a exercer o cargo de prefeito do Rio de Janeiro (1901-1902). Ambos eram filhos de Joaquim Xavier da Silveira – [HYPERLINK "http://pt.wikipedia.org/wiki/Poeta"](http://pt.wikipedia.org/wiki/Poeta) \o "Poeta"poeta, [HYPERLINK "http://pt.wikipedia.org/wiki/Jornalista"](http://pt.wikipedia.org/wiki/Jornalista) \o "Jornalista"jornalista, [HYPERLINK "http://pt.wikipedia.org/wiki/Advogado"](http://pt.wikipedia.org/wiki/Advogado) \o "Advogado"advogado e [HYPERLINK "http://pt.wikipedia.org/wiki/Aboli%C3%A7%C3%A3o_da_escravatura"](http://pt.wikipedia.org/wiki/Aboli%C3%A7%C3%A3o_da_escravatura) \o "Abolição da escravidão"líder abolicionista em São Paulo, falecido em 1874.

Com a renúncia de Deodoro da Fonseca em 23 de novembro seguinte de 1891 – na sequência da crise resultante do fechamento do Congresso Nacional no dia 3 do mesmo mês, em golpe de Estado por ele liderado e apoiado por todos os governantes estaduais,

com exceção de Lauro Sodré, do Pará –, iniciou-se em todo o país, estimulado pelo vice-presidente Floriano Peixoto, agora no poder, um movimento pela deposição dos governantes que haviam referendado o ato do ex-presidente da República. No estado do Rio, Alberto Torres foi um dos líderes da campanha contra a permanência de Francisco Portela no governo, que assumiu tons violentos em vários pontos do território fluminense. Em Niterói, onde se concentrava o grosso da Força Pública, organizou, com seu pai e Sebastião Barroso, vários comícios, de modo a agitar o ambiente político contra Portela e desviar a atenção das movimentações conspiratórias no interior do estado. Em 10 de dezembro, finalmente, depois de pressões de todo tipo, inclusive de políticos da capital federal, Portela transmitiu o governo a seu vice, Artur Getúlio das Neves, que o recusou. Nomeado por Floriano Peixoto, assumiu o cargo o contra-almirante Carlos Baltasar da Silveira, empossado em 11 de dezembro de 1891 com a missão de preparar eleições para uma nova assembleia constituinte estadual.

DE DEPUTADO A MINISTRO

Alberto Torres foi eleito deputado estadual constituinte nas eleições realizadas em 31 de janeiro de 1892, da qual só participou a chapa liderada por José Tomás da Porciúncula, e foi escolhido para a comissão de sete membros incumbida da redação do projeto constitucional a ser debatido. Instalada a Assembleia Constituinte em 1º de março, atuou como líder da maioria e se destacou na defesa do caráter unicameral do futuro Poder Legislativo fluminense, bem como do concurso e da antiguidade como critérios para a nomeação e a ascensão na magistratura estadual, teses aprovadas em plenário e incorporadas à Constituição estadual promulgada em 9 de abril de 1892. Em seguida, José Tomás da Porciúncula foi eleito presidente do estado do Rio de Janeiro, tendo Manuel Martins Torres como vice-presidente.

Concluída a missão do Congresso Constituinte, Alberto Torres integrou a comissão que, sob a direção de Porciúncula, organizou a chapa do Partido Republicano Fluminense (PRF) para a Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, lançada em 13 de abril de 1892, quando a agremiação se apresentou pela primeira vez com esse nome. Vitorioso no pleito realizado no dia 24 seguinte, interrompeu o mandato em 9 de agosto de 1893, por ter sido eleito deputado federal na vaga aberta na representação fluminense pela renúncia de Alcindo Guanabara, nomeado para missão oficial no exterior. No dia 30, tornou-se membro da comissão executiva do PRF.

Tendo participado ativamente, no final da legislatura 1891-1893, da discussão do projeto de lei de organização do Tribunal de Contas da União, reelegeu-se em 1º de março de 1894 para a legislatura 1894-1896. Membro da Comissão de Orçamento da Câmara, foi relator

do orçamento do Ministério das Relações Exteriores. Nessa condição, teve, em 1895, atuação importante na definição da atitude do governo brasileiro no episódio da ocupação da ilha de Trindade (ES) por cidadãos ingleses. Defendeu a mediação de Portugal para a resolução do problema, afinal decidida a favor do Brasil em agosto do ano seguinte. Interveio, também, na discussão das condições de atuação de companhias estrangeiras do ramo de seguros no Brasil, apoiando projeto, já aprovado no Senado e depois vitorioso na Câmara, que estabelecia garantias para os segurados brasileiros. Subsidiariamente, a discussão realçou o exorbitante valor dos recursos transferidos pelas empresas para suas matrizes, constituindo, segundo Barbosa Lima Sobrinho, a primeira etapa da discussão do problema da remessa de lucros para o exterior, que se tornaria candente no Brasil a partir da década de 1940. Ainda durante o ano de 1895, colaborou regularmente com o jornal *A Notícia*, do Rio de Janeiro, fundado no ano anterior.

Em 30 de agosto de 1896, interrompeu seu mandato de deputado federal por ter sido nomeado pelo presidente Prudente de Moraes (1894-1898) – amigo de seu pai desde quando ambos estudavam na Faculdade de Direito de São Paulo – titular do Ministério da Justiça e Negócios Interiores, em substituição a Antônio Gonçalves Ferreira. Três meses depois, contudo, Prudente de Moraes, tendo adoecido seriamente, foi substituído pelo vice-presidente Manuel Vitorino Pereira. Embora mantido no cargo pelo presidente em exercício, apesar da reforma ministerial por ele realizada, ficou em situação difícil em vista de atos políticos praticados por Manuel Vitorino contra aliados estaduais do presidente licenciado. A intervenção na política fluminense objetivava enfraquecer a corrente liderada por José Tomás da Porciúncula e fortalecer a liderança de Nilo Peçanha, cuja base política era a cidade de Campos. Nos últimos dias de dezembro, o governo federal, à revelia do Ministério da Justiça e do presidente estadual Joaquim Maurício de Abreu (1894-1897), interveio com forças militares em um processo eleitoral naquela cidade, em benefício do grupo nilista. Depois de infrutíferas gestões junto a Manuel Vitorino tentando consertar a situação e preservar sua autoridade, Alberto Torres pediu demissão do cargo ainda no dia 30, sendo substituído, em [HYPERLINK "http://pt.wikipedia.org/wiki/7_de_janeiro"](http://pt.wikipedia.org/wiki/7_de_janeiro) o "7 de janeiro" 7 de janeiro seguinte, por Bernardino José de Campos Júnior.

PRESIDENTE DO ESTADO DO RIO

Em 15 de julho de 1897, Alberto Torres foi eleito pelo PRF para suceder a Joaquim Maurício de Abreu no cargo de presidente do estado do Rio de Janeiro. Foi empossado em 31 de dezembro, e com ele assumiram, como primeiro vice-presidente, Francisco Joaquim de Sousa Mota, como segundo vice-presidente, Pedro Augusto Tavares Júnior, e como terceiro vice-presidente, Sílvio dos Santos Paiva. Para secretariar o governo, nomeou

Martinho Álvares da Silva Campos (Interior e Justiça), João Rodrigues da Costa (Finanças), Hermogêneo Pereira da Silva (Obras Públicas e Indústrias) e Carolino Leoni Ramos (Chefia de Polícia).

Sua administração transcorreu sob o signo da crise da cafeicultura estadual, principal ramo da economia fluminense e em dificuldades desde os últimos anos da monarquia. Também no plano político, os problemas não seriam pequenos. Logo nos primeiros dias de governo, precisou enfrentar nova crise originada de disputas políticas em Campos. Desta vez, tratou-se da dualidade de câmaras estabelecida em janeiro de 1898, quando duas correntes se arvoraram em vencedoras das eleições municipais. Solicitado pelas partes a dirimir a questão, considerou inconstitucional a lei estadual que lhe atribuía esse papel e remeteu o problema para o Poder Judiciário. Na Assembleia Legislativa, o debate ensejou a polarização dos deputados em torno de Porciúncula, com quem se identificava uma das correntes campistas, e da posição assumida por Alberto Torres, em minoria. O conflito entre os chefes do governo e do partido situacionista incluiu vetos de Alberto Torres a decisões da Assembleia Legislativa e tentativas de derrubá-lo por meio de *impeachment*, contribuindo decisivamente para a cisão do PRF. Evidente já em fins de dezembro de 1898, o processo de fracionamento foi acelerado pelo Decreto nº 530, que, baixado em 14 de março de 1899, entregava aos vereadores da legislatura anterior a administração municipal campista, enquanto não se resolvesse o conflito de duplicatas.

Do ponto de vista administrativo, Alberto Torres encontrou mais facilidades para a aceitação de seus pontos de vista na Assembleia Legislativa. Preocupado com a diminuição das receitas geradas pelo café, conseguiu aprovar a redução das alíquotas do imposto de exportação do produto e a implantação do imposto territorial. Também suas propostas orçamentárias, voltadas para o corte de despesas, foram aceitas sem maiores percalços. Outros problemas que seu governo buscou resolver foram o da mão de obra, remanescente ainda do processo de extinção da escravidão. Considerando inadequado o sistema de imigração oficial, atacou-o por meio da criação de núcleos coloniais nos municípios de Paraíba do Sul e Barra do Pirai. Dedicou-se também ao saneamento do estado, em particular da Baixada Fluminense, região que se estende de Angra dos Reis a Campos.

Embora em minoria na Assembleia Legislativa ao final do mandato, como consequência da crise de Campos, Alberto Torres preservou suas bases no estado graças à força de atração do governo, e saiu-se vitorioso na eleição realizada em 31 de dezembro de 1899, quando conquistou a maioria na representação fluminense na Câmara dos Deputados e no Senado. Como sucessor na presidência do estado, indicou inicialmente Hermogêneo Pereira da Silva, mas acabou aceitando a candidatura de conciliação de Quintino Bocaiúva, patrocinada por Nilo Peçanha e pelo presidente Campos Sales (1898-1902), afinal eleito em

8 de julho e empossado em 31 de dezembro de 1900.

MINISTRO DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

Segundo seus biógrafos, ao deixar o governo estadual Alberto Torres desligou-se da política e passou a enfrentar dificuldades financeiras para sobreviver. Teria sido esta a razão de ter aceitado a nomeação, por decreto federal de 30 de abril de 1901, para uma cadeira de ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), onde tomou posse no dia 18 de maio.

No tribunal, em janeiro de 1903 foi o relator do pedido de *habeas corpus* preventivo impetrado em favor de Gastão de Orléans e outros membros da família imperial brasileira contra o decreto que, em dezembro de 1889, determinou o seu banimento. Votou favoravelmente ao conhecimento do pedido pelo STF, recusado por outros membros da corte, mas negou provimento à solicitação de *habeas corpus*, argumentando que não havia indicação concreta de que o governo pretendesse manter o decreto de banimento – a seu ver, incompatível com a Constituição Federal, que abolira a pena de banimento judicial –, não se caracterizando, portanto, a figura da autoridade coatora. O caso voltaria ao STF em maio de 1907, quando Alberto Torres votaria a favor de *habeas corpus* preventivo solicitado por líderes monarquistas em favor de Luís de Orléans e Bragança, neto do imperador Pedro II, que, vindo da Europa por navio, desejava saber se havia restrições à sua entrada no Brasil. A maioria dos ministros, porém, votaria contra o pedido, alegando que o banimento imposto à família imperial não era de natureza jurídica, mas política, não tendo sido, portanto, revogado pela Constituição. O caso só seria resolvido definitivamente em 1920, com a revogação do decreto de banimento.

Em maio ainda de 1903, votou pelo conhecimento de um pedido de *habeas corpus* em favor dos organizadores de uma manifestação de rua ligada a problemas que envolviam a Ordem dos Beneditinos no Rio de Janeiro, reafirmando sua concepção ampla daquele recurso jurídico. Em 1905, participou do julgamento do pedido de *habeas corpus* em favor do senador e tenente-coronel Lauro Sodré, um dos líderes do movimento ocorrido no Rio de Janeiro em novembro anterior, conhecido como Revolta da Vacina, e julgado pela Justiça Militar. Votou favoravelmente a que se processasse o senador na justiça comum, porque o crime de que o acusavam – atentado – não estava tipificado no Código Penal Militar. Foi, contudo, voto vencido, e o acórdão do STF firmou posição no sentido de que o militar portador de mandato parlamentar respondesse no foro militar pelos crimes militares que cometesse.

Em 1906, foi nomeado pelo ministro das Relações Exteriores para compor a delegação brasileira ao III Congresso Pan-Americano, no Rio de Janeiro. Participou das reuniões

iniciais, mas deixou o cargo em julho, por força de determinação do STF, que entendeu não poderem seus membros aceitar comissões do Poder Executivo.

Iniciou, entre 1906 e 1907, a redação de um livro, que não chegaria a publicar, sobre impostos interestaduais, motivado pela competição tarifária a que se entregavam governos de estados assolados pelo decréscimo das rendas públicas. A questão tinha desdobramentos jurídicos que acabavam no STF, onde sempre votava pela decretação da inconstitucionalidade de leis e decretos estaduais que criassem barreiras alfandegárias entre as unidades da Federação.

Em 29 de abril 1907, começou a assinar, no jornal carioca *O País*, a coluna “Tópicos do dia”, onde comentava assuntos cotidianos, mas também de política internacional, como a II Conferência de Paz de Haia (Holanda), e nacional, como os problemas relativos ao ensino público do país. Encerrou sua participação no jornal em 5 de outubro, dia em que, em licença por motivo de saúde, embarcou com a família para a França. Em Lisboa, onde fizeram escala, sobreviveram ao naufrágio do navio em que viajavam. Já em Paris, escreveu *Vers la paix*, em francês, talvez pretendendo garantir maior circulação internacional ao livro, no qual abordava temas que havia tratado como relator do orçamento do Ministério das Relações Exteriores e na coluna “Tópicos do dia”, transformados em propostas práticas para o estabelecimento da paz mundial e para a criação de uma corte internacional de justiça. De volta ao Brasil, publicou *Vers la paix. Études sur l'établissement de la paix générale et sur l'organisation de l'ordre international* e aposentou-se, por motivo de saúde, em 18 de setembro de 1909.

ESCRITOR

Intensificou, a partir de então, as suas atividades como escritor. De novembro de 1910 a fevereiro de 1911, publicou na *Gazeta de Notícias*, do Rio de Janeiro, artigos que aproveitaria no livro *A organização nacional*. Eleito sócio do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, pronunciou em 16 de agosto de 1911 um discurso de posse que serviu de base para seu segundo livro, *Le problème mondial. Études de politique internationale*, também escrito em francês e no qual desenvolveu teses voltadas para a construção da paz internacional. Deu, nesse trabalho, que seria publicado em 1913, grande ênfase à ideia de criação de um órgão que funcionasse como uma assembleia política supranacional, voltada para a organização da paz permanente. Durante o ano de 1912, publicou no *Jornal do Comércio* artigos que constituiriam o livro *O problema nacional brasileiro. Introdução a um programa de organização nacional*, publicado em 1914. Nesta obra, desenvolveu uma análise sociológica daquilo que considerava serem os grandes problemas brasileiros, apresentando propostas para a sua superação a partir de uma

perspectiva nacionalista. Ainda em 1914, publicou *A organização nacional. Primeira parte: A Constituição*, onde examinou problemas candentes da organização social, econômica e política do Brasil, concluindo que o povo brasileiro, por motivos ligados à sua formação e evolução, mas nunca por determinação racial, encontrava-se ainda incapacitado para dirigir as reformas de que a sociedade carecia. Considerando a Constituição de 1891 fundada sobre ideias estranhas às peculiaridades do povo brasileiro, incluiu no livro, como alternativa a ela, um projeto constitucional de cunho nacionalista, preocupado em oferecer bases para a homogeneidade da nacionalidade brasileira, sem exaltação de sentimentos de identidade étnica ou localista. No ano seguinte, publicou seu livro derradeiro, que intitulou *As fontes de vida no Brasil*, retomando temas dos anteriores e insistindo na denúncia dos problemas decorrentes da exploração de tipo colonial que o país continuaria sofrendo da parte das potências estrangeiras, especialmente sobre os produtores e os recursos naturais. Entre 1915 e 1916, colaborou também nos jornais *Estado de São Paulo* e *O Imparcial*, *A Noite* e *A Tribuna*, do Rio de Janeiro.

Seus livros traduziram para o cenário brasileiro discussões à época em pauta na Europa, principalmente as críticas ao liberalismo. No plano internacional, suas propostas se associavam às teses de regulação das relações entre os Estados, ideia que se concretizaria, em 1919, na criação da Sociedade das Nações, também conhecida como Liga das Nações. Algumas das inovações que propunha, como a extensão do mandato do chefe do Executivo para oito anos, o alinhavam com correntes europeias que então faziam cerrada crítica ao liberalismo político.

Considerado por muitos críticos como ruralista, autoritário e elitista, Alberto Torres é apontado também como pioneiro do nacionalismo brasileiro no século XX e da denúncia do racismo patrocinado por intelectuais europeus e brasileiros. Seu pensamento despertou adesões limitadas enquanto esteve vivo, mas nas décadas de 1920 e 1930 foi incorporado por correntes intelectuais situadas em posições variadas no espectro político nacional. Em 10 de novembro de 1932, foi fundada no Rio de Janeiro a Sociedade dos Amigos de Alberto Torres, sociedade civil que, sob influência de suas ideias, promoveu debates e formulou propostas de políticas públicas sobre questões então consideradas cruciais para o país, como educação, agricultura, imigração, nacionalidade, trabalho e conservação da natureza. Foram influenciados por ele, ainda, pensadores como o antropólogo Edgar Roquette-Pinto, um dos fundadores do Partido Socialista Brasileiro em 1947, e o botânico Alberto José de Sampaio, ambos do Museu Nacional. O jurista e sociólogo Francisco José de Oliveira Viana, que o conheceu pessoalmente, foi uma das pontes entre seu pensamento e entidades políticas de tipo conservador, como a Escola Superior de Guerra, fundada em 1949.

Morreu no Rio de Janeiro, em 29 de março de 1917.

Teve três filhos: Maria Alberto Torres, que se tornou escritora e genealogista, Alberto de Seixas Martins Torres Filho e Heloísa Alberto Torres, antropóloga com importante papel na consolidação da disciplina no Brasil e em cuja memória foi criada, em Itaboraí, a Casa de Cultura Heloísa Alberto Torres.

Sobre sua vida e obra foram escritos vários artigos e livros, entre os quais *As ideias de Alberto Torres*, de Alcides Gentil (1932), *Alberto Torres e sua obra*, de A. Sabóia Lima (2ª ed., 1935), *Presença de Alberto Torres (sua vida e pensamento)*, de Barbosa Lima Sobrinho (1968), e *A ideologia nacionalista de Alberto Torres*, de Adalberto Marson (1979).

Renato Lemos

FONTES: ASSEMB. LEGISL. RJ. Disponível em:

<<http://www.alerj.rj.gov.br/memoria/historia/gov88975.html>>. Acesso em:

6/11/2010; Casa de cultura Heloisa Alberto Torres. Disponível em:

<<http://casadeculturaheloisaalbertotorres.blogspot.com/>>. Acesso em: 18/11/2010;

LEMOS, R. *Implantação*; LEMOS, R. *Política*; LIMA, A. *Alberto*; LIMA

SOBRINHO, A. *Presença*; *Mensagens do Presidente do Estado do Rio de Janeiro*;

RODRIGUES, L. *História*; SANTOS, M. *Destruição*; LEMOS, R. *Implantação*;

LEMOS, R. *Política*.

TORRES, Artur Ferreira

*dep. fed. MG 1894-1905.

Artur Ferreira Torres foi eleito deputado federal por Minas Gerais em 1894. Assumindo sua cadeira na Câmara dos Deputados, no Rio de Janeiro, então Distrito Federal, em maio do mesmo ano, foi reeleito para as três legislaturas seguintes. Permaneceu no Legislativo até dezembro de 1905, quando se encerraram seu mandato e a legislatura.

Era detentor do título de comendador da Ordem de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa.

Ioneide Piffano Brion de Souza

FONTES: ARQ. HIST. *Senadores e deputados de Minas Gerais*. Disponível em: <<http://www.arquivohistorico-mg.com.br/deputadosesenadores.html>>. Acesso em: 4/5/2010; CÂM. DEP. *Deputados Brasileiros*; Geneall. *Comendadores da Ordem de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa*. Disponível em: <http://www.geneall.net/U/tit_page.php?id=25079>. Acesso em: 20/5/2010; VASCONCELOS, D. *História*; VEIGA, J. *Revista* (p.48-53).

TORRES, Francisco

*dep. fed. PR 1895-1896.

Francisco de Almeida Torres nasceu em Curitiba no dia 5 de janeiro de 1848, filho do comendador Mariano de Almeida Torres.

Fez os primeiros estudos na capital paranaense, transferindo-se depois para o Rio de Janeiro, então capital do Império, onde se formou engenheiro civil pela Escola Politécnica.

Já na República, foi vice-governador do Paraná e deputado estadual. Estando em curso a legislatura 1894-1896, foi eleito deputado federal pelo Paraná e exerceu o mandato de maio de 1895 e a dezembro de 1896.

Fez parte também da chamada Comissão Limoeiro, responsável pela divisão e organização de terras devolutas. Seu nome consta como fundador e/ou contratador de diversos núcleos coloniais no estado do Paraná. Em paralelo às atividades de engenheiro, também se destacou como importante empresário do setor de produção de material de construção e beneficiamento de madeira.

Faleceu em Curitiba no dia 14 de julho de 1902.

Luciana Pinheiro

FONTES: CÂM. DEP. *Deputados brasileiros*, (p. 84); NICOLAS, M. *Cem anos* (p. 507-508).

TORRES, Luís Vieira de Siqueira

* sen. AL 1921-1922.

Luís Vieira de Siqueira Torres nasceu em Água Branca (AL) no dia 15 de maio de 1864, filho de Joaquim Antônio de Siqueira Torres, o barão de Água Branca, e de Joana Vieira de Siqueira Torres.

Ingressou na política elegendo-se deputado estadual em Alagoas para as legislaturas 1897-1898 e 1899-1900. Voltou a ser eleito para as legislaturas 1915-1916 e 1919-1920. Eleito senador por Alagoas em 1921, logo depois renunciou. Assumiu o cargo de vice-governador do estado no período do governo de Pedro da Costa Rego (1924-1928).

Faleceu em Água Branca no dia 10 de junho de 1928.

Reynaldo de Barros

FONTE: BARROS, F. *A B C das Alagoas*.

TORRES, Manuel Martins

*sen. RJ 1901-1905.

Manuel Martins Torres nasceu na cidade do Rio de Janeiro, então capital do Império, em 22 de março de 1843, filho de Antônio Martins Torres e de Ana Joaquina Pereira de Mesquita.

Formou-se na Faculdade de Direito de São Paulo, na turma de 1864, onde conheceu Prudente de Moraes, futuro presidente da República (1894-1898), com quem manteve uma longa amizade. Entre 1866 e 1871 trabalhou em Cabo Frio (RJ), onde foi promotor público e inspetor de segurança pública. Em 1872 mudou-se para Lages (SC) para assumir o posto de juiz de direito, e em poucos meses transferiu-se para Itajaí (SC), onde exerceu a mesma função até 1876. Ainda como juiz, em 1877 foi para Cuiabá e no ano seguinte para Abrantes (BA). Entre 1879 e 1880 foi chefe de polícia na província da Paraíba. Estabeleceu-se em seguida em Niterói, capital da província do Rio de Janeiro, onde se tornou chefe político e ingressou no Partido Liberal, sendo eleito deputado provincial.

Depois que o marechal Deodoro da Fonseca, sustentado por setores do Exército e por civis, instalou o regime republicano em 15 de novembro de 1889, aderiu ao novo regime. Diante de seu prestígio como chefe político da capital fluminense, em 9 de janeiro de 1890 foi nomeado primeiro vice-presidente do estado do Rio de Janeiro, na administração de Francisco Portela (1889-1891). Ficou no cargo até 10 de maio de 1891, quando a primeira Assembleia Constituinte fluminense elegeu Francisco Portela e Artur Getúlio das Neves, respectivamente, presidente e vice-presidente constitucionais. Nesse período, aproximou-se do Partido Republicano fluminense e foi para a oposição a Francisco Portela, que em seu governo adotou medidas que favoreciam seu poder pessoal em detrimento da corrente republicana. Entretanto, com a renúncia de Deodoro da Fonseca à presidência da República em 23 de novembro de 1891, Portela perdeu seu mais importante aliado político, e sua saída do governo fluminense passou a ser exigida em uma série de manifestações. Em Niterói, Martins Torres, juntamente com seu filho Alberto Torres e Sebastião Barroso,

organizou uma série de comícios contra Portela. Este, afinal, diante das pressões, renunciou em 10 de dezembro. Na mesma data assumiu o poder Carlos Baltasar da Silveira (1891-1892).

Ao fim do governo Portela, a Constituição Fluminense foi revogada e uma nova Assembleia Constituinte estadual foi convocada. Com a promulgação da nova Carta, em 9 de abril de 1892, novas eleições estaduais foram marcadas para o dia 24 do mesmo mês. Nesse pleito, foram eleitos presidente do estado José Tomás da Porciúncula (1892-1894), e vice-presidentes Martins Torres, Joaquim Maurício de Abreu e Lourenço Maia de Almeida Batista, o barão de Miracema. Entre 12 de junho e 15 de agosto de 1893, período em que Porciúncula esteve licenciado, Martins Torres assumiu a presidência do estado.

Durante a Revolta da Armada, levante de oposição ao presidente marechal Floriano Peixoto que se estendeu de setembro de 1893 a março de 1894, sob a chefia do almirante Custódio de Melo e mais tarde do almirante Luís Filipe Saldanha da Gama, Martins Torres lutou contra os revoltosos. Durante os combates, assumiu interinamente a chefatura de polícia da cidade do Rio de Janeiro, então Distrito Federal.

Na sucessão de Porciúncula, apoiou a eleição de Joaquim Maurício de Abreu para a presidência estadual, e em 1896 participou da reorganização do Partido Republicano Fluminense (PRF), na qual a liderança de Porciúncula foi consolidada, em oposição à facção chefiada pelo barão de Miracema. Com a nova configuração partidária, tornou-se membro da comissão executiva do partido e chefe político da agremiação no 1º distrito eleitoral do estado, com sede em Niterói e composto também pelos municípios de Magé, Itaboraí, Rio Bonito, Araruama, Saquarema e Maricá.

Em 1898 foi eleito deputado estadual na legenda do PRF com 4.384 votos. Contudo, com a eleição de seu filho Alberto Torres para a presidência do estado (1897-1900), o PRF sofreu uma cisão. O novo presidente estadual rebelou-se contra a liderança partidária de Porciúncula, agora senador (1897-1901), que exigia que o Executivo estadual fortalecesse seu partido. Ao lado de seus aliados na Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro (ALERJ), Porciúncula chegou a articular uma tentativa de *impeachment* de Alberto Torres. Essa

tensão ficou expressa nas bancadas estaduais e federais da agremiação, que se dividiram em torno dos dois líderes. Diante dessa situação, em maio de 1899, Martins Torres e outros três membros da comissão executiva do PRF renunciaram a seus cargos e em 23 de julho fundaram o Partido Republicano do Rio de Janeiro (PRRJ), liderado por Alberto Torres. No PRRJ, Martins Torres integrou a comissão executiva e continuou à frente do 1º distrito eleitoral do estado, o que lhe garantiu a reeleição como deputado estadual no pleito realizado em 30 de dezembro de 1900, com 4.605 votos. Contudo, nem chegou a assumir sua cadeira na ALERJ, pois foi eleito senador na vaga aberta com a renúncia de Quintino Bocaiúva, que fora eleito presidente do estado do Rio de Janeiro (1900-1903).

Assumiu seu mandato de senador em junho de 1901 e ainda nesse ano envolveu-se nas discussões acerca da transferência da capital fluminense, sediada em Petrópolis desde 1894, devido à Revolta da Armada. Nessa disputa, foi contrário ao retorno da capital para Niterói, mas seu grupo foi derrotado pelas forças políticas emergentes, ligadas ao então deputado federal Nilo Peçanha (1890-1902), favoráveis à mudança, que acabaram vencedoras. Em 1902, na sucessão do presidente da República Campos Sales (1898-1902), não apoiou Quintino Bocaiúva, candidato defendido pela maioria das oligarquias fluminenses, e sim Rodrigues Alves, que saiu vitorioso. No Senado, passou a defender o novo presidente da República e a fazer certa oposição ao recém-eleito presidente fluminense Nilo Peçanha (1903-1906). Por essa posição, ficou contra o governo de Nilo e ao lado do governo federal nos debates sobre o monopólio da União em parte das exportações de areias monazíticas descobertas em território fluminense.

Faleceu na cidade do Rio de Janeiro em 16 de dezembro de 1905.

Foi casado com Carlota Ferreira de Seixas. Seu filho Alberto Torres, além de presidente do estado do Rio de Janeiro, foi deputado federal (1893-1896), ministro da Justiça (1896-1897) e ministro do Supremo Tribunal Federal (1901-1909).

Publicou *Regulamentos para a arrecadação do selo, cobrança de emolumentos das repartições públicas e impostos de transmissão de propriedade* (1875) e *Lei Hipotecária; Lei nº 1.237, de 24 setembro de 1864, e Decreto nº 3.453, de 26 de abril de 1865* (1876).

Raimundo Helio Lopes

FONTES: ABRANCHES, J. *Governos*; COL. BRAS. GENEAL. Disponível em: <http://www.cbg.org.br/arquivos_genealogicos_r_02.html>. Acesso em: 4/4/2011; FERREIRA, M. *República*; LACOMBE, L. *Chefes*; LEITE NETO, L. *Catálogo biográfico*.

TORRES, Paulo

*militar; rev. 1922; ch. DFSP 1954; gov. AC 1955-1956; comte. Comdo. Mil. Amazônia 1963; gov. RJ 1964-1966; sen. RJ 1967-1975; dep. fed. RJ 1979-1983.

Paulo Francisco Torres nasceu no município de Cantagalo (RJ) no dia 29 de maio de 1903, filho de Antônio Francisco Torres e de Maria Zulmira Torres. Seu irmão, o jornalista Alberto Torres, foi deputado federal pelo Rio de Janeiro de 1955 a 1959. Outro irmão seu, Acúrcio Torres, foi constituinte em 1934 e em 1946 e deputado pelo mesmo estado de 1935 a 1937 e de 1946 a 1951.

Ainda criança, Paulo Torres mudou-se com os pais para Niterói, então capital do estado do Rio de Janeiro, onde fez o curso primário no Grupo Escolar Áidano Almeida, realizando também ali seus estudos preparatórios.

Sentou praça em março de 1921 ao ingressar na Escola Militar do Realengo, no Rio de Janeiro, então Distrito Federal, matriculando-se no curso de infantaria. Em julho do ano seguinte, ainda como aluno do primeiro ano desse curso, participou da revolta tenentista ocorrida nessa escola. O levante, que deu início ao ciclo de revoltas tenentistas da década de 1920, foi um protesto contra a eleição de Artur Bernardes à presidência da República e as punições impostas pelo governo de Epitácio Pessoa (1918-1922) aos militares, com o fechamento do Clube Militar e a prisão do marechal Hermes da Fonseca. Além da Escola Militar do Realengo, a revolta envolveu ainda, no Rio de Janeiro, o forte de Copacabana e efetivos da Vila Militar e, em Mato Grosso, o contingente do Exército local.

Em decorrência de sua participação no movimento, delatado no mesmo dia, foi preso e expulso da Escola Militar. Só foi readmitido no Exército depois da vitória da Revolução de 1930, sendo comissionado no posto de primeiro-tenente em novembro desse ano. Efetivado nessa patente em março de 1933 e promovido a capitão em outubro do ano seguinte, cursou a Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais e bacharelou-se pela Faculdade de Direito da Universidade do Brasil.

Após a implantação do Estado Novo em novembro de 1937, e sendo Ernâni Amaral Peixoto interventor no estado do Rio de Janeiro, foi nomeado em 1938 prefeito municipal de Teresópolis (RJ), cargo no qual permaneceu até o ano seguinte. Especializou-se posteriormente em pára-quedismo e cursou a Escola de Comando do Estado-Maior do Exército (ECEME), tendo sido promovido a major em junho de 1944.

No mês seguinte, com o envio pelo Brasil de forças militares para combater as potências do Eixo na Segunda Guerra Mundial (1939-1945), participou da campanha da Itália, integrando a Força Expedicionária Brasileira (FEB). Terminando o conflito em maio de 1945, voltou ao Brasil e reingressou na ECEME. Em 1946 comandou o destacamento brasileiro na grande parada da vitória, realizada em Londres. Promovido a tenente-coronel em junho de 1948 e a coronel em setembro de 1952, comandou neste último posto o 3º Regimento de Infantaria (3º RI), com sede em Niterói, cursando também a Escola Superior de Guerra (ESG), no Rio de Janeiro.

Em agosto de 1954, em meio à grave crise que se seguiu ao atentado da Toneleros (5/8/1954) assumiu a chefia do Departamento Federal de Segurança Pública (DFSP). O atentado, no qual perdeu a vida o major-aviador Rubens Vaz, visava na verdade o jornalista Carlos Lacerda, principal opositor do governo Getúlio Vargas. As investigações subsequentes revelaram o envolvimento de elementos da guarda pessoal de Vargas no crime, o que atizou a oposição e enfraqueceu a autoridade do governo. Getúlio foi obrigado a substituir o general Armando de Moraes Âncora na chefia do DFSP, cargo que naquele momento adquiriu grande importância política. Com a recusa do embaixador João Batista Luzardo em ocupá-lo, Paulo Torres, apoiado pelos militares da Aeronáutica, foi indicado para aquela chefia, assumindo-a em 10 de agosto de 1954. Durante a cerimônia de posse, o ministro da Guerra, general Zenóbio da Costa, e o ministro da Justiça, Tancredo Neves, afirmaram que ele teria todo o apoio para a manutenção da ordem, ao que Paulo Torres respondeu: “A ordem é entregar o criminoso à justiça, seja ele quem for.”

Com o objetivo de acelerar a identificação dos culpados — e como reforço às investigações policiais —, foi instaurado um inquérito policial-militar na base aérea do Galeão, no Rio de Janeiro, sob a responsabilidade direta da Aeronáutica, que dispôs de amplos poderes, inclusive para convocar autoridades governamentais suspeitas de envolvimento no atentado. Tais poderes se expandiram a tal ponto que se falava na ocasião em “República do Galeão”. A repercussão desse inquérito constituiu importante fator para o acirramento da campanha contra Vargas, que acabou por se suicidar poucos dias depois. Na chefia do DFSP, Paulo Torres procedeu ao inquérito sobre as circunstâncias que cercaram a morte do presidente, concluindo após a autópsia que se tratava efetivamente de suicídio.

Ainda nesse cargo, em virtude da grande mobilização popular que se realizou no dia 24 de agosto para as últimas homenagens a Vargas, cumpriu as recomendações do novo presidente da República, João Café Filho, no sentido de garantir a ordem pública. Foi em seguida substituído no posto pelo coronel Geraldo Meneses Cortes.

Em 2 de março de 1955 foi nomeado governador do então território do Acre em substituição a Francisco de Oliveira Conde, tendo permanecido no cargo até 4 de abril do ano seguinte, quando foi por sua vez substituído por Valério Caldas Magalhães. Promovido a general-de-brigada em março de 1960, foi nomeado no mês seguinte comandante do Núcleo da Divisão Aeroterrestre, corpo de pára-quedistas, em substituição ao coronel Sílvio Américo Santa Rosa. Em julho de 1961 substituiu o general Joaquim Justino Alves Bastos no cargo de presidente do Clube Militar.

Com a renúncia do presidente da República Jânio Quadros em 25 de agosto desse ano, Paulo Torres, ainda à frente do Núcleo da Divisão Aeroterrestre — tropa de elite de importância estratégica —, colocou-se a favor da posse do vice-presidente João Goulart, que era vetada pelos ministros militares e que só veio a ocorrer em 7 de setembro seguinte, depois que o Congresso adotou o regime parlamentarista de governo através da Emenda Constitucional nº 4 (2/7/1961). Em março de 1962 foi exonerado do comando daquela divisão, sendo reconduzido ao posto o general Santa Rosa.

Nomeado em outubro desse ano para exercer o comando do Grupamento de Elementos de Fronteira, com sede em Manaus, em janeiro de 1963 assumiu o Comando Militar da Amazônia em substituição ao general-de-brigada Augusto César de Castro Muniz de Aragão, permanecendo nesse posto até setembro do mesmo ano, quando foi substituído pelo também general-de-brigada Nairo Vilanova Madeira. Daí em diante, Paulo Torres ficou sem comando de tropas por não ser da inteira confiança do governo.

Com a vitória do movimento político-militar de 31 de março de 1964 que depôs o presidente Goulart, iniciou-se uma série de investigações para apurar atividades subversivas e denúncias de corrupção em todo o país. Paulo Torres foi então nomeado para a chefia do estado-maior do I Exército, no Rio de Janeiro, que passou a ser comandado pelo general Otacílio Terra Ururaí.

Governador do Rio de Janeiro

No dia 1º de maio de 1964, a Assembléia Legislativa fluminense votou o impedimento do governador Badger da Silveira e do vice-governador João Batista da Costa por considerá-los comprometidos com o governo deposto. O deputado Cordolino Ambrósio, presidente da Assembléia, assumiu provisoriamente o Executivo. Em 3 de maio, após aprovação pela Assembléia estadual da reforma do regimento interno e da emenda constitucional que possibilitou sua eleição por via indireta, o general Paulo Torres e o deputado Simão Mansur, líder da oposição durante o governo Badger da Silveira, foram eleitos respectivamente governador e vice-governador do estado do Rio.

Essa eleição contou com o apoio da União Democrática Nacional (UDN), do Partido Social Democrático (PSD), do Partido Libertador (PL) e de outros partidos pequenos contra a candidatura do general Raul Albuquerque. Apoiado pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), parte do Partido Democrata Cristão (PDC) e do Partido Trabalhista Nacional (PTN), além de outros votos não definidos, o general Albuquerque, momentos antes de se iniciar a votação, recebeu ordem para retirar sua candidatura. Com a posse no novo cargo três dias depois, Paulo Torres foi exonerado da chefia do estado-maior do I Exército, sendo promovido em julho desse ano a general-de-divisão. Em sua carreira militar foi ainda delegado de Ordem Política e Social do Rio de Janeiro, adjunto de adido militar da embaixada do Brasil em Roma, comandante da guarnição de Niterói e São Gonçalo e diretor de Armamento e Munição do Exército. Reformou-se no posto de marechal.

Durante sua administração à frente do governo fluminense, Paulo Torres implantou o Plano Estadual de Ajuda aos Municípios, que não contava à época com a arrecadação do Imposto sobre Circulação de Mercadorias (ICM). Deu ao funcionalismo público civil e militar, ativo e inativo, 220% de melhoria salarial, além de aumentar em 1.000% o salário-família do funcionalismo estadual. Visando à modernização da antiga capital fluminense, criou a Companhia de Desenvolvimento do Estado do Rio de Janeiro (Coderj). Construiu ainda a avenida do Contorno, ligando Niterói ao município de São Gonçalo, incorporou o município de Parati à comunidade fluminense através da estrada Angra dos Reis-Parati e aumentou em 400% o potencial energético do estado.

Em 11 de agosto de 1966 deixou o cargo para candidatar-se ao Senado, sendo então substituído provisoriamente por Teotônio Ferreira Araújo, que permaneceu à frente do

Executivo fluminense até 31 de janeiro de 1967, quando tomou posse seu sucessor, Geremias de Matos Fontes, eleito em setembro do ano anterior.

No Senado

Com a extinção dos partidos políticos pelo Ato Institucional nº 2 (27/10/1965) e a posterior instauração do bipartidarismo, Paulo Torres filiou-se à Aliança Renovadora Nacional (Arena) e nessa legenda foi eleito senador pelo Rio de Janeiro no pleito de novembro de 1966. Obteve 394.685 votos, derrotando Augusto de Gregório, candidato do Movimento Democrático Brasileiro (MDB), partido da oposição. Assumindo o mandato em fevereiro do ano seguinte, tornou-se presidente da Comissão de Segurança Nacional, integrando ainda como membro efetivo as comissões de Trabalho e Legislação Social, de Minas e Energia, de Projetos do Executivo, de Serviço Público Civil, de Ajustes Internacionais, de Legislação sobre Energia Atômica e de Alienação e Concessão de Terras Públicas e Povoamento e, como suplente, a Comissão de Economia do Senado.

Foi também representante dessa casa nas solenidades do V Centenário do Nascimento de Pedro Álvares Cabral, em Portugal, em 1968, e no VII Congresso Internacional de Municípios, reunido em Nova Orleans, nos Estados Unidos, também em 1968. Em maio de 1971 voltou a representar o Senado nas cerimônias de transladação dos restos mortais da princesa Isabel e do conde D'Eu para Petrópolis (RJ). Em 1973, no final do governo do general Emílio Garrastazu Médici (1969-1974), ocupou a vice-presidência do Senado. Em virtude da morte de seu presidente, o senador Filinto Müller, ocorrida em 11 de julho de 1973, Paulo Torres foi eleito em 6 de agosto seguinte presidente daquela casa do Congresso.

Em outubro do mesmo ano, por decreto presidencial, foi nomeado embaixador extraordinário e ministro plenipotenciário, designado para representar o governo brasileiro nas solenidades da posse do presidente da Argentina, general Juan Domingo Perón. Na qualidade de presidente do Senado, presidiu ainda o Colégio Eleitoral que elegeu em 15 de janeiro de 1974 o presidente e o vice-presidente da República, respectivamente os generais Ernesto Geisel e Adalberto Pereira dos Santos.

No pleito de novembro deste último ano candidatou-se novamente ao Senado na legenda da Arena, mas não conseguiu reeleger-se, apesar dos 482.976 votos que recebeu,

perdendo para o candidato do MDB, Roberto Saturnino Braga, que obteve 853.722 votos. Ocupou sua cadeira no Senado até o final da legislatura, em janeiro de 1975. A presidência do Senado passou então a ser exercida por José de Magalhães Pinto.

Na Câmara dos Deputados

Sempre na legenda da Arena, candidatou-se a deputado federal pelo novo estado do Rio de Janeiro — resultante da fusão, em 1975, daquela unidade federativa com a Guanabara para as eleições de novembro de 1978. Durante sua campanha defendeu em maio, no encerramento do I Congresso Fluminense de Vereadores, realizado em Cabo Frio (RJ), a realização de eleições pela via direta em todos os níveis.

Ainda em setembro de 1978, no pleito indireto realizado pelos colégios eleitorais dos 22 estados da Federação que elegeram seus governadores e vice-governadores, além dos senadores indiretos — que ficaram conhecidos como “biônicos” — e de seus suplentes, Paulo Torres foi derrotado pelo candidato oposicionista, Ernâni Amaral Peixoto, eleito senador indireto.

No pleito direto realizado em novembro seguinte elegeu-se deputado federal com 35.366 votos, assumindo o mandato em fevereiro de 1979. Com a extinção do bipartidarismo em novembro deste último ano e a conseqüente reformulação partidária, ingressou no Partido Popular (PP) do Rio de Janeiro. Com a nova legislação eleitoral aprovada em novembro de 1981 — o chamado pacote de novembro —, determinando a vinculação de todos os votos a um único partido, desde vereador até governador, o que proibia as prováveis alianças interpartidárias, os organizadores do PP decidiram-se pela incorporação do partido ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB).

No pleito de novembro de 1982 voltou a se candidatar à Câmara dos Deputados pelo Rio de Janeiro na legenda do PMDB, obtendo apenas uma suplência. Para essa campanha eleitoral, Paulo Torres iniciou a partir de agosto uma coluna diária em O Fluminense, jornal de seu irmão Alberto Torres, editado em Niterói, onde expôs suas idéias e sua plataforma política.

Após deixar a Câmara dos Deputados em janeiro de 1983, encerrou sua carreira política, retirando-se à vida privada. Sócio do Clube Militar, continuou participando da vida da instituição, mesmo assim sem envolver-se em questões consideradas polêmicas. Em

entrevista a *O Globo*, em 7 de agosto de 1988, aos 85 anos, afirmou não ter saudades do poder: “Se alguém me reconhece e puxa conversa, o faz espontaneamente, sem outros interesses. O homem comum é mais feliz.”

Faleceu em Brasília no dia 11 de janeiro de 2000.

Era casado com Maria da Conceição Lopes Torres, com quem teve um filho.

Publicou *Nacionalismo: o novo ópio do povo* (1967).

FONTES: ANDREA, J. *Marinha*; CACHAPUZ, P. *Cronologia*; CAFÉ FILHO, J. *Do sindicato*; CARNEIRO, G. *História*; CORRESP. GOV. EST. RJ; CORRESP. SECRET. GER. EXÉRC.; COSTA, M. *Cronologia*; *Diário do Congresso Nacional*; DULLES, J. *Getúlio*; *Encic. Mirador*; *Fluminense* (2, 21/2, 15/5, 1, 9, 17, 19/9/1978, 9/5, 28/8, 20/9/1979, 8/5/1980); *Globo* (26/3, 2/4/1960, 29/7/1961, 14/3, 13/10/1962, 4/5/1964, 27/10/1965, 13/8/1966, 11/1/2000); *Grande encic. Delta*; INF. Antônio Francisco Torres; *Jornal do Brasil* (16/10/1966); LACOMBE, L. *Chefes*; MACHADO, F. *Últimos*; MONTEIRO, F. *Discurso*; *Movimento de 5*; NÉRI, S. 16; SENADO. *Dados biográficos*; SENADO. *Endereços*; SENADO. *Relação*; SILVA, H. 1922; SILVA, H. 1954; SILVA, H. 1964.

TOSTA, Inácio

*const. 1891; dep. fed. BA 1891-1902 e 1906-1908.

Joaquim Inácio Tosta nasceu no engenho Capivari, em Muritiba, comarca de Cachoeira (BA), no dia 12 de julho de 1856, filho de Carolino da Silva Tosta e de Joana Moreira da Natividade Tosta.

Fez seus primeiros estudos na cidade de São Félix e concluiu-os em Salvador. Ingressou depois na Faculdade de Direito do Recife e ainda no quinto ano do curso foi eleito deputado provincial em Pernambuco. No final de 1879 recebeu o grau de bacharel. De regresso à Bahia fundou o jornal *A Pátria*, que se tornou o porta-voz do povo de São Felix do Paraguaçu (BA). Foi juiz de paz e conselheiro desse município.

Em 1882 elegeu-se deputado à Assembleia Provincial da Bahia, reelegendo-se para as legislaturas seguintes até a proclamação da República em 1889. Político atuante, conseguiu aprovar vários dos seus projetos, destinados a diferentes segmentos sociais e setores, como a economia, a educação e a vida política da Bahia. São exemplos o projeto de isenção do imposto de exportação do açúcar embarcado em sacos de algodão, o projeto de proteção aos lavradores e criadores de gado, com relação ao registro ou marca de animais pelas Câmaras Municipais, e o projeto de combate ao imposto sobre as fábricas de charutos e cigarros, como medida de proteção a essa indústria e às inúmeras famílias que desse trabalho tiravam recursos para a vida. Apoiou também o projeto que determinou o fechamento das casas comerciais aos domingos e feriados. Membro e relator da Comissão de Instrução Pública, defendeu os direitos do professorado e o alargamento do ensino primário e secundário. Combateu em 1884 o decreto baixado pelo conselheiro Maciel, então ministro da Justiça, de conversão dos bens das ordens religiosas, demonstrando sua inconstitucionalidade. Também esteve presente nas discussões sobre o projeto de separação da Igreja do Estado e a secularização dos cemitérios.

Proclamada a República, em 15 de setembro de 1890 foi eleito deputado pela Bahia ao Congresso Nacional Constituinte. Tomou posse em novembro seguinte, participou da

elaboração da Constituição promulgada em 24 de fevereiro de 1891, e a partir de junho passou a exercer o mandato ordinário, até dezembro de 1893. Foi reeleito para as legislaturas 1894-1896, 1897-1899 e 1900-1902. Pioneiro na organização do trabalhador brasileiro, apresentou e defendeu, nos anos de 1901 e 1902, o projeto de Organização dos Sindicatos Agrícolas, que seria aprovado em janeiro de 1903. Fundou a Sociedade Agrícola da Bahia em 1902 e presidiu-a até 1907, quando assumiu seu lugar Joaquim dos Reis Magalhães. Este, por sua vez, permaneceu no cargo até 1911, quando a sociedade deixou de funcionar.

Reeleito para a legislatura 1906-1908, continuou sua luta em defesa dos interesses da agricultura baiana, e pela aprovação do projeto de criação de um Banco Central de Crédito Agrícola em cada estado açucareiro, apresentado no decorrer da 1ª Conferência Açucareira da Bahia realizada pela Sociedade Baiana Agrícola em julho de 1903. Na condição de presidente da Comissão Agrícola apresentou ao Congresso um projeto criando um novo Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. Propôs também a constituição de sindicatos e cooperativas de produtores da cana de açúcar, para formar uma União Nacional de Sindicatos Estaduais sob a denominação de União Açucareira do Brasil.

Tosta foi candidato ao governo da Bahia na legenda do Partido Republicano na eleição de 28 de janeiro de 1908, mas foi derrotado por João Ferreira de Araújo Pinho. Retornou então ao Rio de Janeiro e assumiu o cargo de diretor geral dos Correios Nacionais. Em 1911 foi nomeado delegado do Tesouro Brasileiro em Londres, posição que ocupou até morrer.

Faleceu em Londres no dia 4 de agosto de 1919.

Casado com Maria Amélia Teixeira Tosta, teve dois filhos.

Liliane de Brito Freitas

FONTES: ABRANCHES, J. *Governos* (p. 213); *Bahia*. (11/1/1908). Sr. Tosta; *Diário de Notícias* (5/8/1919). Dr. Inácio Tosta; *Diário Oficial do Estado da*

Bahia.(p. 488); GARCEZ, A. *Joaquim* (p.3-10); *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* (n. 263, p. 55-68, 1964).

TOSTES, Olavo

*dep. fed. MG 1930.

Olavo Tostes nasceu em Miracema (RJ) no dia 31 de março de 1889, filho de Francisco Dias Tostes e de Fausta de Barros Tostes.

Formou-se pela Faculdade de Direito do Rio de Janeiro, então Distrito Federal, e em seguida transferiu-se para Muriaé, município mineiro onde iniciou a militância política e exerceu o mandato de vereador.

Em março de 1930 foi eleito deputado federal por Minas Gerais na legenda do Partido Republicano Mineiro (PRM) e em maio tomou posse na Câmara dos Deputados, no Rio de Janeiro. Teve o mandato interrompido em outubro, em decorrência da vitória da revolução que levou Getúlio Vargas ao poder e extinguiu todos os órgãos legislativos do país. Mais tarde filiou-se à União Democrática Nacional (UDN).

Faleceu em Muriaé no dia 15 de outubro de 1950.

Era casado com Elvira de Barros Tostes. Seu filho Olavo Tostes Filho chegou a ser eleito deputado estadual em Minas Gerais, mas não tomou posse por ter escolhido atuar como juiz de direito no Rio de Janeiro.

Luciana Pinheiro

FONTES: CÂM. DEP. *Deputados brasileiros* (p. 201); MONTEIRO, N. *Dicionário* (v. 2, p. 690).

TOURINHO, Eugênio

*dep. fed. BA 1897-1905 e 1915-1923.

Eugênio Gonçalves Tourinho nasceu em Salvador no dia 13 de março de 1869, filho de João Gonçalves Tourinho e de Caetana Olímpíada de Moraes Tourinho. Seu avô José Vicente Tourinho foi comendador da Ordem de Cristo em Portugal, por carta do rei dom Luís I, e cavaleiro da mesma ordem no Brasil, por carta de dom Pedro II. Seu pai foi deputado provincial (1882-1889) e deputado estadual (1891-1894). Seus tios também ocuparam posições de relevo: José Vicente Tourinho recebeu o título de visconde de Tourinho; frei Manuel de São Caetano Pinto foi abade do mosteiro de São Bento do Rio de Janeiro e abade geral, responsável pela alforria de quatro mil escravos pertencentes à ordem beneditina, o que lhe valeu o reconhecimento do imperador dom Pedro II; Demétrio Ciríaco Tourinho foi catedrático da Faculdade de Medicina da Bahia, deputado provincial e conselheiro do Império.

Seu irmão João Gonçalves Tourinho Filho foi conselheiro do Tribunal de Conflitos e Administrativo da Bahia (1898-1906), diretor do Tesouro do Estado (1906-1916) e secretário da Fazenda (1916-1920). Sua irmã Ana Tourinho casou-se com José Carlos Junqueira Aires, que foi secretário geral do estado (1908-1911), conselheiro e presidente (1920-1932) do Tribunal de Contas. Seu primo Demétrio Ciríaco Ferreira Tourinho foi diretor da Faculdade de Direito da Bahia (1946-1952) e desembargador do Tribunal de Justiça.

Após ter feito o curso de humanidades no Colégio França, em Salvador, bacharelou-se em ciências jurídicas pela Faculdade de Direito de São Paulo em 1891. Depois de formado, exerceu a advocacia na cidade de São José do Rio Pardo (SP) em 1893. Sempre em São Paulo, foi juiz municipal da comarca de Mococa e depois foi transferido para a de Caconde. Retornando à capital baiana, continuou advogando de 1894 a 1897. Casou-se então com Ana Carneiro da Rocha, filha do conselheiro e intelectual Antônio Carneiro da Rocha, que foi deputado provincial (1868-1869 e 1878-1881), ministro da Marinha no gabinete do

conselheiro Martinho de Campos (1882), ministro da Agricultura, no gabinete do conselheiro Manuel Pinto de Sousa Dantas (1884), diretor da Faculdade Livre de Direito da Bahia (1902 a 1924) e intendente municipal de Salvador (1908-1912).

Ingressou na política conquistando uma cadeira de deputado federal pela Bahia nas eleições de 30 de dezembro de 1896 para a legislatura 1897-1899. Conseguiu reeleger-se para as legislaturas 1900-1902 e 1903-1905, mas, embora se tenha candidatado à reeleição para a legislatura 1906-1908, não teve sucesso. Foi eleito senador estadual no pleito de 5 de dezembro de 1910, para preencher a vaga surgida com a renúncia do senador Pedro Eustáquio de Oliveira Porto. Terminado o mandato em 1911, foi reeleito para os períodos 1911-1912, 1913-1914 e 1915-1916. Foi segundo-secretário do Senado Estadual (1912-1913), vice-presidente (1913-1914) e presidente (1914-1915). Renunciou no dia 27 de maio de 1915, por ter sido eleito deputado federal. Cumpriu o novo mandato na Câmara dos Deputados de 1915 a 1917, e voltou a ser eleito para os períodos 1918-1920 e 1921-1923. Depois disso retirou-se em definitivo da política, abdicação que coincidiu com o início do ostracismo político de seu grande amigo J. J. Seabra.

Faleceu em Salvador no dia 11 de outubro de 1944.

De seu casamento com Ana Carneiro da Rocha não houve filhos. Seu sobrinho Jaime Tourinho Junqueira Aires foi professor catedrático da Faculdade de Direito da Bahia, deputado estadual (1935-1937 e 1947-1949) e membro da Academia de Letras da Bahia, cadeira nº 27; sua sobrinha Maria Mercedes Tourinho casou-se com João da Costa Pinto Dantas Júnior, que foi deputado estadual (1921-1922), deputado federal (1946-1959), secretário da Fazenda no governo de Otávio Mangabeira (1947-1951) e da Agricultura no governo de Juraci Magalhães (1959-1963). Seu sobrinho-neto Rodolfo Tourinho Neto foi secretário da Fazenda (1991-1998), ministro de Minas e Energia (1999-2001) e senador (2002-2006).

Jaime Oliveira do Nascimento

FONTES: BULCÃO SOBRINHO, A. *Histórico*; BULCÃO SOBRINHO, A.

Representantes (n.263, p.55-86, 1964); DANTAS JÚNIOR, J. *Doutor* (p. 13-54); *Diário de Notícias*, Salvador. (12/10/1944). Dr. Eugênio Gonçalves Tourinho;. *Diário Oficial do Estado da Bahia* 1923 (p. 360); GIDI, A. *Anotações* (p. 38); MATTOS, W. *História* (p. 129-131); MELLO, A. *Cartilha*; PARAÍSO NETO, J. *Descendentes*; SAMPAIO, C. 1895-2005 (p.54/55); SOUZA, A. *Baianos* (p.147/148); *Suma genealógica*; *Tarde* (12/10/1944). Dr. Eugênio Tourinho.

TOURINHO, José Maria

*dep. fed. BA 1909-1911 e 1915-1923.

José Maria Tourinho nasceu em Salvador no dia 30 de julho de 1863, filho dos primos Demétrio Ciríaco Tourinho e Maria das Mercês Ferreira Tourinho. Seu avô José Vicente Tourinho foi comendador da Ordem de Cristo em Portugal, por carta do rei dom Luís I, e cavaleiro da mesma ordem no Brasil, por carta de dom Pedro II. Seu pai foi catedrático da Faculdade de Medicina da Bahia, deputado provincial (1864-1869 e 1880-1881) e conselheiro do Império. Seus tios também ocuparam posições de relevo: João Gonçalves Tourinho foi deputado provincial (1882-1889) e deputado estadual (1891-1894); José Vicente Tourinho recebeu o título de visconde de Tourinho; frei Manuel de São Caetano Pinto foi abade do mosteiro de São Bento do Rio de Janeiro e abade geral, responsável pela alforria de quatro mil escravos pertencentes à ordem beneditina, o que lhe valeu o reconhecimento do imperador dom Pedro II.

Seu primo Eugênio Gonçalves Tourinho foi deputado federal (1897-1905 e 1915-1923) e senador estadual (1910-1916). Outro primo, João Gonçalves Tourinho Filho, foi conselheiro do Tribunal de Conflitos e Administrativo da Bahia (1898-1906), diretor do Tesouro do Estado (1906-1916) e secretário da Fazenda (1916-1920). Sua prima Ana Tourinho Junqueira Aires casou-se com José Carlos Junqueira Aires, que foi secretário geral do estado (1908-1911), conselheiro e presidente (1920-1932) do Tribunal de Contas.

Bacharelou-se em ciências jurídicas pela Faculdade de Direito do Recife em 1884. Depois de formado dedicou-se ao exercício da magistratura, exercendo os cargos de adjunto dos promotores da comarca de Salvador (julho de 1885 a março de 1886); juiz municipal e de órfãos dos termos de Porto Seguro, Santa Cruz Cabralia, Trancoso e Vila Verde (1886-1890); delegado de polícia (1890); juiz substituto da comarca de Salvador; juiz das comarcas de Areia (abril de 1891 a agosto de 1892), Porto Seguro (outubro de 1892 a junho de 1896), Canavieiras (junho de 1896 a dezembro de 1897), Nazaré das Farinhas (janeiro a outubro de 1898) e Itaparica (outubro de 1898 a outubro de 1904). Foi procurador da

Secretaria Fazenda da Bahia nas cidades de Santo Amaro da Purificação, Alagoinhas, Camamu e Ilhéus (outubro de 1904 a janeiro de 1906).

Nomeado chefe de polícia no governo de José Marcelino de Sousa (1904-1908), foi mantido no cargo pelo governador João Ferreira de Araújo Pinho (1908-1911). Em seguida foi eleito deputado federal pelo 2º distrito para a legislatura 1909-1911 e teve a sua eleição reconhecida em 2 de maio de 1909. Terminado o mandato, tentou a reeleição mas não teve êxito. Retornou à Câmara dos Deputados na legislatura 1915-1917, ao final da qual renovou o mandato para mais duas: 1918-1920 e 1921-1923. Nesse novo período foi colega de bancada de seu primo Eugênio Gonçalves Tourinho.

Faleceu na cidade do Rio de Janeiro no dia 1º de outubro de 1932.

Casou-se com Maria Vitória Ferreira Tourinho, que era sua tia paterna, e teve um casal de filhos.

Jaime Oliveira do Nascimento

FONTES: ABRANCHES, J. *Governos*; BEVILAQUA, C. *História*; BULCÃO SOBRINHO, A. *Histórico*; BULCÃO SOBRINHO, A. *Representantes* (n.263, p. 55-86, 1964); *Diário de Notícias*, Salvador. (5/5/1926). Dr. Demétrio Tourinho; *Diário Oficial do Estado da Bahia*. 1923 (p. 360); MATTOS, W. *História* (p. 129-131); MELLO, A. *Cartilha*; PARAÍSO NETO, J. *Descendentes*; SAMPAIO, C. *1895-2005; Suma genealógica; Tarde*, Salvador (12/10/1944). Dr. Eugênio Tourinho.

TRATADO DE LOCARNO

Tratado negociado por representantes da Alemanha, França, Grã-Bretanha, Bélgica, Itália, Polônia e Tchecoslováquia entre os dias 5 e 16 de outubro de 1925 na cidade suíça de Locarno e ratificado em 1º de dezembro seguinte em Londres, com o propósito de rever o Tratado de Versalhes de 1919. Na realidade, tratava-se de sete acordos, dos quais o mais importante era o Pacto Renano, ou Pacto de Estabilidade, pelo qual a Alemanha reconheceu suas fronteiras com a França e a Bélgica, bem como a desmilitarização da zona renana. As três potências renunciaram dessa forma à guerra, tendo Inglaterra e Itália como garantia. O Pacto Renano estipulou igualmente que, em caso de agressão, os Estados garantes se comprometiam a submeter o conflito a um tribunal arbitral, ou à corte permanente de justiça internacional.

ORIGEM E DESFECHO

A França, apesar de vitoriosa na Primeira Guerra Mundial (1914-1918), era uma potência preocupada com o futuro, porque se sentia preterida pelos Estados Unidos e a Inglaterra, seus antigos aliados. Os dois países se recusaram a apoiar suas propostas sobre a "fronteira militar" no Reno, não ratificaram o tratado de garantias e consideravam que a reconstrução da Europa só poderia ser feita com uma Alemanha relativamente forte. Influenciados pelos trabalhos de J. M. Keynes (*As consequências econômicas da paz*, 1919), temiam que um enfraquecimento da Alemanha a fizesse se orientar para o campo bolchevique. Os projetos franceses ligados à siderurgia também eram motivo de inquietação, porque escondiam uma vontade de dominar econômica e militarmente a Europa.

Na realidade, a França não contava com os meios necessários para praticar uma política de potência, e seus dirigentes estavam conscientes de seu declínio e procuravam ao menos atenuá-lo. Nesse sentido, determinar o montante e exigir o pagamento das "reparações" estipuladas no Tratado de Versalhes era uma prioridade. Entretanto, essa

questão dividia os dirigentes franceses mais importantes do período: Raymond Poincaré e Aristide Briand. Este último, partidário de empregar todos os métodos possíveis para obrigar Berlim a pagar sua dívida, mudou de posição em 1921, ao assumir como presidente do Conselho, durante a presidência de Alexandre Millerand: aceitou a proposta de Lloyd George de negociar a dívida alemã em troca da garantia das fronteiras francesas pela Inglaterra. Entretanto, no início de 1922, alguns meses depois de ter tomado posse, foi obrigado a renunciar. Lloyd George foi então obrigado a negociar com seu sucessor, Raymond Poincaré. Este último, que fora presidente da República de 1913 a 1920 e presidente da **Comissão de Reparações**, defendia a "execução" integral do Tratado de Versalhes, conjugado com a retomada das velhas práticas da política de alianças com os países limítrofes do antigo Reich (Bélgica, 1920; Polônia, 1921; Tchecoslováquia, 1924).

Como os Estados Unidos, com a não ratificação pelo Senado do Tratado de Versalhes e do Pacto da Liga das Nações, não se sentiam mais comprometidos com os problemas políticos europeus, a Inglaterra foi então levada a reeditar sua tradicional política do equilíbrio do poder interpondo-se a uma França que, após a chegada ao poder da coligação de direita (*Bloc National*) em 1919, era marcadamente nacionalista e belicista. Mesmo com um presidente de origem socialista como Alexandre Millerand, ela não só manteve suas tropas na Renânia, na Sarre, na Alta Silésia e em Constantinopla, como desenvolveu uma política de alianças "*de revers*" com os países da Europa central.

A jovem república de Weimar vivia momentos extremamente difíceis no período, sobretudo no plano econômico e financeiro. A produção industrial correspondeu a apenas 50% da de 1913, o comércio externo foi deficitário, e o marco-ouro se desvalorizou de forma drástica. Nesse quadro de profunda instabilidade diversos grupos radicais se agitaram, em especial os grupelhos ultranacionalistas integrados fundamentalmente por antigos militares, que reclamavam por meio de atos terroristas a anulação do *Diktat* de Versalhes. O governo alemão não ficou inativo, muito pelo contrário: em junho de 1920 obteve uma diminuição de 43% em suas entregas de carvão e coque, reconstruiu progressivamente sua indústria siderúrgica na Ruhr, em Vestfália e na região litorânea do

norte, multiplicou os pedidos de moratória no pagamento das reparações e, fato mais importante, em abril de 1922 assinou com a URSS o Tratado de Rapalho. Por esse tratado, ambas as potências renunciaram a suas dívidas mútuas, estabeleceram acordos econômicos e, em negociações militares secretas, determinaram a utilização do território soviético para a experimentação de material de guerra proibido e o envio de técnicos alemães à URSS.

O governo Poincaré considerou a aproximação da Alemanha com a URSS uma chantagem e decidiu agir, antes que Washington e Londres pressionassem a França a ter uma posição menos intransigente e a atrair a Alemanha para Ocidente. Outras duas razões interligadas levaram a França a ter uma postura radical. Em primeiro lugar, as reparações alemãs eram necessárias para cobrir os gastos decorrentes da reconstrução e da indenização das vítimas da guerra. Em segundo lugar, a partir de julho de 1922, a Inglaterra, a exemplo do que os Estados Unidos já faziam, exigiu de seus antigos aliados o pagamento de todas as dívidas. Nessa situação, só o pagamento alemão permitiria à França honrar suas próprias dívidas. A prova de força não tardou a se produzir. Em janeiro de 1923 a região da Ruhr foi ocupada por tropas franco-belgas, e as minas de carvão da região foram exploradas em proveito da potência ocupante. Poincaré, ante o movimento de "resistência passiva" alemão, respaldado pela opinião pública, determinou a expulsão de 150 mil trabalhadores alemães da região e sua substituição por mineiros franceses e belgas e trabalhadores das estradas de ferro, e tomou medidas rigorosas contra os autores de atentados e sabotagens. Bélgica e Itália apoiaram a França, e a Inglaterra se limitou a uma condenação verbal. Gustav Stresemann, novo ministro das Relações Exteriores, decidiu em 31 de agosto de 1923, vendo o país acuado, retomar as negociações sobre o pagamento das reparações. Entretanto, a França teve uma vitória de Pirro: em março de 1924 o governo foi obrigado, ante a depreciação do franco, em grande parte resultado da especulação orquestrada por financistas alemães, a contrair um empréstimo no banco americano Morgan. Em troca, teve que aceitar que um comitê de expertos presidido por um banqueiro americano, o general Dawes, acertasse as questões ligadas às reparações.

O triunfo do "*Cartel des gauches*" (aliança de socialistas e radicais) nas eleições de maio de

1924 teve consequências importantes. O radical Édouard Herriot, novo presidente do Conselho, abandonou completamente a política de força do governo anterior e aceitou as condições propostas pelo comitê dirigido por Dawes. O plano Dawes, estabelecido por cinco anos, previu não só uma diminuição importante da dívida alemã, mas também facilidades no pagamento de suas reparações, garantidas agora por hipotecas sobre as indústrias e estradas de ferro do Reich. Em contrapartida, a França se comprometeu a evacuar a Ruhr e uma parte da Renânia.

Iniciou-se assim a chamada "Era Briand-Stresemann", caracterizada pela distensão e prosperidade, esta última ligada estreitamente aos investimentos crescentes de capitais britânicos e sobretudo americanos na Alemanha, que permitiram que ela retomasse o pagamento das reparações e, indiretamente, que os países endividados com os Estados Unidos, como a França, Inglaterra, Itália etc., pudessem pagar suas próprias dívidas. O ano de 1924 foi também o fim da depressão que desde 1920 afetou o mundo capitalista e o início de uma fase de crescimento. A crise monetária chegou ao fim como decorrência do estabelecimento de um novo sistema monetário internacional dominado pelos Estados Unidos. A conferência de Genebra de 1922 instituiu o *Gold Exchange Standard* (convertibilidade das moedas não apenas no ouro mas também em outras divisas fortes como o dólar). Em 1924 foi criado o *Reichsmark*, uma nova moeda alemã, que podia ser convertido em ouro segundo regras estabelecidas em Genebra, e em 1925 foi restabelecida a convertibilidade da libra esterlina em ouro segundo a paridade de 1914. A estabilidade financeira foi acompanhada de uma extraordinária concentração de empresas (*holdings* e *cartels*) a que só a crise de 1929 poria termo.

Tudo transcorreu num clima político favorável à conciliação internacional, com a chegada de grupos de esquerda na França, como já foi mencionado, e na Inglaterra (trabalhistas). A coligação conservadora alemã que assumiu em 1925, apesar da oposição interna hostil das formações paramilitares de direita (Stahlhelm de Hungenberg, as SS e SA do partido nazista) e de esquerda (Frente Vermelho Comunista, Reichsbanner socialista), era aberta às negociações. Por outro lado, não houve irredentismo na questão da Alsácia-Lorena: o

Estado alemão aceitou seu retorno à soberania francesa. O papel dos homens de Estado no período foi essencial para explicar o processo que culminaria na distensão. Os atores principais foram o francês Aristide Briand e o alemão Gustav Stresemann. O primeiro, apoiado por Édouard Herriot, líder do *Cartel de Gauches*, e consciente das limitações demográficas e econômicas francesas, preferia a negociação à força. De sua parte, Stresemann, apesar de consciente do poderio econômico alemão, da recente reconciliação com a URSS e do apoio inglês, também considerava que a distensão com a França era melhor para a estabilização econômica interna e, sobretudo, para obter posteriormente a tão almejada revisão do Tratado de Versalhes. Mesmo se ambos os líderes tinham objetivos diferentes, coincidiam nos meios: a negociação direta por meio de uma conferência internacional. A primeira tentativa foi a assinatura, em outubro de 1924, do Protocolo de Genebra (protocolo para o regulamento pacífico das diferenças internacionais), ao impor uma nova trilogia: "segurança, arbitragem, desarmamento". Apesar do fracasso (só dez Estados o ratificaram) o Protocolo de Genebra abriu o caminho para a assinatura do Tratado de Locarno.

A Conferência de Locarno permitiu, então, dar início a uma nova fase de distensão que permitiria depois, por proposição da França, a entrada da Alemanha na Liga das Nações. A Alemanha aceitou tudo em troca de três concessões: ser declarada "não culpada" da guerra de 1914 e, em condições de ter novamente colônias, não ser vítima de sanções militares, e obter um assento de membro permanente do Conselho da Liga das Nações. Entretanto, a entrada da Alemanha na Liga, que foi acompanhada de uma reforma dos estatutos (os membros permanentes passariam de seis a nove, e seriam criados três assentos de membros semipermanentes), só aconteceu um ano depois da Conferência de Locarno, por causa do Brasil. O Brasil, único país da América do Sul a participar da Primeira Guerra, esperou, por conta desse fato, participar das grandes decisões após o final do conflito. Na Conferência de Paz, da qual participou com três delegados graças ao apoio dos Estados Unidos, assumiu uma conduta contraditória: defendeu as potências menores e, ao mesmo tempo, aspirou a conquistar um *status* de grande potência. Na comissão encarregada de discutir e propor a

organização da Liga das Nações, foi o único representante latino-americano. Graças novamente ao apoio dos Estados Unidos, foi indicado membro temporário do Conselho da Liga. Fizeram parte do Conselho cinco membros permanentes (Estados Unidos, Inglaterra, França, Itália e Japão) e quatro não permanentes (Brasil, Bélgica, Grécia e Espanha).

Quando, em março de 1920, o Senado norte-americano deixou de ratificar o Tratado de Versalhes, os Estados Unidos abandonaram a Liga. Dessa forma o Conselho ficou constituído por três membros permanentes europeus, um da Ásia e nenhum da América. O Chile propôs aumentar em dois o número de membros permanentes do Conselho, que passariam a ser a Espanha e o Brasil. Diante da posição inglesa, de aceitar somente a entrada da Espanha, o Brasil usou pela primeira vez o recurso do veto para impugnar uma decisão do Conselho (as decisões tinham que ser tomadas por unanimidade). Iniciou-se, assim, uma competição entre as potências menores pelos assentos temporários no Conselho. A maioria defendia o princípio do rodízio (*roulement*), pelo qual os países se revezariam nos assentos temporários. Foram criados mesmo dois novos lugares não permanentes, que passaram de quatro para seis.

Artur Bernardes, eleito presidente da República em março de 1922, instituiu um regime autoritário que fez uso e abuso da propaganda governamental e da imprensa oficiosa para manipular a opinião pública. Quando ficou claro, em outubro de 1922, que o triunfo do princípio do rodízio poderia deixar o Brasil fora do Conselho da Liga das Nações, o governo começou a esboçar a idéia de promover a candidatura brasileira a um assento permanente. O governo brasileiro transformou essa meta no principal objetivo de sua política externa e em 13 de março de 1924 criou a delegação permanente do Brasil junto à Liga das Nações, com *status* de embaixada, dirigida por Afrânio de Melo Franco. Suas principais atividades foram angariar prestígio e influência. Pretendia-se instrumentalizar o prestígio externo com objetivos internos, porém essa política era irrealista, porque o Brasil não era uma grande potência, mas um país débil. A meta era tentadora, já que o fracasso não implicava grandes custos: mesmo se chegasse ao extremo de uma retirada da Liga, o país não tinha ali interesses vitais em jogo, e até mesmo seu principal aliado e parceiro

comercial, os Estados Unidos, não pertenceram à Liga. O argumento central era o de que o continente americano devia ser representado, e o Brasil era o candidato ideal. Enquanto os Estados Unidos permanecessem ausentes, o Brasil ocuparia seu lugar.

O problema realmente começou quando a Alemanha manifestou o desejo de ingressar na Liga e quando, por proposta da Venezuela, foi prevista a renovação obrigatória, a partir de 1926, de todos os membros não permanentes do Conselho. A Inglaterra se opunha à pretensão brasileira de ocupar um assento permanente porque considerava o Brasil "um país militar e economicamente fraco", e assim também nenhum país latino-americano considerava o Brasil *primus inter pares*. Outras candidaturas apareceram: a Polônia também se candidatou e foi apoiada pela França e a Itália, mas a Inglaterra e a Alemanha foram contra, assim como Espanha, China e Bélgica; a Alemanha exigia ser a única a ingressar no Conselho, o que deixava o Brasil em uma encruzilhada: ou se retirava da Liga (como fizeram Polônia e Espanha) como forma de protesto, ou decidia vetar a entrada da Alemanha. Artur Bernardes, atendendo às questões de política interna, adotou a última opção, com o lema "vencer ou não perder".

A candidatura brasileira não contou com nenhum apoio latino-americano nem das grandes potências, nem mesmo dos Estados Unidos, a quem o Brasil alegava representar. A imprensa de oposição acusou o Itamarati de agir como agiu por "delírio de grandeza" e "megalomania", quando o Brasil na realidade não passava de "apenas uma espécie de pivete" entre as grandes nações. Na imprensa oficiosa os "patriotas" acusavam os "derrotistas" de serem germanófilos e inimigos do Brasil. O povo não participou desses debates, que foram apenas travados nos jornais e em pequenos círculos intelectuais. A historiografia clássica sobre o tema se divide entre os que consideram que foi essencial o veto brasileiro e os que consideram que ele apenas serviu para "salvar as aparências e esconder da opinião pública a verdadeira causa do malogro da Assembleia, ou seja, as rivalidades e os desentendimentos de bastidores entre as diplomacias européias". Trabalhos mais recentes relativizam essas duas abordagens, um tanto simplistas, e chegam às seguintes conclusões: a) a ameaça de veto do Brasil não foi a "causa" da crise, mas um fator

complicador; b) o evento teve muito pouca repercussão na mídia européia; c) o Brasil teve o papel "não planejado" de "bode expiatório do fiasco de Genebra", com sua política de jogo de soma zero. Isso permitiu às grandes potências justificar, perante suas próprias opiniões públicas internas, o fracasso da Assembleia.

Em 12 de junho de 1926 o Brasil notificou oficialmente sua retirada da Liga das Nações, denunciando que a instituição tinha se tornado um instrumento a serviço das potências europeias. Na realidade, o fracasso mostrou que a procura idealista de *status* e prestígio, com objetivos sobretudo de política interna, era uma estratégia errada, porque o Brasil não contava com poder suficiente para ser considerado grande potência. O voluntarismo quase obsessivo do governo brasileiro constituiria um caso típico de *misperception* – quer dizer, o governo "superestimou as possibilidades de sucesso de sua aspiração, provavelmente iludido com as mensagens formais de apoio cordial que recebia e confundindo, ainda, certas particularidades do protocolo diplomático de uma organização internacional com sinais de reconhecimento da importância do país na comunidade de nações". A saída implicou também uma opção isolacionista, com o abandono do multilateralismo universalista da adesão total à Liga no período 1917-1926, e a volta ao tradicional pan-americanismo da Primeira República, com crítica implacável à Liga.

A Alemanha foi finalmente admitida na Liga em setembro de 1926, na qualidade de membro permanente do Conselho, permitindo assim a entrada em vigor dos Acordos de Locarno. A via estava então aberta para que, a partir de 1927, a aproximação política se completasse, assim como a econômica (comércio e aço), com uma mudança no plano das mentalidades coletivas, que tornaria possível a proliferação de projetos de união alfandegária e até de unificação europeia. Mesmo que esses projetos tenham sido fruto de grupos minoritários, eles revelaram a existência de um verdadeiro "espírito de Locarno", que encontraria, com a assinatura do Pacto Briand-Kellog em agosto de 1928, o apogeu da "idade de ouro" (1924-1930) da "segurança coletiva".

Hugo Rogelio Suppo

FONTES: GARCIA, E. *Brasil*; GIRAULT, R.; FRANK, R. *Turbulente*; MILZA, P. *Relations*; SOUTOU, G. *L'Europe*; ZORGBIBE, C. *Histoire*.

TRATADO DE PETRÓPOLIS

Tratado de permuta de territórios e outras compensações entre o Brasil e a Bolívia assinado na cidade de Petrópolis em 17 de novembro de 1903, aprovado pelo Congresso Nacional em 12 de fevereiro de 1904, sancionado pelo presidente Rodrigues Alves em decreto de 18 de fevereiro, com troca mútua de ratificações em 10 de março, pelo qual se estabeleceram os limites entre Brasil e Bolívia e a incorporação definitiva do Acre ao território nacional.

LITÍGIO E NEGOCIAÇÃO

O Tratado de Petrópolis foi resultado de extensa negociação entre os governos do Brasil e da Bolívia, motivada pelo litígio envolvendo as terras do Acre, questão que teve grande repercussão pública na virada do século XIX para o século XX. Os limites formais haviam sido estabelecidos pelo Tratado de Ayacucho (1867), sem que houvesse uma demarcação de fato das terras, que os bolivianos jamais efetivamente ocuparam. Eram terras habitadas por diversos povos indígenas, povos esses totalmente ignorados nas negociações entre os dois Estados sul-americanos.

O governo imperial e os primeiros governos republicanos brasileiros haviam reconhecido a região do Aquiri, ou Acre, como pertencente à Bolívia. O acesso à região, não obstante, era geograficamente mais acessível através da bacia amazônica do que pelos acidentados caminhos andinos bolivianos. Ao final do século XIX, empreendedores brasileiros provenientes principalmente de Manaus e Belém haviam ocupado a área e estabelecido rendosos seringais que abasteciam o mercado internacional de borracha. Esses seringais contavam, principalmente, com mão de obra de nordestinos e indígenas identificados como “caboclos” e, portanto, computáveis como brasileiros.

A rentabilidade econômica da região despertou os interesses da Bolívia, que, em 1899, instalou um posto de alfândega batizado Puerto Alonso, com consentimento do governo brasileiro. Tal alfândega, no entanto, foi deposta por acreanos. Em 14 de julho de 1899, o espanhol Luiz Galvez Rodrigues de Árias, financiado pelo governador do estado do Amazonas, José Cardoso Ramalho Júnior, e aliado aos donos de seringais, que se associaram na chamada Junta Revolucionária de São Jerônimo, proclamou a República

Independente do Acre. A alfândega boliviana, disse o governador amazonense à época, desfalcara o estado do Amazonas em três mil contos de sua receita, justificando, portanto, o investimento na revolução acreana.

A independência do Acre durou oito meses. Em 15 de março de 1900 Galvez renunciou, em presença de navio militar enviado pelo governo federal brasileiro, que agira para assegurar os direitos bolivianos.

Uma vez desfeita a república acreana, o governo boliviano iniciou imediatamente gestão junto a empresas inglesas e norte-americanas no sentido de arrendar o território do Acre. Não havia propósito, por parte da Bolívia, de ocupação direta da região, mas de obtenção de renda com a exploração da borracha ali produzida. Fracassada a tentativa de estabelecer uma alfândega para cobrar dos seringais geridos por brasileiros, o arrendamento do território a uma *chartered company*, nos moldes já realizados na África e Ásia, traria proventos à Bolívia sem a necessidade de investimentos humanos ou financeiros na área. Formou-se então o Bolivian Syndicate, com o qual o embaixador boliviano em Londres assinou contrato em 14 de julho de 1901. Tal contrato previa o repasse de 60% dos lucros para o governo boliviano, permanecendo 40% nas mãos dos arrendatários estrangeiros, que ganhavam o direito de explorar os seringais da região.

A assinatura do contrato de arrendamento do Acre causou fortes reações entre políticos, empresários e jornalistas brasileiros, que iniciaram ampla campanha na imprensa alertando para os perigos advindos da ingerência estrangeira em solo amazônico. O assunto foi tratado como uma ameaça à soberania nacional que poderia pôr em perigo não somente o território acreano, mas possivelmente todas as nações sul-americanas. Formou-se consenso na opinião pública brasileira de que o governo federal deveria reivindicar a integração do Acre ao território nacional e impedir que o Bolivian Syndicate ocupasse a região.

Durante o ano de 1902, houve tentativas de tropas bolivianas de ocupar o território acreano. Os bolivianos foram atacados por tropas lideradas por Plácido de Castro, que defendiam os seringais dos brasileiros. Tratava-se de batalha travada entre o exército boliviano e revolucionários acreanos, que até então não contavam com o respaldo oficial do governo brasileiro, apesar do forte apoio do governo do estado do Amazonas, do financiamento de capital particular brasileiro e do respaldo na opinião pública nacional.

Em dezembro de 1902, no início do governo de Rodrigues Alves, Rio Branco assumiu o

Ministério das Relações Exteriores e passou a encabeçar as negociações com a Bolívia. As ações empreendidas pelo Brasil a partir da posse de Rio Branco sucederam-se da seguinte forma: 1) suspensão do contrato que estabelecia o Bolivian Syndicate, mediante indenização de 110 mil libras esterlinas; 2) ocupação militar do Acre, declarado, a partir de março de 1903, território em litígio; 4) assinatura de um protocolo que assegurava o *status quo* durante as negociações entre os dois governos, fazendo cessar as investidas militares bolivianas e, finalmente 5) o estabelecimento de negociações diretas com o governo boliviano.

Em julho de 1903 a Bolívia consentiu em formar uma comissão para elaborar um tratado de permuta de territórios entre as duas nações. Caso a comissão não conseguisse promover um tratado de acordo direto entre as partes, a questão seria levada ao arbitramento, tendo um terceiro país como juiz. Foram nomeados plenipotenciários, do lado brasileiro, juntamente com o chanceler Rio Branco, o senador Rui Barbosa e o embaixador brasileiro em Washington, Assis Brasil. Do lado boliviano, ficaram encarregados da negociação o embaixador em Washington, Fernando Guachalla, e o ministro creditado no Rio de Janeiro, Cláudio Pinilla.

As negociações que culminaram com o tratado de Petrópolis se deram em meio a forte comoção na imprensa. Rio Branco já havia negociado, com ganho de causa para o Brasil, limites com a Argentina e com a Guiana Francesa. Ambos os sucessos anteriores haviam sido obtidos por meio do recurso a árbitros estrangeiros, no primeiro caso o presidente dos EUA e no segundo o governo suíço. Parte da opinião pública nutria a expectativa de que a questão também se resolvesse por meio do arbitramento, com ganho de causa para o Brasil. Rio Branco, no entanto, defendia a negociação direta, com o argumento de que sucessivos governos brasileiros haviam reconhecido a região em litígio como pertencente à Bolívia, ao contrário das áreas de Palmas, ou Missões, negociada com a Argentina, e do Amapá, negociada com a França, que sempre haviam sido consideradas brasileiras por parte do Estado brasileiro.

Futuramente, o ministro das Relações Exteriores insistiria que o Acre fora o único território de fato acrescentado ao território nacional e, portanto, sua maior vitória. Não obstante, as negociações com a Bolívia se deram de maneira árdua, sem que a popularidade de Rio Branco ficasse inabalada. Reconhecendo que a Bolívia possuía direitos legais à área em

litígio, a estratégia de Rio Branco consistiu em propor que a cessão definitiva do Acre ao Brasil se desse por meio de compensações àquele país. Entre as compensações reivindicadas pela Bolívia estava a cessão de terras em ambas as margens do rio Madeira, o que permitiria o acesso à bacia amazônica e também o escoamento de seus produtos com acesso facilitado à bacia do rio Paraguai.

Rui Barbosa opôs-se a qualquer cessão territorial e renunciou ao cargo de plenipotenciário em outubro de 1903. Rio Branco insistiu em afirmar que o tratado não acarretaria perda de terras, mas permuta de territórios entre os dois países, com amplas vantagens para o Brasil. Segundo o chanceler, em sua exposição de motivos ao Congresso Nacional, “em troca de 142.900 quilômetros quadrados de terra que lhe disputávamos e de 48.100 de terra que era reconhecidamente sua, isto é, em troca de 191.000 quilômetros quadrados, damos à Bolívia entre os rios Madeira e Abunã (ainda segundo os cálculos acima referidos) uma área de 2.296 quilômetros quadrados, que não é habitada por brasileiros e que o é por bolivianos”. Tal alegação foi questionada principalmente pelo senador do Mato Grosso A. Azeredo, que alegou ingerência do governo federal sobre terras mato-grossenses sem consulta ao estado ao qual as terras pertenciam.

O tratado foi assinado por Rio Branco e Assis Brasil, do lado brasileiro, e Fernando Guachalla e Claudio Pinilla, do lado boliviano, em 17 de novembro de 1903 na cidade de Petrópolis, onde Rio Branco mantinha residência. O texto final incluía, além da citada permuta de territórios entre os dois países, o compromisso de pagamento de dois milhões de libras esterlinas à Bolívia e a promessa, por parte do Brasil, de construir a estrada de ferro Madeira-Mamoré, que possibilitaria o escoamento de produtos bolivianos até o Mato Grosso e o consequente acesso à bacia do Prata através do rio Paraguai.

Se Rui Barbosa e Azeredo se indignaram principalmente com a cessão de terras brasileiras à Bolívia, a insatisfação de grande parte da opinião pública brasileira se deveu à soma pecuniária com a qual o Brasil comprava o território acreano. Os favoráveis ao acordo ressaltavam a enorme rentabilidade dos seringais acreanos e comparavam o tratado aos acordos empreendidos pelos Estados Unidos ao comprar territórios da França e do México. Os críticos do tratado, além de ressaltar a enormidade da soma empenhada e os custos de construção da ferrovia prometida, alegavam que o acordo era precipitado e favorecia demasiadamente a Bolívia. As alternativas citadas na imprensa e entre parlamentares, que

discutiram a aprovação do tratado, se centravam entre esperar o arbitramento ou mesmo deixar que a população local continuasse combatendo as tropas bolivianas e, após vitória, pedisse a anexação ao Brasil.

Apesar das críticas, o tratado foi aprovado por ambas as casas do Congresso Nacional por ampla maioria e rapidamente sancionado pelo presidente Rodrigues Alves, em 18 de fevereiro de 1904. Juntamente com o tratado, foram também sancionados o Decreto nº 1.180, de 25 de fevereiro de 1904, autorizando o presidente da República a abrir os créditos necessários ao pagamento das despesas previstas, e o Decreto nº 1.181, de mesma data, autorizando o presidente a administrar provisoriamente o território do Acre. Criava-se, com esse segundo decreto, pela primeira vez na história nacional, um território a ser administrado diretamente pelo governo federal, sem estar contido em nenhum estado da Federação.

Cristina Patriota de Moura

FONTES: JORGE, A. *Rio Branco*; LINS, A. *Rio Branco*; MESQUITA JÚNIOR, G. *Tratado*; MOURA, C. *Rio Branco*; VIANA FILHO, L. *Vida*.

TRATADOS DE FIXAÇÃO DE LIMITES TERRITORIAIS

Ao tornar-se independente, o Brasil tinha configurado seu território com base no princípio do *uti possidetis*, com o perfil que lhe haviam dado os tratados de Madri (1750) e de Santo Ildefonso (1777) e as correções decorrentes do Tratado de Badajoz (1801). A ocupação da província Cisplatina era contestada pelas autoridades de Buenos Aires. Considerados insubsistentes pelo Brasil os dois primeiros tratados e havendo divergências quanto à interpretação do terceiro, o novo Estado independente não tinha lindes claramente definidos e internacionalmente aceitos.

A diplomacia do Império tratou como objetivo prioritário delinear os limites de seu vasto território, mediante longas negociações com os países vizinhos. Entretanto, muitos dos acordos negociados não foram ratificados e, a despeito da competência de seus diplomatas, ao ser proclamada a República, o Brasil tinha acordos de limites vigentes apenas com o Uruguai, Paraguai, Venezuela, Peru e Bolívia; com os dois últimos, perduravam grandes dificuldades em virtude do pouco conhecimento das regiões fronteiriças. Havia questões a serem dirimidas com a Argentina, Bolívia, Peru, Colômbia, Guianas Inglesa, Holandesa e Francesa.

Tocou, portanto, aos governos republicanos a tarefa de ultimar a definição de nossos limites, cabendo – como é sabido – ao barão do Rio Branco a maior responsabilidade e os méritos pelo êxito dessas negociações. Como plenipotenciário do Brasil, nos processos arbitrais sobre o território de Palmas e sobre a fronteira com a Guiana Francesa, e como ministro de Estado no período de 1902 a 1912, nas negociações com a Bolívia, Peru, Colômbia, Venezuela e com as metrópoles dos territórios coloniais das Guianas inglesa e holandesa, foi Rio Branco o grande artífice dessa política, obtendo o reconhecimento internacional de nossos direitos sobre cerca de 900 mil quilômetros quadrados de território objeto de litígio.

Em duas décadas, a diplomacia republicana traçou os limites do Estado brasileiro, obtendo, na maior parte dos casos, o reconhecimento dos títulos que legitimavam nossa soberania.

LIMITES COM A ARGENTINA. A QUESTÃO DE PALMAS

Durante o Império, Brasil e Argentina não haviam podido chegar a um acordo sobre a linha de limites no trecho da fronteira entre o rio Uruguai e o Iguaçu. A 7 de setembro de 1889, Brasil e Argentina assinaram um acordo, pelo qual concordaram em submeter o litígio fronteiro à arbitragem do presidente dos Estados Unidos da América. Proclamada a República, o ministro das Relações Exteriores, Quintino Bocaiúva, viajou ao Prata e, movido por um impulso de solidariedade americana e sintonia republicana, assinou a 25 de janeiro de 1890, em Montevideu, com o chanceler argentino Estanislao Zeballos, um acordo que dividia o território litigioso entre os dois países signatários. O tratado foi mal recebido pela opinião pública brasileira. Submetido à apreciação do Congresso, foi por ele recusado a 10 de agosto de 1891. Entendeu-se que, permanecendo válido o acordo de setembro do ano anterior, impunha-se o recurso à arbitragem pelo presidente Grover Cleveland.

O barão do Rio Branco, que exercia até então as funções de cônsul-geral em Liverpool, foi designado ministro plenipotenciário em missão especial em Washington, incumbido de defender os interesses do Brasil ante o árbitro. Surpreendeu a indicação, por Floriano Peixoto, de uma pessoa tão identificada com a monarquia, mas a alta reputação do escolhido, sua reconhecida competência, sua erudição, seu profundo conhecimento das questões históricas envolvidas no pleito se sobrepuseram a considerações de natureza ideológica.

Pretendia a Argentina que a fronteira corresse pelos rios Chapecó e Chopim, sustentando o Brasil que a linha de limites deveria fazer-se pelos rios Peperi-Guaçu e Santo Antônio. Rio Branco dedicou-se a reunir toda a documentação histórica e cartográfica sobre a região litigiosa, valendo-se dos documentos existentes no Brasil, mas recorrendo, sobretudo, a arquivos europeus – especialmente portugueses e espanhóis – e, fundado no princípio do *uti possidetis* da época da independência, comprovou não somente a presença brasileira na região até os rios Peperi-Guaçu e Santo Antônio desde o século XVII, como a correta interpretação do mapa de 1749 e das instruções especiais dadas aos comissários demarcadores da fronteira estabelecida pelo Tratado de Madri, invocados pelo representante argentino, o mesmo Estanislao Zeballos que assinara o tratado com Quintino Bocaiúva.

O laudo do presidente Cleveland, tornado público a 5 de fevereiro de 1895, deu total ganho

de causa ao Brasil e foi seguido pelo tratado firmado no Rio de Janeiro a 6 de outubro de 1898 pelos governos dos dois países.

LIMITES COM A GUIANA FRANCESA. A QUESTÃO DO AMAPÁ

Os limites entre os domínios dos reis de Portugal e de França na região da Guiana foram fixados pelo Tratado de Utrecht, assinado naquela cidade dos Países Baixos em 1713, ao final da Guerra de Sucessão Espanhola. Vigente o tratado, a França reabriu a questão a partir de 1725, sustentando que o rio Japoc, limite reconhecido por aquele acordo, correria mais ao sul, estendendo os domínios franceses na direção do vale do Amazonas. A partir da Revolução Francesa, as pretensões de Paris ganharam novo fôlego, renovado sob o Consulado e o Império, buscando deslocar a fronteira para o sul. Todas essas ambições e os acordos que as buscavam legitimar foram invalidados pelo manifesto de 1º de maio de 1808, pelo qual dom João VI, já no Rio de Janeiro, declarou guerra ao Império francês. Ato contínuo, tropas portuguesas ocuparam Caiena, restituída em 1817 à França de Luís XVIII. As pretensões francesas não estavam, entretanto, sepultadas. Em 1835, tropas francesas ocuparam parte do atual estado do Amapá, havendo sido frustradas todas as tentativas negociadoras da diplomacia imperial para chegar a um acordo com o governo de Paris.

Em 1841, os dois governos chegam ao chamado “arranjo para a neutralização do Amapá”: um entendimento que equivalia ao reconhecimento do *statu quo* no território litigioso. Incidentes, controvérsias e penosas negociações se sucederam até que, pelo tratado assinado no Rio de Janeiro a 10 de abril de 1897, acordou-se que a questão seria submetida à arbitragem do Conselho Federal Suíço.

A defesa dos direitos do Brasil foi confiada ao barão do Rio Branco que, ainda em Paris, redigiu a primeira Memória. Com seus anexos, inclusive a reedição da obra *De l'Oyapok à l'Amazonie*, de Joaquim Caetano da Silva, tinha cinco volumes, que foram entregues ao presidente da Confederação Suíça a 5 de abril de 1899. Uma segunda Memória, datada de 5 de dezembro do mesmo ano e composta de seis volumes, o primeiro de exposição e os outros cinco com mapas e documentos, contestava as razões apresentadas pela França. A defesa de Rio Branco unia a competência do historiador à habilidade do advogado. Constituíra um trabalho notável pelo conhecimento histórico, geográfico e jurídico, e pela abundância e pertinência da documentação apresentada.

Em 1º de dezembro de 1900, o presidente do Conselho Federal Suíço, Walter Heuser, proclamou que “conforme o sentido preciso do artigo 8 do Tratado de Utrecht, o rio Yapoc ou Vicente Pinsão é o Oiapoque, que se lança no oceano imediatamente a oeste do Cabo Orange”, reconhecendo assim o fundamento das alegações do Brasil.

LIMITES COM A BOLÍVIA. A QUESTÃO DO ACRE

Os limites entre o Brasil e a Bolívia foram fixados pelo tratado firmado em La Paz a 27 de março de 1867. O desconhecimento da região, notadamente a indeterminação das nascentes do rio Javari, provocou numerosas dificuldades à demarcação da fronteira. O problema foi agravado pela infiltração de seringueiros brasileiros na região do Acre e pela concessão a uma empresa estrangeira, feita pelo governo boliviano, dos direitos de ocupação e jurisdição sobre aquela área. O litígio, objeto de longas e complexas negociações que envolveram o Brasil, a Bolívia e os Estados Unidos da América, sede do Bolivian Syndicate, empresa concessionária dos direitos cedidos pelo governo boliviano, foi solucionado mediante o pagamento de uma indenização de 114 mil libras esterlinas aos capitalistas investidores na concessionária e, à Bolívia, de uma indenização monetária de dois milhões de libras esterlinas; o compromisso da construção da ferrovia Madeira-Mamoré, e a cessão de uma parcela do território, cabendo ao Brasil a área do atual estado do Acre, já povoado por brasileiros. O Tratado de Petrópolis, que deu solução ao litígio, foi assinado naquela cidade fluminense a 17 de novembro de 1903. A 25 de dezembro de 1928 foi assinado no Rio de Janeiro um tratado destinado a completar a definição de alguns pontos da fronteira comum.

LIMITES COM A GUIANA INGLESA

Durante o século XIX, os ingleses, partindo do seu estabelecimento da Guiana, conquistado aos holandeses, se expandiram para o sul, procurando atingir a bacia amazônica e penetrando em regiões já exploradas pelos brasileiros que se deslocavam na direção norte, na bacia do rio Branco, onde haviam estabelecido destacamentos militares. Chegaram os ingleses pela primeira vez ao alto Essequibo e ao Rupunumi em 1811, entrando em contato com o forte de São Joaquim e com um posto militar no rio Pirara. Em 1835/1836, Robert Schomburgk, alemão naturalizado inglês, foi comissionado pela Royal

Geographical Society para explorar o interior da Guiana Inglesa e avançou na região do rio Pirara, sobre a qual a Inglaterra viria a invocar direitos em virtude de uma pretensa existência, no passado, de um posto holandês na região do Essequibo. As expedições de Schomburgk se renovaram e deram origem a uma missão anglicana na região, fonte de atritos com as autoridades brasileiras. Em 1840, Schomburgk publicou *A Description of British Guiana*, em que reivindicava a fronteira pelos rios Cotingo e Tacutu e pela serra de Acaraí.

No ano seguinte, o encarregado de negócios britânico no Brasil informou o governo brasileiro de que Schomburgk havia sido encarregado de fazer a exploração e demarcação das fronteiras entre o Brasil e Guiana. Por troca de notas, datadas do Rio de Janeiro de 29 de agosto e 3 de setembro de 1842, Brasil e Grã-Bretanha acordaram neutralizar o território litigioso. A República encontrou a questão nesse estágio, havendo finalmente acordado com o governo inglês, pelo tratado de 6 de novembro de 1901, confiar a solução do litígio à arbitragem do rei da Itália.

A defesa do Brasil foi confiada – pelo barão do Rio Branco, já ministro das Relações Exteriores – a Joaquim Nabuco, que produziu trabalho notável, em três Memórias, perfazendo um conjunto de 18 volumes. Entretanto, o rei Vitória Emanuel III, ignorando as razões aduzidas pelas partes, optou, em seu laudo arbitral, dado a público em 6 de junho de 1904, por uma solução de partilha da região litigiosa, concedendo ao Brasil menos do que lhe fora oferecido pelo governo inglês nas negociações bilaterais.

A 22 de abril de 1926 foi assinada em Londres uma convenção especial e complementar de limites e um Tratado Geral de Limites, que condensou as disposições dos atos anteriores.

LIMITES COM O EQUADOR

Em virtude da falta de uma clara definição dos limites entre os territórios peruano, equatoriano e boliviano, as negociações entre o Brasil e a Bolívia estavam em parte condicionadas pela definição da fronteira peruano-boliviana, o mesmo acontecendo no tocante à fronteira brasileiro-peruana, condicionada aos limites acordados entre Peru e Bolívia e entre Peru e Colômbia. A argúcia de Rio Branco levou-o a negociar um tratado de limites com o Equador, aplicável caso a soberania equatoriana se estendesse até a fronteira do território brasileiro. O tratado de limites, assinado no Rio de Janeiro a 6 de maio de

1904, constituía um precedente valioso para as negociações com o Peru, na medida em que reconhecia a posse pacífica pelo Brasil de territórios por nós pretendidos. As posteriores negociações entre o Peru e o Equador fizeram com que as terras lindeiras com o Brasil fossem reconhecidas como peruanas, deixando o Equador de ter fronteira com o Brasil.

LIMITES COM O SURINAME

Os limites com o Suriname foram fixados pelo tratado assinado no Rio de Janeiro a 5 de maio de 1906 entre os governos do Brasil e dos Países Baixos, que então detinham a soberania sobre a chamada Guiana Holandesa.

LIMITES COM A COLÔMBIA

A não ratificação pelo Senado da Nova Granada do tratado de limites de 25 de julho de 1853 deixara em aberto a questão das fronteiras entre os dois países. Designado em 9 de março de 1867 enviado extraordinário e ministro plenipotenciário em missão especial junto ao governo colombiano, o conselheiro Joaquim Maria Nascentes de Azambuja tentou, por mais de dois anos, chegar a um acordo com o governo de Bogotá, que não arredava pé da doutrina do *uti possidetis juris* e do tratado de Santo Ildefonso. Deixou Bogotá em janeiro de 1870 sem ver coroados os seus esforços por um entendimento.

Foi somente na gestão do barão do Rio Branco que o plenipotenciário brasileiro em missão especial, Enéas Martins, pôde negociar, ainda que em condições bastante difíceis, o tratado assinado a 24 de abril de 1907, que estabeleceu os limites entre os dois países, ficando, entretanto, para ser objeto de futuras negociações o trecho ao sul da desembocadura do Apapóris na margem esquerda do rio Japurá ou Caquetá, no aguardo do estabelecimento da fronteira entre o Peru e a Colômbia. Fixada esta pelo tratado de 24 de março de 1922, passou a Colômbia a ter fronteira com o Brasil no trecho entre o Caquetá e o Amazonas. Os potenciais desentendimentos entre os três países levaram seus governos a solicitar os bons ofícios do governo norte-americano. Reunião realizada em Washington a 4 de março de 1925, entre o secretário de Estado, Charles Hughes, e representantes do Brasil, Colômbia e Peru, levou à adoção das seguintes sugestões, acatadas pelas partes interessadas: a) retirada, pelo Brasil, das ponderações feitas ao governo peruano sobre o tratado colombo-peruano; b) ratificação pela Colômbia e pelo Peru do tratado bilateral de limites; c) assinatura pelo

Brasil e pela Colômbia de uma convenção que estabelecesse o limite pela linha Apaporis-Tabatinga, concordando o Brasil em estabelecer, à perpetuidade, em favor da Colômbia, a livre navegação do Amazonas e outros rios comuns a ambos os países. Retomadas as negociações bilaterais entre brasileiros e colombianos, firmou-se em 15 de novembro de 1928 o Tratado de Limites e Navegação, que consagrou o limite pela linha geodésica que vai da desembocadura do rio Apaporis no Japurá até Tabatinga.

LIMITES COM O PERU

Os limites entre o Brasil e o Peru foram objeto de uma Convenção Especial, concluída e assinada em Lima em 23 de outubro de 1851. Entretanto, o desconhecimento das regiões fronteiriças e a superposição das pretensões daquele país, Bolívia, Equador e Colômbia, não ensejaram uma clara demarcação entre os territórios dos dois países. A situação foi agravada no início do século XX pelas tensões entre brasileiros e peruanos no alto Purus e no alto Juruá. Para tentar solucionar essa situação, os dois países concluíram, a 12 de julho de 1904, um acordo provisório, que abriria caminho para as negociações de um acordo definitivo, o qual tomou a forma do tratado assinado no Rio de Janeiro a 8 de setembro de 1909, “completando a determinação das fronteiras entre os dois países e estabelecendo princípios gerais sobre seu comércio e navegação”.

LIMITES COM O URUGUAI NA LAGOA MIRIM E NO RIO JAGUARÃO

O tratado de limites entre o Brasil e o Uruguai, concluído a 15 de maio de 1852, atribuía ao Brasil a integridade das águas do rio Jaguarão e da lagoa Mirim, impondo ao Uruguai uma fronteira seca. Durante o período imperial e no início da República, o Uruguai pleiteou reiteradamente o direito de navegação naquelas águas. Em 30 de outubro de 1909, foi, por iniciativa do Brasil, assinado um tratado que estendia ao Uruguai a soberania até o talvegue do rio Jaguarão e uma linha mediana da lagoa Mirim. Esse acordo, que ia além das reivindicações uruguaias, alinhava-se à prática internacional e revelava aos países americanos a generosa disposição do governo brasileiro para com seus vizinhos.

LIMITES COM A VENEZUELA

Os limites entre o Brasil e a Venezuela foram objeto do tratado assinado a 25 de novembro de 1852 pelo plenipotenciário Miguel Maria Lisboa; mas, não ratificado, não entrou em vigor. Um novo tratado, que reconhecia a mesma linha de fronteira, foi concluído em 5 de maio de 1859, sendo Felipe José Pereira Leal o plenipotenciário brasileiro. Os dois governos procederam à demarcação, mas um trecho da fronteira foi demarcado apenas pela comissão brasileira. Para sanar essa irregularidade, em 1905, Manoel de Oliveira Lima, ministro em Caracas, firmou com o governo venezuelano um protocolo que aprovou a demarcação feita da Pedra de Cucuí ao Cerro Cupi, ficando dessa forma finalmente acordada a linha de limites entre os dois países.

Álvaro da Costa Franco

FONTES: HERMES, J.; BASTO, M. *Limites*; LINS, A. *Rio Branco*; OLIVEIRA, J. *Actos; Relatório apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo Ministro das Relações Exteriores* (1922-1925, 1928); RIO BRANCO, J. *Questões* (v.5); SOARES, A. *História*; VIANA, H. *História*; VIANA FILHO, L. *Vida*.

TRIBUNAL DE CONTAS

Órgão criado em 7 de novembro de 1890 pelo Decreto nº 966-A. Adquiriu dimensão constitucional em 1891, quando lhe foram atribuídas as funções de “liquidar as contas da receita e da despesa e verificar sua legalidade”, antes de sua apresentação ao Congresso. Seus membros seriam nomeados pelo presidente da República com a aprovação do Senado, e só poderiam perder o cargo por sentença judicial. Pela Constituição de 1967 passou a denominar-se Tribunal de Contas da União (TCU).

ANTECEDENTES

A preocupação com a gestão da coisa pública no Brasil seguiu praticamente os rumos adotados em todo o mundo, onde surgiram juntas, controladorias, cortes e tribunais destinados a fiscalizar a execução dos gastos governamentais. Já na época colonial – 1680 – foram criados os primeiros órgãos controladores: as Juntas das Fazendas das Capitanias e a Junta da Fazenda do Rio de Janeiro, jurisdicionadas a Lisboa. Em 1808, na administração do príncipe regente dom João, instalou-se o Erário Régio e criou-se o Conselho da Fazenda, objetivando acompanhar a execução da despesa pública.

Com a Independência e a Constituição de 1824, o Erário Régio transformou-se no Tesouro, prevendo-se, a partir daí, os primeiros orçamentos e balanços gerais. Seguiram-se a isso várias tentativas de criação de um Tribunal de Contas. Todavia, somente a queda do Império e as reformas político-administrativas da recém-instalada República tornaram tal projeto realidade.

CRIAÇÃO

Concebido com a missão de proceder ao “exame, revisão e julgamento dos atos concernentes à receita e despesa da República”, o Tribunal de Contas foi criado em novembro de 1890 por decreto assinado pelo chefe do governo provisório, marechal Deodoro da Fonseca. A iniciativa coube a Rui Barbosa, àquele tempo ministro da Fazenda.

Em sua exposição de motivos, ele via o Tribunal de Contas como um “corpo de magistratura intermediária à administração e à legislatura, que, colocado em posição autônoma com atribuições de revisão e julgamento, cercado de garantias contra quaisquer ameaças, possa exercer as suas funções vitais no organismo constitucional (...). Convém levantar, entre o Poder que autoriza periodicamente a despesa e o Poder que quotidianamente a executa, um mediador independente, auxiliar de um e de outro, que, comunicando com a legislatura e intervindo na administração, seja, não só vigia, como a mão forte da primeira sobre a segunda, obstando a perpetração das infrações orçamentárias por veto oportuno aos atos do Executivo, que direta ou indireta, próxima ou remotamente, discrepem da linha rigorosa das leis das finanças”.

A Constituição de 1891, ainda por influência de Rui Barbosa, institucionalizou definitivamente o Tribunal de Contas, inscrevendo-o no seu artigo 89. Sua instalação física somente foi possível em 17 de janeiro de 1893, com a presença do então ministro da Fazenda, Inocêncio, Serzedelo Correia, no Edifício do Tesouro, localizado na antiga rua do Sacramento, atual avenida Passos, na cidade do Rio de Janeiro. O primeiro presidente do tribunal foi Manuel Francisco Correia, ex-senador do Império.

Desde então, o Tribunal de Contas esteve presente em todos os textos constitucionais, sempre na posição de órgão autônomo e com destacadas funções, ainda que suas competências no correr da República tenham sofrido modificações.

O DESDOBRAMENTO DAS ATRIBUIÇÕES

A Constituição de 1934 ampliou a competência do Tribunal de Contas, incluindo entre suas atribuições o julgamento das conta dos responsáveis por dinheiros ou bens públicos, o acompanhamento da execução do orçamento, e o registro dos contratos de interesse da receita ou da despesa, que só assim seriam considerados perfeitos ou acabados. Estabeleceu ainda que seus membros gozariam das mesmas garantias dos ministros do Supremo Tribunal Federal.

Em 24 de dezembro de 1935, a Lei nº 156 regulou o funcionamento do Tribunal de Contas,

fixando em sete o número de juizes de seu corpo deliberativo.

A Constituição de 1946, além das atribuições fixadas na Carta de 1934, encarregou o Tribunal de Contas de julgar as contas dos administradores das entidades autárquicas e a legalidade das aposentadorias, reformas e pensões. O tribunal foi considerado órgão auxiliar do Poder Legislativo na fiscalização da administração financeira da União.

A Lei nº 830, de 23 de setembro de 1949, reorganizou o tribunal, fixando em nove seu número de ministros.

A CONSTITUIÇÃO DE 1967

A Constituição de 1967 introduziu sensíveis modificações na competência do Tribunal de Contas. De acordo com a nova carta constitucional, a fiscalização financeira e orçamentária da União passou a ser exercida pelo Congresso Nacional e por um sistema de controle interno do Poder Executivo. O Congresso deveria contar com o auxílio do Tribunal de Contas, ao qual caberia “a apreciação das contas do presidente da República, o desempenho das funções de auditoria financeira e orçamentária, e o julgamento das contas dos administradores e demais responsáveis por bens e valores públicos”, bem como o julgamento da “legalidade das concessões de aposentadoria, reformas e pensões”. Outras inovações importantes foram a instituição do Sistema de Controle Interno e da fiscalização *in loco*.

Na realidade, o regime anterior à Constituição de 1967 já não mais possibilitava o efetivo acompanhamento da gestão financeira e orçamentária da administração pública. A hipertrofia das funções do Estado e, especialmente, o crescente número de entidades com personalidade jurídica própria que se agasalhavam à sombra do poder público levaram os responsáveis pela elaboração da Carta de 1967 a pensar em soluções mais consentâneas com a realidade.

A idéia de instituir um corpo de Auditoria Geral, a exemplo do existente na América do Norte, foi prontamente rejeitada, porquanto desaconselhada pela tradição brasileira. Optou-se pela solução mais adequada. Extinto o registro prévio e mantido o Tribunal de

Contas, desde então sob a denominação de Tribunal de Contas da União (TCU), era preciso dotá-lo de instrumentos que lhe permitissem eficiência no exercício de sua missão. Dessa forma, além de suas competências jurisdicionais, foi conferida ao tribunal a faculdade de realizar as inspeções que julgasse necessárias, vinculando-se a ação do controle interno à de órgão de apoio à Corte de Contas, e evitando-se o gigantismo do aparelho de controle externo e a multiplicação indevida de esforços e de custos operacionais.

O TCU teve ampliado seu campo de atuação pela Lei nº 6.223, de 14 de julho de 1975, que lhe atribuiu a fiscalização orçamentária das entidades de administração indireta, como as sociedades de economia, as empresas públicas e as fundações, cujas contas eram até então examinadas por funcionários do Poder Executivo. O tribunal foi mantido como órgão auxiliar do Congresso no controle da administração financeira e orçamentária da União.

A CONSTITUIÇÃO DE 1988

Na Constituição de 5 de outubro de 1988, foram reinscritas, de forma significativamente ampliada, as competências e prerrogativas do TCU. Consagrou-se sua competência para julgar as contas dos administradores e demais responsáveis por dinheiros, bens e valores da administração direta – ministérios e órgãos correlatos – e da administração indireta, esta compreendendo autarquias, fundações, empresas públicas, sociedades de economia mista e demais entidades controladas direta ou indiretamente pela União. De igual modo, cabe ao tribunal julgar as contas daqueles que derem causa a perda, extravio ou outra irregularidade de que resulte prejuízo para o erário. E, no julgamento que faz, o TCU não só aprecia, por imperativo constitucional, a legalidade e legitimidade dos atos dos responsáveis, como também verifica se na aplicação dos recursos foram observados os princípios da economia, da eficiência e da eficácia.

Pode o tribunal, por iniciativa própria ou do Congresso Nacional, realizar inspeções ou auditorias de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional ou patrimonial, nas unidades dos três poderes da República, sem quaisquer ressalvas. É sua atribuição ainda

fiscalizar a aplicação das subvenções oficiais e renúncia de receitas governamentais e a aplicação de quaisquer recursos repassados pela União, mediante convênio, acordo, ajuste ou outros instrumentos congêneres, a estados, ao Distrito Federal ou a municípios.

Incumbe também ao TCU apreciar, para fins de registro, a legalidade dos atos de admissão de pessoal, a qualquer título, na administração direta e indireta, incluídas as fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, excetuadas as nomeações para cargo de provimento em comissão, bem como a legalidade das concessões de aposentadorias, reformas e pensões.

Na hipótese de ilegalidade de despesa ou irregularidade de contas, cabe ao TCU assinar prazo para que o responsável adote providências corretivas; sustar a execução do ato impugnado, exceto quanto a contrato, cuja competência é do Congresso Nacional; representar ao poder competente sobre os abusos ou irregularidades verificados, e ainda, conforme o caso e a gravidade da transgressão, cominar sanções previstas em lei. Por força constitucional, as decisões do tribunal de que resulte imputação de débito ou cominação de multa têm eficácia de título executivo.

Por último, a Constituição de 1988 manteve uma das mais relevantes atribuições do tribunal: oferecer parecer prévio às contas anuais do presidente da República para posterior julgamento pelo Congresso Nacional.

Marcos Vilaça
colaboração especial

FONTES: *Almanaque Abril* (1976); BITTENCOURT, A. *Notas*; CORTÉS, C. *Homens*; HUGUENEY, C. *Tribunal*; MOREIRA, V. *Competência*; TRIB. DE CONTAS DA UNIAO. *Legislação*; TRIB. DE CONTAS DA UNIÃO. *Notas*.

TROVÃO, Lopes

* mov. abolicionista; mov. republicano; const. 1891; dep. fed. DF 1891-1895; sen. DF 1895-1902.

José Lopes da Silva Trovão nasceu em Angra dos Reis (RJ) no dia 23 de maio de 1848, filho de José Maria dos Reis Lopes Trovão e de Maria Jacinta Lopes Trovão. Seu pai era português e diplomata.

Ainda estudante, na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, envolveu-se com o movimento pela derrubada da monarquia, assinou o Manifesto Republicano de 1870 e frequentou o Clube Republicano, juntamente com José do Patrocínio e Quintino Bocaiúva, entre outros. Admirado orador, costumava empolgar multidões com seus comícios em prol da República, realizados em praças e jardins da Corte. Mesmo após formar-se, em 1875, continuou realizando comícios em que defendia a causa republicana.

Entre 1879 e 1880 participou ativamente dos protestos contra do imposto de 20 réis sobre as passagens dos trens e bondes que foi estabelecido pela Lei do Orçamento em 31 de outubro de 1879, proposta pelo ministério Cotegepe, e que deveria ser pago a partir do dia 1º de janeiro de 1880. Dando seu apoio à intensa reação popular que então ganhou as ruas da Corte e ficou conhecida como a Revolta do Vintém (1879-1880), organizou comícios junto com Ferro Cardoso no quais foram ouvidos vivas à República. Sua popularidade estava então em alta, o que ficou evidente quando populares fizeram uma barricada em frente ao jornal *Gazeta da Tarde*, do qual era redator-chefe. Ao perceber a movimentação, discursou da janela para o povo ali aglomerado, do mesmo modo que Ferro Cardoso e José do Patrocínio. Na data marcada para o imposto entrar em vigor, o governo deslocou policiais e tropas para as estações e locais de maior aglomeração de pessoas, e os conflitos e tumultos espalharam-se pela cidade, fazendo mortos e feridos. Com a notícia de que o imposto seria revogado pela Câmara, a revolta foi arrefecendo.

Durante esse período, colaborou na *Gazetinha*, periódico de cunho literário fundado em 1880 por Artur de Azevedo, e comandou o jornal *O Combate*. Em 1881, fez um comício no largo do Rocio em protesto contra a reforma eleitoral proposta pelo ministério Saraiva, atraindo uma multidão. A polícia, sob o comando de Trigo Loureiro, interveio acompanhada de capoeiras. A situação extrapolou para a disputa entre os gritos de “Viva a

República!”, dos participantes do comício, respondidos pelos policiais com gritos de “Viva a Monarquia!”, como relatou a historiadora Maria Teresa Chaves de Melo. Ainda segundo a historiadora, a vida de Lopes Trovão esteve seriamente ameaçada nesse evento. À noite o tumulto continuou com uma tentativa de invasão da *Gazeta da Tarde* – jornal de propriedade do republicano Ferreira de Meneses. Os funcionários do jornal aguardaram o ataque armados. Em resposta, o governo deportou estrangeiros republicanos. Em função desses conflitos e perseguições, Lopes Trovão acabou partindo para a Europa, como correspondente do jornal *O Globo*. Embora estivesse fora do país no momento em que o movimento abolicionista se intensificou e a abolição da escravidão foi decretada, em 13 de maio de 1888, antes de partir participou também ativamente da campanha pela libertação dos escravos. Para ele, a luta abolicionista não deveria ser ganha somente no Parlamento, mas também nas ruas e nas senzalas. Tornou-se desse modo um admirado tribuno popular na defesa dessa causa.

Ao regressar ao Brasil em 3 novembro de 1888, foi saudado efusivamente. Continuou suas atividades políticas, realizando *meetings* e comícios em favor da República. Na imprensa e na tribuna, foi um dos maiores e mais populares propagandistas das ideias republicanas. Junto com Luís Gama e Silva Jardim, defendeu e divulgou uma vertente que defendia um regime ancorado no apoio e na participação popular ativa, o que não agradava à maioria do Partido Republicano.

Proclamada a República em 15 de novembro de 1889, em setembro de 1890 foi eleito deputado constituinte pelo Distrito Federal na legenda do Partido Republicano. Tomou posse em 15 de novembro seguinte e exerceu o mandato até 1893. Apoiou a subida do marechal Floriano Peixoto à presidência da República em 23 de novembro de 1891, em decorrência da renúncia de Deodoro da Fonseca, e voltou à Câmara dos Deputados ao ser reeleito em 1894. Entre os anos de 1891 e 1895 exerceu também funções diplomáticas. Em 1895 deixou a Câmara ao ser eleito senador na vaga de Saldanha Marinho, falecido em maio daquele ano. No Senado foi membro da Comissão de Saúde Pública, Estatística e Colonização até o fim do mandato, em 1902.

Em 1903 candidatou-se novamente a deputado pelo Distrito Federal, mas foi derrotado por Lauro Sodré. Foi então nomeado pelo presidente Rodrigues Alves (1902-1906) oficial de registro de hipotecas, cargo que ocuparia até a morte.

Ainda no cenário político nacional apoiou a candidatura à presidência da República de Hermes da Fonseca, que nas eleições de 1910 disputava o cargo com Rui Barbosa. Realizou comícios em favor do militar positivista, que venceu as eleições e governou o Brasil até 1914. Em 1911 tornou-se secretário de *O Mundo*, jornal republicano e crítico, tendo concebido seu programa editorial e publicado em suas páginas avaliações críticas do processo de consolidação do regime republicano no país. Desde o primeiro número do jornal, publicado em 1º de setembro, recebeu várias cartas pedindo que voltasse a atuar no âmbito da política partidária. Na edição do dia 8 do mesmo mês, escreveu um artigo em que respondia a essas cartas, expondo o desejo de manter sua independência de ação e de pensamento diante dos grupos em disputa na política nacional. No dia 12 de setembro anunciou sua saída de *O Mundo*. Sua postura crítica e sua decepção em relação aos rumos tomados pela República no Brasil ficou evidente na hoje célebre frase “Essa não era a república dos meus sonhos”.

Em 1922, o deputado gaúcho Gumercindo Ribas apresentou à Câmara dos Deputados um projeto de lei que propunha conceder a Lopes Trovão uma pensão anual de 30 contos de réis. Ao saber de tal projeto, Lopes Trovão escreveu-lhe pedindo que retirasse o projeto. Os jornais louvaram sua atitude e, assim, Lopes Trovão consolidou a imagem de um político austero, jamais envolvido em negociações ou atos de favorecimento.

Faleceu na cidade do Rio de Janeiro em 1925.

Escreveu as seguintes obras: *Disenteria – mudança de estado/aparelho da visão/Da circulação* (tese apresentada à Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, 1875); *O novo ministério de Spartacus* (1880), *Le Visconde de Rio Branco, Joseph Marie da Silva Paranhos. 16 mars, 1819* (Extrait de la *Chronique Franco-Brasilienne*, nº 5, Paris, 16 novembre 1885); *Combate aos republicanos brasileiros* (s/d); *Compatibilidade e incompatibilidade dos republicanos com os cargos públicos: conferência republicana* (s/d); *Apontamentos para a história dos Estados Unidos do Brasil pelo Dr. Lopes Trovão, publicados por Plácido de Abreu* (s/d); *José de Alencar, o romancista* (1897).

Carolina Vianna Dantas

FONTES: BLAKE, A. *Dicionário*; CÂM. DEP. *Deputados brasileiros*; GOMES, A.

Invenção; GUIMARÃES, A. *Dicionário*; LEITE NETO, L. *Catálogo biográfico*; MAUL, C. *Rio*; MELLO, M. *República*; SODRÉ, N. *História*.